

A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471

Paulo Alexandre Mesquita Dias

Dissertação de Mestrado em História

Especialidade História Moderna e Descobrimentos

Paulo Alexandre Mesquita Dias, A
Conquista de Arzila pelos Portugueses –
1471, 2015

Outubro, 2015

A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471

Paulo Alexandre Mesquita Dias

Dissertação de Mestrado em História
Especialidade História Moderna e Descobrimentos

Outubro, 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, área de especialização em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Alexandra Pelúcia.

A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471

Paulo Alexandre Mesquita Dias

RESUMO

Em 1471 D. Afonso V (1432-1481), rei de Portugal, decidiu voltar ao Norte de África para dar continuidade à política de expansão africana da Coroa. O alvo escolhido foi Arzila e, em Agosto de 1471, a vila foi conquistada por uma hoste portuguesa que contou com 23.000 homens de combate. Pouco estudada pela historiografia, a conquista de Arzila é meritória de um lugar de destaque fruto da sua singularidade. Foi uma campanha meticulosamente planeada que incluiu a compra de toneladas de mantimentos e armas e o recrutamento da maior hoste até então levantada em Portugal. As consequências da queda de Arzila perduraram no tempo: Tânger foi abandonada dias depois e o tratado de tréguas assinado com o sultanato de Fez consolidou presença portuguesa na região, tendo esta permanecido imperturbável até ao início do século XVI, e permitiu a D. Afonso V abandonar de vez os campos de batalha norte-africanos e dar azo às suas ambições castelhanas.

O presente estudo insere-se numa lacuna historiográfica face à pouca atenção que a conquista de Arzila granjeou, até ao momento, por parte dos historiadores portugueses. Assim sendo, é estudada não apenas a conquista de Arzila, enquanto acontecimento limitado ao mês de Agosto de 1471, mas também todos os preparativos que foram levados a cabo para permitirem o sucesso da campanha, bem como as consequências da queda de Arzila, mais prolongadas no tempo. Esse estudo é escorado não só nos relatos cronísticos mas também noutras fontes de tipo narrativo e na documentação de chancelaria. É através do cruzamento das várias fontes que é possível detectar e corrigir determinadas lacunas dos cronistas e dos historiadores que os seguiram.

Palavras-chave: Guerra, Expansão Portuguesa, Arzila, Tânger, D. Afonso V

ABSTRACT

In 1471 Afonso V (1432-1481), king of Portugal, decided to take a further step in the Crown's north-african policy of conquest. Arzila was the chosen target and, in August 1471, it was conquered by a Portuguese army of about 23.000 armed men. Relatively unstudied, the conquest of Arzila deserves, nevertheless, special attention because of its uniqueness. It consisted of a meticulously planned campaign that included the purchase of tons of supplies and the recruitment of the biggest host ever seen in Portugal. The consequences of the conquest of Arzila were long-lasting: Tangier was abandoned only days after the fall of Arzila and the treaty of truce with the sultanate of Fez that ensued assured the stabilization of the Portuguese presence in the region. The new found peace allowed the king to get back to Portugal and focus on his Castilian ambitions.

The present study focuses on a gap in the Portuguese historiography since the conquest of Arzila has not, until the present time, been object of much investigation. Following on that line of thought, the conquest of Arzila is studied not only as an event limited to the month of August of 1471, but also as a campaign that required a great deal of preparation and one that was the cause of several long lasting consequences. The present dissertation is based not only on the official crown chroniclers but also on other narrative sources and on chancellery documentation. It's by crossing the information given by these sources that it's possible to detect and correct some mistakes made by the chroniclers and followed by the historians that came afterwards.

Key-words: War, Portuguese Expansion, Arzila, Tangier, Afonso V

AGRADECIMENTOS

Toda e qualquer construção historiográfica requer consideráveis doses de pesquisa, leitura de fontes e de bibliografia, de reflexão e de escrita. A presente dissertação de Mestrado não constitui exceção e portanto concentra em si o produto de longos meses de trabalho árduo e, muitas vezes, solitário. No entanto, nenhum homem é uma ilha e, por mais isolados que às vezes nos possamos sentir, nunca estamos verdadeiramente sós. Assim sendo, não poderia deixar de agradecer a todos quantos contribuíram, de uma forma ou de outra, para a elaboração desta dissertação.

Antes de mais tenho que agradecer aos meus pais, sustentáculo primeiro do meu ser. O seu apoio tem sido uma constante ao longo da minha vida, e como tal todo e qualquer agradecimento fica sempre aquém do merecido. São, desde o primeiro momento, os meus principais impulsionadores, permitindo-me a liberdade de escolha para, desde tenra idade, seguir o meu próprio caminho profissional. Escolhas que sempre financiaram orgulhosamente – enquanto bons pais que foram, são e serão – para concretizar os meus sonhos pessoais. Por tudo lhes estarei eternamente grato. Ao meu irmão também devo agradecer pois, apesar dos nossos inúmeros choques de opinião, e talvez por isso mesmo, me fez crescer como pessoa.

À Professora Doutora Alexandra Pelúcia, minha orientadora, quero, mais ainda do que devo, agradecer todo o apoio – e paciência – que colocou ao meu dispôr ao longo do último ano. Desde o momento em que foi feita a escolha de tema para a dissertação que apenas a professora se perfilhava enquanto opção para a sua orientação. A sua orientação científica, bem como a confiança que em mim depositou ao ter aceite tal tarefa, foram essenciais à elaboração deste trabalho, e como tal merece um particular agradecimento.

Aos meus amigos, que, ao longo dos meses de investigação, foram os garantes da minha sanidade mental, devo também um agradecimento. Agradeço ao Diogo Gomes que, desde há quatro anos, me incentiva – e nem sempre da forma mais gentil – a prosseguir o meu percurso em História. À Lúcia Cesário, à Daniela Major, ao João Afonso e ao Martin Arinto devo também um particular agradecimento. Juntos fizemos todo o percurso da Licenciatura em História e, mesmo depois do fim desta, a amizade que entre nós se cultivou não esmoreceu. As saídas, os jogos, as conversas e tudo o que existe pelo meio, foram essenciais para que eu aguentasse terminar a minha dissertação de Mestrado sem me encontrar clinicamente insano, e por isso lhes agradeço. Agradeço também à Rita Contantino

e à Daniela Gomes, que entraram mais tarde no mundo da História, a amizade que ao longo dos anos fomos alimentando.

À Professora Doutora Ana Isabel Buescu devo também um agradecimento particular. No segundo ano da minha Licenciatura em História, em 2011-2012, ajudou-me a reacender a minha paixão pela História, que por então esmorecia. O seu exemplo – enquanto ser humano bem como enquanto historiadora e professora – ajudou-me a crescer em termos pessoais e científicos, pelo que lhe estarei sempre grato.

Ao Professor Doutor Miguel Gomes Martins devo agradecer não só o renovar do interesse pela História Militar, mas também o meu tema de tese, uma vez que foi numa cadeira por si leccionada que trabalhei pela primeira vez a conquista de Arzila. Ano e meio depois, viria a escolher essa mesma conquista enquanto tema de dissertação de Mestrado.

À Professora Doutora Susana Münch Miranda agradeço as referências bibliográficas que amavelmente me concedeu, e que foram essenciais para os elementos demográficos e económicos da presente dissertação.

Por fim, deixo um sentido agradecimento aos professores da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Novas de Lisboa que mais contribuíram para o meu crescimento, enquanto pessoa e enquanto historiador, ao longo da Licenciatura e do Mestrado: os Professores Doutores Miguel Alarcão, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Maria de Lurdes Rosa, Pedro Cardim, António Camões Gouveia, Paulo Jorge Fernandes e Daniel Ribeiro Alves.

ÍNDICE

I – Introdução	1
a) A historiografia sobre a presença portuguesa em Marrocos	1
b) A dissertação em análise	3
II – O regresso a África	5
a) A Península Ibérica e o Norte de África em 1471	5
b) A escolha do alvo – Arzila ou Tânger?	8
III – A organização da hoste real	12
a) A dimensão da hoste: números reais ou empolamento cronístico?	13
b) Mesnadas nobres	18
c) O séquito real	38
d) Aquantiados, besteiros do conto e besteiros de cavalo	45
e) Ordens Militares	49
f) Homiziados e mercenários	53
IV – A organização dos recursos	59
a) Financiamento	60
b) Armas ofensivas e defensivas	63
c) Artilharia e «engenhos» de cerco	67
d) Navios e embarcações	72
e) Mantimentos, vitualhas e bulas papais	75
f) O governo do reino	78
V – A expedição a Arzila	80
a) A partida do reino	80
b) O desembarque e a montagem do arraial	84
c) Os primeiros confrontos	90
d) O dia decisivo – 24 de Agosto de 1471	97
e) O saldo da vitória	105
f) O provimento da defesa e da administração	109
VI – A ocupação de Tânger e o assinar das tréguas	112

a) Um problema cronológico	112
b) Ocupar e defender	116
c) O tratado de tréguas	118
d) O regresso ao reino	123
e) As repercussões da conquista	125
VII – Conclusão	129
Fontes e bibliografia	133
Anexos	143
Anexos Iconográficos	209

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Anais – Veja-se *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra...*

AN/TT – Arquivo Nacional/Torre do Tombo

cap./caps. – Capítulo/capítulos

CARTAS – Veja-se *Livro Antigo de Cartas e Provisões...*

CaV – Chancelaria de D. Afonso V

Cf. – Conferir

coord. – Coordenação

CFM – Veja-se *Crónica da fundação do mosteiro de Jesus...*

DAL – Veja-se *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa...*

DCR – Veja-se *Documentos das Chancelarias Reais...*

Ditos – Veja-se *Ditos Portugueses Dignos de Memória...*

DH – Veja-se *Documentos Históricos da Cidade de Évora...*

doc. – Documento

DP – Veja-se *Descobrimentos Portugueses...*

DRP – Veja-se *Documentos referentes a las relaciones con Portugal...*

fig. – Figura

fl./fls. – fólio/fólios

GAVETAS – Veja-se *Gavetas (As) da Torre do Tombo...*

liv. – Livro

LL – Veja-se *Livro de Linhagens do Século XVI...*

LV – Veja-se *Livro Vermelho...*

MH – *Monumenta Henricina*

N/A – Não aplicável

ORDENAÇÕES – *Ordenações Afonsinas*

PB – Veja-se *Portugal et Bourgogne au XVe siècle...*

PROVAS – Veja-se *Provas da História Genealógica...*

QUADRO – Veja-se *Quadro das Relações...*

tít. – título

TOMBOS – Veja-se *Tombos da Ordem de Cristo...*

v. – verso

vol. – volume

I – Introdução

a) A historiografia sobre a presença portuguesa Marrocos

A historiografia portuguesa tem dedicado abordagens bastante variadas ao tema da expansão portuguesa no Norte de África. Porém, os estudos feitos até ao momento não incidem da mesma forma sobre os diferentes períodos da presença portuguesa na região, que tem por datas limítrofes 1415 e 1769. O período mais estudado, por ser considerado o apogeu da presença portuguesa em Marrocos, engloba os séculos XV e XVI¹.

Relativamente aos primeiros 100 anos de presença portuguesa na região – o que período que aqui nos importa –, os estudos de carácter geral de maior importância são as quase centenárias obras de David Lopes², bem como os estudos mais recentes de António Dias Farinha³. Assinale-se ainda a importância da *Nova História da Expansão Portuguesa*, que no seu primeiro volume faz uma síntese de tudo quanto foi produzido acerca de Marrocos até ao final da década de 1990⁴.

No que a temas específicos diz respeito, existem numerosos estudos de qualidade dedicados às várias áreas do conhecimento. A historiografia portuguesa tem visado, no que à presença portuguesa no Norte de África diz respeito, temáticas como a do armamento utilizado pelos guerreiros⁵; a violência decorrente de acções militares⁶; a ocupação e defesa de fortificações⁷; o papel da «marinha de guerra portuguesa»⁸; o decorrer das campanhas militares na região e a adaptação portuguesa a diferentes formas de fazer a guerra⁹.

Mas são os estudos específicos sobre as praças portuguesas no Norte de África que mais têm ocupado os historiadores. De entre estes Ceuta tem sido a cidade mais estudada, seguida de perto por Tânger. É compreensível que Ceuta e Tânger concitem tanto interesse

¹ Sobre a presença portuguesa na região vejam-se; THOMAZ, 1994; FARINHA, 1990, vol. I; FARINHA, 1999; LOPES, 1989; LOPES, 1931; DUARTE, 2003, pp. 392-441; DOMINGUES, 2004, pp. 224-230.

² LOPES, 1989; LOPES, 1931, vol. III, pp. 433-452.

³ FARINHA, 1999; FARINHA, 1990, vol. I; FARINHA, 1989, pp. 100-112; FARINHA, 1998, pp. 118-136.

⁴ BRAGA, 1998, pp. 237-337; Diga-se que de resto a presença portuguesa em Marrocos não mereceu novo livro por parte da *Nova História da Expansão Portuguesa*.

⁵ AGOSTINHO, 2013.

⁶ VICENTE, 2009.

⁷ CORREIA, 2008.

⁸ DOMINGUES e MATOS, 2003.

⁹ Vejam-se DUARTE, 2003, pp. 392-441; RODRIGUES, 2001, pp. 157-168; RODRIGUES, 2011, pp. 75-82; CRUZ, 1995.

por, respectivamente, terem sido a primeira vitória¹⁰ – e conquista – e a primeira derrota¹¹ do reino de Portugal durante o processo de expansão para fora dos limites geográficos peninsulares. No entanto, afigura-se mais difícil de compreender o porquê de a conquista de Alcácer Ceguer ainda não ter encontrado o seu historiador, sobretudo tendo em conta que representa a primeira conquista em África de D. Afonso V¹². Já a campanha comandada por este mesmo rei em 1463-1464 encontra-se melhor estudada¹³.

Por fim, também a conquista de Arzila, ocorrida em 1471, não foi, até ao presente momento, estudada de forma aprofundada. Tal situação afigura-se estranha quando é tido em conta que não só constituiu a última vez que um rei português se envolveu em pessoa numa campanha militar no Norte de África – exceção feita a D. Sebastião –, como representou uma estabilização da presença portuguesa naquela parte do mundo por mais de 30 anos, além de ter permitido a curto trecho a ocupação de Tânger e o retorno ao reino das ossadas do infante D. Fernando – capturado em Tânger em 1437 e falecido em Fez em 1443 –, pondo assim fim aos dois traumas que pesavam na consciência do reino – e do seu rei em particular – desde 1437¹⁴. A conquista de Arzila foi, de resto, tão significativa para D. Afonso V que este a comemorou através da encomenda das *Tapeçarias de Pastrana*, que retratam de forma magistral esta mesma conquista e que constituem uma obra-prima do século XV português¹⁵.

As obras essenciais para o estudo de Arzila são da autoria de David Lopes¹⁶ e de Fayad el Mostafa¹⁷, mas nenhuma das duas concede particular enfoque à conquista da vila. Apenas na *Nova História Militar de Portugal*¹⁸ e na *Nova História da Expansão Portuguesa*¹⁹ a conquista de Arzila merece estudo mais detalhado. No entanto, os estudos são elaborados fazendo recurso quase exclusivamente aos relatos cronísticos de Rui de Pina e Damião de Góis, carecendo assim de análises complementares fazendo recurso a documentação da chancelaria régia bem como de outras fontes narrativas. É esta análise complementar que,

¹⁰ Estudos feitos por naturais de Portugal e de Espanha, por ambos os países terem, a dado momento, controlado a cidade; SANTOS, 2002; CORTESÃO, 1925; SERRÃO, 1961; BRAGA e BRAGA, 1998; GOZALBES BUSTO, 2001; VILLADA PAREDES, 2009.

¹¹ MOREIRA, 2009; COSTA, 2009; SANTOS, 1960.

¹² DUARTE, 2003, pp. 424-426; COSTA, 2009, pp. 359-365; BRAGA, 1998, pp. 268-275; GOMES, 2009, pp. 228-235.

¹³ DUARTE, 2003, pp. 426-429; BRAGA, 1998, pp. 275-279; Veja-se ainda CRUZ, 1995, pp. 220-245.

¹⁴ DUARTE, 2003, pp. 429-432; BRAGA, 1998, pp. 279-286.

¹⁵ E que foram alvo recente de importantes estudos; AMADO, LÉON ACOSTA, J. e ÁNGEL AGUILAR, 2010; ARAÚJO, 2012.

¹⁶ LOPES, 1924; Obra essencial malgrado os 90 anos que nos separam da sua publicação original.

¹⁷ MOSTAFA, 1992; Estudo particularmente interessante por fazer uso de fontes islâmicas.

¹⁸ DUARTE, 2003, pp. 429-432.

¹⁹ BRAGA, 1998, pp. 279-286.

como veremos adiante, permite a detecção e correcção de lapsos e confusões em que Rui de Pina, em particular, incorre.

Também as mais recentes biografias de D. Afonso V e D. João II registam a campanha de Arzila, sem no entanto lhe concederem grande destaque, o que é natural, dados os objectivos biográficos das obras²⁰.

b) A dissertação em análise

Foi face a esta escassez de estudos acerca de Arzila, e particularmente relativos à sua conquista, que surgiu a ideia para a elaboração desta dissertação de mestrado. Essa falta de estudos de caso sobre as conquistas portuguesas em Marrocos, visível não só no que em cima deixamos dito mas também num artigo da autoria de João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins²¹, revela-se para nós uma oportunidade, uma vez que nos permite inserir a nossa dissertação de mestrado numa lacuna da historiografia portuguesa, ao estudarmos de forma o mais aprofundada possível a conquista de Arzila, algo que até ao presente momento é inédito.

Assim sendo, e face a tudo o que até este momento foi dito, parece-nos importante fazer uma análise mais detalhada daquele que será o objecto de estudo desta dissertação de mestrado.

Antes de mais é necessário compreender a conquista de Arzila enquanto um acontecimento situado num tempo e espaço específicos. A dissertação terá o seu início com a escolha do alvo a atacar, passará pelos preparativos feitos para a expedição – humanos e materiais –, pela conquista de Arzila propriamente dita, pela ocupação de Tânger e pelo tratado de tréguas assinado com o sultanato de Fez, para terminar com o regresso do rei e boa parte da armada ao reino. Todos estes acontecimentos ocorrem no ano de 1471, mas por vezes será necessário, para melhor ilustrar determinadas situações, recorrer a exemplos de campanhas anteriores – como a conquista de Alcácer Ceguer em 1458 – ou posteriores – como a guerra contra Castela de 1475-1479.

Num primeiro momento serão estudadas as conjunturas internas dos reinos ibéricos – Portugal, Castela, Aragão, Navarra e Granada – e do sultanato de Fez, para compreender como estas permitiam – ou não – o lançamento de uma expedição militar em 1471. Para D. Afonso V era particularmente importante não só ter um reino pacificado a nível interno, mas também ter garantias suficientes de que Portugal não seria invadido por Castela assim a

²⁰ GOMES, 2009, pp. 247-254; FONSECA, 2011, pp. 42-46.

²¹ MONTEIRO e MARTINS, 2011, pp. 459-481.

armada zarparse rumo ao Norte de África. Mais, era essencial conhecer a situação interna do sultanato de Fez por forma a saber quais as hipóteses de sucesso da campanha, face à oposição que seria expectável que se viesse a enfrentar, bem como o alvo mais propício a atacar, Arzila ou Tânger.

Sendo consideradas propícias as conjunturas interna e externa e estando escolhido o alvo a atacar, era então chegada a altura de começar a preparar os meios para a campanha. O recrutamento dos homens será estudado de acordo com as crónicas e os registos da chancelaria régia por forma a compreender não só quantos indivíduos participaram na conquista de Arzila, mas também quem eram estes homens, que papéis desempenharam e como foram recompensados pelo serviço prestado à Coroa. Já no que diz respeito aos preparativos materiais, como sejam a compra de mantimentos e armas – defensivas, ofensivas, de cerco etc –, bem como o fretamento de navios, será feito recurso a, sobretudo, documentação de chancelaria. Tentaremos ainda compreender como foi possível a Coroa portuguesa pagar a expedição tendo em conta os seus rendimentos à época.

O cerne da dissertação é a conquista propriamente dita, e é sobre o decorrer desta que esperamos construir uma narrativa que permita compreender a forma como julgamos terem tido lugar os acontecimentos. Serão analisados da forma mais completa possível as várias fases do cerco, desde o desembarque até à conquista derradeira, dando especial atenção às figuras que desempenharam papéis mais importantes nas várias fases, desde o rei e do príncipe, até aos condes de Monsanto e Marialva. Também as repercussões da conquista de Arzila são essenciais ao nosso estudo – como a ocupação de Tânger, o assinar da trégua com o sultanato de Fez e o retorno das ossadas do infante D. Fernando a Portugal – e como tal serão alvo de estudo. Procuraremos ainda analisar as razões que levaram D. Afonso V a assinar as já referidas tréguas, o que significava o final das suas ambições marroquinas. Estas razões permanecem até hoje alvo de interrogação por parte dos historiadores²², pelo que as procuraremos explicar, demonstrando que o rei teria já noção de que não existia em Portugal capacidade material e humana suficiente para conquistar todo o sultanato de Fez.

Este estudo será elaborado tendo em conta sobretudo os relatos legados por Jean de Wavrin – borgonhês, contemporâneo dos acontecimentos e bem informado²³ – e por Rui de Pina e Damião de Góis – funcionários da Coroa portuguesa que escreveram as suas crónicas respectivamente em inícios e meados do século XVI –, bem como por outra documentação de tipo narrativo, como sejam os *Anais*, *Crónicas* e *Memórias Avulsas de Santa Cruz de*

²² COSTA, 2013, pp. 32-33.

²³ PB, pp. 515-516.

Coimbra, organizados por António Cruz, da *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Joana filha del Rei D. Afonso V: Códice quinhentista*, organizada por António Gomes da Rocha Madahil, ou dos *Anais de Arzila* da autoria Bernardo Rodrigues e organizados por David Lopes. Como já tivemos oportunidade de referir, a documentação da chancelaria de D. Afonso V desempenhará ao longo da dissertação um papel de suma importância. Será, de resto, feito recurso também a colectâneas documentais já publicadas como a *Monumenta Henricina* e os *Descobrimentos Portugueses: Documentos para a sua História* de João Martins da Silva Marques. Como já antes referimos, os estudos que até ao momento abordaram a conquista de Arzila pecaram pela falta de uso de documentação de chancelaria, uma vez que esta permite trazer nova luz sobre algumas afirmações menos claras dos cronistas, ou mesmo revelar algumas lacunas relativas a datas ou factos que estes cometem.

Ao longo do nosso estudo seremos acompanhados por obras historiográficas de carácter mais geral – casos das várias Histórias de Portugal e da Expansão Portuguesa – mas também por estudos de carácter mais específico, dedicados a temas tão variados quanto o armamento em uso no período ou a forma como a nobreza portuguesa se comportava e agia no teatro de operações norte africano, embora, e voltamos a frisar, sejam escassos os estudos de caso dedicados às conquistas norte-africanas.

Será tendo por base tudo o que antes foi dito – e seguindo o plano de trabalho já delineado acima – que daremos início ao estudo que é, a nosso ver, inédito pela sua profundidade de análise e abrangência temática, ainda que se circunscreva ao estudo de um só caso da história militar de Portugal.

II – O regresso a África

a) A conjuntura – A Península Ibérica e o Norte de África em torno de 1471

Para o lançamento de uma campanha militar bem sucedida, era necessário aos comandantes garantir que estavam alcançadas determinadas condições propícias. Era não só essencial garantir a existência de meios suficientes – em termos humanos e materiais – para assegurar o sucesso da operação, como era da maior importância certificarem-se de que não existiam ameaças imediatas – internas ou externas – que, não sendo acauteladas, pudessem fazer perigar o sucesso da campanha.

Em 1471, Portugal vivia em paz²⁴. Internamente, os traumas gerados pela batalha de Alfarrobeira, em 1449, estavam sanados desde pelo menos 1455²⁵, e os principais opositores de então – o infante D. Pedro e D. Afonso, duque de Bragança – já tinham falecido. A morte de D. Leonor, viúva de D. Duarte e mãe de D. Afonso V, em 1445, tinha afastado a ameaça de invasão castelhana que então pairava sobre Portugal, e que tinha por objectivo precisamente a restituição da regência, durante a menoridade de D. Afonso V, à rainha-mãe²⁶. Apesar das queixas dos povos em cortes – relativamente aos abusos dos fidalgos, ao despovoamento do reino, às pestes etc²⁷ – Portugal vivia uma situação politicamente estável. Sinal disso mesmo é o facto de os seis anos que vão de 1465 a 1471 ocuparem apenas, na crónica escrita por Rui de Pina, nove capítulos, num total de 11 páginas²⁸, enquanto que, por exemplo, só para os conturbados anos de 1448 e 1449 o mesmo cronista despende 38 capítulos e 55 páginas²⁹.

A nível externo Portugal desfrutava de um período de maior aproximação ao reino de Castela. Em 1455, com o casamento entre D. Henrique IV e D. Joana, irmã do rei português, os dois reinos entraram numa aliança que só terminaria em 1475. Este período de aproximação seguia-se à paz assinada ainda durante o reinado de D. João I, em 1431, e que colocara um fim às hostilidades iniciadas durante a crise sucessória portuguesa de 1383-1384³⁰. Mesmo os problemas internos castelhanos, com a oposição dos chamados Infantes de Aragão – e consequentemente dos reinos de Aragão e Navarra – à Coroa castelhana – primeiro a D. João II e depois a D. Henrique IV – não chegaram para que se rompesse a paz. Pelo contrário, mesmo durante o período da regência do infante D. Pedro tinham tido lugar intervenções militares em Castela em apoio da Coroa daquele reino e do seu condestável, D. Álvaro de Luna³¹. As boas relações entre D. Afonso V e D. Henrique IV eram de tal ordem que os dois monarcas não só se encontraram por várias vezes em pessoa, como o rei castelhano tentou afincadamente conseguir que a sucessão do seu reino passasse pelo casamento, primeiro, do príncipe D. João ou, mais tarde, do próprio D. Afonso V, com a sua

²⁴ Cf. MARQUES, 1987, pp. 557-564.

²⁵ Desde o nascimento e baptizado do príncipe D. João; GOMES, 2009, pp. 112-132; Sobre a regência do infante D. Pedro, a crise de Alfarrobeira e o seu desfecho, veja-se MORENO, vol. I, 1979.

²⁶ ARAÚJO, 2009, pp. 171-179.

²⁷ Sobre a representação do reino em cortes veja-se SOUSA, vol. I e II, 1990.

²⁸ Cf. PINA, 1977, caps. CLVIII a CLXVII, pp. 814-825.

²⁹ Cf. PINA, 1977, caps. LXXXVIII a CXXV, pp. 698-753.

³⁰ Sobre as relações entre Portugal e Castela durante os reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, veja-se ARAÚJO, 2009.

³¹ Sobre a situação interna castelha veja-se SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1978, pp. 531-563;

única filha, D. Joana, cuja sucessão era contestada pelos meios irmãos do rei, D. Afonso e D. Isabel³².

Foi graças tanto à pacificação interna, como à pacificação externa, que o reino de Portugal se pôde lançar no caminho da expansão além-fronteiras pelo Norte de África e ao longo da costa ocidental africana³³. Essa expansão começou com a conquista de Ceuta, em 1415, sofreu o seu primeiro revés com o desastre de Tânger, em 1437, recomeçou com a conquista de Alcácer Ceguer, em 1458, continuou com nova campanha fracassada face a Tânger, em 1463-1464³⁴, e culminou, no que ao século XV diz respeito, em 1471, com a conquista de Arzila e a ocupação de Tânger, como veremos ao longo desta dissertação.

Em Março de 1471³⁵, apenas alguns meses antes da partida da armada para o Norte de África, 12 navios portugueses foram apresados por um corsário inglês no Canal da Mancha. O corsário, de nome Focumbridge, era sobrinho do conde de Warwick, nobre que então governava Inglaterra em nome do débil Eduardo VI, o que levava o incidente a tomar dimensão de escândalo. D. Afonso V, para não perder a face, decidiu declarar guerra a Inglaterra, e enviar a armada que tinha preparada para combater os Ingleses³⁶. Apenas as mortes do conde de Warwick, na batalha de Barnet, e de Henrique VI, assassinado em Junho de 1471, impediram o ataque português, que se pôde assim voltar a direccionar contra o Norte de África³⁷.

Do outro lado do Estreito de Gibraltar, o sultanato de Fez vivia um período de grandes convulsões internas. Vastas regiões escapavam ao controlo dos sultões, como o reino de Tlemecen, com os seus portos de Oran e Honein, ou o Marrocos do Sul, onde os Portugueses mantinham contactos comerciais com Safim e Azamor. O avanço português na região adensou a crise, sendo que a conquista de Alcácer Ceguer, em 1458, levou mesmo à queda de um sultão Merínida de Fez e do seu vizir Oatácida. Em 1465, uma revolução palaciana em Fez conduziria ao trono um descendente do Profeta, sendo este combatido desde o primeiro momento pela família Oatácida, que se considerava herdeira dos Merínidas. A subida do

³² Cf. ARAÚJO, 2009, pp. 225-229; SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1978, pp. 554-563.

³³ Só após ter alcançado a chamada «Paz de Ayllon», em 1411, é que D. João I começou a preparar a conquista de Ceuta, que viria a ocorrer quatro anos depois; ARAÚJO, 2009, pp. 29-31.

³⁴ Cf. DUARTE, 2003, pp. 392-429; Veja-se ainda THOMAZ, 1994; LOPES, 1989.

³⁵ SANTARÉM, 1865, vol. XIV, p. 203.

³⁶ O conselho régio era a favor da mudança de alvo da armada. A armada contra os Ingleses tornava-se uma obrigação, por terem desonrado o rei ao atacar os seus súbditos, enquanto que a armada contra os Mouros era voluntária, pelo que se devia dar primazia ao primeiro destes alvos; PINA, 1977, cap. CLXII, pp. 818-819; GÓIS, 1790, cap. XX, pp. 55-57.

³⁷ Só em 1472 se alcançaria a paz entre os dois reinos, tendo entretanto tido lugar mais alguns actos de pirataria, desta feita levados a cabo pelos Portugueses enquanto represália. As negociações decorreram em 1472, e a paz foi assinada entre D. Afonso V e o novo rei, Eduardo IV, mas a devolução dos bens roubados só ocorreria, e parcialmente, em 1473; SANTARÉM, 1865, vol. XIV, pp. 204-213.

novo sultão ao trono ocorrera após o assassinato do anterior, ‘Abd al-Haqq al-Marini, assassinado pelo homem que lhe viria a suceder, após o seu regresso a Fez depois de debelar uma revolta regional. O senhor de Arzila, Muhammad Sayh, membro da família Oatácida, vai, em 1471, cercar a cidade de Fez para poder tornar-se sultão. É durante esse cerco que recebe a notícia que os Portugueses conquistaram Arzila³⁸.

b) A escolha do alvo: Arzila ou Tânger?

Em finais de 1470, o rei de Portugal certamente seria conhecedor das divisões internas que então imperavam no sultanato de Fez, uma vez que tinham lugar contactos, mais ou menos frequentes, entre os moradores de Ceuta e Alcácer Ceguer e os habitantes autóctones da região³⁹, além de, como veremos, ser comum, antes do lançamento de expedições militares, fazer-se uso de espiões para recolher notícias e informações sobre o alvo ou alvos que se visava atacar. Assim sendo, o rei decidiu, uma vez mais, passar ao Norte de África.

Para nova campanha D. Afonso V planeava atacar um alvo já velho conhecido dos Portugueses: Tânger. A conquista desta cidade foi, sem dúvida, um dos sonhos de D. Afonso V⁴⁰, e por isso se entende que, ao ocupar a cidade sem disparar um único tiro, já no final da campanha de 1471, o rei tenha sentido alguma mágoa por não ter podido colher em Tânger a honra do cavaleiro conquistador⁴¹.

Tânger era, em 1471, uma cidade prestigiada e com um passado fundacional mítico que remontava ao período Clássico. Era, além disso, uma cidade de grandes dimensões, que a dada altura poderá ter contado com 30.000 moradores, e que em 1437 fora impossível cercar por completo, dada a dimensão da urbe. Implantada junto à praia, dispunha de taracenas e abrigos para navios. Os seus muros estavam pautados por torres, e no ponto mais alto dominava a alcáçova fortificada⁴².

Contudo, não seria este o alvo da armada portuguesa. Rui de Pina diz-nos que «nom se achou no Reyno o soprimto que era necessario»⁴³, ou seja, faltavam meios ao reino para,

³⁸ ROSENBERGER, 1987, pp. 65-67; O reino de Granada não estava então em condições de prestar auxílio ao sultanato de Fez, dados os seus próprios problemas internos, pelo que não representaria uma ameaça para o ataque português de 1471; Cf. ARIÉ, 1992.

³⁹ Em 1509 a vila de Arzila, há muito sobre domínio português, é avisada por uma cáfila de mercadores, possivelmente judeus, oriunda de Alcácer Quibir, de que o sultão de Fez planeia cercar a vila; RODRIGUES, 1915, vol. I, cap. VIII, p. 37.

⁴⁰ COSTA, 2009, pp. 31-32.

⁴¹ PINA, 1977, Cap. CLXVII, p. 825.

⁴² Cf. CORREIA, 2008, pp. 203-211; Vejam-se as figuras 3 e 4, presentes nos anexos.

⁴³ PINA, 1977, Cap. CLXII, p. 818.

naquele momento, conquistar Tânger. Não nos parece que esta seja a razão para o abandono da ideia de conquistar Tânger naquela ocasião pois, como veremos mais adiante, os meios organizados para esta campanha foram meticulosos e de grande dimensão e custo, pelo que seriam certamente suficientes para, pelo menos, assediar Tânger, à semelhança do que fora feito, por exemplo, em 1463-1464. As razões que acabaram por levar D. Afonso V a considerar Tânger como um alvo de conquista inviável foram antes outras.

O conselho régio certamente se opunha à decisão do rei, por muitos dos seus membros terem ainda bem vivas as memórias das campanhas fracassadas contra Tânger de 1437 e 1463-1464. D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, camareiro-mor do rei e seu conselheiro, era uma homem cuja opinião acarretava um grande peso⁴⁴, sobretudo no que a assuntos militares dizia respeito, dada a sua vasta carreira militar⁴⁵. De acordo com esta experiência, D. Álvaro, bem como muitos outros membros do conselho do rei, certamente se terão oposto ao lançamento de novo ataque contra Tânger.

Por outro lado, é possível, se não mesmo certo, que D. Afonso V tenha enviado espiões a Tânger para recolherem informações acerca das defesas da cidade, antes sequer de serem postos em marcha quaisquer tipo de preparativos. No que ao Norte de África diz respeito, desde a conquista de Ceuta que se vinha fazendo recurso a homens da confiança régia que, disfarçados, se infiltravam no interior da vila ou cidade que se queria tomar por forma a avaliar a dimensão e defesas desta⁴⁶. Se tal missão ocorreu – o que nos parece provável, ainda que as crónicas não o refiram –, os espiões do rei não poderão ter deixado de reparar nas fortes defesas estáticas da cidade, bem como no seu grande número de moradores – todos eles defensores em caso de cerco –, pelo que o relatório que apresentassem a D. Afonso V certamente desaconselharia um ataque à cidade de Tânger.

Assim sendo, dado que tanto os membros do conselho régio, muitos dos quais guerreiros veteranos, como os prováveis espiões enviados pelo rei, demonstravam os entraves que se colocavam à conquista de Tânger, D. Afonso V viu-se forçado a mudar o alvo da armada que estava em preparação, escolhendo-se então atacar Arzila. No entanto, o rei não

⁴⁴ Por isso mesmo algumas das reuniões do conselho régio tiveram lugar, em 1471, nas suas casas de Lisboa, e não no paço real da mesma cidade; PINA, 1977, cap. CLXII, p. 818.

⁴⁵ D. Álvaro de Castro participou na expedição malograda de Tânger em 1437; na campanha contra a rainha D. Leonor em 1441; na expedição enviada pelo regente D. Pedro a Castela em 1445; numa armada contra corsários em 1448; tomou parte na conquista de Alcácer Ceguer em 1458 e na expedição e tentativas de conquista de Tânger em 1463-1464; MORENO, 1979, vol. II, pp. 758-763.

⁴⁶ Cf. BARROS, 1990, pp. 104-106; Em 1468 ou 1469, aquando da conquista de Anafé por uma armada capitaneada pelo infante D. Fernando, duque de Viseu e Beja e irmão do rei, foi enviado à cidade um espião, Álvaro da Gama, que disfarçado de vendedor de fruta a percorreu, por forma a analisar as suas defesas; GOMES, 2009, p. 246.

perdia a esperança de ainda vir a tornar-se senhor de Tânger num futuro próximo, hipótese que o conselho régio apoiava⁴⁷, naquilo que parece ter sido uma política de cerco terrestre movida àquela cidade, e que resultou no seu quase completo isolamento. Fosse ou não uma política deliberada, iria originar, após a conquista de Arzila, o abandono de Tânger por parte dos seus moradores, abrindo assim as portas à ocupação portuguesa⁴⁸.

Arzila constituiu, em 1471, uma segunda escolha enquanto destino da armada portuguesa mas, pelo menos desde 1432, que era conhecida, se não mesmo apontada como possível alvo a conquistar, dado que nesse ano foi referida pelo infante D. João no parecer que enviou ao irmão, o rei D. Duarte⁴⁹. Mais tarde, já no final campanha marroquina de 1464, D. Afonso V pensou em conquistar Arzila, tendo-se preparado para, no mínimo, ver a vila antes de partir de volta ao reino, uma vez que a campanha já ia longa e se estava em pleno Inverno. As expectativas acabaram por sair frustradas, dado que o rei e os que o acompanhavam naquela cavalgada – que já tinha atacado e pilhado várias aldeias – não conseguiram atravessar o rio Tagadarte uma vez que tinha chovido e o caudal das águas não permitia qualquer travessia. Insatisfeito, D. Afonso V voltou para Ceuta e, mais tarde, veio a saber que, se tivesse conseguido atravessar o rio e aproximar-se de Arzila, os governantes desta estavam prontos para se renderem sem darem luta, precisamente por saberem que o rei tinha desembarcado no Norte de África ao comando de uma hoste⁵⁰.

Arzila era, antes da conquista portuguesa, uma vila que contaria com uma população de entre 5.000 a 7.000 moradores. Os muros dispunham de torreões a intervalos regulares, mas careciam de maior resistência, dado que os materiais de que eram fabricados, como a taipa, não foram capazes de sustentar durante muito tempo o disparo da artilharia portuguesa. O ponto mais forte era a alcáçova, a que os Portugueses chamaram castelo, e encontrava-se junto a uma grande praça onde estava também a mesquita de Arzila. A vila conquistada em Agosto de 1471 era substancialmente maior do que aquela que viria a ser ocupada, uma vez que por falta de moradores os Portugueses se veriam obrigados a reduzir a área habitada⁵¹.

A Arzila enviou o rei, sem dúvida alguma, dois espiões, ainda que em data incerta, mas naturalmente anterior à partida da armada a 15 de Agosto de 1471. Tão importante missão foi confiada a Vicente Simões, descrito como «homem nas cousas do mar bem

⁴⁷ PINA, 1977, cap. CLXII, p. 818.

⁴⁸ Veja-se o capítulo V.

⁴⁹ No seio dos pareceres que D. Duarte tinha pedido a várias figuras do reino, e nos quais se avaliava a possibilidade de continuar a expansão norte-africana; DUARTE, 2007, p. 319.

⁵⁰ PINA, 1977, cap. CLV, p. 810.

⁵¹ A vila foi dividida em duas por um muro chamado «atalho», ficando assim cerca de metade de Arzila desabitada; CORREIA, 2008, pp. 174-181; Vejam-se ainda as figuras 1 e 2, presentes nos anexos.

esperto», e a Pero d'Alcáçova, escrivão da Fazenda e homem em quem o rei «muyto fiava». A sua tarefa era simples: «espiar e ver, assy no que comprya pera o ancorar e desembarcar do mar, como pera o assento da terra». Os espiões, que percorreram Arzila disfarçados de comerciantes para não levantar suspeitas, tinham sido criteriosamente escolhidos de acordo com as suas capacidades: Vicente Simões, mareante veterano, deveria analisar as condições do ancoradouro de Arzila, bem como das possibilidades de desembarque no mesmo da hoste, e ter em atenção detalhes como a profundidade das águas ou a presença de rochas ou recifes; Por seu lado, Pero d'Alcáçova, enquanto detentor da confiança pessoal do rei – certamente devido ao ofício que detinha e que o levava a passar muito tempo na presença do rei a elaborar documentos –, era enviado para garantir o sucesso da missão, não sendo, de resto, a primeira vez que executava uma missão envolta em secretismo⁵².

Desconhecemos a forma que assumiu o relatório feito para o rei pelos seus espiões⁵³, mas este certamente alertaria para a existência do recife que bloqueava boa parte do porto de Arzila e que dificultava a navegação de tal modo que Duarte Pacheco Pereira referia que não se devia tentar entrar naquele porto sem se ser guiado por um piloto local⁵⁴.

As embarcações que, a 21 de Agosto de 1471, naufragaram ao largo de Arzila, precisamente por chocarem contra recife, terão sido vítimas não do desconhecimento da existência desta barreira natural, que pela sua grande dimensão física não poderia ter escapado ao olhar atento dos espiões, mas sim das más condições atmosféricas, sendo que o mar revolto arrastou estas embarcações de encontro aos rochedos, dando origem às primeiras perdas de vida da campanha⁵⁵.

Entre finais de 1470 e inícios de 1471 o alvo estava escolhido⁵⁶, e o ataque português foi apontado a Arzila. A escolha desta vila como alvo a atacar, em detrimento de Tânger, constituiu uma decisão ponderada e consciente do rei, escorada nos conselhos de guerreiros veteranos, senão mesmo na experiência do rei que nesta ocasião se sobrepunha ao seu

⁵² PINA, 1977, cap. CLXII, p. 818; Já em 1463 Pero d'Alcáçova tinha sido escolhido pelo rei para comunicar, em pessoa, a D. Duarte de Meneses, conde de Viana e capitão de Alcácer Ceguer, o plano que então se tinha gizado para tentar tomar Tânger; PINA, 1977, Cap. CXLVIII, PP. 797-798.

⁵³ O relatório podia ser oral ou escrito, e é possível que contasse com algum desenho ou maquete das defesas de Arzila, à semelhança do que tinha feito o prior do Crato em 1415, ao desenhar as defesas de Ceuta fazendo uso de uma escudela, areia, fio e favas, e assim respondendo às questões colocadas por D. João I; DUARTE, 2003, pp. 397-398.

⁵⁴ Duarte Pacheco refere ainda, em inícios do século XVI, a existência de sinais – mastros com bandeiras colocados em terra – que guiavam os navios na entrada do porto; PEREIRA, 1988, pp. 55-56; . No entanto, a terem existido já nesta altura tais sinais, estes certamente teriam sido retirados na altura do desembarque português, para não facilitar a tarefa ao inimigo português.

⁵⁵ PINA, 1977, cap. CLXIV, p. 820; Veja-se a figura 13, presente nos anexos.

⁵⁶ Acerca das primeiras referências de preparativos para a armada, e portanto também a presumível datação da escolha do alvo a atacar, veja-se o capítulo IV.

entusiasmo, e nas informações de espiões da sua confiança, não se tratando pois, como afirma Rui de Pina, de uma manifesta falta de meios. Arzila não só era considerada como um alvo mais fácil de conquistar do que Tânger, como era ainda um elemento do que parece ter sido uma política de cerco terrestre, e consequente isolamento, movida contra Tânger, com a conquista de praças que rodeavam esta cidade. Diz-nos Rui de Pina que D. Afonso V partia para a conquista de Arzila sempre com a vontade de tomar Tânger⁵⁷ e, em Agosto de 1471, a sorte sorrir-lhe-ia mesmo, como adiante veremos. Restava ao rei de Portugal começar os preparativos para a armada de África.

III – A organização da hoste real

A percepção por parte dos membros do conselho régio de Arzila como um alvo mais fácil de conquistar, pelo menos quando comparada com Tânger, não significava que se deveria descurar a preparação da armada, sobretudo tendo em conta anteriores expedições fracassadas, como a de 1437 contra Tânger. Assim sendo, foram tendo lugar os preparativos para garantir o sucesso da armada. Estes certamente decorreriam em simultâneo mas, pareceu-nos pertinente dividi-los em dois capítulos diferentes por forma a poder conceder a cada um o estudo mais adequado. Neste capítulo estudaremos o recrutamento da hoste para tentar a conquista de Arzila, enquanto que no seguinte analisaremos todos os bens e materiais – mantimentos, navios etc – que foram angariados para permitirem essa mesma conquista.

A conquista de Arzila, ocorrida em 1471, inseriu-se num cruzamento entre as cronologias tradicionalmente atribuídas às Idades Média e Moderna. Assim, torna-se natural que nesta campanha tenham coexistido elementos distintos, alguns dos quais profundamente medievais – como os besteiros ou o emprego de aríetes – e outros – como as armas de fogo portáteis – já precursores de um caminho que a guerra começava a seguir rumo à modernidade⁵⁸.

No entanto, os exércitos da Europa deste período eram ainda marcadamente medievais. Não existia nada que se assemelhasse a um exército permanente, embora se encontrassem já alguns corpos mais ou menos profissionais e especializados, caso dos besteiros do conto em Portugal. As hostes eram ainda compostas por guerreiros recrutados *ad hoc* para fazerem face às necessidades específicas de uma campanha em particular. Nas

⁵⁷ PINA, 1977, cap. CLXII, p. 818.

⁵⁸ Em termos de bibliografia geral, neste capítulo faremos recurso sobretudo a MONTEIRO, 2003; DUARTE, 2003; MARQUES, 1987;

palavras de João Gouveia Monteiro, o exército medieval era um corpo «pouco homogéneo, pouco ou nada habituado a manobrar em conjunto e extremamente composto»⁵⁹.

Esta homogeneidade caracterizava-se na existência de diferentes corpos armados que se juntavam para formar a hoste régia: os combatentes nobres, os seus servidores e mesnadas de homens recrutados nas suas terras; as milícias concelhias, como os aquantiados e os besteiros do conto e de cavalo; os contingentes das Ordens Militares de Santiago, Cristo, Hospital e Avis; as forças próprias do rei e do príncipe, incluindo os homens das respectivas Casas; e por fim as unidades de homiziados – criminosos que cumpriam serviço militar a troco de um perdão do rei – e as companhias de mercenários estrangeiros. Todos estes contingentes serão estudados neste capítulo, de acordo com os respectivos contributos prestados na conquista de Arzila.

a) A dimensão da hoste: números reais ou empolamento cronístico?

Em 1471 Portugal era um reino pouco povoado, contando com cerca de 900.000 habitantes⁶⁰. Esta fraqueza demográfica torna-se particularmente evidente quando se compara Portugal ao vizinho reino de Castela, que então contaria com uma população de aproximadamente 4.5 milhões de indivíduos⁶¹. Os surtos de Peste Negra – primeiro nas décadas de 1340-1350, mas tornando-se depois endémicos e atingindo o reino ao longo de todo o século XV – bem como a guerra contra Castela – que durou, entre períodos de maior ou menor actividade militar, entre 1383 e 1431 – deram origem a uma quebra demográfica singificativa que só no final da centúria de Quatrocentos seria ultrapassada⁶².

Os próprios governantes de Portugal tinham noção de que o reino se encontrava, ainda em meados do século XV, relativamente despovoado, e que essa falta de mão-de-obra se reflectia, de forma negativa, nas campanhas que eram lançadas contra o Norte de África⁶³. Esta escassez humana era particularmente sentida em regiões mais isoladas, como o lugar de Vera Cruz, ao qual o rei concedeu sucessivos privilégios, em 1463, 1471 e 1473, por forma a

⁵⁹ Cf. MONTEIRO, 2003, p. 192.

⁶⁰ RODRIGUES, 2009, pp. 120; Para a elaboração deste sub-capítulo seguimos, sobretudo, o estudo atrás citado.

⁶¹ VALDEÓN, 1981, pp. 94-95; Embora este estudo possa estar, dado o avanço da historiografia espanhola, desactualizado, continua a servir para demonstrar a diferença de escala entre a população portuguesa e a sua congénere castelhana.

⁶² Só no final do século se conseguiu atingir uma população de cerca de 1.5 milhões de habitantes, um número semelhante ao registado antes do início da crise do século XIV; Cf. RODRIGUES, 2009, pp. 101-120.

⁶³ O infante D. Pedro, no seu parecer enviado ao rei D. Duarte em 1436, afirmava que o reino se encontrava de tal modo despovoado que não seria possível, naquela altura, encontrar homens e mulheres em número suficiente para se ocuparem e povoarem praças no Norte de África; RODRIGUES, 2009, p. 116.

atrair novos moradores⁶⁴. Também através do lançamento de perdões gerais a Coroa tentava combater os despovoamento⁶⁵. Estes serviam não só para povoar regiões raianas mais inóspitas, mas também para obter combatentes para tomarem parte em expedições militares⁶⁶.

Apesar da crise demográfica, quando D. Afonso V reuniu a hoste portuguesa em 1471, esta tinha a capacidade de ser, por razões que agora analisaremos, mais numerosa do que as hostes reunidas em reinados anteriores. Por um lado, desde pelo menos a década de 1460 que o crescimento demográfico era claro⁶⁷, o que significava que existiriam mais homens disponíveis para recrutar. Por outro, a grande maioria dos homens do reino podiam ser recrutados para tomarem parte na armada.

A nobreza era tradicionalmente obrigada a servir o rei na guerra, por ser o corpo social a quem, de acordo com o modelo das Três Ordens, cabia o papel de guerreiros, de *bellatores*⁶⁸. Além da obrigação de serviço devido ao rei, também a busca de mercês régias incitava a fidalguia a servir ao comando dos seus contingentes armados. Em 1471, a grande maioria da nobreza do reino, senão mesmo toda, acompanhou o rei, como veremos mais adiante. Muitos destes indivíduos receberiam mercês como forma de agradecimento pelos serviços prestados naquela ocasião.

O clero estava isento de servir na guerra dadas as suas funções, mas ainda assim muitos clérigos, alguns dos quais grandes senhores, continuavam a servir em campanhas⁶⁹. Vários bispos serviram o rei a Arzila em 1471, como por exemplo D. João Galvão, bispo de Coimbra, cujo serviço foi recompensado com a atribuição do título de conde de Arganil⁷⁰.

Quanto às camadas mais baixas da sociedade, e que constituíam grande parte desta, o serviço militar era prestado enquanto o corpo o permitisse. A idade de serviço militar seria relativamente fluída, embora limitada, grossomodo, à idade que ia dos 18 aos 70 anos⁷¹. A aposentação apenas parece ter sido comum para os vassallos régios, que a podiam requerer do rei aos 70 anos. No entanto, muitos destes indivíduos recebiam-na por mercê régia mesmo

⁶⁴ A outorga de privilégios sucessivos demonstra como mesmo este método não era totalmente eficaz; Cf. FONSECA, PINTO e LENCART, 2013, pp. 129-137.

⁶⁵ Como o perdão geral lançado em 1440; FONSECA, PINTO e LENCART, 2013, p. 109.

⁶⁶ DUARTE, 1993, vol. I, p. 594.

⁶⁷ . Nas cortes de 1472, por exemplo, davam-se graças pelo crescimento populacional, e este viria mesmo a acentuar-se ao longo das décadas de 1480 e 1490; RODRIGUES, 2009, p. 120.

⁶⁸ Sobre o modelo societário das Três Ordens, que percorre todo o período Medieval e Moderno até ao fim do Antigo Regime, veja-se DUBY, 1994.

⁶⁹ Em 1437 D. Álvaro de Abreu, bispo de Évora, tomou parte na expedição contra Tânger e nela desempenhou um papel activo, envergando armas temporais contra o inimigo; MOREIRA, 2009, pp. 74-77.

⁷⁰ Desde 1471 que D. João Galvão se intitulava conde de Santa Comba; DURÃO, 2002, p. 41.

⁷¹ Em carta enviada à cidade de Évora em 1471, enquanto o rei se encontrava em Arzila, o duque de Bragança ordenava a todos os homens entre os 18 e os 70 anos que se preparassem para servir na guerra caso fosse necessário; DH, p. 125; Já em 1478, em carta enviada à cidade de Lisboa, o príncipe D. João ordenava que se preparassem para a guerra todos os homens entre os 18 e os 60 anos; DAL, p. 316.

sem ter atingido essa idade, fosse por servirem o rei de alguma forma⁷², fosse por serem doentes ou fisicamente incapazes⁷³. Quanto aos restantes indivíduos, como os aquantiados, a aposentação não estava garantida, pelo que tinham que a pedir ao rei e convencê-lo da justeza do seu pedido por forma a obterem tão desejada dispensa⁷⁴. De facto, o serviço militar era um encargo muito pesado, pelo que a grande maioria dos indivíduos se tentava isentar dele, recorrendo, as mais das vezes, ao apoio dos senhores ou fidalgos que, junto do rei, intercediam em nome dos seus servidores para obterem essa dispensa. Exemplo disso mesmo é Fernão Vasques, morador na Arrentela, termo de Almada, que foi recebido enquanto vassalo régio, e prontamente aposentado mesmo sem ter atingido os 70 anos, por ter servido em Arzila com Álvaro de Junas, cavaleiro, criado e amo da Casa Real⁷⁵.

Além destes apoios, D. Afonso V podia ainda contar com a participação na armada de pelo menos 1162 homiziados⁷⁶. Oriundos de todo o reino, procuravam servir o rei por forma a obterem um perdão por crimes cometidos. D. Afonso V ordenara mesmo que fosse lançado um perdão geral por forma a conseguir recrutar um maior número de combatentes⁷⁷.

A junção destes apoios levava a que todo o reino participasse na armada que visava conquistar Arzila, e que ao longo de um ano vinha sendo preparada⁷⁸. De resto, existem documentos que comprovam a participação na mesma de indivíduos oriundos de todas as comarcas, e mesmo da ilha da Madeira e de Ceuta: Fernando Afonso era morador em Melgaço⁷⁹, na comarca de Entre-Douro-e-Minho; Afonso Álvares era natural da aldeia de Vale de Prados, termo de Bragança⁸⁰, comarca de Trás-os-Montes; João Afonso, Pedro Eanes, João Eanes e Rodrigo Eanes que, ao que tudo indica eram familiares, moravam todos na aldeia da Benespera, no termo da Guarda⁸¹, comarca da Beira; Fernão Lopes era natural de Eiras, no termo de Coimbra⁸², na comarca da Estremadura; Afonso Lourenço, natural de

⁷² Aposentação que, não raras vezes, era atribuída após o serviço numa campanha. Exemplo disso mesmo é Álvaro Sem-Medo, escudeiro e vassalo régio que, por participar na conquista de Arzila, é aposentado mesmo sem ter atingido os 70 anos; Carta régia, Lisboa, 07.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 223v.

⁷³ Gil Eanes, vassalo régio morador no Lumiar, era aposentado, em 1469, por ter atingido os 70 anos e por ser aleijado; Carta régia, Lisboa, 20.07.1469, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 69v.

⁷⁴ Exemplo disso mesmo é Afonso Moutinho, aquantiado em cavalo raso, que pede ao rei, com o apoio dos frades do mosteiro da Batalha, a aposentação por ter 70 anos. O pedido é aceite pelo rei; GOMES, 2002, vol. I, pp. 13-14.

⁷⁵ Carta régia, Lisboa, 03.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 35v,

⁷⁶ Veja-se o Quadro nº1 presente nos anexos.

⁷⁷ Veja-se, Carta régia, Santarém, 28.04.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 38.

⁷⁸ Veja-se o capítulo II.

⁷⁹ Carta régia, Lisboa, 12.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fls. 71-71v.

⁸⁰ Carta régia, Lisboa, 26.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 107.

⁸¹ Carta régia, Tânger, 07.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 17.

⁸² Carta régia, Lisboa, 19.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 38.

Évora⁸³, e Estêvão Terreiro, de Moura⁸⁴, eram ambos originários da comarca de Entre-Tejo-e-Guadiana; Nuno Martins morava em Lagos⁸⁵, na comarca do Algarve; Álvaro Dias⁸⁶, Gonçalo Fernandes Gereiro⁸⁷, António Eanes⁸⁸ e Rodrigo Álvares⁸⁹, eram moradores na Madeira; E por fim, Rui Gomes, escudeiro do conde de Vila Real, morava em Ceuta⁹⁰.

Com a junção de todos estes apoios, D. Afonso V foi capaz de recrutar 23.000 homens de combate para o auxiliarem na conquista de Arzila. Este número foi apresentado por D. Vasco de Ataíde, prior do Crato nas suas memórias sobre o reinado afonsino⁹¹, e parece-nos mais credível que os dados apresentados por Rui de Pina, que refere uma hoste de 30.000 homens⁹², pelas legendas das *Tapeçarias de Pastrana*, que referem igualmente 30.000 homens⁹³, e mesmo que Damião de Góis, que no entanto se aproximou mais do valor apresentado pelo prior, ao indicar uma hoste composta por 24.000 homens de combate e serviço, sem contar com marinheiros⁹⁴.

Ao contrário de Rui de Pina, D. Vasco de Ataíde não era um oficial régio e não tinha, portanto, necessidade de empolar números por forma a engrandecer os feitos da Coroa que servia. Igual propósito serviam as *Tapeçarias de Pastrana*, ao referirem – e acima de tudo representarem – um exército ideal e quase perfeito, pelo que, enquanto elemento de propaganda régia, devem ser fortemente questionadas. Damião de Góis parece ter tentado, de facto, obter a verdade acerca da dimensão da hoste que conquistou Arzila. As dificuldades que enfrentou enquanto o tentava fazer levaram-no a criticar as ocultações de Rui de Pina⁹⁵.

Se a população de Portugal fosse de, como referimos, cerca de 900.000 habitantes, então não julgamos ser demasiado grande uma hoste que contasse com 23.000 homens. Dividindo pela metade a população entre homens e mulheres – a realidade seria algo diferente, é certo – então Portugal disporia de uma população masculina a rondar os 450.000 indivíduos. Assim sendo, 23.000 homens correspondem apenas a 5% do total da população

⁸³ Carta régia, Lisboa, 03.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 1.

⁸⁴ Carta régia, Lisboa, 31.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 98v.

⁸⁵ Carta régia, Lisboa, 20.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 43v-44.

⁸⁶ Carta régia, Lisboa, 13.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 34.

⁸⁷ Carta régia, Lisboa, 25.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 119.

⁸⁸ Carta régia, Lisboa, 29.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 27v.

⁸⁹ Carta régia, Lisboa, 30.12.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 97-97v.

⁹⁰ Carta régia, Lisboa, 24.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 75.

⁹¹ PROVAS, tomo II, parte I, p. 23; As memórias terão sido escritas entre 1481 e 1483, por o prior referir que D. Afonso V já faleceu, o que ocorreu no primeiro desses anos, e por afirmar que o duque de Bragança é ainda D. Fernando, sendo que este haveria de ser decapitado em 1483.

⁹² PINA, 1977, cap. CLXIII, p. 820.

⁹³ DP, vol. III, p. 103, doc. 76.

⁹⁴ Damião de Góis era, conforme afirmou na sua crónica, conhecedor das memórias de D. Vasco de Ataíde, pelo que tal semelhança entre os números apresentados por ambos era natural; GÓIS, 1790, cap. XXI, p. 58.

⁹⁵ GÓIS, 1790, cap. XXVI, p. 67.

masculina do reino. Ainda que seja impossível contabilizar o número de indivíduos demasiado jovens ou demasiado idosos para participarem, os inválidos, os clérigos e os privilegiados isentos do serviço militar, julgamos ter sido possível a D. Afonso V recrutar 23.000 homens de combate para conquistar Arzila. Em 1471, D. Juan Pacheco, marquês de Vilhena, referia que o rei de Portugal era capaz de recrutar uma hoste de 16.000 homens, entre 4.000 homens de cavalo e 12.000 homens de pé⁹⁶. Seria uma hoste equilibrada, e que permitia avançar por território castelhano, mas sem desguarnecer por completo as defesas de Portugal. Tratando-se Arzila de um alvo distante, era possível utilizar um maior número de tropas, dado que não era expectável que o reino viesse a ser atacado enquanto D. Afonso V se encontrava em Marrocos, ao contrário do que sucederia durante uma guerra contra Castela.

A Coroa portuguesa estava também, ao que tudo indica, relativamente rotinada no levantamento de hostes de dimensão considerável⁹⁷. Para a conquista de Ceuta, em 1415, os números não são fáceis de calcular, mas a hoste portuguesa parece não ter alcançado os 20.000 combatentes⁹⁸. Para a campanha contra Tânger, em 1437, o exército idealizado deveria ter sido composto por 14.000 homens, mas apenas 6.000, ou seja 43% do total, chegaram a desembarcar no Norte de África⁹⁹. Para a conquista de Alcácer Ceguer, em 1458, D. Afonso V fez-se acompanhar por uma hoste de 22.000 homens¹⁰⁰. Em 1475, com o início da guerra pelo trono castelhano, o rei português foi acompanhado por cerca de 20.000 homens¹⁰¹. Apenas a campanha de 1437 contou com uma fraca aderência de guerreiros, o que é explicável dada a ausência do rei, que permaneceu no reino.

Assim sendo, e dado os argumentos já expostos, julgamos que 23.000 homens é o número mais correcto para a hoste reunida em 1471. Encontra-se algo longe daquele apresentado por Rui de Pina, ainda que admitamos que seja possível a hoste chegar aos 30.000 homens, se se lhe juntar as tripulações de todas as embarcações fretadas, muitas das quais compostas por estrangeiros. Se as tripulações fossem compostas por, ao todo, 7.000 homens, então, ao dividir este valor pelo total das embarcações presentes na campanha, 338,

⁹⁶ QUADRO, vol. III, pp. 107-108; Julgamos os valores apresentados pelo marquês castelhano dignos de crédito, uma vez que este negociava com Luís XI de França por forma a garantir a formação de uma aliança entre aquele reino, Portugal e os aliados castelhanos de D. Afonso V, nos quais D. Juan Pacheco se incluía. Dadas estas circunstâncias, dificilmente o marquês empolaria os números da hoste portuguesa, sob pena de iniciada a guerra pelo trono de Castela, todas as expectativas do rei francês se verem defraudadas.

⁹⁷ MONTEIRO, 2003, pp. 205-207.

⁹⁸ Os números apontados por Ruy Dias de Vega, espião aragonês na corte de D. João I, indicam um total, bastante elevado, de 18.600 a 19.000 homens; MONTEIRO, 2003, pp. 205-207.

⁹⁹ COSTA, 2009, pp. 219-223.

¹⁰⁰ Números de D. Vasco de Ataíde; PROVAS, tomo II, parte I, p. 22; De acordo com Damião de Góis, foram 26.000 os homens recrutados para aquela mesma campanha; DUARTE, 2003, p. 425.

¹⁰¹ DUARTE, 2003, p. 375.

alcança-se uma média de 20 homens por navio. Este é um número que nos parece plausível, sobretudo se for tido em conta que existiam tipos bastante diferentes de embarcações, desde grandes naus e urcas até pequenas barcas de carretos¹⁰². Estas tripulações, pelas suas funções, não seriam combatentes activos durante a campanha. Assumindo que a hoste seria composta por 23.000 combatentes, então cada navio transportaria, em média, 68 homens, número a nosso ver realista. Vejamos então, nos sub-capítulos seguintes, como era, de facto, composta a hoste que em 1471 conquistou Arzila.

b) Os nobres e as suas mesnadas

Neste período a nobreza – ou seja os guerreiros por excelência¹⁰³ – combatia pelo rei não apenas devido a ligações de raiz vassálica, por deter terras doadas pela Coroa, mas cada vez mais por ser paga para servir na hoste régia ao comando de determinados contingentes de homens recrutados nas terras onde detinha jurisdição¹⁰⁴. A par do pagamento desses estipêndios em dinheiro – as chamadas contias –, a nobreza tinha ainda a hipótese de, a partir de 1415, exercer a sua função guerreira no Norte de África, uma vez que a conquista de Ceuta tinha aberto as portas à presença portuguesa na região. O serviço à Coroa nesta região não só permitia aos indivíduos nobres cumprir a sua função primacial, o exercício das armas, como lhes permitia ainda a obtenção de riquezas, fruto do saque e pilhagem de aldeias muçulmanas, o incremento da sua honra pessoal e do prestígio da sua linhagem, como ainda perspectivava uma futura mercê régia – uma tença, uma moradia, um título etc – pelos serviços prestados¹⁰⁵.

No Norte de África, tal como em todas as guerras, os nobres faziam-se acompanhar pelos seus dependentes: vassallos, criados, homens-de-armas, escudeiros e cavaleiros da casa, enfim, servidores de todo o género. Idealmente todos os nobres eram senhores, possuindo património de onde tiravam rendas que lhes permitiam viver de acordo com a sua condição, manter séquitos – mais ou menos numerosos – e recrutar contingentes armados. Contudo, nem toda a nobreza possuía património – próprio ou legado pela Coroa –, o que obrigava

¹⁰² Veja-se o sub-capítulo dedicado ao fretamento de navios.

¹⁰³ Toda a sua educação é vocacionada para o exercício das armas, desde os jogos marciais como as justas, até à caça e à montaria; Cf. MARTINS, 2013, pp. 19-30; Veja-se ainda MONTEIRO, 2003, pp. 212-215.

¹⁰⁴ Estas alterações no modelo de serviço nobre na guerra foram surgindo, em Portugal, ao longo da segunda metade do século XIV; MONTEIRO, 2003, pp. 192-193.

¹⁰⁵ RODRIGES, 2011, pp. 75-76; Inicialmente a nobreza demonstrar grande relutância em permanecer em Marrocos, e só começa a ganhar verdadeiro interesse naquela região após o exemplo bem sucedido da ascensão social de D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real; Cf. CAMPOS, 2004.

determinados nobres a integrar as Casas de fidalgos mais ricos e poderosos¹⁰⁶. Relativamente à conquista de Arzila, sabemos terem estado presentes nesta campanha – por existirem documentos que o comprovam – servidores de determinados nobres. Alguns destes indivíduos afirmavam terem servido na companhia dos seus senhores, como por exemplo Fernão Rodrigues, criado de Gomes Borges-o-Moço, escudeiro da Casa Real¹⁰⁷.

Dada a natureza das relações entre senhores e vassallos, era natural que os servidores que participaram na conquista de Arzila o tenham feito sob o comando dos homens que serviam, embora não o referissem na documentação onde eram privilegiados ou perdoados de crimes. Ou seja, é pela presença na tomada de Arzila de, por exemplo, Lopo Eanes Pimentel, escudeiro, que podemos deduzir que o senhor que servia, Álvaro Pires de Távora¹⁰⁸, também terá estado presente em Marrocos nesta ocasião. É ainda de particular interesse que Lopo Eanes Pimentel fosse um fidalgo que servia um nobre mais poderoso. De facto, era referido enquanto homem fidalgo numa carta de privilégio que o rei passou aos seus caseiros, lavradores, amos e apaniguados das comarcas de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, e isto por o dito Lopo Eanes ter estado pronto para servir na guerra¹⁰⁹. Ou seja, Lopo Eanes Pimentel, fidalgo, tinha património e servidores próprios, mas que não seriam suficientes para o seu sustento, pelo que servia ainda enquanto escudeiro de Álvaro Pires de Távora. Por fim, esta carta de privilégio seria, certamente, a recompensa dada pelo rei a Lopo Eanes Pimentel pelos serviços prestados em Arzila, uma vez que foi concedida numa data, 12 de Outubro de 1471, em que se vivia ainda no rescaldo da conquista desta vila.

Assim, fazendo uso deste método de análise, é possível afirmar que, em 1471, nas vésperas da partida para o Norte de África, toda a nobreza do reino, do mais importante senhor ao mais pobre dos escudeiros fidalgos, e sem esquecer os senhores eclesiásticos, se colocou junto do rei D. Afonso V disposta a servi-lo. A presença do rei e do príncipe nesta campanha foi, sem dúvida, o motivador principal de tão grande participação nobre, que assim não só cumpriu o seu dever para com a Coroa, como também recebeu – certamente de acordo com o esperado – importantes mercês por serviços prestados. Deste modo, todos os nobres titulares do reino tomaram parte na conquista de Arzila, excepção feita aos dois maiores: o duque de Viseu e Beja, D. João, e o duque de Bragança, D. Fernando. É a participação destas Casas na campanha de Arzila que analisaremos em primeiro lugar.

¹⁰⁶ MARQUES, 1987, pp. 237-238.

¹⁰⁷ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 64v.

¹⁰⁸ Carta régia, Lisboa, 30.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 23v.

¹⁰⁹ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 39v.

Em 1471 a Casa ducal de Viseu-Beja encontrava-se encabeçada por uma criança, o duque D. João, que herdara do pai, o infante D. Fernando, a maior casa senhorial do reino¹¹⁰. A morte prematura de D. Fernando, em 1470, poderia significar o arredar da Casa de Viseu-Beja de novas aventuras africanas – este infante sempre fora um entusiasta da guerra em Marrocos –, uma vez que o duque era agora uma criança e que a sua Casa teria que ser gerida em seu nome¹¹¹. Por seu lado, a Casa de Bragança, a segunda maior do reino, era gerida pelo duque D. Fernando, um veterano das guerras africanas¹¹². Homem idoso, a sua vetusta idade escusava-o do serviço militar, mas ainda assim pediu ao rei para o deixar tomar parte na armada de 1471 pois «seu coração e devaçam nom enfraquecia»¹¹³. O rei, dispensando o duque de nova campanha militar, acabou por o encarregar do governo de Portugal enquanto estivesse ausente em África, uma posição de grande responsabilidade e prestígio¹¹⁴. A documentação coeva demonstra que, ainda que os dois duques não tenham participado na expedição, tanto a Casa de Viseu-Beja como a Casa de Bragança deram importantes contributos em termos de homens para a campanha de 1471.

Relativamente ao ducado de Viseu, nem a circunstância da menoridade do duque impediu a participação na conquista de Arzila de homens ligados ao ducado, num total de 28 indivíduos apurados através da análise da documentação da chancelaria de D. Afonso V. Este é, para esta campanha, o maior número de servidores ligados a uma só Casa senhorial, o que indicia a capacidade recrutadora dos duques de Viseu¹¹⁵. Assim sendo, vejamos quem eram estes homens, que acompanhavam o rei numa campanha militar, apesar da ausência do senhor que serviam. Eram escudeiros: Álvaro Mendes, morador em Linhares¹¹⁶; Álvaro de Oliveira, morador em Torres Novas¹¹⁷; Antão Gonçalves¹¹⁸; Vicente Álvares Bravo, morador em Santiago do Cacém¹¹⁹; Estêvão Vasques¹²⁰; Fernando Eanes¹²¹; Álvaro Domingues¹²²;

¹¹⁰ Sobre a figura do infante D. Fernando, a sua Casa senhorial e os seus servidores, bem como o papel por estes desempenhado até à ascensão ao trono de D. Manuel I (1495-1521), veja-se COSTA, 2011, pp. 42-60.

¹¹¹ A tutorial do jovem duque e dos seus irmãos foi entregue à sua mãe, D. Beatriz, filha do infante D. João e neta do rei D. João I; Cf. COSTA, 2011, pp. 62-64.

¹¹² Sobre esta figura veja-se DÁVILA, 2009.

¹¹³ PINA, 1977, cap. CLXIII, p. 819.

¹¹⁴ Veja-se o capítulo III da presente dissertação.

¹¹⁵ Já em ocasiões anteriores a Casa de Viseu-Beja demonstrou ser capaz de levantar uma hoste considerável. Em 1468 ou 1469, quando o infante D. Fernando saqueou Anafé, fez-se acompanhar por 10.000 homens, a grande maioria dos quais seriam, sem dúvida, recrutados nas terras do seu ducado, sobretudo tendo em conta que o rei não tomava parte na expedição; PINA, 1977, cap. CLX, p. 816

¹¹⁶ Carta régia, Tânger, 06.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 7v.

¹¹⁷ Carta régia, Lisboa, 25.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 22.

¹¹⁸ Que afirma ser escudeiro e ter sido criado do infante D. Fernando; Carta régia, Lisboa, 22.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 68v.

¹¹⁹ Carta régia, Lisboa, 25.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 101.

¹²⁰ Que além de escudeiro fora ainda criado e moço de capela do infante D. Fernando; Carta régia, Lisboa, 28.10.1471, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 83v.

Gonçalo Nunes, alcaide de Arruda¹²³; Fernão Cardoso¹²⁴; Vasco Gonçalves, morador em Setúbal¹²⁵; Mendo Afonso, conselheiro régio¹²⁶; Fernando de Almeida, alcaide de Pombal¹²⁷; Rui Fernandes, morador em São Vicente da Beira¹²⁸; Afonso de Matos, morador em Castelo de Vide¹²⁹; e Rui Fernandes¹³⁰.

Relativamente aos criados, eram eles: Pêro Camelo¹³¹; Pedro Afonso de Barros, morador em Alferrara, termo de Palmela¹³²; Gomes Muacho, morador em Nisa¹³³; Vasco Gonçalves¹³⁴; Luís d'Azevedo, fidalgo¹³⁵; e Rui Lopes da Horta, cavaleiro¹³⁶.

Por fim, os fidalgos e cavaleiros ligados à Casa de Viseu-Beja: Nuno da Cunha, cavaleiro¹³⁷; Gil da Cunha, fidalgo¹³⁸; Luís Gonçalves, fidalgo e criado de Rui Pereira¹³⁹; Lopo Chainho, cavaleiro¹⁴⁰; Luís Eanes de Aguiar, cavaleiro¹⁴¹; e Rui Pereira, fidalgo¹⁴². Um caso singular refere um tal Álvaro Eanes que se assumia enquanto espingardeiro do infante D. Fernando¹⁴³, num claro sinal de que não apenas a Coroa se preocupava em ter junto de si,

¹²¹ Carta régia, Lisboa, 31.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 130v.

¹²² Carta régia, Lisboa, 11.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 51-51v.

¹²³ Carta régia, Lisboa, 19.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 23.

¹²⁴ Além de escudeiro fora ainda criado do infante D. Fernando; Carta régia, Lisboa, 20.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 47.

¹²⁵ Carta régia, Lisboa, 04.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 49-49v.

¹²⁶ Este indivíduo é ainda mencionado enquanto marechal. Marechal do ducado de Viseu? Porque o marechal do reino é, neste período, sempre um membro da linhagem dos Coutinho; Carta régia, Tentúgal, 29.05.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 101v.

¹²⁷ Alcaide apenas em substituição do seu irmão, Lopo Botelho; Carta régia, Lisboa, 25.11.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 121v.

¹²⁸ Não é certo que este escudeiro tenha servido D. Fernando, uma vez que se refere apenas ter referido um infante. Mas, em função da vila onde habita, será certamente escudeiro de D. Fernando, ou quando muito do infante D. Henrique, por ambos terem sido duques de Viseu; Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 113v.

¹²⁹ Carta régia, Lisboa, 08.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 31v-32.

¹³⁰ Carta régia, Lisboa, 29.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 128v.

¹³¹ Carta régia, Tânger, 08.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 12v-13.

¹³² Carta régia, Lisboa, 18.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 48-48v.

¹³³ Carta régia, Lisboa, 31.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 80v.

¹³⁴ Carta régia, Lisboa, 31.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 96-96v.

¹³⁵ Carta régia, Lisboa, 29.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 93v-93; Sendo claramente identificado como fidalgo não deixa, ainda assim, de ser criado do duque, o que demonstra como a pequena nobreza servia, muitas vezes, a nobreza titular.

¹³⁶ Carta régia, Lisboa, 06.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 33.

¹³⁷ Carta régia, Lisboa, 03.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 110.

¹³⁸ Carta régia, Lisboa, 29.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 87.

¹³⁹ Carta régia, Lisboa, 01.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 57.

¹⁴⁰ Carta régia, Évora, 04.01.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fls. 13v-14.

¹⁴¹ Carta régia, Évora, 10.12.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 264-264v.

¹⁴² Desconhecemos se se trata do mesmo Rui Pereira já referido; Carta régia, Évora, 18.01.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fls. 11v-12.

¹⁴³ Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 82.

e prontos para a guerra, homens treinados no uso das armas mais avançadas do período, as armas de fogo portáteis como as espingardas¹⁴⁴.

Como referimos, esta foi a Casa senhorial que, de acordo com a amostra presente na chancelaria de D. Afonso V, contribuiu com mais homens para a armada de conquista de Arzila. Dada a falta de outras fontes, não é possível conhecer a dimensão real dos contingentes levantados pelos homens do duque, mas sem dúvida que seriam de uma dimensão apreciável. Em todo o caso, este contributo é superior ao da própria Casa de Bragança, pelo menos de acordo com a documentação de chancelaria. Esta é, de resto, uma circunstância algo surpreendente, sobretudo se tivermos em conta que o duque de Bragança enviou nesta expedição os seus quatro filhos varões, fazendo-os acompanhar, naturalmente, de contingentes armados compostos por grande número de combatentes, enquanto que a Casa de Viseu-Beja não contribuiu com nenhum dos elementos da sua linhagem – por serem todos crianças.

Como antes foi dito, o duque de Bragança não tomava parte na expedição e ficava encarregue de governar o reino na ausência do monarca. Para o desempenho desta importante tarefa certamente terá desejado contar com boa parte dos homens de sua Casa. No entanto, e dado que todos os filhos varões do duque – D. Fernando, D. João, D. Afonso e D. Álvaro – tomavam parte na expedição, o velho duque não deixou de enviar alguns dos seus homens para acompanharem os filhos, não só enquanto forma de demonstração do poder da Casa de Bragança, mas também, e de forma mais pragmática, para garantirem a segurança dos herdeiros do duque, ainda que estes possuíssem servidores próprios. Assim se compreende a presença na conquista de Arzila de Diogo do Vale, escudeiro do duque morador na Batalha¹⁴⁵, João Vaz Lordelo, também escudeiro de D. Fernando e ainda vassalo régio¹⁴⁶ e Vasco Eanes, criado da duquesa D. Constança de Noronha¹⁴⁷.

Os filhos do duque de Bragança tiveram, de resto, papéis relevantes na expedição, de acordo com a sua condição social e, certamente, também de acordo com as respectivas capacidades organizativas e marciais.

A D. Fernando, herdeiro do ducado de Bragança, coube o recrutamento e a organização dos homens da comarca de Entre-Douro-e-Minho, além do comando da armada

¹⁴⁴ Já o infante D. Henrique, tio e pai adoptivo de D. Fernando, tinha contado com espingardeiros na sua Casa, num sinal de que havia plena percepção das mudanças que se íam operando em termos de tecnologia militar. De facto, de acordo com a carta de quitação passada a 5 de Julho de 1464 a Fernando Afonso, escudeiro da Casa Real e criado do infante D. Henrique, temos notícia de que, na altura em que faleceu, em 1460, este infante pagava a moradia a um espingardeiro de nome Jorge; DP, vol. III, p. 43, doc. 29.

¹⁴⁵ Carta régia, Lisboa, 30.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 57.

¹⁴⁶ Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 81v-82.

¹⁴⁷ Carta régia, Lisboa, 06.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 13-13v; A condessa era a viúva idosa do primeiro duque de Bragança, D. Afonso, bastardo do rei D. João I.

que, tendo partido do Porto, conduziu estas gentes a Lisboa, onde se reuniram com a restante frota real em inícios de Agosto de 1471¹⁴⁸. A escolha de D. Fernando é compreensível à luz não só da sua origem familiar, mas também devido aos seus atributos pessoais. O duque de Guimarães era um importante senhor na região, e era filho de um senhor ainda mais poderoso, o duque de Bragança, pelo que ambos moveriam uma grande influência regional, o que facilitava a tarefa de recrutamento de homens. Por outro lado, D. Fernando era o fidalgo de maior prestígio a partir daquela região para integrar a expedição contra Arzila, daí ser natural que o comando da armada que partiria do Porto lhe fosse confiado. Já em Arzila, o duque de Guimarães parece ter sido um dos principais instigadores da recusa de D. Afonso V em negociar a rendição de Arzila da primeira vez que os moradores desta tentaram entabular conversações com os sitiadores¹⁴⁹.

Nesta campanha ter-se-á feito acompanhar por um séquito numeroso, condizente com a sua posição social, e do qual restam alguns vestígios documentais. No final da campanha, o duque, usando da sua posição privilegiada junto do rei, conseguiu uma quantidade apreciável de mercês para os homens que o tinham servido. Assim sendo, temos informações relativas à presença no Norte de África de um fidalgo da sua Casa, Fernão Pereira¹⁵⁰, dois cavaleiros, Vasco Fernandes de Caminha¹⁵¹, e Luís Eanes da Veiga¹⁵², bem como quatro escudeiros, Gonçalo Eanes de Ganfei, de Valença do Minho¹⁵³, Pero Vieira¹⁵⁴, Mem Soares¹⁵⁵, e Gonçalo Álvares, este último morador em Guimarães¹⁵⁶. Também um seu criado tomou parte na armada, de nome João Dias, morador em Guimarães¹⁵⁷, bem como um físico que serve a sua

¹⁴⁸ PINA, 1977, cap. CLXIII, p. 819.

¹⁴⁹ PB, pp. 515-517; A notícia escrita por Jean de Wavrin, que servia para elucidar o duque da Borgonha, Carlos, o Temerário, primo de D. Afonso V, acerca da vitória obtida em Arzila e da ocupação de Tânger, é uma fonte bem fundamentada, uma vez que o seu autor afirma no início do documento ter retirado todas as informações de cartas que foram enviadas à duquesa viúva, D. Isabel, mãe do duque Carlos e tia do rei português, por D. Joana, infanta de Portugal. De resto, este documento é elaborado a pedido da duquesa viúva.

¹⁵⁰ Foram-lhe doadas vitaliciamente, por morte de seu pai Gonçalo Pinto, as terras de Pendelhe e Paço; Carta régia, Tânger, 10.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 24.

¹⁵¹ Nomeado recebedor-mor das coisas e dinheiros de Ceuta, Tânger e outras vilas de África para a cidade do Porto e comarca de Entre-Douro-e-Minho; Carta régia, Tânger, 06.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 26; Foram-lhe ainda doados os bens de Afonso Rodrigues de Bacalar, escudeiro morador em Valença, por este se ter recusado a servir na armada de conquista de Arzila na embarcação capitaneada por João da Silva; Carta régia, Lisboa, 07.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 127.

¹⁵² Nomeado para o cargo de sobre-juiz da Casa do Cível de Lisboa, em substituição de Filipe Eanes, cavaleiro da Casa Real, que foi aposentado; Carta régia, Arzila, 30.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 8v.

¹⁵³ Carta régia, Lisboa, 07.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 31.

¹⁵⁴ Carta régia, Lisboa, 01.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 115-115v.

¹⁵⁵ Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 46v.

¹⁵⁶ Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 121-121v.

¹⁵⁷ Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 87v.

Casa, um tal de Mestre Abaz, judeu¹⁵⁸. Existem ainda referências a indivíduos recrutados nas terras do ducado de Guimarães: Afonso de Borrainho, lavrador¹⁵⁹, morador em Penela, e João Eanes, morador na honra da vila de Marim¹⁶⁰. Por fim, refira-se João Vasques de Souto, morador no julgado de Vermoim¹⁶¹, que apesar de, aparentemente, ser um indivíduo de condição social mais baixa, foi recompensado, e isto por ser próximo do duque e pelos serviços prestados em Arzila.

Quanto a D. João, senhor das Alcáçovas, do Cadaval e do Redondo¹⁶² e futuro condestável e marquês de Montemor-o-Novo, também existem referências à presença deste fidalgo, além de homens da sua Casa, na conquista de Arzila. Quando D. Afonso V pensou enviar a armada que apontava a Arzila para combater os Ingleses, como resposta aos mais recentes ataques de pirataria no Canal da Mancha, foi a D. João que confiou o comando da armada que era constituída por «carracas e muytas naaos grossas, e outros navyos pequenos em grande numero»¹⁶³. D. João acabou por desempenhar um papel decisivo na campanha de 1471, ao garantir ao rei que Tânger tinha sido, de facto, abandonada pelos seus moradores¹⁶⁴. De resto, os seus serviços seriam recompensados com a atribuição, feita logo a 30 de Outubro de 1471, do senhorio de Montemor-o-Novo¹⁶⁵.

A acompanhar D. João nesta campanha estiveram: Martim Rodrigues¹⁶⁶ e Pero Fernandes¹⁶⁷, escudeiros, e Nuno Pinto¹⁶⁸, criado de D. João, bem como Pedro Afonso Mira, um seu apaniguado que era aquantiado em cavalo e armas¹⁶⁹. Parece-nos ainda significativo que já nesta altura as ligações de D. João ao Alentejo fossem claras, dado que três dos seus quatro servidores residiam naquela região.

¹⁵⁸ Que recebe, a pedido do duque de Guimarães, o cargo de escrivão da câmara dos judeus de Lisboa, em substituição de Mestre Abraão, físico régio que faleceu na conquista de Arzila; Carta régia, Arzila, 30.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 20v.

¹⁵⁹ Carta régia, Lisboa, 21.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 150.

¹⁶⁰ Carta régia, Lisboa, 30.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 14.

¹⁶¹ João Vasques de Souto é recebido por vassalo régio e de imediato aposentando, mesmo sem ter alcançado os 70 anos, com todas as honras, privilégios, liberdades e franquezas dos vassallos aposentados; Carta régia, Sintra, 06.11.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 205v.

¹⁶² FONSECA, 2010, pp. 18-29.

¹⁶³ PINA, 1977, cap. CLXII, pp. 818-819; Como vimos, esta armada punitiva contra Inglaterra não chegou a ter lugar, pelo que foi redireccionada para a conquista de Arzila, ficando assim a capitania de D. João sem qualquer efeito.

¹⁶⁴ PINA, 1977, cap. CLXVII, pp. 824-825; Assunto que abordaremos com maior detalhe no capítulo V.

¹⁶⁵ A atribuição do ofício de condestável viria mais tarde, em 1473, sendo possivelmente desse ano também a atribuição do título de marquês de Montemor; FONSECA, 2010, pp. 31-38.

¹⁶⁶ Carta régia, Lisboa, 28.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 69-69v.

¹⁶⁷ Carta régia, Lisboa, 28.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 70.

¹⁶⁸ Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 45.

¹⁶⁹ Este indivíduo é isento do serviço militar por ter acompanhado D. João na campanha, o que demonstra que este terá intercedido junto do rei para que o seu servidor fosse agraciado com uma mercê; Carta régia, Évora, 16.03.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 81v.

D. Afonso, conde de Faro, também participou na expedição de conquista de Arzila, seguindo o exemplo dos irmãos D. Fernando e D. João. Jean de Wavrin, na notícia que escreve sobre a conquista de Arzila, refere que uma primeira tentativa de comunicação entre os moradores de Arzila e o rei português é mediada por um tal de «conte de Forron»¹⁷⁰, que dada a semelhança entre as palavras «Forron» e Faro julgamos ser o conde D. Afonso. Nesta conquista participou um seu criado, Fernão Pinheiro¹⁷¹, e um cavaleiro da sua Casa, Fernão Lemos, que por seu lado foi acompanhado por pelo menos um seu amo, João Gabriel, que também era vassalo régio, e que pela participação na conquista de Arzila foi aposentado¹⁷². Refira-se ainda um indivíduo cuja fidelidade não é clara: Fernão da Mesquita, cavaleiro¹⁷³, referido enquanto servidor da Casa de D. Afonso, sem no entanto se especificar que D. Afonso. Poderá tratar-se do conde de Faro, ou de D. Afonso de Vasconcelos, conde de Penela, pelo que permanece a dúvida.

Por fim, D. Álvaro, chanceler-mor também integrou a campanha contra Arzila, embora se desconheça o papel que desempenhou. Tratava-se não só de um filho do duque de Bragança mas também de um importante oficial régio, pelo que a sua presença junto do rei numa conquista em Marrocos era mais do que natural. Mem Gonçalves, de Évora¹⁷⁴, e Rui Dias, de Torres Vedras¹⁷⁵, eram dois escudeiros identificados como servindo o chanceler-mor e cuja presença na conquista de Arzila se encontra documentalmente comprovada.

Face aos contributos para a hoste régia oferecidos pelas duas maiores Casas senhoriais do reino, restava aos restantes nobres titulares, grandes senhores eclesiásticos e fidalgos de alguma monta, um papel menor, mas que não deixa de ser relevante, pelo que o analisaremos.

Em 1471, D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real, era não só um veterano da guerra no Norte de África mas também um homem próximo do rei¹⁷⁶. Temos notícia da sua participação na conquista de Arzila através da presença na mesma de vários servidores seus: João Gonçalves¹⁷⁷ e Gonçalo Cordeiro¹⁷⁸, cavaleiros; Rui Gomes, de Ceuta¹⁷⁹, Gonçalo

¹⁷⁰ Portugal et Bourgogne, p. 517.

¹⁷¹ Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 46-46v.

¹⁷² Carta régia, Tânger, 09.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 12.

¹⁷³ Carta régia, Lisboa, 14.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 52.

¹⁷⁴ Carta régia, Lisboa, 21.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 58.

¹⁷⁵ Carta régia, Lisboa, 22.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 51.

¹⁷⁶ Em 1455 foi encarregue pelo rei de acompanhar a infanta D. Joana ao reino de Castela, onde esta viria a casar com o rei D. Enrique IV. Em 1460 seria nomeado capitão de Ceuta, aí permanecendo até 1464, e tendo mesmo acompanhado o rei na sua fatídica cavalgada pela serra de Benacofu; TEIXEIRA, 2004, 118-119.

¹⁷⁷ Carta régia, Lisboa, 16.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 53.

¹⁷⁸ Carta régia, Elvas, 12.03.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 48.

¹⁷⁹ Carta régia, Lisboa, 24.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 75.

Pousado¹⁸⁰, Diogo Lopes, de Leiria¹⁸¹, e Tristão Fernandes¹⁸², todos eles escudeiros. Já Vicente Dias, de Leiria era referido como sendo escudeiro e criado do conde de Vila Real¹⁸³, enquanto que Pero do Carvalhal era um seu pajem¹⁸⁴. Por fim Afonso Botelho, criado do conde de Vila Real, filho de um cavaleiro da Casa do mesmo conde também ele chamado Afonso Botelho, que pelos serviços prestados na conquista de Arzila, e a pedido expresso do próprio D. Pedro de Meneses, vai receber do rei, a partir de Janeiro de 1475, uma tença anual de 4.000 reais brancos¹⁸⁵. A presença do conde de Vila Real na conquista de Arzila seria assim mais significativa não tanto pelo séquito que o acompanhou – que terá certamente sido considerável tendo em conta que encontramos registos documentais da presença na expedição de oito servidores seus – mas antes pelas mercês régias que este conde obteve do monarca para agraciar os bons serviços prestados pelos homens de sua Casa, do qual o referido Afonso Botelho, servidor de segunda geração da Casa de Vila Real, era um exemplo claro.

Também D. Afonso de Vasconcelos e Meneses já tinha adquirido experiência nos campos norte-africanos¹⁸⁶ quando, em 1471, acompanhou o rei na conquista de Arzila. Do seu papel na campanha nada se sabe, mas é certo que lá esteve, uma vez que, pouco depois do término desta, a 24 de Outubro, seria agraciado pelo rei com a atribuição do título de conde de Penela¹⁸⁷. D. Afonso fez-se acompanhar, naturalmente, por um séquito próprio, do qual chegaram até nós alguns nomes: João Gonçalves¹⁸⁸, criado; Álvaro Martins¹⁸⁹, Diogo Gonçalo de Travaços¹⁹⁰, Álvaro Rodrigues Carvalhal¹⁹¹, Álvaro Rodrigues¹⁹², Nuno Martins¹⁹³ e Lopo Dias¹⁹⁴, escudeiros. Por fim, um indivíduo já antes referido e que tanto poderá ser servidor de D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, como de D. Afonso de Bragança, conde de Faro, pelas razões já antes explicadas. Referimo-nos pois a Fernão da

¹⁸⁰ Carta régia, Lisboa, 22.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 73v-74.

¹⁸¹ Carta régia, Santarém, 29.04.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 7v-8.

¹⁸² Era ainda corregedor de Almeida. Pela sua participação na conquista de Arzila vai ser recompensado com a nomeação para o cargo de alfaqueque da cidade de Tânger; Carta régia, Tânger, 07.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 11-11v.

¹⁸³ Carta régia, Lisboa, 15.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 32v.

¹⁸⁴ Carta régia, Elvas, 30.03.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 41.

¹⁸⁵ Carta régia, Estremoz, 14.02.1475 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 147v.

¹⁸⁶ SANTANA, 2004, pp. 59-60.

¹⁸⁷ Título que era atribuído não só pelos vários serviços prestados em Marrocos, mas também pelo parentesco que ligava D. Afonso ao rei, uma vez que era descendente do infante D. João, filho do rei D. Pedro e de D. Inês de Castro; SANTANA, 2004, p. 60.

¹⁸⁸ Carta régia, Lisboa, 30.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 38v.

¹⁸⁹ Carta régia, Sousel, ?.?.14?? in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 182.

¹⁹⁰ Carta régia, Coimbra, 21.08.14?? in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 123.

¹⁹¹ Carta régia, Lisboa, 28.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 92.

¹⁹² Carta régia, Santarém, 17.05.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 93-93v.

¹⁹³ Carta régia, Tentúgal, 29.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 129v.

¹⁹⁴ Carta régia, Coimbra, 29.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 168v-169.

Mesquita, cavaleiro¹⁹⁵. Parece-nos, contudo, mais provável que seja servidor deste D. Afonso, por o seu título ser então mais recente do que o de D. Afonso, conde de Faro, e como tal poder ser natural que não figurasse ainda nas cartas régias.

D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, foi um dos nobres em maior destaque durante a conquista de Arzila, tendo-lhe sido confiado pelo rei um importante papel durante toda a operação de cerco. A entrega de tais responsabilidades ao conde de Monsanto ter-se-à devido à vasta experiência militar acumulada por este fidalgo ao longo de décadas¹⁹⁶. No capítulo IV analisaremos com maior detalhe as acções D. Álvaro durante o cerco de Arzila, onde virá a falecer. Por agora, salientemos os nomes dos servidores, num total de 12, que o acompanharam em 1471¹⁹⁷. Dez destes indivíduos eram escudeiros: João de Gouveia¹⁹⁸; João de Arouca¹⁹⁹; André de Bairos, de Coimbra²⁰⁰; Gil Vasques, da Guarda²⁰¹; João Coresma²⁰²; João Machado²⁰³; e por fim Gil Álvares, também conhecido por Gil Eanes²⁰⁴, Lopo Rodrigues²⁰⁵ e Pero Coutinho²⁰⁶ que além de escudeiros eram ainda criados do conde. Já João Cordeiro²⁰⁷ e Diogo Gil, de Sintra²⁰⁸, eram referidos apenas como criados do conde.

De entre os vários servidores de D. Álvaro de Castro, o caso de Pero Coutinho, escudeiro e criado do dito conde, afigura-se de maior interesse, pois ao que tudo indica este indivíduo comandou ele mesmo um séquito próprio. É o que se entende quando Vicente Eanes e Álvaro Eanes, moradores na Azinhaga, termo de Santarém, referem ter servido sob as ordens de Pero Coutinho durante a conquista de Arzila²⁰⁹. Este contingente – cuja dimensão real desconhecemos – sem dúvida que se integrou na mesnada do conde de

¹⁹⁵ Carta régia, Lisboa, 14.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 52; Carta régia, Lisboa, 21.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 57v.

¹⁹⁶ MORENO, 1979, vol. II, pp. 758-763; Experiência já antes referida no capítulo I.

¹⁹⁷ Todos estes servidores – excepção feita a João Gouveia – poderiam ser servidores não de D. Álvaro, mas sim de D. João de Castro, seu filho e herdeiro, uma vez que nos documentos onde são referidos apenas afirmam servir o conde de Monsanto.

¹⁹⁸ Este indivíduo é recompensado pela sua participação na conquista de Arzila com o recebimento por vassallo régio e imediata aposentação, apesar de não ter alcançado ainda a idade limite de 70 anos; Carta régia, Sintra, 07.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 51v.

¹⁹⁹ Carta régia, Lisboa, 16.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 20v.

²⁰⁰ Carta régia, Lisboa, 31.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 14v.

²⁰¹ Carta régia, Lisboa, 14.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 26-26v.

²⁰² Carta régia, Lisboa, 21.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 73v.

²⁰³ Carta régia, Évora, 09.03.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fls. 83-83v.

²⁰⁴ Carta régia, Lisboa, 28.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 81v.

²⁰⁵ Carta régia, Lisboa, 18.02.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 49v.

²⁰⁶ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 65; Carta régia, Lisboa, 16.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 65.

²⁰⁷ Carta régia, Lisboa, 11.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 38v.

²⁰⁸ Carta régia, Lisboa, 16.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 50.

²⁰⁹ Ambos recebem, pelos serviços prestados, isenção do pagamento de impostos concelhios, do direito de pousada, do serviço em ofícios e encargos concelhios, de irem com presos ou dinheiro, de serem tutores ou curadores de órfãos, de serem besteiros e de servirem na guerra por terra ou mar; Carta régia, Lisboa, 16.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 65.

Monsanto, num caso que demonstra como a mobilização da grande nobreza trazia consigo o recrutamento da restante nobreza do reino, bem como o de muitos outros homens²¹⁰.

Refiram-se, por fim, dois indivíduos que poderão ter sido servidores de D. Álvaro de Castro, embora na documentação apenas fossem referidos enquanto servidores de um D. Álvaro: Pero Lourenço, morador em Portalegre, e Gomes Eanes, tanoeiro de Lisboa. Ambos receberam os mesmo privilégios pela participação na conquista de Arzila²¹¹.

D. João Coutinho, jovem conde de Marialva, foi, a par de D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, uma figura de grande importância na conquista de Arzila, vindo aí a perder a vida, como mais adiante veremos. Apenas encontramos referência documental a um seu criado, de nome João Lopes²¹². Existe ainda referência à participação na expedição de Fernando Coelho, morador em Pinhel, que é referido enquanto antigo criado de D. Vasco Fernandes Coutinho²¹³, conde de Marialva, portanto o falecido avô de D. João. Desconhecemos, no entanto, em que mesnada nobre serviu este indivíduo, embora seja de crer que tenha permanecido ao serviço dos condes de Marialva, e como tal tenha ingressado nas forças de D. João Coutinho.

D. Francisco Coutinho acompanhou o irmão mais velho, D. João Coutinho, na expedição a Arzila, e aí lhe viria a suceder no condado de Marialva, após a morte deste nos combates que tiveram lugar na mesquita da vila. O serviço e morte do irmão acabaram por valer a D. Francisco a entrega dos bens deste, naquilo que constituiu, por vontade régia, uma excepção à Lei Mental²¹⁴. Relativamente aos servidores de D. Francisco, apenas conhecemos o nome de um seu criado, Estêvão Gonçalves²¹⁵.

Outros membros da linhagem dos Coutinho serviram na conquista de Arzila, como o marechal e conselheiro régio, D. Fernando Coutinho, *O Velho*²¹⁶, que na ausência do condestável – o já referido duque de Viseu, D. João – era a mais elevada autoridade militar da expedição, logo a seguir ao próprio rei²¹⁷. Assim, além de ser lógico que o marechal do reino acompanhe o rei numa tão importante expedição militar, a presença em Arzila de pelo menos

²¹⁰ Cf. MONTEIRO, p. 193.

²¹¹ Isenção de servir na guerra, por terra ou mar, excepto se na companhia do rei ou do príncipe, além da isenção do pagamento dos impostos concelhios, de ir com presos ou dinheiro, de ser tutor ou curador, e do direito de pousada. É ainda concedida permissão de porte de armas; Carta régia, Lisboa, 03.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 142.

²¹² Este indivíduo assume-se como criado do conde de Marialva, sem no entanto especificar se se refere a D. João ou a D. Francisco Coutinho. Cremos, no entanto, que se refere ao primeiro dos condes; Carta régia, Lisboa, 26.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 67v.

²¹³ Carta régia, Tentúgal, 17.06.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 257v.

²¹⁴ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 823.

²¹⁵ Carta régia, Lisboa, 05.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 67v.

²¹⁶ LL, 1956, p. 192; Sobre esta figura veja-se MORENO, 1980, vol. II, pp. 775-778.

²¹⁷ MONTEIRO, 2003, p. 217.

um escudeiro de D. Fernando Coutinho, de nome Mendo Afonso, está documentalmente comprovada²¹⁸. Dois filhos do marechal também terão estado presentes em Arzila: D. Álvaro, que se fazia acompanhar por um escudeiro chamado João Lopes; e D. Diogo, que se fazia igualmente acompanhar por pelo menos um escudeiro, um tal de Pero Fernandes²¹⁹.

Fernão Coutinho, senhor de Celorico de Basto e da Maia²²⁰, também terá servido em Arzila, havendo documentos que comprovam a presença na conquista desta vila de cinco escudeiros seus: Fernão Carvalho²²¹; João da Maia, morador em Vilela no termo do Porto²²²; Duarte Lopes, de Ponte, termo de Cernancelhe²²³; João Rodrigues, morador em Celorico de Basto e que além de escudeiro era tabelião nessa vila²²⁴; e Pero Lopes, escudeiro e criado²²⁵. Terá sido um contingente significativo²²⁶ aquele que este fidalgo terá comandado na conquista de Arzila, sendo, de resto, bem condizente com o seu estatuto de conselheiro régio²²⁷ e tio-avô do conde de Marialva, D. João Coutinho²²⁸. Fernão Coutinho era, em 1471, um indivíduo idoso²²⁹, mas que ainda assim não deixava de integrar a hoste régias, certamente movido pelo seu orgulho nobiliárquico e pelo desejo de obter uma qualquer mercê régia que pudesse legar aos filhos. De facto, o seu primogénito, Gonçalo Vasques Coutinho, participou mesmo nesta expedição, acompanhado por um escudeiro de nome Álvaro Vieira, morador em Óbidos²³⁰.

Outro nobre titular que tomou parte na conquista de Arzila foi D. Henrique de Meneses, conde de Valença e capitão de Alcácer Ceguer²³¹. Em 1471, coube a D. Henrique o comando das embarcações oriundas de Alcácer Ceguer e do Algarve, que se reuniram em Lagos para aí se juntarem à armada real²³². Boa parte da guarnição de Alcácer Ceguer – num

²¹⁸ Carta régia, Tentúgal, 29.05.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 101v.

²¹⁹ Carta régia, Lisboa, 04.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 11-11v.

²²⁰ MORENO, 1980, vol. II, p. 779.

²²¹ Carta régia, Lisboa, 05.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 91.

²²² Carta régia, Óbidos, 21.06.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 69v.

²²³ Carta régia, Coimbra, 27.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 173v-174.

²²⁴ Carta régia, Lisboa, 10.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 34-34v.

²²⁵ Carta régia, Lisboa, 28.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 66v-67.

²²⁶ Durante a campanha de Tânger de 1437, este mesmo fidalgo comandara um contingente de 30 homens-de-armas e 45 peões; MORENO, 1980, vol. II, p. 779. Era, no entanto, uma força pequena se comparada com a comanda pelo então marechal D. Vasco Fernandes Coutinho, e que contava com 100 homens-de-armas a cavalo e 150 peões; DCR, vol. I, p. 204.

²²⁷ Carta régia, Coimbra, 27.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 173v-174.

²²⁸ OLIVEIRA, 2001, p. 126.

²²⁹ Sobretudo tendo em conta que casou por volta de 1428; Carta régia, Lisboa, 23.01.1440 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 31v.

²³⁰ Carta régia, Lisboa, 22.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 79.

²³¹ Filho de D. Duarte de Meneses, capitão de Ceuta e de Alcácer Ceguer, falecido em combate em 1464, cedo D. Henrique demonstrou o seu valor guerreiro nos recontros armados no Norte de África; Cf. RIBEIRO, 2000, pp. 143-157.

²³² PINA, 1977, cap. CLXIII, p. 820.

total ideal de 400 homens pagos a soldo pela Coroa²³³ – terá acompanhado o seu capitão na campanha contra Arzila, dado que os poucos que não o fizeram mais tarde se queixaram ao rei²³⁴. Após a conquista de Arzila, D. Henrique de Meneses foi nomeado seu capitão, a que se seguiu, ainda em 1471, a outorga de novos benefícios por parte do rei, como o quinto dos tributos dos mouros de Arzila e seu termo²³⁵.

Mas não só os nobres titulares ou os familiares destes acompanharam o rei na conquista de Arzila em 1471. Toda a fidalguia do reino se apressou a aproveitar a oportunidade de serviço à Coroa, em busca de prestígio e mercês régias.

João Rodrigues de Sá, conselheiro régio e alcaide do Porto, era um fidalgo com comprovada experiência militar²³⁶. Na conquista de Arzila terá participado ao comando de um numeroso contingente armado, tendo em conta não só a sua participação na conquista de 1458, mas também o número de dependentes que sabemos terem-no acompanhado em 1471, num total de 12. Cinco destes indivíduos eram escudeiros: Rodrigo Álvares, morador no Porto²³⁷; Lopo Esteves²³⁸; Gonçalo Eanes²³⁹; Gonçalo Rodrigues²⁴⁰ e Sebastião Fernandes²⁴¹. O alcaide do Porto fez-se ainda acompanhar por três «homens» seus: João Gonçalves Correiro²⁴², João de Sedellos²⁴³ e Afonso Torres Correiro²⁴⁴; e por quatro criados: João de Sá²⁴⁵, Pero de Brancas²⁴⁶, Pero de Cubas²⁴⁷ e João Álvares²⁴⁸, sendo que estes dois últimos indivíduos eram também barbeiros.

²³³ De acordo com um regimento enviado pelo rei a 30 de Março de 1470; DP, vol. III, p. 77, doc. 55.

²³⁴ Queixavam-se de que, tendo sido deixados a defender a vila, tinham perdido a hipótese de serem perdoados dos crimes que tinham cometido, e pelos quais eram obrigados a viver no Norte de África. D. Afonso V acabaria por os perdoar mesmo sem terem participado na conquista de Arzila; DUARTE, 1993, vol. I, p. 585.

²³⁵ E ainda nesse ano D. Afonso V trocava o condado de Valença e o senhorio de Caminha pelo condado de Loulé; RIBEIRO, 2000, p. 155.

²³⁶ Participou na batalha de Alfarrobeira em companhia do pai, Fernão de Sá, que aí perdeu a vida. Em 1458 acompanhou o rei na conquista de Alcácer Ceguer, comandando então uma nau que lhe foi entregue pelo concelho do Porto; MORENO, 1980, vol. II, pp. 940-941.

²³⁷ Carta régia, Lisboa, 07.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 11.

²³⁸ Carta régia, Lisboa, 14.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 78v.

²³⁹ Carta régia, Coimbra, 28.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 179.

²⁴⁰ Carta régia, Coimbra, 25.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 198v-199; Carta régia, Lisboa, 12.08.1473, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fls. 228v-229.

²⁴¹ Carta régia, Coimbra, 04.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 189.

²⁴² Carta régia, Coimbra, 28.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 179v.

²⁴³ Carta régia, Coimbra, 28.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 178v.

²⁴⁴ Carta régia, Coimbra, 28.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 179v.

²⁴⁵ Este indivíduo será, dado o seu nome, familiar do senhor que serve; Carta régia, Coimbra, 28.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 179v.

²⁴⁶ Carta régia, Coimbra, 12.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 188v-189.

²⁴⁷ Carta régia, Coimbra, 28.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 178-178v.

²⁴⁸ Carta régia, Coimbra, 24.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 206-206v.

Leonel de Lima eram um importante fidalgo que combinava a experiência militar obtida no Norte de África com a importância que detinha no reino²⁴⁹. A sua presença em Arzila é atestada pelo serviço de seis escudeiros seus na conquista desta vila, cinco dos quais são moradores em Ponte de Lima, o que demonstrava a importância deste fidalgo naquela região minhota. São eles: Pedro Anes²⁵⁰; Pedro Rodrigues²⁵¹; Gonçalo Eanes²⁵²; Pero Nunes, o único cujo local de residência desconhecemos e que além de escudeiro era ainda criado de Leonel de Lima²⁵³; Pedro Eanes²⁵⁴ e João Soares²⁵⁵. No caso específico de João Soares refere-se que os serviços prestados na conquista de Arzila foram feitos na companhia do seu senhor. Por fim, refira-se ainda João Vasques, morador em Viana de Caminha, que na documentação era referido enquanto mestre e piloto da nau de Leonel de Lima²⁵⁶, o que demonstra que este fidalgo tinha ao seu serviço, pelo menos, uma embarcação, que certamente o terá transportado a si e à sua gente para tomar parte, junto do rei, na conquista de Arzila e na ocupação de Tânger. Pelo local de morada deste seu piloto se vê a dimensão da presença senhorial dos Lima no Norte do reino.

Como recompensa pelo seu serviço em Arzila, Leonel de Lima foi agraciado com a doação vitalícia do senhorio de Vila Nova de Cerveira e seu termo²⁵⁷. Este fidalgo era assim prova clara de que o serviço militar no Norte de África, sobretudo aquele feito em companhia do rei, era uma fonte de benesses para a nobreza e para os seus apaniguados, uma vez que cinco dos sete servidores que em cima referimos foram recompensados com mercês pelos serviços prestados na conquista de Arzila²⁵⁸. Não só Leonel de Lima era recompensado com mercês régias pelo seu serviço em Arzila, como ainda conseguia, junto do rei, mercês para os seus servidores, e tudo isto por um serviço prestado já com cerca de 70 anos de idade²⁵⁹.

²⁴⁹ Participou na campanha de 1437 contra Tânger e na conquista de Alcácer Ceguer em 1458, valendo-lhe este último serviço a atribuição de uma tença. Viria mesmo a alcançar a nobreza titular durante a guerra de Castela, ao ser agraciado com o título de visconde de Vila Nova de Cerveira, além de passar a ser tratado por D. Leonel de Lima; CARVALHO e DINIZ, 2004, pp. 260-262.

²⁵⁰ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 46v.

²⁵¹ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 46v.

²⁵² Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 66v.

²⁵³ Carta régia, Lisboa, 13.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 68.

²⁵⁴ Carta régia, Lisboa, 18.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 101-101v.

²⁵⁵ Carta régia, Lisboa, 12.10.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 92v.

²⁵⁶ Carta régia, Lisboa, 06.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 53v.

²⁵⁷ Carta régia, Lisboa, 21.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 50v.

²⁵⁸ João Soares, Pedro Eanes, Pedro Rodrigues e Gonçalo Eanes recebem privilégios e honras dos vassallos régios, ainda que não o sejam.

²⁵⁹ Este fidalgo viria a falecer em 1495 com cerca de 90 anos; CARVALHO e DINIZ, 2004, p. 263.

Rui de Sousa, conselheiro régio, foi outro nobre de meia-idade²⁶⁰ não titulado que viu a sua participação na conquista de Arzila generosamente recompensada por D. Afonso V, pois logo a 29 de Outubro de 1471 o rei doou-lhe vitaliciamente a vila de Sagres e seu termo²⁶¹. Consigo serviram três criados: João Nunes²⁶², Diogo de Beja²⁶³ e Martim Afonso Coronheiro, morador em Évora²⁶⁴.

Rui Lobo, fidalgo da Casa Real e corregedor régio na cidade de Lisboa, foi outro fidalgo que demonstrou, de forma bastante clara, como o serviço militar era um garante de mercês régias. Isto porque quatro indivíduos diferentes foram privilegiados não só pelos serviços prestados na conquista de Arzila, mas também por serem declaradamente próximos de Rui Lobo²⁶⁵: Pero Martins, morador em Santo António, termo de Lisboa; Fernão Martins, do Tojal; João Vasques, curtidor e João Dias, pescador, ambos moradores em Lisboa²⁶⁶. Todos estes indivíduos, ainda que possam ter servido sob outro senhor ou capitão, na altura de requererem do rei uma mercê apontaram a sua proximidade a Rui Lobo, um indivíduo que era membro da Casa Real²⁶⁷, e como se vê, próximo do rei.

Lopo de Almeida, conselheiro régio, vedor-mor da Fazenda e futuro conde de Abrantes, foi outro fidalgo que, pelos serviços prestados à Coroa, beneficiou da confiança régia²⁶⁸. A sua participação na conquista de Arzila foi recompensada com a atribuição de uma licença para nomear os coudéis das coudelarias de Abrantes e Torres Novas²⁶⁹. Fez-se acompanhar por pelo menos dois indivíduos: Diogo Belo, escudeiro de Portalegre²⁷⁰, e Álvaro Acenso, escudeiro da Casa Real que desempenhava as funções interinas de alcaide de Chaves em nome de Lopo de Almeida²⁷¹.

²⁶⁰ Rui de Sousa teria 48 anos em 1471, tendo nascido algures em 1423, e falecido, em Toledo, em 1498, sendo que o seu epitáfio diz que faleceu aos 75 anos; Conferir a nota de rodapé 94 de PELÚCIA, 2007, p. 48.

²⁶¹ Carta régia, Lisboa, 29.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 96.

²⁶² Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 79.

²⁶³ Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 75.

²⁶⁴ Carta régia, Lisboa, 06.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 9v-10; Este último indivíduo poderá ser um mesterial – neste caso um homem que fabrica coronhas, parte integrante das bestas e das armas de fogo portáteis como espingadas e columbrinas – dado o seu apelido, embora tal não seja certo.

²⁶⁵ Veja-se uma curta biografia deste indivíduo em DUARTE, 1993, vol. II, p. 120.

²⁶⁶ Todos estes indivíduos são referidos num mesmo documento; Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 84.

²⁶⁷ Recebia, desde 14 de Março de 1468, uma tença no valor de 14.000 reais; Carta régia, Santarém, 12.04.1468 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 11v.

²⁶⁸ Não só acompanhou D. Leonor, irmã do rei, a Itália, no momento em que esta partiu para se casar com o imperador Friedrich III da Alemanha, como foi nomeado mordomo-mor da rainha D. Joana, *A Excelente Senhora*. Por estes serviços, bem como pela sua participação nas campanhas norte-africanas, será elevado a conde de Abrantes em 1476; Cf. MORENO, 1980, vol. II, pp. 698-706.

²⁶⁹ Carta régia, Tânger, 06.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 13v.

²⁷⁰ Carta régia, Lisboa, 02.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 16-16v.

²⁷¹ Carta régia, Lisboa, 18.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 56.

Relativamente à média nobreza, existem provas documentais da participação na conquista de Arzila de 43 cavaleiros²⁷²: 25 destes indivíduos eram homiziados e como tal serão abordados num próximo sub-capítulo, enquanto que os outros 13 eram referenciados pelos seus servidores, em cartas de perdão ou privilégio, o que sucede na maioria dos casos, ou em cartas próprias de privilégio.

Assim, deixando de fora os 25 homiziados, sabemos da participação na conquista de Arzila dos seguintes cavaleiros: Tomás Luís de Chaves, cavaleiro da Casa Real²⁷³; Álvaro de Junas, cavaleiro, criado e amo da Casa Real²⁷⁴; Nuno da Cunha, cavaleiro da Casa do duque de Viseu²⁷⁵; Álvaro de Teives, cavaleiro da Casa Real²⁷⁶; Martim Lemos, cavaleiro da Casa Real²⁷⁷; Diogo Lopes de Azevedo, cavaleiro da Casa Real e pai de Diogo de Azevedo, fidalgo da Casa Real²⁷⁸; João Garcês, cavaleiro da Casa Real e escrivão da Fazenda²⁷⁹; Afonso Botelho, cavaleiro da Casa do conde de Vila Real e pai de Afonso Botelho, criado do dito conde²⁸⁰; Rui Fonseca, cavaleiro da Casa Real²⁸¹; Diogo Rodrigues, cavaleiro da Casa Real²⁸²; Afonso da Costa, cavaleiro e alcaide-mor de Leiria²⁸³; Fernão de Abreu, cavaleiro²⁸⁴; Francisco Teles, cavaleiro da Casa Real²⁸⁵; João Sanchez, cavaleiro do marquês de Cádiz²⁸⁶; Luís Eanes da Veiga, cavaleiro da Casa do duque de Guimarães²⁸⁷; Vasco Fernandes de Caminha, cavaleiro da Casa do duque de Guimarães²⁸⁸; Diogo Robalo, cavaleiro da Casa Real²⁸⁹; e Diogo de Barros, cavaleiro da Casa Real²⁹⁰.

Todos estes cavaleiros podiam dar importantes contributos militares para a hoste régia fazendo-se acompanhar por contingentes próprios e pelos seus familiares. Vejam-se alguns exemplos: Martim Lemos surgia referenciado na documentação como pai de António Lemos,

²⁷² Sobre a pertença dos cavaleiros à média nobreza veja-se MARQUES, 1987, pp. 247-248.

²⁷³ Carta régia, Lisboa, 17.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 132.

²⁷⁴ Carta régia, Lisboa, 03.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 35v.

²⁷⁵ Indivíduo já antes referido; Carta régia, Lisboa, 03.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 110.

²⁷⁶ Carta régia, Lisboa, 03.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 16; Carta régia, Lisboa, 12.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 134v.

²⁷⁷ Carta régia, Lisboa, 12.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 90.

²⁷⁸ Carta régia, Coimbra, 26.08.142 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 144v-145.

²⁷⁹ Carta régia, Carnide, 09.06.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 131v.

²⁸⁰ Carta régia, Estremoz, 14.02.1475 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 147v.

²⁸¹ Carta régia, Lisboa, 12.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 34v.

²⁸² Carta régia, Lisboa, 20.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 38.

²⁸³ Carta régia, Lisboa, 11.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 66v.

²⁸⁴ Carta régia, Lisboa, 16.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 95; Carta régia, Lisboa, 18.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 95v.

²⁸⁵ Carta régia, Coimbra, 13.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 196v.

²⁸⁶ Carta régia, Arzila, 27.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 47v.

²⁸⁷ Carta régia, Arzila, 30.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 8v.

²⁸⁸ Carta régia, Tânger, 06.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 26.

²⁸⁹ Carta régia, Tânger, 08.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 86v.

²⁹⁰ Carta régia, Tânger, 13.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 144.

sendo este seu filho privilegiado com o direito de usar o escudo do pai. Este privilégio vinha no seguimento do serviço de Martim Lemos na conquista de Arzila com espingardeiros e homens com uma urca²⁹¹. Já Fernão da Banha, cavaleiro morador em Loulé, fez-se acompanhar na conquista de Arzila por três filhos – Lisuarte de Andrade, Fernão da Banha-o-Moço e Nuno de Andrade²⁹² – e por pelo menos um seu criado, de nome Gonçalo Vasques Tristão²⁹³. Fernão da Banha fez-se assim acompanhar de um séquito composto por filhos e servidores e que, certamente, terá sido mais numeroso do que indicado na documentação. Por fim, refiram-se Vasco da Gama, Álvaro da Gama e Gonçalo Cordeiro, todos eles cavaleiros e moradores em Olivença, que foram perdoados, mais os seus homens, por agredirem um outro morador dessa vila, de nome Vasco Miguéis, precisamente por terem servido em Arzila²⁹⁴.

Quanto aos escudeiros, na conquista de Arzila estiveram presentes, ao todo, 237. Destes, 195 eram homiziados, que num próximo sub-capítulo analisaremos, e os restantes 42 eram ou privilegiados, ou indivíduos perdoados mas sem terem sido inscritos no *Livro dos Homiziados*.

Dado que os nomes destes indivíduos se encontram presentes nos Quadros nº 1, 2 e 3, presentes em anexo, seria desnecessário – e consumiria demasiado espaço – repeti-los todos aqui, pelo que nos limitamos a referir alguns desses escudeiros: Pero Vasques, escudeiro da Casa Real e criado da rainha de Castela²⁹⁵, D. Joana, irmã do rei D. Afonso V; Álvaro Sem-Medo, escudeiro e vassalo régio²⁹⁶; Bartolomeu Serrão, escudeiro de D. Pedro de Noronha, escrivão das sisas régias, contador e requeredor do número de Torres Vedras²⁹⁷; Gomes Borges-o-Moço, escudeiro da Casa Real²⁹⁸; Pedro Eanes²⁹⁹, Pedro Rodrigues³⁰⁰, Gonçalo Eanes³⁰¹ e João Soares³⁰², escudeiros de Leonel de Lima, conselheiro régio; João de Gouveia, escrivão, antigo escudeiro e criado do conde de Monsanto³⁰³; Pero Coutinho, escudeiro do

²⁹¹ Carta régia, Lisboa, 12.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 134v.

²⁹² Carta régia, Lisboa, 26.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 84v.

²⁹³ Carta régia, Lisboa, 11.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 36; Tanto o cavaleiro, os seus filhos e o seu criado eram acusados do mesmo crime, de matar um tal de João de Alte.

²⁹⁴ Gonçalo Cordeiro tem a partidaridade de ser cavaleiro da Casa do conde de Vila Real; Carta régia, Elvas, 12.03.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 48; O perdão dado a estes homens refere-se ao séquito que os acompanhou quer nas agressões quer na conquista de Arzila, ainda que não se refiram nomes nem números, mas sendo que cada indivíduo se faria acompanhar por pelo menos dois homens.

²⁹⁵ Carta régia, Arzila, 27.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 24.

²⁹⁶ Carta régia, Lisboa, 07.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 223v.

²⁹⁷ Carta régia, Lisboa, 10.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 38v.

²⁹⁸ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 64v.

²⁹⁹ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 46v.

³⁰⁰ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 46v.

³⁰¹ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 66v.

³⁰² Carta régia, Lisboa, 12.10.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 92v.

³⁰³ Carta régia, Sintra, 07.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 51v.

conde de Monsanto³⁰⁴; João Vasques, escudeiro e juiz das sisas régias³⁰⁵; Gil Cordeiro, escudeiro da Casa Real e antigo escudeiro do infante D. Henrique³⁰⁶; Diogo Dias, escudeiro e tabelião na cidade de Évora³⁰⁷; João Dias, escudeiro da rainha D. Joana³⁰⁸ etc. Como se pode perceber pela amostra que em cima deixamos escrita, muitos escudeiros desempenhavam outro tipo de funções. Por isso mesmo alguns destes indivíduos eram, além de escudeiros, juizes, tabeliães, criados etc. Pela sua participação na conquista de Arzila e na ocupação de Tânger, seriam vários os escudeiros premiados com a atribuição de cargos nas vilas recém-conquistadas³⁰⁹.

Os escudeiros ó em casos excepcionais teriam séquitos próprios, ao contrário do que acontecia com os cavaleiros. Gomes Borges-o-Moço é um desses escudeiros que possuía séquito próprio, sendo acompanhado na conquista de Arzila por um seu criado, de nome Fernão Rodrigues³¹⁰. Também Pero Coutinho, escudeiro do conde de Monsanto, já antes referido, terá liderado um séquito próprio.

Estes indivíduos eram, no entanto, a exceção à regra, uma vez que a maioria dos escudeiros se viam obrigados a servir senhores mais poderosos, como, por exemplo, João Ascenso, morador em Beja, escudeiro de Artur de Brito³¹¹, ou ainda Garcia Gonçalves, morador no Alandroal, escudeiro de Fernão Teles³¹². Não deixavam de existir, no entanto, alguns escudeiros que aparentam não ter tido senhor³¹³, e que na armada de Arzila eram ao todo 39, como Luís Gonçalves, morador em Alcácer do Sal³¹⁴, ou Fernão Portela, de Cabeceiras de Basto³¹⁵.

Cavaleiros e escudeiros seriam, portanto, capazes de reunir séquitos próprios que, integrando a hoste régia, poderiam ascender a largas centenas ou alguns milhares de combatentes. Façamos um exercício hipotético: Se cada um dos 43 cavaleiros de que temos conhecimento terem participado na conquista de Arzila tiver sido acompanhado por outros dois indivíduos, num total de três lanças – uma estimativa modesta – então alcançamos um

³⁰⁴ Já antes referido como servidor do conde de Monsanto e líder de um séquito próprio; Carta régia, Lisboa, 16.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 65.

³⁰⁵ Carta régia, Arzila, 26.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 244.

³⁰⁶ Carta régia, Coimbra, 19.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 229.

³⁰⁷ Carta régia, Évora, 15.04.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 97.

³⁰⁸ Carta régia, Lisboa [?] 28.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 93.

³⁰⁹ Vejam-se os capítulos V e VI da presente dissertação.

³¹⁰ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 64v.

³¹¹ Carta régia, Lisboa, 24.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 76-76v.

³¹² Carta régia, Évora, 21.12.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 260v-261.

³¹³ É a estes homens que se refere D. João I enquanto escudeiros de uma só lança, e que deveriam constituir, em inícios do século XV, 2360 das 3200 lanças de cavalaria que aquele rei queria ter permanentemente disponíveis; MONTEIRO, 2003 p. 194.

³¹⁴ Carta régia, Lisboa, 16.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 40.

³¹⁵ Carta régia, Lisboa, 14.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 61.

total de 129 indivíduos. Se juntarmos estes 129 combatentes aos 237 escudeiros, contando estes como escudeiros de uma lança apenas – que seriam mesmo a maioria, ainda que não todos – obtemos um total de 366 combatentes. Um número naturalmente reduzido, tendo em conta que somente uma pequena porção dos cavaleiros e escudeiros que serviram em Arzila se encontram contemplados na documentação da chancelaria régia, mas que ainda assim poderia fazer toda a diferença no seio da hoste régia, dado serem os indivíduos melhor treinados e equipados³¹⁶.

Por fim, refira-se o contributo prestado pelos grandes senhores eclesiásticos na conquista de Arzila. Este serviço era motivado por dois factores igualmente importantes: por um lado, o dever de serviço ao rei dos indivíduos que desempenhavam importantes cargos palatinos ou de administração³¹⁷; por outro, a maioria dos grandes senhores eclesiásticos, sobretudo arcebispos e bispos, eram membros da nobreza, filhos e irmãos de senhores laicos, ou mesmo em alguns casos descendentes de outros grandes senhores da Igreja. Assim, enquanto membros da nobreza, estes grandes senhores tendiam a acompanhar os familiares laicos em expedições militares além de, em tempos de paz, tentarem emular o modo de vida da fidalguia³¹⁸. Assim sendo, e tendo em conta os vários precedentes da presença de grandes senhores eclesiásticos em campanhas militares³¹⁹, estiveram presentes na conquista de Arzila dois arcebispos e vários bispos, sendo que cada um destes indivíduos certamente terá comandado um importante contingente armado.

D. Jorge da Costa, arcebispo de Lisboa, foi o principal prelado a acompanhar D. Afonso V em 1471. Feito bispo de Évora em 1463, e logo no ano seguinte arcebispo de Lisboa, era um homem que partilhava um certo nível de intimidade com D. Afonso V³²⁰. Apesar da sua idade – passaria já dos 60 anos – acompanhou o rei em 1471, ainda que a sua biógrafa, Manuela Mendonça, não o refira³²¹. Cremos, no entanto, que tão importante figura do reinado afonsino, e que mesmo antes da partida da armada tinha sido responsável pela

³¹⁶ Muitas das vezes equipados com armas que nem lhes pertenciam, e que eram retiradas aos aquantiados, conforme indicam sucessivas queixas em cortes; SOUSA, 1990, vol. II, p. 366.

³¹⁷ Exemplo disso é D. João Galvão, que desde 1464 foi vedor-mor das obras e escrivão da puridade de D. Afonso V; DURÃO, 2002, p. 43.

³¹⁸ Tome-se o exemplo de D. Frei Rodrigo de Meneses ou de Noronha, membro de uma importante linhagem, bispo de Lamego entre 1464 e 1477; MARQUES, 1987, pp. 229-231.

³¹⁹ Refira-se, uma vez mais, a participação activa do bispo de Évora no ataque a Tânger de 1437; MOREIRA, 2009, pp. 74-77.

³²⁰ MENDONÇA, 1991, pp. 31-32.

³²¹ Refere apenas o anterior serviço do arcebispo na guerra, quando em 1464 acompanhou D. Afonso V ao Norte de África; MENDONÇA, 1991, p. 33.

concessão de indulgências aos combatentes³²², não poderia deixar de acompanhar o rei. Na conquista de Arzila estiveram presentes pelo menos três servidores do arcebispo e um seu familiar: Nuno Gonçalves, sobrinho de D. Jorge da Costa³²³, Vasco Martins, criado e escudeiro³²⁴, João Gonçalves³²⁵ e João Besteiro³²⁶, criados.

D. Luís Pires, arcebispo de Braga desde 1468³²⁷, também terá participado na conquista de Arzila, fazendo-se acompanhar por um seu escudeiro, Fernando Eanes³²⁸, e um seu criado, Pedro Eanes³²⁹. Nada se sabe sobre o papel que então terá desempenhado.

D. João Galvão, bispo de Coimbra, participou na conquista de Arzila ao lado de D. Afonso V e fazendo-se acompanhar por pelo menos cinco servidores: Afonso Eanes, um seu criado³³⁰; João Coelho, moço de estribeira³³¹; Álvaro Carvalho³³², João Vasques³³³ e Pero Vasques³³⁴, escudeiros. A sua participação na conquista de Arzila não figura nas crónicas régias, o que se afigura como estranho, tendo em conta que não só foi uma importante figura do reinado afonsino³³⁵, como foi ainda um dos indivíduos mais ricamente recompensados pelo papel desempenhado na conquista de Arzila e ocupação de Tânger. De facto, o papel desempenhado pelo bispo de Coimbra na conquista de Arzila valer-lhe-ia a doação, feita a 25 de Setembro de 1472, do título de conde de Arganil³³⁶.

D. João de Azevedo, bispo do Porto, também participou na conquista de Arzila, tendo possivelmente acompanhado, inicialmente, o duque de Guimarães na armada que partiu do Norte do reino. Foi acompanhado por pelo menos um seu criado, João Cirne³³⁷.

D. João, bispo da Guarda³³⁸, esteve presente na conquista de Arzila fazendo-se acompanhar por um seu criado e escudeiro, de nome Afonso Gomes, morador em São

³²² Certamente só os senhores e fidalgos mais importantes do reino receberiam das mãos do arcebispo de Lisboa a indulgência plenária, embora a fonte que consultámos seja vaga quanto a esse ponto. De resto, faz sentido que de entre as dezenas de milhares de homens que rumaram a Arzila, apenas os mais importantes e poderosos, de entre os quais o rei, o príncipe e todos os nobres titulares, tenham recebido a indulgência das mãos de D. Jorge da Costa. O perdão dos pecados da grande maioria dos combatentes estaria ao cargo dos demais bispos e do restante clero reinícola; CFM, p. 92.

³²³ Carta régia, Lisboa, 22.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 78-78v.

³²⁴ Carta régia, Lisboa, 06.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 110.

³²⁵ Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 91-91v.

³²⁶ Carta régia, Coimbra, 01.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 180v.

³²⁷ Sobre esta figura veja-se GARRIDO, 2007.

³²⁸ Carta régia, Tânger, 06.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 30.

³²⁹ Carta régia, Lisboa, 04.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 124v-125.

³³⁰ Carta régia, Lisboa, 04.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 125.

³³¹ Carta régia, Lisboa, 09.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 104v.

³³² Carta régia, Lisboa, 24.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 59-59v.

³³³ Carta régia, 01.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 90.

³³⁴ Carta régia, Lisboa, 04.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 126.

³³⁵ Cf. DURÃO, 2002, pp. 39-47.

³³⁶ Desde 1471 que D. João Galvão se intitulava conde de Santa Comba; DURÃO, 2002, p. 41.

³³⁷ Carta régia, Lisboa, 05.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 6v.

Vicente da Beira³³⁹. Também D. Frei Rodrigo de Meneses ou Noronha, bispo de Lamego³⁴⁰, esteve presente nesta campanha, juntamente com um seu criado, Pero Correia³⁴¹ e um seu escudeiro, Diogo Brandão, sendo atribuído a este último o ofício de escrivão do almoxarifado de Tânger³⁴².

D. Frei Nuno Álvares de Aguiar, prior de S. Vicente de Fora, em Lisboa, participou na conquista de Arzila e, logo após a ocupação de Tânger, tornou-se o primeiro bispo português da cidade, embora já ostentasse o título há vários anos³⁴³.

c) O séquito real

Em teoria, todos os homens do reino eram obrigados a servir o rei na guerra. Ainda assim, os reis dispuseram sempre de séquitos próprios, mais ou menos numerosos, compostos por homens cuja fiabilidade não devia ser posta em causa. A Casa Real, como a Casa do príncipe, integrava uma série de oficiais e servidores que, em tempo de paz ou em campanhas militares, cumpriam as suas respectivas funções. Vejamos então qual o papel desempenhado pelos homens das Casas do rei e do príncipe na conquista de Arzila. Não nos referimos apenas aos fidalgos, cavaleiros ou escudeiros – muitos dos quais já referidos no sub-capítulo referente à nobreza –, mas sim também aos servidores que quotidianamente desempenhavam os seus ofícios em função das necessidades régias, e que em 1471 acompanhavam o monarca na guerra, o que para alguns significou mesmo a morte.

A pessoa do rei, vértice cimeiro de todo o reino, nunca poderia ser deixada desprotegida. Esta afirmação é particularmente significativa no que a D. Afonso V diz respeito, uma vez que foi um rei que nunca deixou de se colocar em risco. Exemplo disso mesmo foi a sua cavalgada pela serra do Benacofu, em 1464, durante a qual a sua vida esteve em risco quando o contingente português foi atacado por forças muçulmanas. Naquela ocasião, apenas o sacrifício pessoal de D. Duarte de Meneses, conde de Viana e capitão de Alcácer Ceguer, que ficou para trás por forma a permitir a retirada do rei, impediu um desastre³⁴⁴.

³³⁸ Este indivíduo não era, como durante muito tempo se julgou, um filho bastardo do rei D. Duarte. Era sim, um frade carmelita que pregou no arraial de Tânger em 1437, que em 1441 era provincial da Ordem de Cristo em Portugal, e que em 1459 alcançava a mitra, tornando-se bispo da Guarda; DUARTE, 2007, pp. 354-356.

³³⁹ Carta régia, Lisboa, 02.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 116.

³⁴⁰ Era, inclusive, primo de D. Afonso V, e também por isso nunca residiu na diocese que encabeçava; MARQUES, 1987, p. 229.

³⁴¹ Carta régia, Lisboa, 13.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 66-66v.

³⁴² Carta régia, Tânger, 07.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 21.

³⁴³ PINA, 1977, cap. CLXII, p. 825.

³⁴⁴ PINA, 1977, cap. CLVI, pp. 812-813.

Por isso mesmo as *Ordenações Afonsinas*, no capítulo dedicado à guerra, estabeleciam que o rei devia ter uma guarda pessoal, composta por 20 cavaleiros ou escudeiros por si criados e que por isso lhe foseem «bem fieeis», comandados por um fidalgo ou cavaleiro «d' autoridade» e, claro, igualmente leal³⁴⁵.

Em 1471, D. Afonso V fez-se acompanhar pela sua guarda, como fizera pelo menos numa campanha anterior³⁴⁶. As guardas pessoais de rei e príncipe serviram, naquela ocasião, o propósito particularmente importante de proteger as duas pessoas mais importantes do reino, dado que a morte de um, ou de ambos, chegou a ser uma hipótese, pela forma como se envolveram pessoalmente nos combates em Arzila. A presença do jovem D. João, de 16 anos, no meio da refrega, foi salientada por Rui de Pina na sua crónica, ao referir que a espada do príncipe estava «de bravos golpes torcida, e de sangue de infyees em todo banhada»³⁴⁷.

O conselho régio, antevendo uma tragédia, pediu ao rei para não deixar o príncipe participar na armada, e o próprio D. João estava consciente dos perigos que corria. No entanto, e perante as razões contrárias que lhe foram apontadas, defendeu-se, garantindo que a sua juventude não era um impedimento, mas antes uma vantagem, pois permitir-lhe-ia aprender desde cedo a fazer a guerra, e que a sua jovem esposa, D. Leonor, esperaria por ele. Em simultâneo, lançou um desafio ao pai e ao conselho: ou o deixavam participar enquanto príncipe, ou arranjaría forma de participar sem o seu conhecimento, e enquanto simples soldado. Após conseguir o apoio, ainda que relutante, de D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, D. João apresentou-se perante o rei seu pai para pedir permissão para integrar a expedição, o que D. Afonso V, de forma alegre, aceitou. D. João sentiu em 1471 a mesma necessidade que outros membros da dinastia de Avis – desde logo os seus avôs, os infante D. Duarte e D. Pedro – tinham sentido décadas antes, ao desejarem ganhar as esporas de cavaleiro no campo de batalha³⁴⁸.

Qualquer uma das mortes lançaria o reino numa crise dinástica: a morte do rei levaria ao trono o príncipe, um jovem de 16 anos, e como tal ainda inexperiente nas questões do governo, e que, recém-casado, carecia ainda de herdeiro próprio. Já a morte do príncipe poderia ser ainda mais trágica, uma vez que D. Afonso V não tinha mais filhos varões – D.

³⁴⁵ Estes homens devem seguir e proteger o rei de dia e de noite, nunca o abandonando seja por que motivo for. Devem, além disso, andar sempre armados com cotas de malha, barretes, braçais, lanças e espadas, por forma a estarem preparados para qualquer situação imprevista; *ORDENAÇÕES*, liv. I, tít. LI, p. 287, ponto 6; Veja-se ainda MONTEIRO, 1998, pp. 28-31.

³⁴⁶ Por duas vezes, durante a campanha contra Alcácer Ceguer, em 1458, a guarda do rei é especificamente referida como acompanhando D. Afonso V, em particular nos momentos de embarque e desembarque; Cf. PINA, 1977, Cap. CXXXVIII, p. 775.

³⁴⁷ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822.

³⁴⁸ MENDONÇA, 1995, pp. 88-92.

Joana tinha a desvantagem de ser mulher – e portanto ficaria sem herdeiro. O rei não tinha sequer perspectivas de vir a conceber mais filhos uma vez que, aos 39 anos, era viúvo há mais de década e meia, e nunca demonstrara interesse em voltar a casar. Só o voltou a fazer, com a *Excelente Senhora*, quando lhe pareceu que isso lhe garantiria a Coroa de Castela.

Em 1471, o cargo de comandante da guarda – o chamado guarda-mor – era desempenhado por Rui de Melo³⁴⁹. A proximidade e intimidade que mantinha com o rei, fruto do cargo que desempenhava, bem como os serviços prestados durante a conquista de Arzila, desde logo na protecção da pessoa do rei quando este se colocava no meio dos combates³⁵⁰, terão valido a Rui de Melo a atribuição da capitania de Tânger, uma importante mercê³⁵¹. É já enquanto capitão desta cidade que, a 12 de Setembro de 1471, vai conseguir uma mercê para um seu escudeiro morador em Évora, de nome Rui Afonso³⁵², aproveitando assim a gratidão régia para recompensar um seu servidor.

Dos 20 escudeiros e cavaleiros que, como vimos, deviam constituir a guarda do rei, dois surgiram contemplados na documentação como tendo desempenhado papéis durante a campanha de Arzila, ou pelo menos na sua preparação. São eles: Vasco Leite, cavaleiro da Casa Real, morador no Porto, e que nesta cidade ajudou aos preparativos da armada, na recolha de dinheiro para a compra de carne e pescado³⁵³. E Pero Lopes, almoxarife de Coimbra, que, pelos serviços prestados em companhia do rei durante a conquista de Arzila, conseguiu para um seu amo morador em Coimbra, de nome João Lopes, uma mercê régia³⁵⁴.

³⁴⁹ Rui de Melo herdou o cargo de seu pai, Martim Afonso de Melo, e já a 19 de Janeiro de 1468 o exercia; Carta régia, Santarém, 19.01.1468, in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 28, fl. 5v; De resto, a linhagem dos Melo detinha o cargo de guarda-mor desde o reinado de D. João I.

³⁵⁰ Veja-se o capítulo IV.

³⁵¹ PINA, 1977, cap. CLXVII, p. 825; É provável que a fidalguia tenha disputado acerrimamente a atribuição da capitania de Tânger, conforme já tinha feito antes relativamente à de Arzila; PINA, 1977, Cap. CLXVI, p. 824; Assim sendo, a nomeação de Rui de Melo deve mesmo ser compreendida à luz da protecção que em 1471 terá garantido para a pessoa do rei, uma vez que este, grato pelos serviços prestados pelo seu guarda-mor, preferiu atribuir-lhe uma tão desejada capitania, em detrimento de nobres titulares e de fidalgos de maior linhagem.

³⁵² A mercê consistia numa autorização para que a mulher do visado, por ser leprosa, não fosse obrigada a ir para uma gafaria, mas antes lhe fosse permitido ficar em casa; Carta régia, Tânger, 12.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 64.

³⁵³ Carta régia, Coimbra, 23.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 207v; Este indivíduo é referido enquanto escudeiro da guarda régia em 1469; Carta régia, Lisboa, 01.07.1469 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 60;

³⁵⁴ Que consistia na concessão de todos os privilégios dos besteiros de cavalo, ainda que este não o fosse; Carta régia, Tânger, 11.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 192v; Desde pelo menos 1464 que Pero Lopes era referido enquanto escudeiro da guarda régia; Carta régia, Ceuta, 12.03.1464 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 95.

Relativamente à guarda do príncipe, sabemos o nome de apenas um dos guardas, um tal de Lopes Baião, e que, ainda em Tânger, foi agraciado com uma mercê por serviços prestados³⁵⁵.

Os besteiros da câmara régia eram, em semelhança à guarda do rei, um corpo armado que devia proteger especificamente a pessoa real, sobretudo no espaço da sua maior intimidade³⁵⁶. Eram, como o nome indica, homens armados com bestas e que, em semelhança ao que faziam em tempo de paz, durante as campanhas militares protegiam a pessoa do rei nos momentos mais privados, neste caso não na câmara onde este dormia mas sim na tenda ou pavilhão régio montado no arraial. Durante o dia, e em semelhança à guarda pessoal, certamente acompanhariam o rei nas suas movimentações. Estes indivíduos eram comandados por um oficial próprio, o anadel-mor dos besteiros de câmara, cargo que em 1471 cabia a João Pires Rombro, criado régio³⁵⁷, e que terá acompanhado o rei na conquista de Arzila. Assim o indicia a presença de vários besteiros da câmara nesta campanha: Vasco Eanes Cayero, de Montemor-o-Velho³⁵⁸, João Gonçalves Remulodo, morador em Mora, termo de Almada³⁵⁹ e Rodrigo Eanes, de Évora³⁶⁰. Um outro indivíduo, de nome Pero Rodrigues, morador no Machial, termo de Torres Vedras, foi recebido por besteiro da câmara régia precisamente pelos serviços prestados no cerco a Arzila³⁶¹. Refira-se ainda Gonçalo Fernandes de Asbacado, de Avis, besteiro da câmara do príncipe D. João³⁶², o que demonstra, uma vez mais, que a Casa do príncipe emulava a Casa do rei seu pai em termos de oficialato.

O rei, para o desempenho das suas funções diárias – biológicas, governativas etc – necessitava de ser acompanhado por uma série de oficiais que o auxiliavam e serviam. Ainda que na maioria dos casos não surjam referências à presença destes indivíduos junto de D. Afonso V – as crónicas são feitas para relatar os grandes feitos do rei e dos seus nobres, não

³⁵⁵ Mercê que consiste na nomeação de um seu escudeiro, de nome Vasco Lourenço, para o cargo de juiz das sesmarias de Elvas; Carta régia, Tânger, 13.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 88v; É possível que este seja um tal de João Lopes Baião, referido numa carta régia de 1468 como fidalgo da Casa do príncipe D. João; Carta régia, Lisboa, 27.10.1468 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 136v.

³⁵⁶ Cf. MONTEIRO, 1998, pp. 29-31.

³⁵⁷ Desde 1450 que exercia esse mesmo cargo; Carta régia, Évora, 28.04.1450 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 78; Só em 1475 é nomeado um novo anadel-mor, um tal de Pedro Álvares, cavaleiro da Casa Real; Carta régia, Évora, 15.04.1475 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 65v.

³⁵⁸ Perdoado de ter fugido com uma mulher casada e de ter roubado da casa do marido desta bens variados; Carta régia, Tentúgal, 17.06.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 102.

³⁵⁹ Concessão da isenção do pagamento da jugada e oitava do pão e vinho, ou de qualquer outra coisa que possua na vila e termo de Almada, pelos serviços prestados na conquista de Arzila; Carta régia, Lisboa, 10.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 30v.

³⁶⁰ Aposentado, pelos serviços prestados na conquista de Arzila, ainda que não tenha atingido os 70 anos; Carta régia, Sintra, ??..11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 35v.

³⁶¹ Nomeado em substituição de um tal de João Lourenço, que foi feito vassalo régio nessa mesma ocasião; Carta régia, Évora, 13.03.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 86.

³⁶² Carta régia, Lisboa, 19.?.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 53.

os afazeres diários dos cozinheiros e despenseiros régios – existem referências documentais relativamente à participação de alguns destes indivíduos na conquista de Arzila e na ocupação de Tânger.

D. Afonso V concedeu, a 16 de Maio de 1472, uma tença anual de 20.000 reais brancos a João Matela, cavaleiro da Casa Real e mantieiro régio³⁶³, pela prestação de serviços indeterminados mas que, tendo em conta a data de atribuição da mercê – 15 de Outubro de 1471 – se prenderão com a participação na conquista de Arzila. O serviço de um outro mantieiro, Vicente Eanes, foi recompensado com a atribuição à sua viúva, Maria Álvares, de uma isenção do direito de pousada³⁶⁴. É possível que também este indivíduo tenha acompanhado D. Afonso V a Arzila, e ali tenha vindo a falecer.

Terão sido vários os moços da câmara régia a acompanhar o rei em 1471, dada a importância da função que desempenhavam. No entanto, só existe referência a um, Gonçalo Teixeira, mas que ainda assim demonstra o seu valimento junto do rei ao conseguir uma mercê régia para um seu amo, de nome Afonso Vasques³⁶⁵. D. Álvaro de Castro era, em 1471, camareiro-mor de D. Afonso V. A sua morte durante a campanha garantiu a elevação ao cargo Lopo de Albuquerque, camareiro que também esteve presente na conquista de Arzila³⁶⁶. Também relativamente ao príncipe D. João existe a referência da presença em Arzila de um seu moço de câmara, Diogo da Fonseca³⁶⁷. Em termos de criados, D. Afonso V ter-se-á feito acompanhar por um número significativo destes indivíduos, ainda que na documentação só sejam referidos dois: Gil Martins³⁶⁸ e Estêvão de Nápole, morador em Évora³⁶⁹ e possivelmente originário do reino de Nápoles. Também mestre Abraão, físico régio e escrivão da câmara da comuna dos judeus de Lisboa, tomou parte na conquista de Arzila, aí vindo mesmo a falecer. O seu serviço seria recompensado em duas ocasiões diferentes, com a atribuição de mercês ao seu filho, Guedelha, criado régio³⁷⁰.

³⁶³ Carta régia, Santarém, 16.05.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 32v.

³⁶⁴ O privilégio é também concedido por a viúva ser uma antiga criada da infanta D. Catarina, irmã falecida do rei; Carta régia, Lisboa, 15.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 127.

³⁶⁵ Que além de amo de um moço da câmara régia é ainda um vassalo régio. É aposentado a pedido do senhor que serve; Carta régia, Tânger, 09.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 63.

³⁶⁶ Carta régia, Raposeira, 22.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 24v.

³⁶⁷ Carta régia, Tânger, 05.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 14v.

³⁶⁸ Carta régia, Lisboa, 04.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 10v.

³⁶⁹ Carta régia, Évora, 27.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 249.

³⁷⁰ Num primeiro momento sucede, por mandado régio, aos cargos que o pai detinha na comuna; Carta régia, Lisboa, 02.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 139v; Mais tarde, e dado que ainda é menor de idade, é concedida autorização a um seu tio, David Negro, para que exerça esses mesmos ofícios até atingir a maioridade; Carta régia, Carnide, 27.06.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 134.

Também no que diz respeito ao entretenimento da corte, temos notícia da presença na conquista de Arzila de Pero de Penela, cantor régio³⁷¹. Este não estaria, sem dúvida, sozinho, sobretudo tendo em conta que D. Afonso V se fazia acompanhar nesta armada por vários músicos, desde logo trombeteiros e ministréis³⁷².

Em teoria, os vassalos régios eram a alta nobreza, aquela que servia directamente o rei na paz e na guerra, e por esses serviços recebia uma «contia» ou tença. No entanto, como notou Armindo de Sousa, ao longo do século XV este termo foi perdendo o seu significado original, e os privilégios que lhe estão inerentes foram sendo cada vez mais uma atribuição das camadas populares³⁷³.

Assim sendo, os indivíduos que se assumiram como vassalos régios e que integraram a hoste régia em 1471 eram membros da pequena nobreza e dos escalões mais altos da população concelhia. Diogo Eanes, vassalo régio e escudeiro do príncipe, morador na vila do Cano³⁷⁴, dificilmente não pertenceria à nobreza, por ser escudeiro do herdeiro da Coroa. Também João Vaz Lordelo seria membro da pequena nobreza, por ser, em simultâneo, vassalo régio e escudeiro do duque de Bragança³⁷⁵. Por outro lado, os indivíduos que em simultâneo eram referidos enquanto vassalos régios e detentores de um ofício eram, por o trabalho ser uma atribuição do «povo»³⁷⁶, elementos das camadas populares. Exemplo disso mesmo eram Afonso Vasques, vassalo régio e ourives morador em Lisboa³⁷⁷, e João Afonso, vassalo régio e sapateiro morador em Santarém³⁷⁸.

Ao todo, a documentação da chancelaria de D. Afonso V revela a participação de 38 vassalos régios na conquista de Arzila. Além dos indivíduos já referidos, estes vassalos régios eram: Afonso Martins, de Lisboa³⁷⁹; Estêvão Preto, de Lisboa³⁸⁰; Lopo Dias, de Lisboa³⁸¹;

³⁷¹ Carta régia, Arronches, 06.05.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 162.

³⁷² PINA, 1977, cap. CLXIII, p. 820; Veja-se ainda o capítulo IV da presente dissertação, bem como a figura 23.

³⁷³ A nobreza vai deixando de se identificar enquanto vassala do rei. Se nas cortes de 1398 se assumem orgulhosamente enquanto «fidalgos e vassalos», já nas cortes de 1472 nada dizem a este respeito. Era aos indivíduos não-nobres que mais interessavam as isenções, uma vez que os nobres, enquanto privilegiados, já estavam isentos. No entanto, a documentação jurídica e teórica continuará, contudo, a referir-se à alta nobreza enquanto vassalos do rei; Cf. SOUSA, 1997, pp. 375-376.

³⁷⁴ Carta régia, Lisboa, 22.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 43; Carta régia, Évora, 27.04.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 115v.

³⁷⁵ Indivíduo que já antes referimos; Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 81v-82.

³⁷⁶ SOUSA, 1997, p. 391.

³⁷⁷ Carta régia, Tânger, 09.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 14.

³⁷⁸ Carta régia, Óbidos, 18.06.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 145.

³⁷⁹ Carta régia, Lisboa, 08.10.1470 [sic] in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 143v.

³⁸⁰ Carta régia, Tânger, 09.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 14; Carta régia, Aveiro, 27.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 209v.

³⁸¹ Carta régia, Tânger, 10.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 204.

Rodrigo Afonso, de Ourém³⁸²; Pero Gomes, de Lisboa³⁸³; Álvaro Sem-Medo, escudeiro de Nisa³⁸⁴; Pero Vaz, requeredor das sisas das herdades, morador em Lisboa³⁸⁵; Diogo Gomes, de Soure³⁸⁶; Álvaro Martins, de Soure³⁸⁷; João Fernandes, morador em Lisboa³⁸⁸; Vasco Rodrigues, de Ponte de Lima³⁸⁹; João Lopes, piloto morador em Lisboa³⁹⁰; Mem Pedro, boticário morador em Lisboa³⁹¹; João Afonso, de Guimarães³⁹²; Cecis (?) Afonso, morador em Montemor-o-Novo³⁹³; Lopo Gil, escudeiro morador em Estremoz³⁹⁴; Álvaro Pires, de Lisboa³⁹⁵; João Lopes, morador na Arrentela, termo de Almada, e criado de Álvaro de Teives, cavaleiro da Casa Real³⁹⁶; Martim da Maia, de Lisboa³⁹⁷; Fernão Lourenço, morador em Elvas³⁹⁸; Álvaro Dias, do Sardoal³⁹⁹; Fernão Coelho, morador em Évora⁴⁰⁰; Pedro Eanes, de Lisboa⁴⁰¹; Rui Gonçalves, morador em Évora⁴⁰²; Estêvão Gago, de Évora⁴⁰³; Diogo Pires, de Évora⁴⁰⁴; João Mendes Lobato, de Olivença⁴⁰⁵; Estêvão Mendes, escudeiro morador em Olivença⁴⁰⁶; Álvaro Lourenço Barroquinho, escudeiro morador em Olivença⁴⁰⁷; Afonso Vasques, morador em Vila Real e amo de Gonçalo Teixeira, moço da câmara régia⁴⁰⁸; Álvaro Pires, morador nas Sarzedas⁴⁰⁹; João Eanes, morador em Lisboa⁴¹⁰; João Gabriel, morador no Cadaval⁴¹¹; e Afonso Fernandes, morador em Lisboa⁴¹².

³⁸² Carta régia, Tânger, 13.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 62v.

³⁸³ Carta régia, Tânger, 15.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 75v.

³⁸⁴ Carta régia, Lisboa, 07.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 223v.

³⁸⁵ Carta régia, Lisboa, 08.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 82.

³⁸⁶ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 34v.

³⁸⁷ Carta régia, Lisboa, 13.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 34v.

³⁸⁸ Carta régia, Lisboa, 13.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 46v; Carta régia, Lisboa, 04.07.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 146v.

³⁸⁹ Carta régia, Lisboa, 13.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 103v.

³⁹⁰ Carta régia, Lisboa, 18.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 56v.

³⁹¹ Carta régia, Lisboa, 20.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 46v.

³⁹² Carta régia, Lisboa, 29.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 32v.

³⁹³ Carta régia, Lisboa, 02.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 103.

³⁹⁴ Carta régia, Lisboa, 02.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 115v.

³⁹⁵ Carta régia, Lisboa, 03.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 16v.

³⁹⁶ Carta régia, Lisboa, 12.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 134v.

³⁹⁷ Carta régia, Sintra, 20.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 18v.

³⁹⁸ Carta régia, Elvas, 18.02.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 41v.

³⁹⁹ Carta régia, Coimbra, 07.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 143v.

⁴⁰⁰ Carta régia, Sintra, 28.12.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 213.

⁴⁰¹ Carta régia, Lisboa, 03.09.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 190.

⁴⁰² Carta régia, Santarém, 09.04.1481 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 26, fl. 169v.

⁴⁰³ Carta régia, Lisboa, 16.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 51-51v.

⁴⁰⁴ Carta régia, Lisboa, 14.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 29v.

⁴⁰⁵ Carta régia, Lisboa, 22.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 57v.

⁴⁰⁶ Carta régia, Lisboa, 16.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 62.

⁴⁰⁷ Carta régia, Lisboa, 16.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 129v-130.

⁴⁰⁸ Já antes referido; Carta régia, Tânger, 09.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 63.

⁴⁰⁹ Carta régia, Arzila, 30.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 99v.

⁴¹⁰ Carta régia, Tânger, 07.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 53v.

⁴¹¹ Carta régia, Tânger, 09.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 12.

⁴¹² Carta régia, Tânger, 11.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 36v.

A grande maioria destes indivíduos aproveitou o facto de ter participado na conquista de Arzila e na ocupação de Tânger para pedir a aposentação, mesmo sem terem sido atingidos os 70 anos, idade com que os vassalos régios eram aposentados, ficando isentos de ter armas e servir na guerra. Diogo Gomes, morador em Soure, era exemplo disso mesmo, tendo sido aposentado pelos bons serviços prestados na conquista de Arzila e ocupação de Tânger, mesmo sem ter atingido a idade requerida, e ficando isento de ter armas de servir na guerra em terra ou no mar⁴¹³. Era uma situação repleta de vantagens, uma vez que se mantinham os privilégios dos vassalos em actividade, mas já não se lidava com o pesado encargo de manter armas e cavalos e de arriscar a vida ao servir na guerra.

Os indivíduos que aqui assinalámos seriam apenas uma pequena parte dos homens que, em 1471, acompanharam rei e príncipe na conquista de Arzila e na ocupação de Tânger, uma vez que a sua grande maioria acabou por não ser contemplada pela documentação que até nós chegou.

d) Aquantiados, besteiros do conto e besteiros de cavalo

O contributo concelhio para a hoste régia, muito significativo em termos numéricos, podia ser dividido em duas categorias: aquantiados e besteiros, incluíndo-se nestes últimos os besteiros do conto e os besteiros de cavalo.

Começando pelos aquantiados⁴¹⁴, este grupo era o mais numeroso, sendo composto pelos moradores do reino que mantinham casa própria, excluindo, naturalmente, clérigos, cavaleiros, escudeiros vassalos do rei ou reconhecidos como fidalgos por carta régia. Os aquantiados recebiam o seu nome por os seus bens serem avaliados em quantias de dinheiro, para efeitos de escalonamento dos combatentes. Os membros de cada escalão tinham que possuir e manter em bom estado armas de diferentes tipos. Por exemplo, os membros dos escalões mais ricos tinham que providenciar sempre cavalo e armamento ofensivo e defensivo completo – como arneses –, enquanto que os menos abastados teriam que providenciar apenas uma besta de polé ou uma lança, sendo esta combinada com a posse de

⁴¹³ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 34v.

⁴¹⁴ Cf. MONTEIRO, 1998, pp. 44-58.

um dardo ou de um escudo⁴¹⁵. Esta era a forma da Coroa garantir que os moradores do reino se encontravam prontos para a guerra, obrigando-os a possuírem armas⁴¹⁶.

Na conquista de Arzila certamente terão tomado parte largos milhares de aquantiados, tendo em conta como eram compostas as hostes do período⁴¹⁷ e ainda que na documentação régia só sejam referidos explicitamente enquanto aquantiados quatro indivíduos: André Martins, morador em Évora e referido como escudeiro da Casa Real e aquantiado de Gonçalo Monteiro⁴¹⁸; Pedro Afonso Mira, aquantiado em cavalo e armas – o escalão mais elevado –, que serviu, como já antes foi dito, em companhia de D. João de Bragança⁴¹⁹; Martim Esteves, aquantiado em besta de polé morador no termo de Loulé⁴²⁰; e Luís Vasques, aquantiado em cavalo e armas morador em Viana do Alvito⁴²¹.

Contudo, existem pelo menos 504 indivíduos que poderão ser aquantiados, ainda que na documentação não fossem expressamente referidos enquanto tal. Estes indivíduos eram apenas recordados pelos seus nomes e locais de morada, e não pelos ofícios que desempenhavam. Esta ausência leva-nos a crer que eram homens-bons dos concelhos⁴²², portanto os indivíduos que se ocupavam do governo local e que estariam, simultaneamente, mais perto da baixa nobreza por não desempenharem ofícios mecânicos. Assim sendo, e tratando-se, de facto, de elementos das camadas superiores do sector popular da sociedade, o seu armamento seria melhor e mais dispendioso, o que se reflectiria na sua eficácia militar.

Estes homens eram mesmo oriundos de todas as comarcas do reino: Do Minho eram originários João Fernandes Corvão, morador no termo de Guimarães⁴²³ e Lopo da Silva, morador em São Martinho de Vielos, termo de Barcelos⁴²⁴; De Trás-os-Montes vieram João Afonso Gago, morador em Torre de Moncorvo⁴²⁵ e Afonso Pires, morador em Vale de Prados, terra do termo de Bragança⁴²⁶; Pedro Eanes Madria, de Alpedrinha⁴²⁷ e Gonçalo

⁴¹⁵ Álvaro Fernandes, morador em Beja, era exemplo disso mesmo, pois era aquantiado em lança em dardo; Carta régia, Setúbal, 04.01.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 16.

⁴¹⁶ A compra e posse de armas e, sobretudo, montadas era um pesado encargo, pelo que a maioria dos indivíduos se tenta isentar das suas obrigações; Cf. MONTEIRO, 2003, pp. 195-197.

⁴¹⁷ João Gouveia Monteiro calcula que, num exército de entre 14.000 a 20.000 combatentes, se poderia esperar serem recrutados entre 5.000 e 10.000 aquantiados concelhios; MONTEIRO, 2003, p. 204.

⁴¹⁸ Carta régia, Lisboa, 11.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 49-49v.

⁴¹⁹ Carta régia, Évora, 16.03.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 81v.

⁴²⁰ Carta régia, Lisboa [?] 27.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 15v.

⁴²¹ Carta régia, Lisboa [?] 28.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 141.

⁴²² Tal ausência é comum nas actas de vereações dos séculos XIV e XV, onde os homens-bons dos concelhos nunca são referidos como desempenhando qualquer ofício; MARQUES, 1987, pp. 265-266.

⁴²³ Carta régia, Lisboa, 22.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 51-51v.

⁴²⁴ Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 80.

⁴²⁵ Carta régia, Lisboa, 01.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 112v.

⁴²⁶ Carta régia, Tânger, 06.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 20.

⁴²⁷ Carta régia, Lisboa, 28.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 68v-69.

Monieiro, morador em Penamacor⁴²⁸, vieram da Beira; Diogo Rodrigues morava em Lisboa⁴²⁹ e Pedro Álvares era natural do Vale de Loures, acima de Camarate, no termo de Lisboa⁴³⁰, na Estremadura; Diogo Gonçalves Gavião, morador em Beja⁴³¹ e João Lourenço das Armas, morador em Montemor-o-Novo⁴³², vieram do Alentejo; Fernão Gonçalves do Sinal, morador em Faro⁴³³ e Francisco Eanes Chamorro, de Soudar⁴³⁴, provinham do Algarve; e por fim, Gonçalo Fernandes Gereiro era morador na ilha da Madeira⁴³⁵.

Assim sendo, e dada a sua distribuição geográfica, bem como a ausência de ofício nos documentos em que são referidos, estamos em crer que todos estes indivíduos⁴³⁶ seriam não só membros das elites concelhias, mas também aquantiados.

Relativamente aos besteiros do conto, desde a data da criação desta milícia, ocorrida algures no reinado de D. Dinis (1279-1325), que esta vinha sendo valorizada pela Coroa enquanto contingente armado possuidor de um elevado grau de especialização. Por isso mesmo se encontram presentes besteiros do conto nas principais operações militares⁴³⁷.

Assim sendo, é natural que tenham participado na conquista de Arzila vários milhares destes combatetes, sem que seja, no entanto, possível aferir se chegaram a participar os 5.000 besteiros do conto do reino⁴³⁸. De facto, na documentação consultada apenas surgiram quatro indivíduos referidos enquanto besteiros do conto: Afonso Eanes, morador no Peso da Régua, termo de Vila Real⁴³⁹, João Pires, de Sintra⁴⁴⁰, João Dias, carniceiro morador em Évora⁴⁴¹ e Gonçalo Pires, de Veiros⁴⁴². É possível que, na grande massa de indivíduos que, nas cartas de perdão ou mercê, não refere a sua profissão, se encontrem muitos outros besteiros do conto.

⁴²⁸ Carta régia, Lisboa, 01.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 106.

⁴²⁹ Carta régia, Lisboa, 05.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 8v-9.

⁴³⁰ Carta régia, Lisboa, 05.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv.

⁴³¹ Carta régia, Lisboa, 09.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 29v.

⁴³² Carta régia, Tânger, 06.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 7v.

⁴³³ Carta régia, Lisboa, 11.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 35v-36.

⁴³⁴ Carta régia, Lisboa, 24.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 63v.

⁴³⁵ Carta régia, Lisboa, 25.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 119.

⁴³⁶ Cujos nomes podem ser consultados no Quadro 1, presente nos anexos.

⁴³⁷ A Coroa cedo tinha estabelecido que, idealmente, estariam sempre presentes no reino 5.000 besteiros do conto preparados para a guerra; Cf. MARTINS, 2008, pp. 375-395; MARTINS, 1997, pp. 91-116; MONTEIRO, 2003, pp. 197-199.

⁴³⁸ A título de curiosidade, Évora, Santarém e Coimbra tinham um conto de 100 besteiros, Braga e a Guarda de 50, o Porto de 40, Vila Real, Bragança e Chaves de 30; MONTEIRO, 2003, pp. 197-198.

⁴³⁹ Privilegiado com a isenção de ser besteiro do conto, bem como do pagamento de diversos impostos concelhios e de acompanhar presos ou dinheiros, por ter participado na conquista de Arzila em companhia do bispo de Lamego; Carta régia, Lisboa, 18.01 [sic].1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 57v.

⁴⁴⁰ Que por servir na armada de conquista de Arzila é isento do pagamento de pedidos régios; Carta régia, Sintra, 11.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 90v.

⁴⁴¹ Recebido enquanto besteiro de cavalo, deixando assim de ser besteiro do conto; Carta régia, Évora, 14.01.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 8.

⁴⁴² Isenção de ser aquantiado em armas por já ser besteiro do conto; Carta régia, Estremoz, 20.01.1475 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 36, fl. 141.

Vicente Afonso, referido apenas enquanto besteiro na documentação⁴⁴³, certamente seria também ele besteiro do conto.

Em 1471, esta milícia era comandada em combate pelo seu anadel-mor, Afonso Furtado de Mendonça, conselheiro régio⁴⁴⁴. A presença deste indivíduo na conquista de Arzila não está documentalmente comprovada, mas faz todo o sentido que tenha acompanhado o rei, por forma a comandar a milícia dos besteiros do conto.

Relativamente aos besteiros de cavalo, estes indivíduos constituíam uma milícia ainda mais restrita do que os besteiros do conto, e que era composta por apenas 500 homens especialistas no tiro com besta⁴⁴⁵. Em Arzila terão certamente participado, dada a sua eficácia em combate, todos estes combatentes, ainda que só exista referência à participação de um indivíduo: Gil Esteves, morador no Barreiro⁴⁴⁶. Como já referimos, um besteiro do conto, de nome João Dias, carnicheiro morador em Évora, seria elevado a besteiro de cavalo pelos serviços prestado na conquista de Arzila.

Por fim, refira-se que os indivíduos que participaram na conquista de Arzila e que tinham experiência comprovada no manejo de bestas, como Álvaro Eanes⁴⁴⁷ ou de João de Vilhana⁴⁴⁸, poderiam ser besteiros do conto, besteiros de cavalo ou mesmo aquantiados.

De resto, durante a conquista de Arzila os besteiros desempenharam um importante papel, sendo que Rui de Pina lhes concedeu, a par dos espingardeiros, um destaque assinalável ao longo do seu relato do cerco⁴⁴⁹. Na campanha de Arzila terão participado vários milhares destes combatentes, dado que a força que D. Afonso V enviou a Tânger, comandada por D. João de Bragança, era composta por 2.000 homens de cavalo e 5.000 homens de pé, muitos dos quais besteiros⁴⁵⁰.

⁴⁴³ Carta régia, Arzila, 31.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 22.

⁴⁴⁴ Desde 1444 que é referido enquanto anadel-mor dos besteiros do conto; Carta régia, Évora, 14.04.1444 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 24, fl. 39; Exercerá esse cargo pelo menos até 1472; Carta régia, Coimbra, 04.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 145.

⁴⁴⁵ Milícia composta por apenas 500 indivíduos, e portanto especialistas no tiro com besta; Cf. MONTEIRO, 2003, pp. 199-200.

⁴⁴⁶ Pelos serviços prestados na conquista de Arzila é privilegiado com a isenção de serviço em cargos concelhios, de servir na guerra por mar ou terra, e deixando inclusive de ser besteiro de cavalo, mas sem perder os privilégios inerentes a este estatuto; Carta régia, Lisboa, 20.06.1439 [sic] in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 5v.

⁴⁴⁷ Tecelão morador na Espetusandeira, que foi acusado de matar com tiros de besta um tal de João Eanes; Carta régia, Lisboa, 17.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 48v.

⁴⁴⁸ Morador em Olalhas, termo de Tomar, foi acusado de ferir com tiros de besta um alfaiate seu vizinho; Carta régia, Lisboa, 09.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 25.

⁴⁴⁹ PINA, 1977, Cap. CLXIV, p. 821.

⁴⁵⁰ Portugal et Bourgogne, p. 519; Veja-se ainda o capítulo V da presente dissertação.

e) Ordens Militares

Em Portugal, em 1471, das quatro ordens militares presentes no reino, três eram tuteladas de perto pela Coroa por serem lideradas por membros da família real: As ordens de Avis, Santiago e Cristo, encontravam-se, respectivamente, nas mãos do príncipe D. João e do duque de Viseu e Beja, também de nome D. João, filho do infante D. Fernando⁴⁵¹. Por seu lado, a Ordem do Hospital, detentora de um carácter internacional que não lhe permitia cair totalmente na esfera da Coroa, tinha por prior D. Vasco de Ataíde, um homem da confiança pessoal de D. Afonso V⁴⁵².

Na conquista de Arzila apenas estiveram presentes o prior do Hospital, D. Vasco de Ataíde, e o príncipe D. João, que tutelava a Ordem de Avis, uma vez que, como antes foi dito, D. João, duque de Viseu e Beja, era ainda uma criança, pelo que a sua ausência era natural. Ainda que a participação do prior seja ignorada pelas crónicas, a documentação de chancelaria referia que este serviu na campanha acompanhado por «muitos comendadores»⁴⁵³, embora não se especifique um número para estes. Contudo, sabemos terem participado na expedição cinco escudeiros seus servidores: Fernão Caldeira, de Elvas⁴⁵⁴; Fernão Lopes Barregua, de Beja⁴⁵⁵; Gil Muacho, de Portalegre⁴⁵⁶; António Vasques⁴⁵⁷; e Diogo Dinis, de Portalegre⁴⁵⁸. A participação do prior na conquista de Arzila não deixou de ser agraciada pelo rei, pelo que certamente D. Vasco de Ataíde terá desempenhado um papel importante, mais não fosse do que por assistir o rei enquanto seu conselheiro. A sua recompensa consistiu na concessão à Ordem do Hospital e a seus mestres e governadores de privilégios iguais aos que disfrutavam os seus congéneres da Ordem de Cristo⁴⁵⁹, a ordem que até então fora mais frequentemente contemplada pelo favor régio.

⁴⁵¹ Desde o reinado de D. João I que a Coroa tentava activamente colocar membros da família real à cabeça das várias ordens; FONSECA, 2004, p. 324; O fim da Reconquista em 1249 não significara o fim do papel das Ordens Militares, mas antes alterara-o. No século XV, estas ordens eram ainda responsáveis pela vigia e guarda de dezenas de fortalezas raianas, detinham vários concelhos importantes sob a sua jurisdição, e mantinham viva no seu seio o espírito cruzadístico; Cf. MONTEIRO, 2003, p. 200; Cf. FONSECA, 2004, pp. 332-333.

⁴⁵² D. Vasco era membro do conselho régio, bem como filho de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, que além de primeiro conde da Atouguia foi ainda aio de D. Afonso V governador da Casa do infante D. Pedro. D. Vasco de Ataíde era respeitado pelo rei ao ponto de ter sido escolhido como padrinho do príncipe D. João, logo após o nascimento deste em 1455;

⁴⁵³ MH, vol. XV, doc. 23, pp. 23-24.

⁴⁵⁴ Carta régia, Lisboa, 22.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 54.

⁴⁵⁵ Carta régia, Lisboa, 28.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 66-66v.

⁴⁵⁶ Carta régia, Lisboa, 29.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 86.

⁴⁵⁷ Carta régia, Lisboa, 19.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 22.

⁴⁵⁸ Carta régia, Lisboa, 06.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 96v.

⁴⁵⁹ A doação é fruto do pedido expresso do prior e da vontade do rei de recompensá-lo pelos serviços prestados, desde logo a sua participação na conquista de Arzila; MH, vol. XV, doc. 23, pp. 23-24.

As restantes ordens militares não estiveram, no entanto, ausentes da expedição de 1471. Pelo contrário, encontramos referências documentais à presença em Arzila de vários comendadores e respectivos servidores.

A Ordem de Avis, pela presença na campanha do seu administrador temporal, e que era ainda para mais o herdeiro da Coroa, também se fez representar. De facto, são dois os comendadores que estiveram junto de D. João naquela ocasião: Fernão Vasques de Castelo Branco, comendador de Castelo de Vide, que se fez acompanhar por pelo menos um criado, um tal de Pero Vasques, que exercia as funções de meirinho e carcereiro em Castelo de Vide⁴⁶⁰; e Lopo Vasques de Azevedo, fidalgo da Casal Real e comendador de Coruche. Este fez-se acompanhar por um seu criado, Fernão Galvão⁴⁶¹, e por pelo menos cinco lavradores de Coruche, que viriam a ser recompensados pelo rei pelos serviços prestados naquela ocasião⁴⁶². Enquanto fidalgo da Casa Real e comendador da Ordem Avis, Lopo Vasques de Azevedo encontrava-se duplamente comprometido a servir a Coroa na guerra.

Ao que parece, em 1471, a Ordem de Avis recrutou combatentes nas terras que se encontravam sob a sua jurisdição temporal e eclesiástica, sendo exemplo disso o concelho do Cano⁴⁶³. Ao todo, são quatro os indivíduos moradores neste município que tomaram parte na conquista de Arzila: Bartolomeu Gomes⁴⁶⁴, Fernão Gonçalves⁴⁶⁵, Diogo Gomes⁴⁶⁶ e Diogo Eanes, vassalo régio e escudeiro do príncipe D. João⁴⁶⁷.

Também as ordens militares de Santiago e Cristo contribuíram para a constituição da hoste régia em 1471, pese embora a ausência do administrador de ambas.

Relativamente à Ordem de Santiago, a presença do comendador de Almada, Gil Vasques de Alteior, era comprovada pela presença na conquista de Arzila de um seu criado, de nome Pero Figueira⁴⁶⁸. Duarte Furtado de Mendonça, comendador do Torrão, também

⁴⁶⁰ Carta régia, Lisboa, 31.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 88-88v.

⁴⁶¹ Carta onde o apelido não é referido, sendo o comendador apenas mencionado enquanto Lopo Vasques; Carta régia, Lisboa, 13.04.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 190v-191.

⁴⁶² Isenção para cinco dos seus lavradores encabeçados, moradores em Coruche, do pagamento de impostos concelhios, de irem com presos ou dinheiro, de encargos e ofícios concelhios, de serem tutores ou curadores, de serem acontiadados e do direito de pousada; Carta régia, Arronches, 10.05.1475 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 67v.

⁴⁶³ Sabemos que este concelho, situado na comarca de Entre-Tejo-e-Guadiana, se encontra sob a jurisdição da Ordem de Avis através da nota de rodapé nº 94 do estudo de MENDONÇA, 2009, p. 211.

⁴⁶⁴ Carta régia, Lisboa, 22.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 43.

⁴⁶⁵ Carta régia, Lisboa, 21.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 43-43v.

⁴⁶⁶ Carta régia, Évora, 21.12.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fls. 1v-2v.

⁴⁶⁷ Referido em duas cartas de perdão de anos diferentes mas referentes ao mesmo crime; Carta régia, Lisboa, 22.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 43; Carta régia, Évora, 27.04.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 115v; Caso semelhante ao do já referido Lopo Vasques de Azevedo, com um mesmo indivíduo a ser compelido ao serviço face a duas fidelidades distintas, mas devidas a uma só pessoa, o príncipe D. João, governador temporal da Ordem de Avis.

⁴⁶⁸ Carta régia, Lisboa, 22.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 23.

esteve presente em Arzila na mesma ocasião, e tendo-se feito acompanhar por um seu escudeiro, João Murzelo⁴⁶⁹. Martim Ychoa⁴⁷⁰, comendador de Cacela, também participou na campanha em questão, tendo sido acompanhado por um escudeiro, Pero das Neves⁴⁷¹. O mesmo fez Nuno Afonso, ouvidor do mestre de Santiago, tendo sido acompanhado por um dos carcereiros da cadeia sob sua jurisdição, um tal de Gomes Fernandes⁴⁷².

Por fim, a Ordem de Cristo, que tanta importância teve no processo de expansão portuguesa ao longo do século XV, também se fez representar na expedição de 1471. A presença do comendador das Olaias, cujo nome não é referido na documentação, na conquista de Arzila é atestada pela presença na mesma de um seu criado, de nome Afonso Álvares, morador em Castro Marim⁴⁷³. Quanto a João de Melo, comendador de Casével⁴⁷⁴, sabemos da participação na armada de 1471 de um seu amo, de nome Gonçalo Vasques⁴⁷⁵. A comenda de Casével, ainda que no século XIV integrasse a Ordem de Santiago, parece pertencer já neste período à Ordem de Cristo⁴⁷⁶. Na conquista de Arzila estiveram ainda presentes um ou dois dos clareiros, ou mestres-de-chaves, da ordem. Tomé Álvares, morador em Seda, dizia-se criado de Pero Vasques, clareiro da Ordem de Cristo⁴⁷⁷. Já Gonçalo Meira⁴⁷⁸ e Vasco Fernandes⁴⁷⁹ apenas eram referidos enquanto escudeiros do clareiro da Ordem, não se referindo um nome para este. Poderiam ser ambos escudeiros do já referido Pero Vasques, ou ainda de Luís de Sousa, também ele referido enquanto clareiro da Ordem de Cristo⁴⁸⁰.

Existe ainda um indivíduo cuja identificação não é clara. João Pires era referido enquanto escudeiro de Fernão de Sousa, filho do comendador-mor⁴⁸¹, cujo nome não era, no entanto, referido. Seria, porventura, filho de um outro Fernão de Sousa, que em 1475 era

⁴⁶⁹ Carta régia, Tânger, 04.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 19v.

⁴⁷⁰ Carta régia, Tentúgal, 22.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 134v-135; Embora este documento se refira ao supracitado Martim Ychoa como cavaleiro da Ordem de Cristo, julgamos que se trate de um erro do escrivão, fruto de as ordens de Cristo e Santiago terem naquela altura o mesmo administrador, o que poderia gerar alguma confusão. Em todo o caso, a comenda de Cacela pertencia, desde o século XIV, à Ordem de Santiago; Cf. FERNANDES, 2002, p. 99.

⁴⁷¹ Carta régia, Tentúgal, 22.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 72v.

⁴⁷² Carta régia, Lisboa, 09.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 18-18v.

⁴⁷³ Carta régia, Lisboa, 28.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 81v.

⁴⁷⁴ A comenda de Casével, ainda que no século XIV integrasse a Ordem de Santiago, parece pertencer já neste período à Ordem de Cristo, sendo que numa inquirição dos bens desta comenda, feita a 20 de Maio de 1506, esta comenda já pertencia à última destas ordens;

⁴⁷⁵ Carta régia, Lisboa, 15.01.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 103.

⁴⁷⁶ Assim era de acordo com as inquirições feitas em 1506; TOMBOS, pp. 197-227.

⁴⁷⁷ Carta régia, Lisboa, 23.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 58v-59.

⁴⁷⁸ Carta régia, Lisboa, 17.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 27, fl. 70.

⁴⁷⁹ Carta régia, Lisboa, 08.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 39v-40.

⁴⁸⁰ Carta régia, Santarém, 18.02.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 36v.

⁴⁸¹ Carta régia, Lisboa, 22.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 67-67v.

comendador-mor da Ordem de Cristo⁴⁸², ou quiçá fosse o mesmo Fernão de Sousa e que tenha sucedido ao pai, entretanto falecido. Este mesmo sujeito é já referenciado enquanto fidalgo da Casa do duque de Viseu e comendador-mor da Ordem de Cristo em 1476⁴⁸³. Independentemente da sua identificação, este homem tomou parte na conquista de Arzila.

Por fim, refira-se que vários comendadores que não foram possíveis de identificar nem pelo nome nem pela ordem a que pertencem tomaram parte na conquista de Arzila. Silvestre Gil, escudeiro do comendador do Roudal⁴⁸⁴, comenda cuja localização desconhecemos, tomou parte nesta conquista, sendo quase certo que foi acompanhado pelo seu senhor. Álvaro Gonçalves Figueiredo, alcaide-pequeno e carcereiro da Figueira – cuja localização geográfica desconhecemos –, era referido enquanto escudeiro do comendador-mor⁴⁸⁵, mas sem ser referido o nome do comendador ou a ordem a que pertencia. Também o comendador de Santo Antão terá estado presente na conquista de Arzila⁴⁸⁶, embora não tenha sido possível identificar a localização da comenda, o seu titular ou a ordem a que pertence.

O contributo das ordens militares de Avis, Santiago, Cristo e Hospital para a hoste que em 1471 conquistou Arzila terá tido maior importância não a nível da quantidade de combatentes que disponibilizou⁴⁸⁷, mas sim a nível da qualidade dos guerreiros e do seu armamento ofensivo e defensivo⁴⁸⁸. Basta recordar que grande parte dos indivíduos referidos na documentação eram escudeiros e criados de comendadores, quando não eram os comendadores eles mesmos, portanto indivíduos melhor equipados e mais caejados no manejo de armas do que os lavradores que compunham a esmagadora maioria da hoste régia. Esta qualidade superior era notória apesar do levantamento de hostes dos concelhos cuja jurisdição temporal pertencia às Ordens, o que em ocasião de uma guerra ou expedição militar tendia a acontecer, como vimos para o caso da vila do Cano.

⁴⁸² Carta régia, Évora, 06.04.1475 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 177.

⁴⁸³ Carta régia, Porto, 30.07.1476 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 6, fl. 123.

⁴⁸⁴ Carta régia, Lisboa, 06.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 24.

⁴⁸⁵ Carta régia, Santarém, 01.05.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 12.

⁴⁸⁶ Nela toma parte um seu criado, Pedro Afonso, morador no termo de Óbidos; Carta régia, Óbidos, 13.07.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 110-110v.

⁴⁸⁷ Pese embora a capacidade de levantamento das hostes dos concelhos que estavam sob a tutela das várias Ordens; FONSECA, 2004, pp. 328-329.

⁴⁸⁸ Cf. MONTEIRO, 2003, p. 200.

f) Homiziados e mercenários

Desde meados do século XIV que em Portugal se vinha fazendo uso de companhias de homiziados⁴⁸⁹, sendo que este processo tinha acentuado com o início da expansão portuguesa. Assim sendo, participaram várias centenas de criminosos nas hostes que conquistaram Ceuta (1415) e Alcácer Ceguer (1458), e que assediaram sem sucesso Tânger (1437 e 1463-1464). Contudo, foi na conquista de Arzila que tomou parte o mais numeroso contingente de homiziados até então reunido⁴⁹⁰. A nossa investigação permitiu-nos concluir que o número de homiziados presentes na conquista de Arzila foi de, pelo menos, 1162 homens. Dado o elevado número destes indivíduos, colocámos os seus nomes num quadro que se encontra presente nos anexos⁴⁹¹. Este número não é certo por, nalguns casos, os perdões emanados pela Coroa serem colectivos, e não referirem o número de indivíduos que perdoam, como sucede nos casos de Vasco e Álvaro da Gama e Gonçalo Cordeiro, moradores em Olivença, que são perdoados mais os seus respectivos homens⁴⁹², sem que seja concedido um número para estes servidores, pelo que permanece a dúvida.

Este grande número de homiziados pode ser explicado não só pela atempada preparação da armada de 1471, que incluiu, como já referimos, o lançamento de um perdão geral, mas também pelo bem sucedido uso destes indivíduos em campanhas passadas, e que de resto demonstrava as vantagens de servir a Coroa em troca de um perdão. Para estes homens era melhor servir por uma só vez na hoste régia do que ser condenado a cumprir longos anos de degredo numa praça norte-africana. Foi o que fez Fernando Afonso, ataqueiro morador em Guimarães, que preferiu servir na conquista de Arzila do que cumprir os 14 anos de degredo em Alcácer Ceguer a que tinha sido condenado por um duplo-homicídio⁴⁹³.

Os homiziados eram homens que andavam fugidos à justiça, e que por as suas vidas já estarem comprometidas nada perdiam em servir o rei na guerra, sobretudo tendo em conta que, caso sobrevivessem, o perdão estava garantido. Assim sendo, não se estranhe a participação voluntária de milhares destes indivíduos em campanhas militares, a par do que se fazia na restante Europa⁴⁹⁴. O processo de perdão começava com o embarque na armada,

⁴⁸⁹ MONTEIRO, 2003, pp. 203-204.

⁴⁹⁰ DUARTE, 1993, vol. I, pp. 580-581; Por não ser o objectivo do estudo aqui citado, não foi apresentado um número total dos homiziados que serviram na armada de Arzila.

⁴⁹¹ Veja-se o Quadro nº 1.

⁴⁹² Carta régia, Elvas, 12.03.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 48.

⁴⁹³ Carta régia, Lisboa, 24.10.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 75v.

⁴⁹⁴ Veja-se, por exemplo, o que se passava nas campanhas inglesas em França durante a Guerra dos Cem Anos; DUARTE, 1993, vol. I, p. 582.

passava pela inscrição no *Livro dos Homiziados* – que em 1471 estava à guarda de Diogo Afonso, escudeiro da Casa Real e escrivão⁴⁹⁵ –, que servia de prova da participação na campanha de determinado indivíduo, e terminava com o perdão régio, após ser feita prova da presença na campanha e se ter obtido o perdão por escrito das partes ofendidas pelos crimes cometidos anteriormente⁴⁹⁶.

Os homiziados não eram apenas lavradores, como Gonçalo Vasques⁴⁹⁷, ou pedreiros como Rodrigo Afonso⁴⁹⁸, embora os indivíduos dos escalões sociais mais baixos fossem bastante numerosos. De facto, do total de 1162 homiziados que tomaram parte na conquista de Arzila, 11 eram fidalgos, 25 eram cavaleiros e 195 eram escudeiros⁴⁹⁹. Estes indivíduos eram, em simultâneo, os homens socialmente mais importantes, melhor equipados e militarmente mais adestrados – condições que se encontravam profundamente interligadas – que tomaram parte enquanto homiziados na conquista de Arzila e ocupação de Tânger. É precisamente por terem sido os indivíduos militarmente mais aptos de entre os homiziados que os referimos com algum pormenor⁵⁰⁰.

Os fidalgos eram: Gil da Cunha⁵⁰¹; Soeiro de Barbudo⁵⁰²; Henrique de Sousa⁵⁰³; Fernão de Sousa⁵⁰⁴; Luís d’Azevedo⁵⁰⁵; D. Henrique de Sá⁵⁰⁶; João da Cunha⁵⁰⁷; Rui Teixeira⁵⁰⁸; Rui Pereira⁵⁰⁹; Rui Gomes da Silva⁵¹⁰ e Afonso de Boim-o-Moço⁵¹¹. Estes eram os indivíduos de maior valia social que integravam o *Livro dos Homiziados* em 1471. Sete destes homens integravam a Casa Real, e os restantes tinham sido fidalgos da Casa do infante D. Fernando, duque de Viseu e Beja, o líder da maior casa nobiliárquica do reino. Um era

⁴⁹⁵ DUARTE, 1993, vol. II, p. 66.

⁴⁹⁶ Sobre todo este processo veja-se DUARTE, 1993, vol. I, pp. 582-584.

⁴⁹⁷ Carta régia, Tânger, 09.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 21-21v.

⁴⁹⁸ Carta régia, Santarém, 18.05.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 54v.

⁴⁹⁹ Alguns indivíduos figuram em mais que uma categoria, como Soeiro de Barbudo, que é fidalgo e escudeiro; Carta régia, Lisboa, 28.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 87v; Nem todos os escudeiros serão, necessariamente, fidalgos, portanto são, dentro desta categoria, o patamar mais baixo. Por fim, alguns dos indivíduos que aqui referimos já foram antes mencionados nos sub-capítulos dedicados às mesnadas nobres, às hostes concelhias e aos elementos das ordens militares.

⁵⁰⁰ Referiremos todos os nomes de fidalgos e cavaleiros homiziados em 1471, embora só estudemos em pormenor os casos a nosso ver mais significativos. Quanto aos escudeiros, e dado o seu grande número, apenas estudaremos alguns casos mais relevantes, e remetemos os restantes nomes e informações para o Quadro nº 1.

⁵⁰¹ Carta régia, Lisboa, 29.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 87.

⁵⁰² Carta régia, Lisboa, 28.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 87v.

⁵⁰³ Carta régia, Lisboa, 11.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 27.

⁵⁰⁴ Carta régia, Lisboa, 11.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 56.

⁵⁰⁵ Carta régia, Lisboa, 29.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 92v-93.

⁵⁰⁶ Carta régia, Santarém, 28.04.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 22.

⁵⁰⁷ Carta régia, Tentúgal, 13.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 152v.

⁵⁰⁸ Carta régia, Évora, 03.12.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 222v-223.

⁵⁰⁹ Carta régia, Évora, 18.11.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fls. 11v-12.

⁵¹⁰ Carta régia, Évora, 12.02.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fls. 31v-32.

⁵¹¹ Carta régia, Évora, 15.02.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fls. 57-57v.

mesmo fidalgo de dom – D. Henrique de Sá – e era filho de um fidalgo da Casa Real, D. Fernão de Sá⁵¹². Não era possível encontrar entre os homiziados elementos mais próximos da corte e do rei do que estes, sobretudo tendo em conta que nenhum nobre titular se encontrava nesta lista, nem fosse expectável que algum a integrasse, independentemente do seu crime. É significativo que só um destes indivíduos tenha referido o local onde habitava⁵¹³, o que nos parece mais que mero acaso e se relacionará, certamente, com o facto de acompanharem em permanência a corte, sendo que esta era, ainda neste período, itinerante.

Relativamente aos cavaleiros, eram eles: João Godinho⁵¹⁴; Lopo Ruiz⁵¹⁵; Pero Ribeiro⁵¹⁶; Diogo de Oliveira⁵¹⁷; João Gonçalves⁵¹⁸; João Mendes de Oliveira⁵¹⁹; Fernão da Banha⁵²⁰; Gomes Eanes⁵²¹; Lopo Esteves⁵²²; Pero Vaz⁵²³; Rui da Fonseca⁵²⁴; Fernão da Mesquita⁵²⁵; Diogo Rodrigues de Arauto⁵²⁶; Baltazar Rodrigues⁵²⁷; Rui Lopes da Horta⁵²⁸; Leonel Gil⁵²⁹; João Vasques da Costa⁵³⁰; Vasco da Gama⁵³¹; Gonçalo Cordeiro⁵³²; Álvaro da Gama⁵³³; Martim Ychoa⁵³⁴; Pedro Caldeira⁵³⁵; Luís Eanes de Aguiar⁵³⁶; Lopo Chainho⁵³⁷ e João Álvares Gato⁵³⁸.

De entre os 25 cavaleiros seis eram membros da Casa Real, enquanto os restantes se distribuíam pelas várias Casas senhoriais do reino. Existem, contudo, dois casos de maior interesse. Um era Pero Vaz, que na sua carta de perdão era referido como colação do rei de

⁵¹² Carta régia, Santarém, 28.04.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 22.

⁵¹³ Trata-se de Afonso de Boim-o-Moço, morador em Elvas; Carta régia, Évora, 15.02.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fls. 57-57v.

⁵¹⁴ Carta régia, Tânger, 05.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 8v.

⁵¹⁵ Carta régia, Tânger, 05.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 20.

⁵¹⁶ Carta régia, Tânger, 06.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 9v.

⁵¹⁷ Carta régia, Tânger, 08.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 32v.

⁵¹⁸ Carta régia, Lisboa, 16.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 53.

⁵¹⁹ Carta régia, Lisboa, 22.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 67v.

⁵²⁰ Carta régia, Lisboa, 26.10.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 84v.

⁵²¹ Carta régia, Lisboa, 26.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 93.

⁵²² Carta régia, Lisboa, 04.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 2-2v.

⁵²³ Carta régia, Lisboa, 04.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 103v-104.

⁵²⁴ Carta régia, Lisboa, 11.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 34v-35.

⁵²⁵ Carta régia, Lisboa, 14.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 52.

⁵²⁶ Carta régia, Lisboa, 20.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 22.

⁵²⁷ Carta régia, Lisboa, 20.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 44v-45.

⁵²⁸ Carta régia, Lisboa, 06.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 33.

⁵²⁹ Carta régia, Lisboa, 07.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 70v.

⁵³⁰ Carta régia, Lisboa, 13.02.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 49-49v.

⁵³¹ Carta régia, Elvas, 12.03.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 48.

⁵³² Carta régia, Elvas, 12.03.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 48.

⁵³³ Carta régia, Elvas, 12.03.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 48.

⁵³⁴ Indivíduo já antes referido no sub-capítulo relativo às ordens militares; Carta régia, Tentúgal, 22.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 134v-135.

⁵³⁵ Carta régia, Évora 04.11.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 226-227.

⁵³⁶ Carta régia, Évora, 10.12.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 264-264v.

⁵³⁷ Carta régia, Évora, 04.01.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fls. 13v-14.

⁵³⁸ Carta régia, Évora, 12.02.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 17.

Aragão⁵³⁹. Ou seja, este indivíduo terá partilhado uma ama de leite – provavelmente a sua própria mãe – com D. Pedro, o filho do infante D. Pedro, regente de Portugal, que em 1464 partiu para a Catalunha para tentar ganhar a coroa de Aragão. O outro era Fernão da Banha, cavaleiro morador em Loulé, que se fez acompanhar na conquista de Arzila por três filhos – Lisuarte de Andrade, Fernão da Banha-o-Moço e Nuno de Andrade⁵⁴⁰ – e por pelo menos um seu criado, de nome Gonçalo Vasques Tristão⁵⁴¹, sendo todos estes indivíduos homiziados culpados de, em conjunto, matarem João de Alte, homem de pé de Gil de Ataíde. Fernão da Banha faz-se assim acompanhar de um séquito composto por filhos e servidores, sendo que todos os restantes cavaleiros teriam feito, certamente, o mesmo, fazendo-se acompanhar dos seus escudeiros, pajens e homens de pé, sendo estes, por vezes, também seus familiares mais ou menos próximos.

A maioria dos cavaleiros – mesmo os pertencentes à Casa Real – indicavam o local de residência, o que a nosso ver demonstra que, ao contrário dos fidalgos, estes homens tinham vidas que giravam menos em torno da corte e mais em torno de senhores locais de maior ou menor riqueza, ou mesmo dos seus próprios negócios, como parecia ser, aliás, o caso do já mencionado Fernão da Banha, que só na armada de 1471 parecia servir alguém que não a si mesmo, neste caso o rei. As motivações para a prestação desse serviço eram, não só a busca do perdão para si e para os seus filhos, mas também os sempre presentes valores nobiliárquicos que compeliavam a fidalguia ao serviço em armas.

Vejamos, por fim, alguns casos mais interessantes de entre os vários escudeiros homiziados presentes na conquista de Arzila. Fernão de Miranda, morador em Vinhais, identificava-se como escudeiro e criado da rainha de Castela⁵⁴², rainha essa que presumimos ser D. Joana, irmã de D. Afonso V, que em 1454 casou com Henrique IV. Era, portanto, um indivíduo próximo das cortes portuguesa e castelhana, dado servir a irmã do rei de Portugal e rainha de Castela. Martinho Álvares⁵⁴³, Pero Gonçalves⁵⁴⁴ e Fernão Vasques⁵⁴⁵ identificavam-se, nas respectivas cartas de perdão, enquanto escudeiros do rei D. Pedro de Aragão, ou seja, acompanharam D. Pedro, mestre da Ordem de Avis e filho do infante e regente do mesmo nome, na sua já referida aventura na Catalunha⁵⁴⁶. Após a morte de D.

⁵³⁹ Carta régia, Lisboa, 04.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 103v-104.

⁵⁴⁰ Carta régia, Lisboa, 26.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 84v.

⁵⁴¹ Carta régia, Lisboa, 11.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 36.

⁵⁴² Carta régia, Lisboa, 21.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 64v.

⁵⁴³ Carta régia, Lisboa, 25.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 77.

⁵⁴⁴ Carta régia, Lisboa, 19.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 22-22v.«

⁵⁴⁵ Carta régia, Tentúgal, 22.08.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 126v-127.

⁵⁴⁶ Sobre este D. Pedro e a guerra que levou a cabo na Catalunha veja-se FONSECA, 1982.

Pedro, estes seus três escudeiros regressaram a Portugal, aí cometendo crimes que os obrigaram a participar na armada que conquistou Arzila, em 1471, enquanto homiziados.

O adestramento em armas de fidalgos, cavaleiros e escudeiros, que como referimos era inerente à sua posição social, significava que eram os guerreiros mais competentes inscritos no *Livro dos Homiziados*. Por outro lado, o acesso a armas era, de facto, simples e recorrente, conforme indicam as cartas de perdão deste período⁵⁴⁷, e não pode ser descartada a experiência – e sobretudo a temeridade – de alguns indivíduos que eram grandes criminosos, muitos dos quais homicidas, pelo que o seu valor em combate não seria despreciando. Afonso Gonçalves, alfaiate de Guimarães, culpado pela morte de duas pessoas⁵⁴⁸, era um exemplo disso mesmo.

Relativamente aos mercenários, desde a batalha de Nájera, ferida em 1367, que as companhias de soldados profissionais marcavam presença regular nos conflitos militares ibéricos. A experiência destes combatentes e o seu conhecimento de grande número de táticas e estratégias, morais e imorais, fazia deles um elemento muito valorizado pelos comandantes militares do período. Por serem indivíduos que podiam marcar a diferença entre a vitória e a derrota eram pagos autenticamente a peso de ouro⁵⁴⁹.

Na conquista de Arzila e na ocupação de Tânger tomou parte, pelo menos, um nobre castelhano. Tratava-se de Juan Sanchez, cavaleiro do marquês de Cádiz, que, ainda em Arzila, recebeu, a 27 de Agosto de 1471, uma carta régia que lhe garantiu, a partir de 1 de Janeiro, uma tença de 23.000 reais brancos⁵⁵⁰. Um outro indivíduo, apelidado de «Castañeda, el portogues», poderia ser um nobre português ao serviço do rei castelhano, D. Henrique IV, ou um nobre castelhano que, pelas suas ligações a Portugal, mereceu tal alcunha. Em todo o caso, este indivíduo recebeu, pela sua participação na conquista de Arzila, uma tença anual concedida, não pelo rei de Portugal, mas sim pelo rei de Castela⁵⁵¹. A presença destes homens na campanha de 1471 pode ter duas explicações distintas.

⁵⁴⁷ DUARTE, 1993, vol. I, p. 349.

⁵⁴⁸ Carta régia, Lisboa, 24.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 76v-77.

⁵⁴⁹ Cf. MONTEIRO, 2003, pp. 202-203.

⁵⁵⁰ Carta régia, Arzila, 27.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 47v.

⁵⁵¹ Sabemos da participação deste indivíduo na campanha de 1471 através da embaixada enviada por D. João II a Castela, em 1482. O objectivo desta embaixada, liderada pelo barão do Alvito, D. João Fernandes da Silveira, era garantir que os Reis Católicos cumpriam com o acordado no Tratado das Alcáçovas, assinado em 1479, sobretudo no que dizia respeito ao tratamento dos castelhanos que entre 1475 e 1479 tinham apoiado D. Afonso V na sua guerra pelo trono castelhano. Também durante esta guerra Castañeda apoiou o rei de Portugal, sendo-lhe por isso retirada a tença, por ordem de Isabel de Castela, que fora atribuída em 1471; DRP, doc. 307, p. 221; De resto, a recompensa por parte do rei de Castela de um indivíduo que serviu o rei de Portugal constitui uma demonstração das boas relações existentes entre os dois reis naquele período.

Por um lado, poderiam ser aventureiros, homens que ambicionavam combater o inimigo muçulmano em nome da fé cristã e ao fazê-lo ganharem honra, prestígio e riqueza. Não seria a primeira vez que um nobre estrangeiro se integrava numa hoste portuguesa que tinha por destino o Norte de África⁵⁵². Por outro lado, poderiam ser comandantes de tropas mercenárias e, quiçá, com anteriores ligações a Portugal, pelo menos no caso de Castañeda e dada a sua alcunha. Tendo em conta o recurso anterior a mercenários castelhanos⁵⁵³ – ainda que sem efeitos práticos –, é possível que em 1471 D. Afonso V voltasse a enviar homens seus ao reino vizinho para recrutarem tropas, sendo que nesse caso se afigura plausível a hipótese de Castañeda e/ou Juan Sanchez serem o comandantes de contingentes mercenários castelhanos que, em 1471, ajudariam a conquistar Arzila.

Existem ainda várias referências à participação de estrangeiros na armada de Arzila. Estêvão de «Espimbela», genovês, participou na conquista de Arzila e lá faleceu, mas moraria em Portugal, pelo que não pode ser considerado um mercenário⁵⁵⁴. Por outro lado, existem provas documentais da presença na mesma campanha de pelo menos cinco indivíduos naturais de Inglaterra: Miles Gualgue, Davi Vaas, João Aah[...]lem e João Becham. Todos estes indivíduos eram pagos pelo rei pelo frete dos seus respectivos navios, e portanto não seriam mercenários no sentido de disponibilizarem contingentes armados que servissem a troco de pagamento⁵⁵⁵.

Por seu lado, em 1471 os defensores de Arzila contaram com mercenários genoveses, adestrados no uso da besta com grande eficácia. Terá sido um destes mercenários o responsável pela morte do conde de Monsanto⁵⁵⁶. O recurso a tropas estrangeiras também parece ter sido comum no Norte de África. Quando logo após a conquista de Alcácer Ceguer, em 1458, a vila foi cercada pelas forças do rei de Fez pela primeira vez, no arraial dos sitiadores encontravam-se presentes contingentes de besteiros de Granada⁵⁵⁷.

⁵⁵² Veja-se, por exemplo, o caso de Jorge de Ehingen, um nobre alemão que entre 1456 e 1458 esteve em Portugal, estanciou durante largos meses em Ceuta e aí enfrentou um cerco movido pelo rei de Fez, durante o qual matou um cavaleiro mouro em combate individual; STRASEN e GÂNDARA, 1944, pp. 51-65.

⁵⁵³ Quando em 1463 D. Afonso V decidiu tentar conquistar Tânger, enviou D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real, à Andaluzia para recrutar tropas locais que apoiassem a hoste real. O conde recrutou um total de 150 homens de cavalo e 400 de pé, mas acabou por ter que os dispensar sem sequer passarem ao Norte de África, uma vez que a hoste tardava em sair de Portugal; PINA, 1977, Cap. CXLVII, p. 797; De resto, a dispensa destes contingentes mercenários demonstra como era impossível à Coroa portuguesa suportar o custo dos seus serviços durante largos períodos de tempo.

⁵⁵⁴ É o que se percebe por, após a sua morte sem deixar descendentes, os seus bens serem doados pelo rei a D. Leão, um fidalgo da sua Casa. Se residisse fora do reino, D. Afonso V não poderia ter doado os seus bens; Carta régia, Lisboa, 28.08.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 45.

⁵⁵⁵ Veja-se o sub-capítulo dedicado ao fretamento dos navios.

⁵⁵⁶ PB, p. 518.

⁵⁵⁷ PINA, 1977, Cap. CXXXIX, p. 779.

Não é possível saber ao certo se em 1471 a hoste portuguesa foi reforçada com contingentes mercenários, ainda que, dado experiências anteriores, tal fosse possível se não mesmo provável. Em todo o caso, do lado português, estavam presentes homens com larga experiência na guerra no Norte de África e pagos a soldo, pelo que eram praticamente profissionais da guerra dada a sua longa permanência nas praças da região⁵⁵⁸. Boa parte da guarnição de Alcácer Ceguer, que em 1471 acompanhou o seu capitão, D. Henrique de Meneses, na conquista de Arzila, eram precisamente guerreiros veteranos cuja experiência seria, sem dúvida, de grande valor.

IV – A organização dos recursos

Estudada que está a organização da hoste em 1471, vejamos pois como o reino de Portugal foi capaz de alimentar, armar e transportar 23.000 homens de combate para o outro lado do Estreito de Gibraltar, para aí cercarem e conquistarem Arzila.

Não existe registo de uma data concreta de quando D. Afonso V decidiu passar a África naquela que seria a sua derradeira campanha naquela região. O primeiro documento que refere preparativos concretos para a organização da armada, neste caso no fretamento de navios, data de 4 de Fevereiro de 1471⁵⁵⁹. É no entanto possível que já desde finais de 1470 que o rei viesse preparando, ainda que parcialmente, uma armada para digirir ao Norte de África. Assim se entende a mercê que D. Afonso V fez a 5 de Agosto de 1470 a Leonel Gil, morador em Lagos, do quinto das presas, salvo dos cativos, que a sua caravela capturasse na armada que se preparava⁵⁶⁰. Ou a licença que o rei concedeu em Novembro de 1470 ao meirinho da comarca de Entre-Douro-e-Minho para que o seu ofício pudesse ser desempenhado pelo pai até voltar da armada⁵⁶¹. Nenhuma outra armada do género foi planeada neste período, pelo que se trataria, certamente, da que foi preparada para conquistar Arzila e que teria lugar em 1471. Assim, a campanha contra esta vila foi preparada ao longo de um ano, o que garantiu um planeamento minucioso da mesma.

A divisão da armada em três – com partidas de embarcações previstas para o Porto, Lisboa e Lagos⁵⁶² –, bem como a presença na mesma de combatentes oriundos de todas as comarcas e mesmo das ilhas – conforme vimos no capítulo anterior – demonstram como todo

⁵⁵⁸ Assim o considera João Gouveia Monteiro; Cf. MONTEIRO, 2003, p. 203.

⁵⁵⁹ Documento que estudaremos com maior detalhe noutro sub-capítulo; DP, vol. III, doc. 63, pp. 88-89.

⁵⁶⁰ PERES, 1974, p. 120.

⁵⁶¹ PERES, 1974, p. 103.

⁵⁶² PINA, 1977, cap. CLXIII, pp. 819-820.

o reino se encontrava empenhado nos preparativos, ainda que disso restem relativamente poucas evidências, sobretudo tendo em conta armadas anteriores, como a 1437⁵⁶³.

a) Financiamento

Em todas as guerras o dinheiro é essencial pois é ele que permite pagar a soldados, comprar armas e mantimentos, fretar navios, etc. Assim sendo, querendo D. Afonso V passar ao Norte de África em 1471, foi obrigado a encontrar formas de financiar a sua expedição.

A forma mais tradicional de financiamento extraordinário da Coroa era a obtenção de «pedidos», concedidos pelos povos em reunião de cortes⁵⁶⁴. No entanto, ao pedir apoio financeiro em cortes, D. Afonso V seria obrigado a revelar o alvo da armada que preparava, pelo que, para evitar a perda do elemento surpresa, acabou por não requisitar a ajuda dos povos⁵⁶⁵. Só assim se entende que nas cortes de 1471, que tiveram lugar em Santarém ainda antes da partida da armada de Arzila, não tenha sido feito nenhum pedido de auxílio financeiro por parte do rei, ainda que por então a Coroa enfrentasse dificuldades económicas⁵⁶⁶. Menos compreensível é o facto de o rei não ter requisitado a ajuda dos concelhos após a conquista de Arzila – como fizera após a conquista de Alcácer Ceguer⁵⁶⁷ – nomeadamente nas cortes de Coimbra e Évora de 1472-1473⁵⁶⁸. Os gastos levados a cabo pela Coroa – certamente também nos preparativos da armada – tiveram o seu reflexo nas cortes de 1473, quando o rei tentou obter subsídios para estabelecer a Casa do príncipe D. João por não ter dinheiro para o fazer sozinho⁵⁶⁹.

Embora não tenha recorrido à ajuda dos povos para financiar a armada de 1471, D. Afonso V não deixou de fazer alguns empréstimos de menor dimensão. A 11 de Julho de 1471 o rei pediu um empréstimo a D. Guiomar de Castro, esposa de D. Álvaro de Castro,

⁵⁶³ Sobre os preparativos para a última destas armadas veja-se MOREIRA, 2009, pp. 36-67.

⁵⁶⁴ São poucos os pedidos feitos pela Coroa para fazer face a despesas militares, e só o pedido de 1436, feito pelo rei D. Duarte, se relaciona com a preparação de uma armada que tinha por destino o Norte de África; GONÇALVES, 1964, pp. 133-136; MOREIRA, 2009, pp. 64-67.

⁵⁶⁵ Semelhante atitude tinha tido D. João I quando, durante a preparação da armada que em 1415 conquistaria Ceuta, abdicou de pedir ajuda em cortes para não ter que revelar o alvo da expedição; GONÇALVES, 1964, p. 41.

⁵⁶⁶ A política financeira do rei é, de resto, alvo de várias críticas por parte dos representantes concelhios; SOUSA, 1990, vol. I, pp. 391-392.

⁵⁶⁷ Em 1459 D. Afonso V recebeu um empréstimo para ajudar a pagar as despesas da armada que em 1458 conquistara Alcácer Ceguer; SOUSA, 1990, vol. I, pp. 379-381; E isto apesar de o rei já antes desta conquista, mais precisamente em 1456, ter recebido um outro empréstimo dos povos. O elemento surpresa manteve-se porque a armada era então apontada aos Turcos, e não ao Norte de África.

⁵⁶⁸ Cortes onde os concelhos tentavam limitar o número de indivíduos que recebiam tenças da Coroa por forma a baixar as despesas da mesma; SOUSA, 1990, vol. I, pp. 395-400.

⁵⁶⁹ SOUSA, 1990, vol., pp. 401-403.

conde de Monsanto – que viria a falecer durante a conquista de Arzila – no valor de 6.286 dobras e meia e 190 reais brancos⁵⁷⁰. Este tipo de empréstimos parece, de resto, ter-se verificado com alguma frequência⁵⁷¹, e é possível que D. Afonso V tenha recorrido ainda a outros, nomeadamente nos pedidos feitos à comunidade judaica do reino, ainda que não restem provas de que tal tenha acontecido⁵⁷².

O custo total da armada de Arzila foi de 112.000⁵⁷³ ou 135.000 dobras⁵⁷⁴, dependendo da fonte consultada. A dobra correspondia a uma medida de contagem, e não uma moeda cunhada, valendo neste período 120 reais cada unidade⁵⁷⁵. Ou seja, 112.000 dobras correspondiam a 13.440.000 reais, enquanto que 135.000 dobras equivaliam a 16.200.000 reais. De acordo com as mesmas fontes, a expedição que conquistou Alcácer Ceguer em 1458 custou à Coroa portuguesa 104.000 dobras – 12.480.000 reais – ou 115.000 dobras – 13.800.000 reais. É compreensível que a armada de Arzila tenha sido mais dispendiosa do que a de Alcácer Ceguer, tendo em conta que foi constituída por um número superior de homens e embarcações, de maiores quantidades de mantimentos, armas etc, além da inflação registada entre 1458 e 1471, sendo que tudo isto correspondia a um natural aumento de custos. Contudo, os valores gastos na conquista de Arzila – tal como os das outras conquistas norte-africanas – surgem como bastante elevados se for tido em consideração que se tratam de expedições únicas, e não de campanhas prolongadas no terreno como foi, por exemplo, a guerra de 1475-1479 contra Castela⁵⁷⁶.

⁵⁷⁰ Como penhor deste empréstimo o rei colocava em posse da condessa ouro, prata e jóias não discriminadas, e comprometia-se a pagar de volta à condessa mesmo que os bens penhorados fossem perdidos; VITERBO, 2001, pp. 417-418.

⁵⁷¹ A 29 de Junho de 1481 o bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, pedia um empréstimo semelhante a D. Guiomar de Bragança, viúva do conde de Loulé, D. Henrique de Meneses. O empréstimo serviria para o bispo se preparar para ir como capitão-mor da armada que o rei enviava então contra os Turcos; VITERBO, 2001, pp. 420-421.

⁵⁷² Maria José Pimenta Ferro Tavares, no levantamento que fez sobre os encargos financeiros sobre esta comunidade ao longo da centúria de Quatrocentos, não refere nenhum empréstimo pedido nesta altura, ao contrário, por exemplo, do que acontece em 1475, quando tem início a guerra pelo trono de Castela; TAVARES, 1982, pp. 172-174.

⁵⁷³ De acordo com o documento intitulado «Despezas que el Rey fez desde a tomada de Seita para cá, que são sincoenta e oito anos», datado, portanto, de 1473, e estudado e publicado por Jorge Faro; FARO, 1965, pp. 70.

⁵⁷⁴ PROVAS, 1947, tomo II, parte I, p. 23; Este documento pode ser criticamente datado como tendo sido produzido entre os finais de 1481 e meados de 1483. Ao fazer um resumo das mercês dadas por D. Afonso V, o documento indicia que este rei já tinha falecido, o que aconteceu em Agosto de 1481. Por outro lado refere-se ao duque de Bragança como sendo D. Fernando, pelo que o documento poderá ser, no máximo, escrito em 1483, uma vez que nesse ano este duque foi executado em praça pública pela sua implicação na primeira conjura contra D. João II. No século XVIII o documento foi transcrito por D. António Caetano de Sousa quando este escrevia a sua *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*.

⁵⁷⁵ FARO, Jorge, 1965, p. 65.

⁵⁷⁶ Para fazer face às despesas da guerra, D. Afonso V viu-se obrigado a fazer em cortes o chamado «pedido dos 60 milhões»; GONÇALVES, 1964, pp. 69-71.

A escassez de dados financeiros para este período obriga-nos a recorrer a fontes de anos que não 1471, por forma a tentar compreender o impacto provocado pelo custo da armada de Arzila – entre 13 e 16 milhões reais – nas finanças da Coroa portuguesa. Assim, de acordo com o mesmo documento de 1473 que já citámos, os rendimentos da Coroa para este ano foram de 52.168.500⁵⁷⁷. Por outro lado, a soma de todas as despesas para esse mesmo ano ascendeu a um total de 37.784.000 reais⁵⁷⁸. Ou seja, entre rendimentos e despesas da Coroa restavam 14.388.000 reais que poderiam ser guardados no tesouro real para uso futuro.

O panorama em 1471 seria, certamente, diferente, sobretudo tendo em conta que logo no início desse ano, nas cortes realizadas em Lisboa, os povos se queixaram da má gestão financeira da Coroa⁵⁷⁹. Pouco mais tarde, nas cortes de Coimbra e Évora de 1472-1473, o rei viu-se forçado a estabelecer um limite ao número de indivíduos que recebiam tenças da Coroa, face ao elevado custo que estas representavam para o erário régio⁵⁸⁰.

No entanto, o documento que temos vindo a citar não contabiliza algumas fontes de rendimento de que a Coroa dispunha no período, como sejam os proventos da feitoria de Arguim e o contrato de arrendamento com Fernão Gomes, sendo este último particularmente proveitoso para a Coroa, rendendo anualmente 200.000 reais. Após a conquista de Arzila, o mesmo Fernão Gomes foi armado cavaleiro como⁵⁸¹.

Dada a total ausência do apoio das cortes – em pedidos, empréstimos ou qualquer outro apoio financeiro – tanto antes como depois da conquista de Arzila, é possível que a Coroa portuguesa tenha gerido uma qualquer possível folga no seu orçamento – como os 14.388.000 reais que sobravam em 1473 – para lhe ser possível organizar a armada de 1471. Assim, é possível que D. Afonso V tenha gerido o tesouro régio – e as fontes de rendimento não referidas no documento de 1473 – em função dos gastos que previa fazer com a expedição, que como vimos era preparada desde finais de 1470, e tenha acrescentado ao dinheiro que existia nos cofres régios algum numerário vindo de pequenos empréstimos, como aquele que pediu à condessa de Monsanto. Cremos ser esta a explicação para o pagamento do elevado custo – entre 13.440.000 e 16.200.000 reais – da expedição que em 1471 conquistou Arzila.

⁵⁷⁷ FARO, 1965, pp. 85-86; Na fonte é inicialmente referido um valor inferior, mas este é acrescentado pouco depois por alguns rendimentos que até então não tinham sido contabilizados, como as rendas das terras a rainha. É ainda referido que o valor é de 52 contos e 168 e 500 reais, sendo que cada conto corresponde a um milhão de reais.

⁵⁷⁸ Eram divididas em despesas ordinárias, tenças – sem contar aquelas dadas por graça régia – as despesas da Casa do Cível, as despesas das obras feitas no reino, e todos os assentamentos da Casa Real; FARO, p. 86.

⁵⁷⁹ SOUSA, 1990, vol. I, pp. 391-392.

⁵⁸⁰ FARO, 1965, p. 221.

⁵⁸¹ Sobre a feitoria de Arguim e o contrato com Fernão Gomes veja-se COSTA, 2013, pp. 40-53.

Diga-se por fim que nem o espólio obtido durante a conquista foi utilizado para reencher os cofres régios. Os despojos obtidos valiam, de acordo com Rui de Pina, 80.000 dobras de ouro⁵⁸², enquanto que Damião de Góis apontava um valor de 800.000 dobras⁵⁸³. Estes valores correspondiam, respectivamente, a 9.600.000 reais e a 96.000.000 reais. O valor apresentado por Damião de Góis será, certamente, um erro de transcrição, uma vez que era impossível uma vila como Arzila conter espólio com um valor que seria quase o dobro de todas as receitas auferidas pela Coroa de Portugal ao longo de um ano. É, além disso, pouco credível que, podendo a Coroa guardar 800 mil dobras nos seus cofres, não o fizesse, e antes permitisse a livre pilhagem de todos os bens, recusando o rei, inclusive, o quinto que lhe era devido⁵⁸⁴. Assim, ou D. Afonso V tinha a certeza que os cofres régios não necessitavam de um influxo de metal sonante ou então a sua prodigalidade, característica por que é sobejamente conhecido, levou a melhor e decidiu recompensar os serviços que lhe foram prestados por dezenas de milhares de combatentes ao conceder-lhes todos os despojos obtidos em Arzila. Independentemente das fontes de financiamento encontradas, em 1471 a armada realizou-se e Arzila foi conquistada.

b) Armas ofensivas e defensivas

A conquista de Arzila encontra-se particularmente bem documentada no que a armamento diz respeito, uma vez que as *Tapeçarias de Pastrana* constituem uma preciosa fonte iconográfica para o conhecimento do armamento em uso não só durante esta campanha em particular, mas também ao longo do século XV. Uma vez que estas tapeçarias foram alvo recente de estudos bastante completos⁵⁸⁵, limitar-nos-emos a sumariar o armamento que foi utilizado em 1471, acrescentando, quando possível, informações novas.

Por um lado, o armamento ofensivo é composto por todas as armas que visam, de uma forma ou de outra, provocar danos físicos ao inimigo. Por outro, o armamento defensivo existe e desenvolve-se precisamente para tentar impedir, ou pelo menos mitigar, os danos provocados pelas armas ofensivas⁵⁸⁶. Referimo-nos, em ambos os casos às armas de carácter individual, como lanças e espadas, arneses e escudos, e não a armas de carácter colectivo, como os engenhos de cerco, pois estes serão estudados num sub-capítulo próprio.

⁵⁸² PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822.

⁵⁸³ GÓIS, 1790, cap. XXVI, p. 68.

⁵⁸⁴ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822.

⁵⁸⁵ Cf. ARAÚJO, 2012; AMADO, LÉON ACOSTA e ÁNGEL AGUILAR, 2010.

⁵⁸⁶ Cf. MONTEIRO, 2003, pp. 184-189.

A sociedade portuguesa do período tinha um relacionamento particularmente próximo com as armas – e consequentemente com a violência física –, podendo-se mesmo falar, nas palavras de Luís Miguel Duarte, de um «reino em armas». O acesso a armas era, de facto, simples e recorrente, conforme indicam as cartas de perdão deste período⁵⁸⁷. Um exemplo desse «reino em armas» é a vila da Redinha, onde em 1545 existiam 180 armas – espadas, lanças, bestas, dardos, azagaias, espingardas etc – para 104 moradores. E isto numa terra que nem era de fronteira e num período em que imperava a paz⁵⁸⁸.

O armamento ofensivo podia ser fabricado localmente, ou importado de fora do reino, o que parece ter acontecido com alguma frequência⁵⁸⁹. Em termos de armamento ofensivo, as armas de haste – como lanças –, as armas brancas – como espadas e adagas – e as armas neurobalísticas – sobretudo as bestas – eram as mais frequentemente utilizadas pelos guerreiros portugueses em 1471⁵⁹⁰.

As lanças eram, sem dúvida, a arma mais utilizada à época, por serem baratas e o seu fabrico ser simples. Os guerreiros que as empunhavam utilizavam-na para dar lançadas – ou seja para apontar a cabeça da lança, o ferro, ao inimigo, por forma a desferir uma estocada – ou mesmo nalguns casos para serem arremessadas⁵⁹¹. Nas *Tapeçarias de Pastrana*, as lanças eram sobretudo utilizadas pela infantaria, quer entre sitiadores, como entre sitiados⁵⁹². Dado que a conquista de Arzila ocorre após um cerco, e que nestas ocasiões a cavalaria desmonta para combater, apenas são observáveis lanças nas mãos de homens a cavalo na altura em que as forças portuguesas, comandadas por D. João de Bragança, entram em Tânger⁵⁹³.

De entre as armas brancas, podem ser destacadas a espada e a adaga. A espada era, desde há muito, símbolo da nobreza, dos guerreiros, e por isso surgia também nas mãos do rei quando nas *Tapeçarias de Pastrana* é representado o lançamento do ataque a Arzila⁵⁹⁴. Porém, a utilidade prática da espada excedia mesmo o seu simbolismo, e por isso era largamente utilizada pelos guerreiros do período, mesmo em contextos que nada tinham que

⁵⁸⁷ DUARTE, 1993, vol. I, p. 349.

⁵⁸⁸ Ainda que se trate de um exemplo tardio o seu uso parece-nos esclarecedor; DUARTE, 1993, vol. I, pp. 356-358.

⁵⁸⁹ Em 1469, João de Beja, que trabalhava na alfândega do Porto, era acusado de ter roubado dois feixes de hastes de lanças, com os ferros correspondentes, de um navio oriundo da Biscaia; Carta régia, Lisboa, 26.06.1469 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 31, fl. 55.

⁵⁹⁰ Sobre estes tipos de armas, bem como as suas numerosas variantes, veja-se AGOSTINHO, 2013.

⁵⁹¹ As lanças podiam ainda ser utilizadas como armas não letais. Nestes casos, fazia-se uso da haste de madeira para dar pancadas no adversário, por forma a fazê-lo perder os sentidos ou render-se, mas não para o matar. Esta forma de uso não seria, no entanto, comum no campo de batalha; Cf. DUARTE, 2000, pp. 192-194.

⁵⁹² Vejam-se, respectivamente, as figuras 22 e 17, presentes nos anexos. Na figura 17 um defensor de Arzila prepara-se para dar uma lançada aos atacantes.

⁵⁹³ Vejam-se as figuras 28 e 29, presentes nos anexos.

⁵⁹⁴ Veja-se a figura 23, presente nos anexos.

ver com a guerra⁵⁹⁵. As espadas portuguesas deste período eram, essencialmente, de lâmina recta de duplo gume, e tinham guardas voltadas – também apelidadas de portuguesas –, por forma a proteger a mão do guerreiro, e um pomo discoidal que garantia o equilíbrio da arma. Por outro lado, as espadas muçulmanas, as cimitarras, eram curvas. Ambas estas armas podem ser observadas nas *Tapeçarias de Pastrana*, sobretudo nas representações de confrontos entre guerreiros portugueses e guerreiros muçulmanos⁵⁹⁶. Por sua vez a adaga, ou outra qualquer arma branca de menor dimensão⁵⁹⁷, desempenhava um papel secundário durante os combates, e era utilizada apenas quando armas como a lança ou a espada se encontravam inutilizadas ou fora de alcance. Estas armas são geralmente representadas presas à cintura dos guerreiros⁵⁹⁸.

Relativamente à besta, esta arma tinha a reputação de ser a mais mortífera do período, ainda que começasse a ser substituída pelas armas de fogo⁵⁹⁹. Já antes fizemos referência ao importante papel desempenhado pelos besteiros na conquista de Arzila. Assim sendo, as *Tapeçarias de Pastrana* não poderiam deixar de representar estes guerreiros, empunhando as respectivas armas⁶⁰⁰, e mesmo os projecteis que disparam, os virotes ou virotões⁶⁰¹.

No que ao armamento defensivo diz respeito, era também comum a sua importação, sobretudo das peças mais complexas de manufacturar como os arneses completos⁶⁰². Data de 19 de Fevereiro de 1471 uma carta de quitação passada pelo rei a João Esteves, seu feitor na Flandres, na qual se refere a compra de algumas peças de armadura, ocorrida algures em 1470⁶⁰³. Naquela ocasião foram compradas: «duas. armaduras de malha como (*sic*) babeíra», tendo custado duas libras e oito soldos; quatro gorjais de malha, com um custo total de duas libras e oito soldos; uma «cota de prata malha» e um cota de malha «Redomda», que custaram, respectivamente, duas libras e dez soldos, e cinco libras⁶⁰⁴. Mais encomendas terão existido, embora delas não tenham restado provas documentais. São vários os guerreiros representados nas *Tapeçarias de Pastrana* envergando algum armamento defensivo feito de

⁵⁹⁵ Cf. DUARTE, 2000, pp. 194-195.

⁵⁹⁶ Vejam-se as figuras 19 e 26, presentes nos anexos.

⁵⁹⁷ Como os punhais, sempre essenciais à vida diária das populações dada a sua versatilidade; DUARTE, 2000, pp. 195-196.

⁵⁹⁸ Vejam-se as figuras 15 e 19, presentes nos anexos.

⁵⁹⁹ Cf. BARROCA, 2003, pp. 140-143; DUARTE, 2000, pp. 197-198.

⁶⁰⁰ Vejam-se as figuras 9, 23 e 24, presentes nos anexos.

⁶⁰¹ São várias os defensores de Arzila que se encontram trespassados por estes projecteis, sobretudo nos escudos e nas protecções de cabeça. Vejam-se as figuras 16 e 19, presentes nos anexos.

⁶⁰² Em 1475, quando preparava a sua campanha em Castela, D. Afonso V foi aconselhado a fabricar ou comprar, sobretudo em Itália, 1.000 arneses e 1.000 cobertas e couraças, dividindo-se estes números pela metade entre o armazém régio de Lisboa e os grandes senhores do reino; CHAVES, pp. 54-55.

⁶⁰³ DP, doc. 67, pp. 92-94.

⁶⁰⁴ DP, vol. III, doc. 67, p. 92.

malha metálica, sobretudo abaixo da cintura, na intersecção entre as protecções do tronco e das pernas⁶⁰⁵. Já quanto aos gorjais ou babeiras, estas eram protecções que resguardavam o pescoço, o queixo e a boca do guerreiro – daí o seu nome. Também são várias as representações destas peças presentes nas já referidas tapeçarias, e tanto de protecções em chapa como em malha metálica⁶⁰⁶.

O arnês completo era, como o nome indica, uma armadura que cobria todo o corpo do guerreiro. Era composto por várias peças de aço, articuladas entre si, e conferia a maior protecção possível aos guerreiros que os envergavam. O seu uso era limitado por se tratarem de peças muito dispendiosas, e portanto só ao alcance dos mais abastados⁶⁰⁷. O rei envergava, naturalmente, uma destas armaduras⁶⁰⁸, bem como os senhores ou oficiais mais importantes no seio da hoste⁶⁰⁹. Assim sendo, a maioria dos guerreiros usava apenas arneses de braços e/ou arneses de pernas, que protegiam, como os próprios nomes indicam, os membros superiores e inferiores⁶¹⁰.

No que diz respeito às *brigandines* – também apelidadas de couraças, solhas ou fojas –, são a peça de equipamento defensivo corporal mais representada nas *Tapeçarias de Pastrand*⁶¹¹. As *brigandines* eram «peças fabricadas em couro fervido especialmente resistente, acolchoadas e forradas interiormente por telas de estopa de cânhamo, entre as quais eram embutidas lâminas de ferro imbricadas ou dispostas lado a lado»⁶¹². Os rebites que prendem as peças de metal ao couro são visíveis através do revestimento de tecido, de cores muito variadas, que cobre estas peças⁶¹³.

As protecções de cabeça eram utilizadas enquanto complemento das protecções corporais, e eram por norma peças metálicas. As mais representadas nas *Tapeçarias de*

⁶⁰⁵ Este saiote de malha é visível no guerreiro português que trepa por uma escada de cerco, presente na figura 19.

⁶⁰⁶ Veja-se a figura 10, presente nos anexos, onde um dos guerreiros que ostenta um estandarte está protegido por uma babeira que lhe cobre o queixo e a boca. Nessa mesma figura, três dos outros guerreiros que se encontram no batel apresentam protecções para o pescoço feitas de malha metálica, cujos aros são observáveis.

⁶⁰⁷ Cf. MONTEIRO, 2003, p. 189; Na análise que fazemos à figura 10, presente nos anexos, referimos as várias partes componentes dos arneses.

⁶⁰⁸ Vejam-se as figuras 11 e 23, presentes nos anexos.

⁶⁰⁹ Como o príncipe D. João, possivelmente representado na figura 27, ou o porta-estandarte do rei, observável na figura 23.

⁶¹⁰ Na figura 15, o indivíduo que segura a lança está equipado com um arnês de braços e uma *brigandine* revestida por tecido amarelo. Já o guerreiro português que sobe por uma escada na figura 20, está equipado com arnês de pernas e arnês de braços, bem como por uma *brigandine*.

⁶¹¹ «Nas tapeçarias (...) a esmagadora maioria dos combatentes veste brigandines que em si já misturam o vestuário e o armamento. Os brigandines são, também, descendentes do vestuário e da moda do período, já que, tal como os peitorais, correspondem a duas exigências: defendem a integridade física do guerreiro mas, também, o embelezam e o aproximam do visual quotidiano»; ARAÚJO, 2012, p. 97.

⁶¹² MONTEIRO, 2003, p. 189.

⁶¹³ Vejam-se as figuras 9, 15, 18 e 19, presentes nos anexos. Na figura 19, os rebites são facilmente visíveis por entre o tecido azul que cobre a pela envergada pelo guerreiro português.

Pastrana são os chapéus-de-armas, os chapéus de ferro e as celadas⁶¹⁴. Também os defensores de Arzila se encontravam protegidos por este tipo de equipamento⁶¹⁵.

Os escudos e as adargas – escudos mais leves de origem islâmica⁶¹⁶ – eram utilizados pelos guerreiros, quer defensores quer atacantes, em conjunção com armas ofensivas, como sejam as lanças, as espadas e as cimitarras⁶¹⁷. Já os paveses, por serem escudos de maior dimensão e que cobriam praticamente todo o corpo dos guerreiros, eram utilizados como mantas⁶¹⁸, para cobrir os combatentes durante a aproximação aos muros⁶¹⁹.

Refiram-se, por fim, as protecções dos cavalos, também visíveis nas *Tapeçarias de Pastrana*. O papel destes animais enquanto corséis de batalha ou, no caso dos animais de carga, no exercício de funções auxiliares, conferia-lhes uma grande importância durante as campanhas militares⁶²⁰. Como já foi referido, ainda que durante o cerco de Arzila os homens a cavalo combatessem apeados, durante a ocupação de Tânger estes animais demonstraram a sua utilidade ao permitirem à força portuguesa comandada por D. João de Bragança alcançar a cidade rapidamente⁶²¹. Embora o facto de o rei e o príncipe serem, durante o assédio a Arzila, as únicas figuras montadas⁶²² assuma um claro pendor simbólico, é também provável que o tenham feito, sobretudo tendo em conta a experiência do rei em anteriores cercos⁶²³.

c) Artilharia e «engenhos» de cerco

Como antes foi dito, a conquista de Arzila situou-se numa cronologia de transição entre os períodos medieval e moderno. Assim, assumia-se como natural a convivência numa mesma hoste de tecnologias e formas de fazer a guerra distintas. Foi o que sucedeu nesta campanha com a utilização no mesmo cerco de artilharia pirobalística, portanto canhões, e daquilo a que os cronistas convencionaram chamar de «engenhos», e que incluíam uma série alargada de máquinas utilizadas para tomar castelos ou vilas amuralhadas.

Começando pelos «engenhos», o uso indiferenciado desta palavra por parte dos cronistas não permite distinguir o tipo de armamento a que se faz referência. Na conquista de

⁶¹⁴ Vejam-se, respectivamente, as figuras 15, 22 e 19, presentes nos anexos.

⁶¹⁵ Vejam-se as figuras 12 e 16.

⁶¹⁶ SOLER DEL CAMPO, 2000, p. 34.

⁶¹⁷ Vejam-se as figuras 12, 17 e 19.

⁶¹⁸ Veja-se o sub-capítulo que se segue, relativo aos engenhos de cerco.

⁶¹⁹ Cf. ARAÚJO, 2012, pp. 114-123.

⁶²⁰ Cf. MONTEIRO, 1998, pp. 151-162,

⁶²¹ Cena que pode ser observada nas figuras 28 e 29, presentes nos anexos.

⁶²² Vejam-se, respectivamente, as figuras 26 e 23.

⁶²³ Tanto D. Afonso V como o infante D. Henrique montavam cavalos durante o cerco de Alcácer Ceguer, em 1458; PINA, 1977, cap. CXXXVIII, pp. 772-778.

Arzila de 1471, a hoste portuguesa fez uso de «muitas escadas e enjenhos que pera isso eram ordenados» para poder penetrar no interior do perímetro amuralhado⁶²⁴. Estes «engenhos» não seriam as complexas armas de cerco utilizadas na Europa durante séculos, como as balistas, os trabucos e as torres de assalto⁶²⁵, existindo vários elementos que apontam para essa mesma não-utilização nesta campanha: o facto de não existirem referências – cronísticas ou iconográficas – para a sua utilização nesta ocasião; a eficácia do uso da artilharia contra as muralhas de Arzila; a altura relativamente baixa dos muros da alcáçova da vila⁶²⁶. Todos estes elementos em conjunto tornavam desnecessária a construção – que consumia grande quantidade de tempo, homens e materiais – e utilização deste tipo de armas de cerco. Assim sendo, em conjunção com as peças de artilharia, foram antes utilizados «engenhos» mais simples como os aríetes e, possivelmente, as mantas, bem como as escadas de cerco.

As escadas de cerco⁶²⁷ eram utilizadas na Europa há séculos, e encontravam-se sempre presentes nas campanhas portuguesas no Norte de África⁶²⁸, sendo que em 1471 foi delas feito uso generalizado. Estas eram feitas de madeira e tinham que ter altura suficiente para permitirem aos combatentes alcançarem o topo dos muros inimigos. Ao contrário do que se havia passado em Tânger em 1437⁶²⁹, em 1471 a altura das escadas foi suficiente para permitir aos combatentes escalarem os muros de Arzila. As escadas, ao contrário das torres de assalto, deixavam os escaladores à mercê dos tiros dos defensores. Essa vulnerabilidade foi assinalada por Rui de Pina quando afirmou que, em 1471, os sitiadores portugueses escalavam os muros equipados com pesadas armas e armaduras, mas mantendo as cabeças protegidas apenas com «muy fracas toucas de linho»⁶³⁰, certamente devido ao calor que então se fazia sentir, mas que os deixava vulneráveis a projecteis vindos de cima.

Em Arzila foi feito uso de, pelo menos, um aríete, arma que ainda era utilizada na Europa do período e que visava abrir brechas em muros, podendo mesmo ser montada em torres de assalto⁶³¹, ou derrubar portões⁶³². Na conquista de Arzila fez-se uso de um aríete para derrubar as portas da mesquita onde alguns defensores e moradores se tinham escondido.

⁶²⁴ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 891.

⁶²⁵ Sobre estes engenhos veja-se BARROCA, 2003, pp. 143-147; MONTEIRO, 2000b, pp. 208-219.

⁶²⁶ Que puderam ser escalados por alguns combatentes fazendo uso apenas de paus e lanças; PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822.

⁶²⁷ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 821.

⁶²⁸ Foram utilizadas escadas de cerco, por exemplo, na derradeira tentativa de escalamento dos muros de Tânger em 1464; PINA, 1977, cap. CLIII, p. 805.

⁶²⁹ As informações recolhidas antes do ataque terão sido lacunares, pelo que quando o cerco teve início se chegou à conclusão que as escadas não tinham altura suficiente; MOREIRA, 2009, p. 74.

⁶³⁰ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822.

⁶³¹ BARROCA, 2003, p. 147; MONTEIRO, 2000b, p. 209.

⁶³² Em 1458, durante o ataque a Alcácer Ceguer, os sitiadores portugueses utilizaram um aríete para tentarem derrubar as portas da vila; PINA, 1977, cap. CXXXVIII, p. 777.

Após as primeiras tentativas mal sucedidas de derrubar as portas com machados, o rei «mandou aparelhar vaiuens de tanto peso, e grandura que com há força da gente que se a isso pos, foram logo rachadas em pedaços, e derrubadas»⁶³³.

Por fim, refira-se o uso provável de mantas⁶³⁴ durante este cerco, dada a anterior experiência portuguesa no seu uso durante as campanhas marroquinas⁶³⁵. Parece-nos plausível que, em 1471, os combatentes portugueses fizessem uso de mantas para se protegerem dos projecteis inimigos enquanto avançavam em direcção à vila, sobretudo na altura em que enconstavam as escadas aos muros. É certo que nas *Tapeçarias de Pastrana* não se encontram representadas mantas⁶³⁶, o que não quer de modo algum dizer que não tenham sido utilizadas nesta campanha. Nestas mesmas tapeçarias são representados vários manteletes protegendo peças de artilharia⁶³⁷, cuja construção e objectivos – em madeira e visando proteger homens e armas do fogo inimigo –, eram em tudo semelhantes, pelo que é possível, se não mesmo provável, que se fizesse uso de mantas, dada a facilidade da sua construção e a sua utilidade táctica⁶³⁸.

Escadas, aríetes e mantas podiam ser trazidos do reino ou construídos no local, dado serem relativamente simples de fabricar – ao contrário do que sucederia com, por exemplo, trabucos. A essa construção, ou mesmo a reparações que fosse necessário fazer, atenderiam sobretudo os carpinteiros, sendo que temos notícia da participação de três destes indivíduos na conquista de Arzila: João Pires, de Lagos⁶³⁹; João Domingues, morador no termo de Cascais⁶⁴⁰; e João de Ceuta, morador em Tavira⁶⁴¹. Estes homens seriam, certamente, de grande utilidade também na montagem do palanque – paliçada de madeira visível nas

⁶³³ GÓIS, 1790, cap. XXV, p. 65.

⁶³⁴ «(...) as “mantas” eram, no fundo, pequenas protecções de madeira, de utilização quase individual, que serviriam para proteger os guerreiros que tratavam de [num cerco] encher os fossos para as escadas, as bastidas e os outros artifícios de cerco poderem progredir, ou os que corriam para reforçar o grupo que seguia numa torre móvel, ou que pretendiam aproximar-se dos muros para subir nas escadas, ou tão só para recolher os companheiros que tombavam»; MONTEIRO, 2000b, p. 213.

⁶³⁵ Como aconteceu na conquista de Alcácer Ceguer, em 1458, quando foram desembarcadas mantas vindas do reino, e posteriormente utilizadas durante os assaltos à vila; PINA, 1977, cap. CXXXVIII, p. 776.

⁶³⁶ Inês Meira Araújo interroga-se mesmo sobre o porquê da não representação deste tipo de equipamento, assim como de gatas e torres de assalto, nas *Tapeçarias de Pastrana*; ARAÚJO, 2012, p. 204.

⁶³⁷ «O mantelete é constituído por uma construção de barotes de madeira fixos por cavilhas e adaptado ao reparo da boca-de-fogo. A esta estrutura é acrescentada uma peça móvel de quatro tábuas de madeira, formando uma tampa que é levantada pelo artilheiro através de uma corda quando a peça é disparada e baixada novamente de forma a proteger os artilheiros ou pessoal auxiliar»; ARAÚJO, 2012, p. 376; Vejam-se as figuras 14 e 18, presentes nos anexos.

⁶³⁸ Quanto às gatas, estruturas semelhantes às mantas mas de maiores dimensões, não terão sido utilizadas nesta campanha, uma vez que mesmo no reino eram pouco utilizadas; MONTEIRO, 2000b, p. 212.

⁶³⁹ Carta régia, Lisboa, 01.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 113-113v.

⁶⁴⁰ Carta régia, Lisboa, 25.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 86.

⁶⁴¹ Carta régia, Santarém, 21.04.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 2-2v.

Tapeçarias de Pastrana – que foi trazido do reino em 1471⁶⁴², à semelhança do que fora feito em 1437, para proteger o arraial dos sitiadores de um possível exército inimigo que viesse em socorro de Arzila.

Também no que diz respeito às peças de artilharia pirobalística – armas que disparam projecteis devido à combustão de pólvora – os cronistas são desconhecedores das diferenças entre as várias peças, pelo que a sua identificação tendo por base as crónicas se torna praticamente impossível. No entanto, é possível dividir estas armas em dois grupos: as armas de fogo ligeiras ou portáteis – exemplo das espingardas – e a artilharia propriamente dita, as armas pesadas – como os trons e as bombardas⁶⁴³.

Armas de fogo ligeiras⁶⁴⁴ e pesadas⁶⁴⁵ podiam ser fabricadas em Portugal ou importadas do estrangeiro, em particular da Flandres⁶⁴⁶. Na altura em que se começou a preparar a armada contra Arzila, os armazéns do reino de Portugal encontrar-se-iam bem abastecidos de armas de fogo, dado que durante o reinado afonsino, e em particular durante a regência do infante D. Pedro, a Coroa dispendeu grandes quantidades de dinheiro na importação deste tipo de armamento⁶⁴⁷. Se o armazém de Lisboa fosse espelho dos seus congéneres espalhados pelo reino, nomeadamente os situados nos castelos da raia, então Portugal seria um reino bem apetrechado em termos de armas, e neste caso de armas de fogo e peças de artilharia⁶⁴⁸.

Também para 1471 existem referências à importação de armas de fogo. De acordo com a já referida carta de quitação passada a João Esteves, feitor em Bruges, a 19 de Fevereiro de 1471, foram compradas 195 espingardas de ferro por um total de 15 libras 19

⁶⁴² PINA, 1977, cap. CLXIV, p. 821; Veja-se a figura 6, presente nos anexos.

⁶⁴³ Sobre o assunto da artilharia pirobalística seguimos de perto o artigo do Tenente-Coronel Nuno Varela Rubim. Veja-se RUBIM, 2000, pp. 224-243.

⁶⁴⁴ Em 1461 morava em Lisboa Pêro Vasques, «mestre de fazer espingardas», arma ligeira cuja importância foi crescendo ao longo do século XV; RUBIM, 2000, p. 228; DUARTE, 2003, p. 371.

⁶⁴⁵ Desde o reinado de D. Fernando que se produz artilharia pesada em Portugal, nomeadamente em Évora, onde o monarca ordenou que, em 1482, se fundissem algumas bombardas. Esta produção portuguesa manteve-se, e por volta de 1488 D. João II dava ordens para que se expandissem as instalações, situadas em Pinhel, onde se produzia e reparava artilharia; RUBIM, 2000, p. 231 e p. 237.

⁶⁴⁶ A boa metalurgia daquela região permitia a fundição de armas de fogo de qualidade superior; ARAÚJO, 2012, p. 161.

⁶⁴⁷ De facto, uma carta de quitação passada ao feitor português da Flandres, e datada de 1443, refere a compra de 26 bombardas, 174 canhões e 94 trons, bem como de 32 câmaras de bombarda, 341 câmaras para canhão, 186 câmaras para trom, e ainda de 83 quintais e mais de 13 mil libras de pólvora em barris; ARAÚJO, 2012, p. 162.

⁶⁴⁸ De acordo com a carta de quitação passada a Gonçalo Afonso, almoxarife do armazém da cidade de Lisboa, datada de 21 de Julho de 1455, mas referente ao período que vai de 1 de Janeiro de 1438 a 1 de Janeiro de 1448, regista-se a presença neste armazém de 28 bombardas e bombardetas; 340 trons; 495 colubretas e 320 cabos para colubretas; 3330 pelouros de chumbo; 5118 pedras para trons e bombardas. Além das armas existiam ainda grandes quantidades de peças extra, caso fossem necessárias reparações ou substituições, além da sempre essencial pólvora, 97 quintais ao todo, e os seus componentes: 33 quintais de salitre e 57 quintais de enxofre; Cf. MONTEIRO, 2000a, pp. 148-150; MARQUES, 1987, p. 352.

soldos e 9 dinheiros. Nessa mesma carta foi ainda referida a compra de um barril de pólvora, essencial para o funcionamento de toda e qualquer arma de fogo, por 2 libras 14 soldos e 10 dinheiros⁶⁴⁹. Tendo em conta as compras feitas no estrangeiro, a produção no reino e o que era guardado nos armazéns⁶⁵⁰, é perceptível a grande variedade de armamento pirobalístico em uso em Portugal ao longo do século XV. Assim, em 1471, a hoste que D. Afonso V comandou seria acompanhada por armas de diferentes tipos e calibres.

Dentro das armas de fogo individuais ou de mão podemos destacar as colubretas e as espingardas. As colubretas eram as mais antigas armas de fogo portáteis utilizadas em Portugal, sendo antepassadas das espingardas. Ainda são utilizadas na conquista de Arzila pois encontram-se representadas nas *Tapeçarias de Pastrana*⁶⁵¹. Aquilo a que actualmente se chamam «bombardas ou canhões de mão» seriam designados no século XV por colubretas e, talvez, também por canhões⁶⁵². Por serem difíceis de manusear, as colubretas foram, paulatinamente, sendo substituídas pelas espingardas, que tinham um mecanismo de disparo mais simples⁶⁵³. Também nas *Tapeçarias de Pastrana* encontramos algumas representações de espingardas⁶⁵⁴.

Os espingardeiros são a unidade de infantaria mais avançada da época⁶⁵⁵ e vão, lentamente e pelo menos até meados do século XVI, substituindo os besteiros. Neste período assistiu-se ainda a uma forte convivência entre ambas as armas, sendo que na conquista de Arzila estiveram presentes besteiros e espingardeiros do lado dos sitiadores e do lado dos sitiados. Os espingardeiros de Arzila terão sido bastante eficazes, ao provocarem pesadas baixas do lado português⁶⁵⁶. Desconhecemos o número total de espingardeiros que tomaram parte na conquista de Arzila, mas não terá sido, certamente, um número muito elevado, sobretudo por se tratar de uma arma relativamente recente. Assim, quando Tânger foi

⁶⁴⁹ DP, vol. III, doc. 67, p. 93; A compra das espingardas também é referida em RUBIM, 2000, p. 228.

⁶⁵⁰ Em 1475, pouco antes da entrada em Castela, o rei seria aconselhado a mandar comprar à Flandres 200 «bombardas meas de duas sortes», 500 «tiros», ou seja projecteis para as bombardas, e 160 quintais de pólvora ou, não havendo, de salitre e outros componentes para a fazer, tudo para ser distribuído pelos castelos da raia e pelo armazém real de Lisboa; CHAVES, 1984, pp. 55-56.

⁶⁵¹ VER BARROCA, 2000, p. 106, fig. 31; São armas utilizadas por sitiadores e por sitiados; Vejam-se as figuras 14, 15 e 16, presentes nos anexos da presente dissertação.

⁶⁵² RUBIM, 2000, pp. 226-229.

⁶⁵³ A colubreta é constituída por um cabo e um tubo. Para disparar um pelouro é necessário segurar a arma com uma mão ao mesmo tempo que, de forma pouco cómoda, se aproxima uma mecha incandescente do ouvido do tubo por forma a incendiar a pólvora. Já a espingarda utiliza o sistema de gatilho das bestas para faer descer sobre o ouvido da arma uma peça metálica em forma de S, o que incendeia a pólvora e dispara a arma; Cf. RUBIM, 2000, pp. 228-229.

⁶⁵⁴ Tal como as colubretas, são utilizadas por sitiadores e por sitiados; Vejam-se, respectivamente, as figuras 25, 16 e 17 presentes nos anexos.

⁶⁵⁵ DUARTE, 2003, pp. 371-372.

⁶⁵⁶ PINA, 1977, cap. CLXIV, p. 821.

ocupada apenas foram deixados na vila enquanto guarnição, entre espingardeiros e bombardeiros – indivíduos que operavam a artilharia pesada como as bombardas, aí tendo origem o seu nome –, 10 indivíduos. É um número baixo, sobretudo tendo em conta que a integrar essa mesma guarnição estavam 130 besteiros⁶⁵⁷. A documentação da chancelaria régia apenas contempla individualmente dois espingardeiros: Álvaro Eanes, espingardeiro do infante D. Fernando, foi perdoado de um crime pela sua participação na conquista de Arzila⁶⁵⁸, enquanto que João Gonçalves, espingardeiro morador em Lisboa, foi privilegiado pelo rei por idêntico serviço⁶⁵⁹. À semelhança das armas que empunhavam, os espingardeiros podiam ser estrangeiros, sendo disso exemplo um tal de Martinho Eanes, espingardeiro alemão morador em Évora⁶⁶⁰.

Relativamente às armas pesadas⁶⁶¹, estas desempenharam um papel essencial durante a conquista de Arzila, pois foram responsáveis pela abertura de brechas nos muros da vila, o que acabou por precipitar a sua queda⁶⁶². Como vimos, o reino encontrava-se bem apetrechado no que a armamento pesado dizia respeito, e as *Tapeçarias de Pastrana* tornaram-se testemunho disso mesmo. São várias as peças de artilharia ali representadas, como trons, bombardas e bombardas grossas, cada uma com as suas diferentes características⁶⁶³.

d) Navios e embarcações

Em 1471 a Coroa portuguesa viu-se obrigada a fretar várias centenas de navios por forma a transportar a grande hoste que se juntava, num total de 23.000 combatentes, de Portugal para o Norte de África. A escassez de navios podia significar o fracasso da campanha, por não serem transportados em tempo útil todos os guerreiros, pelo que a Coroa se viu obrigada, ao pagar os fretes dos navios, a fazer um esforço financeiro que certamente terá exercido uma pressão considerável sobre o tesouro régio⁶⁶⁴.

⁶⁵⁷ DP, vol. III, doc. 82, p. 110.

⁶⁵⁸ Carta régia, Lisboa, 23.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 82.

⁶⁵⁹ Carta régia, Santarém, 20.05.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 78v-79.

⁶⁶⁰ Carta régia, Évora, 11.11.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 7.

⁶⁶¹ Veja-se DUARTE, 2003, pp. 351-360.

⁶⁶² Veja-se o capítulo IV.

⁶⁶³ RUBIM, 1994, pp. 17-27; ARAÚJO, 2012, pp. 403-405; Vejam-se ainda as figuras 14 e 18.

⁶⁶⁴ Uma das razões para o fracasso da expedição a Tânger de 1437 foi a falta de navios para transportar homens, tendo vários contingentes permanecido no Algarve sem poderem embarcar. Essa escassez de embarcações deveu-se ao elevado custo dos fretes, que a Coroa não pôde suportar durante muito tempo. Também por isso, logo após o desembarque de parte das tropas do infante D. Henrique, alguns dos navios abandonaram a costa norte-africana e voltaram aos seus pontos de origem; Cf. COSTA, 2009, pp. 213-236.

O número de embarcações fretadas, dentro e fora do reino, seria de cerca de 338, de acordo com D. Vasco de Ataíde, prior do Crato⁶⁶⁵ e Damião de Góis⁶⁶⁶, ou de 477, no dizer de Rui de Pina⁶⁶⁷. O número apresentado por D. Vasco de Ataíde é, certamente, o mais realista, por este indivíduo ter participado na organização da armada de Arzila e por ter estado presente na conquista desta vila. É possível que Damião de Góis conhecesse as memórias escritas pelo prior do Crato, daí a concordância dos números, enquanto que Rui de Pina provavelmente inflacione um pouco os números que apresenta, como já fizera antes relativamente ao tamanho da hoste portuguesa⁶⁶⁸.

No seio da armada de 338 velas encontravam-se vários tipos de embarcações diferentes, entre as movidas a vela ou a remo, como naus, carracas, caravelas, galés, galeotas, fustas, taforeias, navios, barcas, barinéis e urcas⁶⁶⁹. A grande maioria destas embarcações não estava vocacionada para a guerra e era requisitada pela Coroa apenas para fazer frente a uma necessidade pontual, para servirem sobretudo como meio de transporte de tropas. Este foi um período em que as naus foram paulatinamente substituindo as galés enquanto navios de guerra, mas sem que estas últimas desaparecessem⁶⁷⁰.

No transporte de tropas para Arzila tomaram parte pelo menos duas naus portuguesas acerca das quais restam provas documentais. Afonso Martins, mercador morador no Porto e mestre de uma nau que partiu da Póvoa do Varzim, foi recompensado pelo rei pelos serviços prestados no transporte de tropas em 1471⁶⁷¹. Também João Vasques, mestre e piloto de uma nau de Leonel de Lima morador em Viana de Caminha, foi recompensado por ter servido na embarcação do seu senhor nesta ocasião⁶⁷². Existe mesmo referência ao serviço prestado por Martim Lemos, cavaleiro da Casa Real que participou na conquista de Arzila com uma urca e espingardeiros⁶⁷³. Também os barqueiros, muitos dos quais trabalhavam na travessia do Tejo, serviram na armada de Arzila, o que demonstra que mesmo as embarcações mais pequenas foram utilizadas⁶⁷⁴. São eles: Gonçalo Gil, morador em Santarém⁶⁷⁵; Gonçalo Gomes, natural

⁶⁶⁵ PROVAS, tomo I, parte II, p. 23.

⁶⁶⁶ Uma vez mais os números de Damião de Góis são coincidentes com os que foram apresentados pelo prior do Crato, o que se deve ao conhecimento que Góis tinha das memórias do Ataíde; GÓIS, 1790, cap. XXI, p. 58.

⁶⁶⁷ PINA, 1977, cap. CLXIII, p. 820.

⁶⁶⁸ Veja-se o capítulo dedicado ao recrutamento da hoste.

⁶⁶⁹ PINA, 1977, caps. CLXIII e CLXIV, pp. 819-820; GÓIS, 1790, cap. XXI, p. 58; Cf. DUARTE e PIZARRO, 1989, vol. II, pp. 313-328; Cf. DUARTE, 2003, pp. 304-311; Veja-se ainda DOMINGUES e MATOS, 2003.

⁶⁷⁰ As primeiras são movidas exclusivamente pelo vento e adaptam-se melhor que ao Atlântico e aos mares do Norte do que a galé, movida sobretudo a remos, e que domina o Mediterrâneo; DUARTE, pp. 304-305.

⁶⁷¹ Carta régia, Tânger, 08.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 22.

⁶⁷² Carta régia, Lisboa, 06.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 53v.

⁶⁷³ Carta régia, Lisboa, 12.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 90.

⁶⁷⁴ Sobre a tipologia desta embarcação veja-se DOMINGUES, 1998, pp. 63-64.

⁶⁷⁵ Carta régia, Lisboa, 18.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 52.

de Alcoentre, que é isento de voltar a servir com a sua barca na guerra a pedido de Gonçalo Vasques de Castelo Branco, vedor da Fazenda e almotacé-mor do reino⁶⁷⁶; e Fernando Álvares, morador no Barreiro, que não só serviu em Arzila com a sua barca, como o fez em companhia de João Pestana, cavaleiro da Casa Real e tesoureiro-mor em Lisboa⁶⁷⁷.

Assim sendo, os esforços das várias tripulações foram recompensados pela Coroa, não faltando sequer casos em que foram os próprios marinheiros, e não os donos ou mestres dos navios, a serem agraciados com mercês régias. Foi o que sucedeu com, por exemplo, Afonso Álvares, marinheiro morador no Porto⁶⁷⁸, ou com Gil Vasques, marinheiro de Lisboa⁶⁷⁹.

Refira-se, por fim, o recurso a criminosos para servirem como remadores de galés e outras embarcações a remos. Os casos melhor estudados até ao momento são os de Gonçalo Falcão e João da Silva que, em 1471, capitaneavam, respectivamente, uma galeota e uma galé onde os remadores eram condenados. Os prisioneiros que serviam enquanto remadores tinham assim a hipótese de, por esse serviço forçado, pagarem pelos crimes de que eram acusados no reino, seguindo-se, no fim da expedição, o tão esperado perdão⁶⁸⁰.

No entanto, e apesar dos evidentes esforços de fretamento de navios em Portugal, foi necessário, dadas as necessidades da campanha, fretar navios noutros pontos da Europa. A primeira referência documental ao frete de navios data de 4 de Fevereiro de 1471 quando D. Afonso V enviou um seu homem à Galiza e à Biscaia com poderes para aí fretar navios. Esta importante tarefa foi confiada a uma mareante experiente, de nome João Eanes e morador na cidade do Porto, e que conjugava em si as funções de vinteneiro, mestre e piloto⁶⁸¹. Terão sido enviados a outras partes da Europa homens com funções semelhantes, ainda que não restem provas de que tal tenha acontecido, uma vez que são vários os navios estrangeiros que participaram nesta campanha, nomeadamente ingleses. Assim, após a conquista de Arzila e a ocupação de Tânger, D. Afonso V concedeu privilégios variados a quatro mercadores ingleses, e que consistiram, essencialmente, na garantia de segurança dos seus navios e tripulações quando viessem a Portugal fazer negócios. São eles: Milles Gualgue, mercador morador em Gataforda [Gatford?], na Irlanda dominada pelos Ingleses⁶⁸²; Davi [David] Vaas,

⁶⁷⁶ Carta régia, Évora, 09.12.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 261.

⁶⁷⁷ Carta régia, Évora, 11.11.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 222.

⁶⁷⁸ Carta régia, Lisboa, 12.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 49v.

⁶⁷⁹ Carta régia, Lisboa, 08.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 30; Vários outros casos podem ser vistos, ainda que com menor grau de pormenor, no Quadro nº2, presentes nos anexos.

⁶⁸⁰ Cf. DUARTE e PIZARRO, 1989, pp. 313-328.

⁶⁸¹ DP, vol. III, pp. 88-89, doc. 63.

⁶⁸² Carta régia, Tânger, 10.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 20v; Documento transcrito em MOSTAFA, 1992, vol. II, pp. 637-639.

morador em Bristol⁶⁸³; João [John] Aah[...]lem, morador em Londres⁶⁸⁴ e João Becham [John Beckham], mestre de nau morador na mesma cidade⁶⁸⁵.

Em 1471, Portugal fez um assinalável esforço no fretamento de navios, dentro e fora de portas, e que não passou despercebido no memorial da infanta D. Joana, filha de D. Afonso V, que permaneceu no reino enquanto o pai e o irmão foram a Arzila, e que refere que «todos hos navios do Regno e de fora. e os mercadores forõ tomados e ocupados cõ a frota e armada»⁶⁸⁶.

e) Mantimentos, vitualhas e bulas papais

Como vimos, a hoste que D. Afonso V preparava para conquistar Arzila era a mais numerosa até então reunida, contando com aproximadamente 23 mil homens de combate, podendo este número ascender a 30 mil indivíduos se se incluir os patrões, pilotos, marinheiros e remadores das embarcações fretadas, muitos dos quais estrangeiros.

Era pois necessário fazer uso dos recursos alimentícios de todo o reino, e mais além, por forma a obter rações suficientes para alimentar tamanha hoste. Devido a um tão elevado número de bocas para alimentar, a expedição não poderia durar mais que alguns meses, sob pena de se esgotarem por completo todos os mantimentos. De facto, a expedição que D. Afonso V comandou em 1471 durou pouco mais de um mês, tendo levantado âncora da região de Lisboa a 15 de Agosto – aportando ainda posteriormente no Algarve antes de rumar ao Norte de África – e, depois de conquistada Arzila e ocupada Tânger, aportando em Silves a 18 de Setembro⁶⁸⁷.

Embora os cronistas não especifiquem, regra geral, o tipo de mantimentos que eram reunidos para serem embarcados – Rui de Pina limitou-se a dizer que D. Afonso V «mandou fazer no Reyno, e fóra delle os percebimentos de navios, armas, mantimentos, pera trinta mil homens⁶⁸⁸» – é possível, recorrendo a fontes documentais, compreender os tipos de alimentos que eram consumidos pelos marinheiros e soldados ao longo do século XV. A dieta dos homens embarcados – certamente semelhante à dieta para o resto da campanha – seria

⁶⁸³ Carta régia, Lisboa, 15.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 108v.

⁶⁸⁴ Carta régia, Lisboa, 15.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 108v.

⁶⁸⁵ Carta régia, Lisboa, 22.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 108-108v.

⁶⁸⁶ CFM, p. 95.

⁶⁸⁷ PINA, 1977, cap. CLXVII, p. 825.

⁶⁸⁸ PINA, 1977, cap. CLXII, p. 818.

essencialmente composta por pão, biscoito, água, vinho⁶⁸⁹ e, em menor medida, carne e pescado – salgados e frescos – bem como queijo, fruta, legumes, manteiga e azeite⁶⁹⁰.

O pão, os cereais panificáveis, e o biscoito eram essenciais ao abastecimento das armadas, e como tal os indivíduos que trabalhavam nestas áreas estratégicas eram, sobretudo em períodos de maior actividade militar, alvo de privilégios régios⁶⁹¹. Em preparação para a armada de 1471, D. Afonso V encarregou Álvaro Leite, cavaleiro e morador no Porto, de comprar farinha e fazer o biscoito necessário ao sustento da parte da armada que se juntava na foz do Douro⁶⁹². Também Lisboa abasteceu a armada de 1471, dado que no ano seguinte o rei concedeu aos fabricantes de biscoito dos fornos daquela cidade privilégios iguais aos que usufruíam os moedeiros, como recompensa pelos serviços prestados⁶⁹³.

No Porto, D. Afonso V ordenou que fossem recolhidos ainda outros géneros de mantimentos, desde logo carne e pescado. Vasco Leite, cavaleiro da Casa Real – e certamente familiar do já referido Álvaro Leite – foi o responsável pela recolha do dinheiro que o monarca ordenou que fosse dispendido na compra destes produtos alimentares⁶⁹⁴. A carne era, regra geral, salgada para se conservar durante largos períodos de tempo, mas também se poderia transportar algum gado vivo, para fornecer carne fresca aos marinheiros e combatentes⁶⁹⁵. O gado, a carne e os curtumes eram tão importantes para o reino que a sua exportação era expressamente proibida pela Coroa, e todos os que a tentassem seriam punidos com a perda de todos os seus bens⁶⁹⁶.

Estes produtos podiam ser recolhidos um pouco por todo o reino, por intermédio de pedidos feitos pela Coroa aos concelhos, e posteriormente guardados nos armazéns régios⁶⁹⁷, ou comprados no exterior⁶⁹⁸. Também os fidalgos e senhores se faziam acompanhar por

⁶⁸⁹ Veja-se, por exemplo, o regimento do almirante do reino, que estipula que a cada mareante deve ser dada uma ração de pão, biscoito e água; DP, vol. III, doc. 71, p. 99.

⁶⁹⁰ Cf. BARROS, 1990, pp. 108-110.

⁶⁹¹ A 5 de Novembro de 1385, D. João I confirmava os privilégios atribuídos pelos monarcas anteriores aos moleiros do Porto, por estes moerem a farinha que servia para fazer o biscoito que abastecia as frotas do rei; DP, vol. I, doc. 161, p. 186.

⁶⁹² Carta régia, Coimbra, 23.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 207v-208.

⁶⁹³ DP, vol. III, doc. 89, pp. 122-123; Os moedeiros eram então dos mesterais mais privilegiados do reino.

⁶⁹⁴ Carta régia, Coimbra, 23.09.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 207v.

⁶⁹⁵ Em carta de quitação de 12 de Julho de 1499, Gil Matoso, feitor cesante de S. Jorge da Mina, declarava ter vendido certos carneiros e uma porca; DP, vol. III, doc. 336, p. 537; Sendo que a feitoria se encontra na costa ocidental africana, estes animais só lá poderiam ter chegado, vindos do reino, por via marítima.

⁶⁹⁶ DUARTE, 1998, pp. 454-456.

⁶⁹⁷ Para a armada de Tânger, em 1437, o concelho de Faro contribuiu com figos e vinho, que não foram pagos por então a Coroa não ter dinheiro para o fazer; BARROS, 1990, p. 108.

⁶⁹⁸ Em 1456, na preparação da armada que D. Afonso V planeava lançar contra os Turcos, foi enviado a Itália Miguel Mendes Berredo, fidalgo da Casa Real, para, por um lado, convencer Alfonso V de Aragão e Nápoles a integrar a cruzada, e por outro, comprar mantimentos para a expedição na Apúlia e na Sicília. Nenhuma das tarefas acabou por ser bem sucedida; PINA, 1977, cap. CXXXVIII, p. 772.

abastecimentos próprios para se alimentarem a si e aos seus contingentes armados⁶⁹⁹. Além do que era trazido do reino, era possível, uma vez chegada a armada ao destino, saquear as povoações e campos em torno de Arzila em busca de alimentos frescos⁷⁰⁰.

Quanto ao consumo dos mantimentos, existem alguns dados que permitem compreender a forma como os combatentes individuais se alimentavam. Em 1472, além do soldo, cada elemento da guarnição de Tânger – independentemente de ser besteiro, homem-de-armas, peão etc – recebia por mês quatro alqueires de trigo, dois almudes e meio de vinho, uma arroba de carne e duas pescadas e meia⁷⁰¹. São, no entanto, soldados de uma guarnição, e que certamente receberão o seu soldo e os seus alimentos de forma mais regular e frequente do que os soldados em campanha. Por outro lado, considerava-se que 100 homens numa armada, entre tripulação e guarnição, poderiam consumir, em apenas oito dias, até oito quintais de biscoito⁷⁰². Ao utilizar as mesmas medidas – ou seja que, em oito dias, cada homem consome 0.8 quintais de biscoito – então os 23.000 combatentes da armada de Arzila, sem contar com as tripulações dos navios, poderiam consumir, em igual período de tempo, um total de 1.840 quintais de biscoito, ou algo como 108.103 kg daquele alimento seco⁷⁰³. No final da campanha, o consumo total de biscoito atingiria números ainda mais elevados, o que a nível logístico e financeiro terá constituído, para a Coroa, um sério desafio.

De facto, a recolha de mantimentos em grandes quantidades representava, para os cofres régios, um pesado encargo financeiro. Dado que os preços variavam em todo o reino, vejamos alguns exemplos referentes ao Minho, a região portuguesa mais produtiva naquele período. Um alqueire de trigo custava, em 1456, entre 15 e 18 reais, enquanto que por um carneiro, em 1464, se teria que pagar 25 reais. Por outro lado, em 1449 uma dúzia de pescadas valia 120 reais, enquanto que em 1451 um capão custava 7 reais⁷⁰⁴.

O processo de compra – quando se pagava o que se levava, o que nem sempre acontecia como vimos – e recolha dos mantimentos, dada a sua grande quantidade e variedade, terá ocupado grande parte do ano de 1471. Ainda que para esta campanha só existam alguns dados referentes ao Porto e a Lisboa é provável, se não mesmo certo, que

⁶⁹⁹ BARROS, 1990, p. 109.

⁷⁰⁰ Era comum na guerra uma hoste ir obtendo alguns alimentos à medida que marchava, roubando as populações locais, não havendo neste caso grande distinção entre amigo e inimigos; MONTEIRO, 2003, pp. 222-223; No entanto, dado que em 1471 a hoste se dirige ao Norte de África por mar, só era possível saquear após o desembarque de parte das tropas e da montagem do arraial.

⁷⁰¹ DP, vol. III, doc. 82, p. 110.

⁷⁰² De acordo com uma carta de quitação, datada de 23 de Novembro de 1487, e passada a Bartolomeu Dias, que então comandava uma frota contra piratas oriundas da Biscaia; DP, vol. III, doc. 224, p. 340.

⁷⁰³ Embora tenhamos seguido a medida padrão de 58.752 kg por cada quintal, mais tardia por datar do reinado de D. Manuel I, julgamos que este exercício ajuda a compreender as grandes quantidades de alimento em causa.

⁷⁰⁴ Cf. LOBO, 1984, pp. 543-547.

todos os concelhos do reino, em particular aqueles que dispunham de centros urbanos mais populosos como Évora, Coimbra, Santarém etc, tenham contribuído de alguma forma para o esforço que então tinha lugar, ainda que disso não tenho restado provas documentais. Nem seria, de resto, possível recolher tantos alimentos sem um esforço conjunto de todo o reino, e sem recorrer mesmo a importações de alimentos do exterior.

De acordo com as anteriores experiências portuguesas na organização de armadas contra o Islão norte-africano, tornou-se comum a outorga de bulas papais que concediam certos benefícios aos reis de Portugal e aos seus súbditos⁷⁰⁵. Assim sendo, meses antes da partida da armada contra Arzila, D. Afonso V pediu à Santa Sé uma bula de cruzada⁷⁰⁶. Esta acabou por ser outorgada, e concedia, como de costume, indulgências plenárias a todos os combatentes que viessem a perecer durante a campanha que se avizinhava. D. Afonso V recebeu a bula de forma entusiástica, e logo se dirigiu, acompanhado pelo príncipe D. João e por boa parte da corte, à sé de Lisboa, onde decorreram cerimónias religiosas de agradecimento pela outorga da bula. Pouco depois, D. Afonso V ordenou que esta fosse publicada por todo o reino e assinada por aqueles que desejassem integrar a armada. Com a aproximação da data da partida, os grandes do reino vinham a Lisboa para receberem a indulgência directamente das mãos do arcebispo daquela cidade⁷⁰⁷, D. Jorge da Costa.

A indulgência plenária, ou seja o perdão dos pecados, representaria para os combatentes uma nova fonte de coragem uma vez que, tendo em conta a vivência religiosa do período, garantia o acesso directo ao Paraíso caso a morte chegasse, de facto, durante os combates contra o inimigo da fé cristã. De resto, a protecção concedida pela bula era, para os combatentes, bem real⁷⁰⁸.

f) O governo do reino

Já antes dissemos que quando a armada de 1471 partiu à conquista de Arzila o governo do reino foi deixado a cargo do duque de Bragança, D. Fernando, que o rei

⁷⁰⁵ Sobre, por exemplo, a expedição de Tânger de 1437 veja-se Cf. COSTA, 2009, pp. 214-219.

⁷⁰⁶ É lógico que tal bula tenha sido expedida, como afirma o memorial da infanta D. Joana – veja-se a nota de rodapé seguinte –, e apesar de não ser referida por VASCONCELOS e ARAÚJO, 1986, pp. 129-130.

⁷⁰⁷ Certamente só os senhores e fidalgos mais importantes do reino receberiam das mãos do arcebispo de Lisboa a indulgência plenária, embora a fonte que consultámos seja vaga quanto a esse ponto. De resto, faz sentido que de entre as dezenas de milhares de homens que rumaram a Arzila, apenas os mais importantes e poderosos, de entre os quais o rei, o príncipe e todos os nobres titulares, tenham recebido a indulgência das mãos de D. Jorge da Costa. O perdão dos pecados da grande maioria dos combatentes estaria ao cargo dos demais bispos e do restante clero reinícola; CFM, p. 92.

⁷⁰⁸ Cf. MONTEIRO e SILVA, 2004, pp. 18-27.

dispensou de servir na guerra. O governo durante a ausência do rei era uma tarefa de extrema importância, e como tal se entende a sua entrega a um indivíduo como D. Fernando, que não só era um veterano das guerras no Norte de África, como era o chefe de uma das principais linhagens de Portugal, os Bragança, e um parente do rei⁷⁰⁹.

Apesar de Rui de Pina afirmar que o governo do reino ficou entregue ao duque de Bragança⁷¹⁰, o que parece, de facto, ter existido foi um governo dual, partilhado entre o duque e a infanta D. Joana, filha de D. Afonso V. Com efeito, no memorial desta infanta é referido que a ela foi deixado o governo do reino pelo pai nas vésperas da partida para Arzila⁷¹¹. Contudo, esta atribuição terá sido meramente simbólica, recaindo o verdadeiro ónus da governação sobre os ombros do duque de Bragança. A entrega do governo do reino à infanta significava que havia um membro da família real ainda presente no reino, mesmo na ausência do rei e do príncipe herdeiro, o que, caso tivesse lugar uma tragédia no Norte de África, garantia a sucessão da Coroa, ainda que numa mulher. O próprio D. Afonso V terá percebido a pouca apetência da infanta para o governo do reino, já que esta era muito dada a rituais religiosos e espirituais, e viria a breve trecho a ingressar no mosteiro de Jesus de Aveiro por vontade própria⁷¹², pelo que deixava o verdadeiro poder nas mãos do velho duque de Bragança. A este cabia, enquanto regente, o governo militar e financeiro do reino, podendo mesmo dispendir fundos do tesouro régio, além, naturalmente, do exercício da justiça em nome do rei⁷¹³. Em carta enviada por D. Afonso V à cidade do Porto, datada de 26 de Julho de 1471, o rei referia ter nomeado o duque de Bragança, seu primo, como lugar-tenente-geral do reino, e instava as autoridades locais a obedecerem-lhe⁷¹⁴.

Apesar de o reino viver, como dissemos num anterior capítulo, um período de paz prolongado, temia-se ainda assim uma possível intervenção castelhana, caso a aventura africana não fosse favorável a D. Afonso V. Assim sendo, o duque de Bragança enviou uma carta à cidade de Évora prevenindo a cidade para a possibilidade de uma invasão vinda de Castela e ordenando que todos os homens entre os 18 e os 70 anos estivessem prontos para servir com as suas armas, espingardas, bestas, cavalos e todo o outro tipo «aparelho de

⁷⁰⁹ Sobre esta figura e o seu papel no Portugal do século XV veja-se DÁVILA, 2009.

⁷¹⁰ PINA, 1977, cap. CLXIII, p. 819; A hipótese da regência ter sido deixada a D. Leonor, levantada por Damião de Góis, não nos parece realista, dado que a visada tinha na altura apenas 13 anos de idade; GÓIS, 1790, cap. XXI, p. 57.

⁷¹¹ Crónica da fundação, p. 94.

⁷¹² CFM, pp. 92-98; Ainda que o memorial de D. Joana tente fazer transparecer uma imagem santificada da infanta, parece-nos claro que esta seria uma indivíduo com grande fervor religioso, o que nos é indiciado desde logo pelo caminho que deu à sua vida, recusando mesmo por várias vezes os casamentos que o irmão, D. João II, lhe tentou arranjar.

⁷¹³ DÁVILA, 2009, pp. 152-154.

⁷¹⁴ CARTAS, p. 85.

guerra»⁷¹⁵. Certamente terão sido enviadas cartas de igual teor às mais importantes cidades e vilas do reino, mas só esta chegou até nós.

O governo do reino foi assim deixado nas mãos de um homem veterano de guerra e experiente no governo de uma Casa senhorial, que certamente desempenhou o papel de regente de forma capaz e competente, enquanto que, simbolicamente, o poder foi entregue à filha do rei, como forma de garantir a sucessão do reino caso a aventura em Arzila fosse aziaga para o rei ou para o príncipe D. João.

V – A expedição a Arzila⁷¹⁶

Em Agosto de 1471, os preparativos para o ataque a Arzila estavam terminados. D. Afonso V tinha conseguido financiar o recrutamento de 23.000 homens de combate, o fretamento de 338 embarcações mais as respectivas tripulações, além de ter comprado, dentro e fora do reino, grandes quantidades de mantimentos e armas, tudo para que a sua hoste estivesse pronta a conquistar Arzila.

a) A partida do reino

Em meados de Agosto de 1471, a armada estava pronta a zarpar de Lisboa. No início desse mês tinha-se-lhe juntado a frota oriunda do Norte do reino, capitaneada por D. Fernando, duque de Guimarães. Esta frota, que tinha partido do Porto, contava com um número bastante apreciável de indivíduos que, pelos seus serviços no transporte de homens e mantimentos ao longo desta campanha, seriam privilegiados pelo rei. Afonso Martins, mercador e mestre de nau morador no Porto⁷¹⁷, e Afonso Eanes Tomo-o-Moço, marinheiro e morador na mesma cidade⁷¹⁸, eram exemplos disso mesmo. À armada não se tinham ainda juntado as embarcações reunidas no Algarve, algumas das quais oriundas das praças portuguesas no Norte de África e capitaneadas por D. Henrique de Meneses, conde de Valença e capitão de Alcácer Ceguer, pelo que antes de seguir para Arzila era preciso aportar na região mais a Sul de Portugal⁷¹⁹. Ainda que os pontos de reunião para homens e navios

⁷¹⁵ DH, pp. 335-337.

⁷¹⁶ Para a elaboração deste capítulo utilizaremos, sobretudo, a crónica já antes citada de Rui de Pina e a notícia escrita por Jean de Wavrin, bem como pela crónica de Damião de Góis e os anais escritos por David Lopes.

⁷¹⁷ Carta régia, Tânger, 08.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 22.

⁷¹⁸ Carta régia, Tânger, 12.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 25v.

⁷¹⁹ PINA, 1977, cap. CLXIII, pp. 819-820.

fossem, ao que tudo indica, Porto, Lisboa e Lagos, as embarcações e os combatentes seriam oriundos de todo o reino, e mesmo de fora deste⁷²⁰.

Dada a sazonalidade da guerra neste período, a Primavera e o Verão eram as alturas mais propícias a esta actividade, e por isso mesmo a armada foi lançada em Agosto quando, em teoria, os mares eram mais calmos e propícios à navegação⁷²¹. Todavia, o vento escasseou durante alguns dias, o que obrigou o rei a adiar a partida de Lisboa até 15 de Agosto, uma quinta-feira⁷²², dia de Santa Maria da Assunção. A esta data era atribuída uma grande importância, sendo recordada como aniversário da vitória na batalha de Aljubarrota, do nascimento e morte do rei D. João I e da partida da armada que em 1415 conquistou Ceuta. Ao decidir partir naquele dia, D. Afonso V assumiu-se de forma clara como herdeiro das construções ideológicas da dinastia de Avis, facto que Rui de Pina não deixou de assinalar a certo passo da sua crónica⁷²³.

Antes de poder embarcar o rei tinha de garantir que não existiam dissensões internas no seio da hoste sob o seu comando, dado que fidalgos desavindos poderiam vir a comprometer o decorrer ordeiro da campanha se, devido ao seu orgulho nobiliárquico, julgassem que o sucesso de uma qualquer missão que lhes fosse dada pelo rei era menos importante que prejudicar um rival. No sentido de sanear relações, o rei declarou que todos os fidalgos que se encontrassem excomungados ou que mantivessem conflitos abertos com outros nobres não poderiam participar na expedição se não resolvessem os seus diferendos⁷²⁴. Esta era uma atitude que as *Ordenações Afonsinas* aconselhavam a ser tomada antes da partida das hostes⁷²⁵, e ao que parece o rei ter-lhe-á prestado, de facto, atenção. Todavia, esta era de facto uma medida importante, dado que durante o reinado afonsino a fidalguia parece ter sido particularmente violenta, obrigando mesmo o rei a decretar, nas cortes de 1472-1473, que nobre que matasse outro nobre perderia todos os seus bens para a Coroa⁷²⁶. De facto,

⁷²⁰ Veja-se o capítulo dedicado à reunião da hoste, bem como o sub-capítulo dedicado ao fretamento de navios.

⁷²¹ DUARTE, 2003, p. 429.

⁷²² A nosso ver, a indicação dos dias da semana ajuda à compreensão da narrativa, pelo que os indicaremos sempre que possível. Estes dias são obtidos através da comparação entre os dados das várias fontes com o calendário gregoriano, disponível *online*, relativo ao ano de 1471 em Portugal.

⁷²³ Mais precisamente na altura da consagração da mesquita de Arzila enquanto igreja cristã, sendo dedicada a Santa Maria da Assunção; PINA, 1977, cap. CLXV, p. 823; Rui de Pina encontra-se, no entanto, equivocado, uma vez que tanto a batalha de Aljubarrota como a morte de D. João I ocorreram a 14, e não a 15, de Agosto, enquanto que o nascimento deste rei tinha tido lugar num dia 11 de Abril. Já a partida da armada de 1415 teve lugar a 25 de Julho.

⁷²⁴ PINA, 1977, cap. CLXIII, p. 819.

⁷²⁵ ORDENAÇÕES, liv. I, tít. LI, ponto 4, pp. 286-287.

⁷²⁶ Também as relações com o clero e com as camadas populares eram tensas, dando lugar a abundantes queixas em cortes; SOUSA, 1997, pp. 384-389.

vários fidalgos que participaram na conquista de Arzila eram criminosos comprovados, como Henrique de Sousa, fidalgo da Casa Real⁷²⁷, ou Soeiro de Barbudo, escudeiro fidalgo⁷²⁸.

Algun tempo antes do embarque, rei e príncipe foram despedir-se da infanta D. Joana, a quem foi entregue, ainda que apenas de forma nominal, o governo do reino⁷²⁹. Ao longo do tempo que durou a campanha a infanta dispendeu os seus dias a rezar pelo sucesso da mesma e pela segurança do pai e do irmão. Após a reunião com a infanta, ter-se-ão seguido festas para celebrar a partida da armada, mas das quais não existem, infelizmente, pormenores⁷³⁰. Não terá, no entanto, faltado música, dado que na própria expedição tomavam parte pelo menos um trombeteiro, de nome Martim Afonso⁷³¹, e dois cantores régios, Fernando de Évora⁷³² e Pero de Penela⁷³³. De resto, nas *Tapeçarias de Pastrana* encontram-se representados vários trombeteiros que acompanham sempre o rei nos seus cortejos⁷³⁴.

O embarque do rei e do príncipe herdeiro, que ocorreu a 15 de Agosto, correspondeu a um momento em que o sagrado e o profano se misturaram, dado que a procissão que acompanhou o monarca se assemelhava a um «triumfo», ou seja um cortejo militar. Por um lado o rei apelava, com a procissão, à intercessão divina na campanha que então começava, e pelo outro, com o «triumfo», demonstrava o poder militar da monarquia. Também nesta ocasião não terão faltado os músicos, sendo que os trombeteiros serviam, sobretudo, propósitos de demonstração militar, uma vez que era com toques de trombeta que se assinalavam movimentações militares no seio da hoste, nomeadamente ataques em batalha⁷³⁵, daí ser natural estarem presentes num «triumfo». Em todo o processo o rei terá sido acompanhado pela sua guarda pessoal, ainda que tal não seja referido pelo cronistas⁷³⁶. Nestas ocasiões, era comum terem lugar milagres, dado que confirmavam, para quem estava prestes a partir para a guerra, a justeza da sua causa. Em Agosto de 1471, a manifestação de favor divino foi anunciada pelo levantar de ventos propícios à partida da armada logo após o fim da procissão e do embarque do rei e da corte⁷³⁷.

⁷²⁷ Carta régia, Lisboa, 11.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 27.

⁷²⁸ Carta régia, Lisboa, 28.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 87v.

⁷²⁹ Veja-se o capítulo III.

⁷³⁰ Crónica da fundação, pp. 92-95.

⁷³¹ Carta régia, Lisboa, 08.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 74.

⁷³² Carta régia, Estremoz, 02.01.1475 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 143.

⁷³³ Carta régia, Arronches, 06.05.1475 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 162.

⁷³⁴ Veja-se a figura 23, presente nos anexos.

⁷³⁵ É o que sucede no ataque a Alcácer Ceguer, em 1458; PINA, 1977, cap. CXXXVIII, p. 777.

⁷³⁶ Veja-se o sub-capítulo dedicado ao séquito régio.

⁷³⁷ PINA, 1977, cap. CLXIII, pp. 819-820; A 15 de Agosto de 1437, nas vésperas da partida da armada de Tânger, também ocorreu um milagre. No final das celebrações litúrgicas do 52º aniversário da vitória na batalha de Aljubarrota e do 4º do falecimento de D. João I, a cera das velas pesava mais do que no início; Cf. COSTA, 2009, pp. 222-223; Contudo, nem a intercessão divina conseguiu garantir o sucesso da expedição.

Contudo, a armada não partiu de imediato, uma vez que tinham acabado de chegar a Lisboa embaixadores castelhanos, o que levou D. Afonso V a desembarcar para os receber. O rei português concordou naquela altura, ainda que secretamente, casar com D. Joana, sua sobrinha e filha de D. Henrique IV de Castela, assim abrindo o caminho à sua ascensão, enquanto rei consorte, ao trono do reino vizinho. Ainda que D. Afonso V não tenha revelado o propósito da reunião aos membros do seu conselho estes adivinharam os objectivos da mesma e demonstraram o seu desagrado⁷³⁸. Talvez também pela presença de embaixadores castelhanos em Lisboa o «triunfo» tenha assumido uma faceta ainda mais marcadamente militar, por forma a transmitir uma imagem do poder e riqueza do rei de Portugal.

A armada zarpuou do Restelo, pois foi nesta localidade que o rei escreveu um último documento antes de partir do reino. Este documento tem a curiosidade de, como já referimos, conceder, à última da hora, o senhorio de Ferreiros a D. Fernando, duque de Guimarães⁷³⁹. Esta era, de resto, uma atribuição por serviços que se esperava que o duque ainda viesse a desempenhar⁷⁴⁰.

A viagem até ao Algarve demorou pouco tempo, graças aos ventos propícios. Em Lagos já se encontravam ancoradas as embarcações capitaneadas por D. Henrique de Meneses, pelo que só com a chegada do rei a armada real ficou completa, com um total de 338 embarcações. Após o desembarque, terá tido lugar um alardo, como era costume, por forma a que o rei e os seus comandantes tivessem uma ideia do número de homens, e do tipo de combatentes – homens-de-armas, besteiros, peões, espingardeiros etc –, que compunham a hoste⁷⁴¹. Terá sido nesta altura que D. Afonso V e os seus comandantes terão tomado conhecimento da verdadeira dimensão da hoste: cerca de 23.000 combatentes⁷⁴².

Depois do desembarque em Lagos, o rei e o príncipe, acompanhados por parte da corte, foram ouvir missa, na qual teve lugar uma pregação adequada às circunstâncias, sobre a qual não conhecemos pormenores, mas que certamente terá frisado a justeza da causa

⁷³⁸ Este acontecimento não é referido pelas crónicas portuguesas mas, por ser insuspeito, Manuela Mendonça concede crédito aos cronistas castelhanos que o descrevem, posição que subscrevemos; MENDONÇA, 2007, p. 35.

⁷³⁹ Carta régia, Restelo, 15.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 193v.

⁷⁴⁰ Não era incomum a nobreza fazer-se premiar antes de levar a cabo uma missão dada pelo rei, sobretudo se se adivinhasse que arriscariam a vida, como era o caso. Igual atitude tinha tido o conde de Vila Real, em 1463, quando o rei o enviou a Castela para recrutar mercenários para se tentar a conquista de Tânger; PINA, 1977, cap. CXLVII, pp. 796-797.

⁷⁴¹ Conforme era recomendado nas *Ordenações Afonsinas*; ORDENAÇÕES, liv. I, tit. LI, ponto 11, p. 289.

⁷⁴² As razões que nos levam a desconfiar dos números concedidos por Rui de Pina e a confiar antes naqueles que são dados por D. Vasco de Ataíde, prior do Crato, já foram explicadas no capítulo relativo ao recrutamento da hoste. O número de homens poderia alcançar os 25-30.000 se se contabilizarem as tripulações dos navios de transporte.

portuguesa e o apoio divino que era concedido àquela expedição⁷⁴³. Só então o rei revelou aquilo que ele, o príncipe D. João e os conselheiros régios sabiam há meses: que o alvo da armada era Arzila. O reembarque foi acompanhado por nova procissão, certamente semelhante à que tivera lugar em Lisboa dias antes. Durante a curta viagem até aos navios, feita em batéis, tocaram músicos, sobretudo trombeteiros e ministréis de tons altos e baixos⁷⁴⁴, numa sonoridade que se assemelhava, uma vez mais, a uma parada militar⁷⁴⁵. Reembarcado o rei, partiu a armada, desta vez tendo por destino Arzila, no Norte de África.

b) O desembarque e a montagem do arraial

Após a travessia do chamado mar das Éguas, que abarcava a região que ia da costa algarvia até à costa atlântica marroquina, a armada portuguesa ancorou diante de Arzila já tarde no dia 20 de Agosto, uma terça-feira. Naquela ocasião o tempo manteve-se estável durante a viagem, e nenhuma embarcação se extraviou ou perdeu, o que nem sempre acontecia⁷⁴⁶. A armada portuguesa era constituída por uma grande diversidade de embarcações, como naus, caravelas, carracas, galés e até barcas de carretos⁷⁴⁷. A travessia bem sucedida da armada, bem como os serviços prestados no transporte de tropas e mantimentos durante a campanha, levou D. Afonso V a privilegiar vários membros das tripulações, alguns dos quais estrangeiros. As recompensas régias recaíam tanto sobre indivíduos ricos e que emprestavam navios ao rei a troco de pagamento, como «Davi Vaas», um mercador inglês morador em Bristol⁷⁴⁸, ou simples marinheiros, como João Afonso das Moças, morador no Porto⁷⁴⁹, ou Pedro Eanes, morador em Lisboa⁷⁵⁰.

No dia a seguir à chegada da armada diante de Arzila, quarta-feira dia 21 de Agosto, logo pela manhã, D. Afonso V reuniu o seu conselho e fez planos para o desembarque e posterior cerco a Arzila, numa altura em que o tempo já tinha mudado, e o mar se encontrava revoltado. O plano estabelecido ditava que D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, e D. João Coutinho, conde de Marialva, deveriam partilhar o comando das forças que, em primeiro

⁷⁴³ As *Ordenações Afonsinas* sublinham a importância de ser realizada uma grande missa antes de o início de uma campanha, por forma a obter o apoio divino; ORDENAÇÕES, liv. I, tit. LI, ponto 5, p. 287.

⁷⁴⁴ «e grande estrondo de trombetas e manistrees altos e baxos»; PINA, 1977, cap. CLXIII, p. 820.

⁷⁴⁵ Veja-se, como exemplo de músicos presentes em batéis, as figuras 9 e 10, presentes nos anexos.

⁷⁴⁶ A armada de 1415 sofreu de temporal e dispersou-se. Já em 1463, D. Afonso V ignorou todos os conselhos em contrário e decidiu aventurar-se numa tempestade, o que acabou por dispersar toda a armada portuguesa, chegando-se mesmo a perder alguns navios; DUARTE, 2003, p. 400 e pp. 426-427.

⁷⁴⁷ Conforme foi estudado no sub-capítulo dedicado ao fretamento das embarcações para esta campanha.

⁷⁴⁸ Carta régia, Lisboa, 15.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 108v.

⁷⁴⁹ Carta régia, Lisboa, 22.10.141 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 127v.

⁷⁵⁰ Carta régia, Lisboa, 25.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 271v.

lugar, desembarcariam na praia para aí debelarem qualquer possível resistência inimiga, assim estabelecendo uma cabeça-de-ponte e permitindo o desembarque do resto da hoste. Após a chegada dos condes a terra, o rei deveria dar ordem para a restante gente acorrer aos batéis, às caravelas pequenas e às barcas de carretos, para que o grosso dos combatentes desembarcasse com o material de cerco, e assim se cercasse a vila de costa a costa, impedindo a saída de gente de Arzila, ou a entrada na mesma de contingentes armados que viessem em seu socorro⁷⁵¹. Era um plano equilibrado e lógico, que delegava funções conjuntas a um guerreiro experimentado, D. Álvaro de Castro, e a um jovem entusiasta, D. João Coutinho, para que abrissem caminho para o desembarque da hoste. No entanto, D. Afonso V não cumpriu à risca o que nessa manhã ficou acordado.

Na praia de Arzila, os condes de Monsanto e Marialva terão encontrado alguma resistência, que no entanto não terá sido grandemente eficaz na oposição que fez aos invasores. Apenas Bernardo Rodrigues mencionou, nos seus *Anais de Arzila*, a existência de defensores na praia, tendo referido que nela se encontrava «muita jente de cavalo»⁷⁵². Parece-nos lógico que tenha existido alguma forma de resistência por parte de combatentes muçulmanos na praia – ainda que Rui de Pina afirmasse que não existiu nenhuma – uma vez que desde a noite anterior que os habitantes e defensores de Arzila sabiam que iam ser atacados e que «se começaram de prover como pera tal necessudade e afronta comprya»⁷⁵³.

No entanto, com ou sem resistência na praia, D. Afonso V partiu antes do combinado, e fazendo-se acompanhar pelo príncipe D. João⁷⁵⁴. Vendo o rei e o príncipe descer para um batel, a fidalguia precipitou-se nas suas tentativas de desembarque⁷⁵⁵. Era costume os primeiros a desembarcar serem recompensados, pois ao fazê-lo demonstravam coragem⁷⁵⁶. Estas atitudes acabaram por conduzir à morte de cerca de 208 homens – oito dos quais

⁷⁵¹ GÓIS, 1790, cap. XXIII, pp. 61-62. ; Rui de Pina não refere o papel dado aos condes no início do desembarque, sendo que neste caso a narrativa de Damião de Góis nos parece mais lógica.

⁷⁵² RODRIGUES, 1915, vol. I, Apêndice I, p. 98; Bernardo Rodrigues escreve a sua obra em meados do século XVI, após o abandono português de Arzila em 1549-1550. No entanto, o relato que faz da conquista de Arzila merece crédito, pois o autor demonstra não só conhecer a crónica escrita por Rui de Pina, mas também ter recolhido testemunhos em primeira mão de pessoas mais velhas e que estiveram presentes na conquista em 1471, como o seu pai, um físico de nome António Rodrigues, um alferes de nome Artur Rodrigues, e um tal de Afonso Pires. RODRIGUES, 1915, vol. I, Apêndice I, p. 95.

⁷⁵³ PINA, 1977, cap. CLXIII, p. 820; De facto, em Alcácer Ceguer a praia tinha sido defendida contra o desembarque português, sendo que se tratava de uma vila com menos população, e consequentemente menos defensores, que Arzila, pelo que se afigura lógico que algo de semelhante sucedesse em 1471; PINA, 1977, cap. CXXXVIII, p. 776.

⁷⁵⁴ Veja-se a figura 11, presente nos anexos, referente ao desembarque do rei em Arzila.

⁷⁵⁵ GÓIS, 1790, cap. XXIII, p. 62; Para o desembarque da hoste veja-se a figura 5, presente nos anexos.

⁷⁵⁶ Durante o cerco de Arzila de 1508 D. João de Meneses, comandante de um dos exércitos de socorro, prometeu prémios não discriminados ao primeiro homem, bem como aos homens do primeiro barco, que tomassem terra; RODRIGUES, 1915, vol. I, cap. IV, p. 19.

fidalgos, além de vários cavaleiros e escudeiros, portanto merecedores de destaque na narrativa de Rui de Pina, ainda que os seus nomes não sejam referidos – quando vários batéis e caravelas pequenas, além de uma galé, se afundaram por colidirem com o recife que bloqueia parte do porto de Arzila e que, dadas as más condições do mar naquela manhã, se tornava ainda mais perigoso⁷⁵⁷. De resto, a atitude temerária do rei colocou em risco o futuro do reino. Afundando-se o batel em que seguia, não só poderia perecer o rei como também o príncipe herdeiro, lançando o reino numa grave crise sucessória⁷⁵⁸. Um desastre não era, naquela altura, uma hipótese remota, tendo em conta que muitos outros homens encontraram então a morte ao caírem à água e serem arrastados para o fundo pelas suas pesadas armas e armaduras. Não seria a única vez durante a campanha que D. Afonso V agiria de forma aparentemente pouco reflectida.

Com as primeiras forças em terra começou, verdadeiramente, o cerco de Arzila. O primeiro passo era a montagem do arraial, o acampamento da hoste. Estando ausente o condestável do reino – o que sucedia em 1471, dado o detentor do cargo ser uma criança, conforme vimos num capítulo anterior – a responsabilidade de assentar o arraial cabia ao marechal do reino, o segundo oficial mais importante da hierarquia militar⁷⁵⁹, e que neste caso era D. Fernando Coutinho. Ainda que Arzila ocupasse uma área apreciável, a grande dimensão da hoste portuguesa permitiu cercar por completo a vila⁷⁶⁰, de costa a costa, o que impedia toda e qualquer entrada ou saída do perímetro amuralhado sem conhecimento dos sitiadores⁷⁶¹. Neste tipo de cerco, que se desenrolava num cenário ultramarino e em que todo o apoio vinha dos navios, era essencial aos sitiadores garantir a proximidade do arraial ao mar, por forma a manter abertas as linhas de comunicação e abastecimento⁷⁶².

As condições adversas do mar não permitiram desembarcar todo o equipamento necessário à defesa do acampamento. O palanque trazido do reino, à semelhança do que se fez em 1437, não pôde ser desembarcado no primeiro dia, pelo que os sitiadores escavaram

⁷⁵⁷ PINA, 1977, cap. CLXIV, p. 820; Na figura 13, presente nos anexos, é possível observar a representação dos homens que naquela altura caíram ao mar, sendo que muitos dos quais, se não mesmo todos, aí pereceram.

⁷⁵⁸ Luís Miguel Duarte já antes apontou a hipótese de o reino entrar em crise caso a expedição contra Arzila redundasse num fracasso, uma vez que nela participavam o rei e o príncipe; DUARTE, 2003, p. 429.

⁷⁵⁹ MONTEIRO, 2003, p. 217.

⁷⁶⁰ As *Ordenações Afonsinas* aconselham a que, se o alvo a sitiar for demasiado grande, então que não se alonguem desnecessariamente as linhas dos sitiadores a tentar cercá-lo por completo, pois assim se deixa o arraial vulnerável a um ataque. Antes o arraial deve ser colocado todo num só local, por forma a ser mais facilmente defensável. As forças sitiadoras apenas devem ser divididas quando for altura de atacar, para que os defensores sejam obrigados a espalhar os seus próprios combatentes por todo o perímetro das defesas, sem saberem onde irá ter lugar o principal ataque; ORDENAÇÕES, liv. I, tít. LI, ponto 36, pp. 297-298.

⁷⁶¹ PINA, 1977, cap. CLXIV, pp. 820-821; Veja-se a figura 6, presente nos anexos.

⁷⁶² Em 1437, um dos principais erros cometidos pelos sitiadores de Tânger foi não terem montado o seu arraial junto ao mar, o que permitiu ao inimigo cortar as linhas de abastecimento, transformando assim os sitiadores em sitiados; Cf. MOREIRA, 2009, pp. 77-79; MONTEIRO, 2003, p. 226.

em torno do seu arraial uma cava profunda⁷⁶³ – ou seja um fosso seco – para servir enquanto primeira linha de defesa caso fossem atacados por um exército muçulmano que viesse em auxílio de Arzila. Damião de Góis referia ainda a construção de bastilhões⁷⁶⁴, pequenas torres de madeira colocadas nos limites exteriores do arraial, e a partir das quais os vigias poderiam ter uma visão desimpedida do campo, além de constituírem pontos altos a partir de onde seria mais fácil alvejar inimigos que tentassem atacar o acampamento⁷⁶⁵. Nas *Tapeçarias de Pastrana* podemos observar o palanque montado em torno do arraial português, bem como a cava seca⁷⁶⁶. O palanque era, essencialmente, uma paliçada de madeira de grandes dimensões⁷⁶⁷ que rodeava a posição portuguesa, tendo sido fabricada no reino em várias peças, trazida por barco a Arzila e aí posteriormente montada. Ainda que as crónicas não refiram a sua montagem, é ainda assim lógico que esta tenha acontecido, dada a sua importância na defesa do acampamento. Na montagem do palanque certamente terão sido úteis os vários carpinteiros presentes nesta campanha e que já antes referimos⁷⁶⁸. De acordo com o que em cima deixamos escrito, as directrizes presentes nas *Ordenações Afonsinas* relativamente ao estabelecimento de arraiais, sobretudo em caso de cerco, terão sido seguidas de forma relativamente próxima.

Em Arzila, o desembarque de todos os combatentes demorou três dias, dadas não só as difíceis condições do mar⁷⁶⁹, mas também o grande número de homens que era necessário transportar para terra, com os respectivos equipamentos, além de mantimentos em grandes quantidades. Ainda assim, desde o início do cerco que a montagem das tendas dentro do arraial teria tido lugar. A tarefa de aposentação de todos os combatentes era da responsabilidade do marechal, D. Fernando Coutinho, pois era a ele que cabia a tarefa de tutelar os aposentadores – oficiais que estabeleciam onde deviam ser montadas as tendas de cada capitão e seu respectivo séquito⁷⁷⁰. Em Arzila esteve presente um escudeiro da Casa Real, João de Abreu, que serviu enquanto aposentador do rei⁷⁷¹ e que por isso terá

⁷⁶³ PINA, 1977, cap. CLXIV, pp. 820-821; As *Ordenações Afonsinas* ditavam que a cava deveria rodear todo o arraial, devendo ser mais funda nos locais mais fracos. As entradas e saídas do acampamento deveria ser as zonas mais fortificadas; ORDENAÇÕES, liv. I, tít. LI, ponto 37, p. 298.

⁷⁶⁴ GÓIS, 1790, cap. XXIII, p. 62.

⁷⁶⁵ Serão, certamente, as pequenas torres que João Gouveia Monteiro refere serem construídas para defenderem determinados arraiais mais organizados durante operações de cerco; MONTEIRO, 2003, p. 226.

⁷⁶⁶ Veja-se a figura 6, presente nos anexos.

⁷⁶⁷ Descrito por Inês Meira de Araújo enquanto “uma fortaleza de madeira que protege todo o arraial pela retaguarda”; ARAÚJO, 2012, p. 120.

⁷⁶⁸ Veja-se o sub-capítulo dedicado aos engenhos de cerco e à artilharia.

⁷⁶⁹ PINA, 1977, cap. CLXIV, pp. 820-821.

⁷⁷⁰ As penas por alojamento indevido, ou seja sem o aval do condestável – ou neste caso do marechal – íam desde a perda dos cavalos e armas até à perda de uma orelha; ORDENAÇÕES, liv. I, tít. LI, ponto, 63, p. 305.

⁷⁷¹ Carta régia, Lisboa, 24.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 116v.

desempenhado um papel na escolha do local onde a tenda de D. Afonso V seria assentada. Por norma a tenda do rei seria colocada, junto com boa parte das tendas dos combatentes, no ponto mais fraco do arraial, para que se o pudesse defender sem demoras caso fosse assediado⁷⁷².

Também o marechal era responsável pela guarda e vigia do acampamento. Assim se estabelecia, conforme se fazia nos castelos, um sistema de velas e roldas, em que homens armados vigiavam e percorriam por turnos o acampamento. Fora dos limites deste eram colocados atalaias, durante o dia, e escutas, de noite, para se acautelarem quanto a um possível avanço inimigo⁷⁷³. No entanto, para estarem prontos para todas as eventualidades, os homens eram obrigados a dormir vestidos, calçados e armados⁷⁷⁴.

As necessidades dos combatentes dentro do arraial, bem como das montadas e das bestas de carga⁷⁷⁵, eram variadas. Desde logo era necessário prover às necessidades mais básicas, como a alimentação. Os combatentes alimentavam-se de tudo o que era trazido na armada: biscoito, pão fresco feito com a farinha trazida nos navios, peixe fresco ou salgado, queijo, carne salgada e fresca etc⁷⁷⁶. A matança de animais era feita de forma a controlar, dentro do possível, a sujidade e os maus cheiros, para se evitar o mal-estar dos guerreiros e, acima de tudo, para evitar o surgimento de pestes⁷⁷⁷, uma vez que qualquer doença contagiosa dizimaria a hoste. São vários os carneiros que participaram na conquista de Arzila, como Diogo Afonso⁷⁷⁸ e Vasco Fernandes Cide⁷⁷⁹, moradores em Tavira. Alguns desses indivíduos aliavam mesmo a utilidade do seu ofício à aptidão militar, como João Dias, carneiro e besteiro do conto natural de Évora⁷⁸⁰. Eram estes os indivíduos que procediam ao abate dos animais trazidos do reino e ao posterior processamento da sua carne, para que esta pudesse ser consumida pelos combatentes. Todo e qualquer roubo dos alimentos trazidos na armada era punido com decapitação⁷⁸¹, tal era a importância de manter um controlo apertado dos bens – limitados – consumidos pela hoste. Os restos da alimentação dos guerreiros, bem como as suas necessidades fisiológicas seriam, certamente, lançados ao mar, dada a

⁷⁷² ORDENAÇÕES, liv. I, tít. LI, ponto 19, p. 292.

⁷⁷³ MONTEIRO, 2003, p. 222 e p. 226.

⁷⁷⁴ Com pelo menos uma cota de malha, braçais e espada; ORDENAÇÕES, liv. I, tít. LI, ponto 38, p. 298.

⁷⁷⁵ Para os animais era, geralmente, recolhida erva em torno do arraial, para que pudessem ser alimentados. Também se podia levar o gado a pastar, o que era uma actividade perigosa, por ser feita fora do arraial; MONTEIRO, 2003, p. 222.

⁷⁷⁶ Confira-se o que foi dito no sub-capítulo dedicado ao abastecimento de provisões e vitualhas.

⁷⁷⁷ Assim o ditam as *Ordenações Afonsinas*; ORDENAÇÕES, liv. I, tít. LI, ponto, 39, p. 298.

⁷⁷⁸ Carta régia, Lisboa, 10.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 31-31v.

⁷⁷⁹ Carta régia, Lisboa, 26.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 126.

⁷⁸⁰ Carta régia, Évora, 14.01.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 8.

⁷⁸¹ ORDENAÇÕES, liv. I, tít. LI, ponto 43, p. 299.

proximidade deste ao arraial, por forma a evitar problemas de maior no que à higiene do acampamento dizia respeito⁷⁸².

Para prover todo o tipo de necessidades, as *Ordenações Afonsinas* ditavam que as hostes se deviam fazer acompanhar por um corpo de mesteiros⁷⁸³. Também por isso se encontram tantos destes indivíduos presentes na conquista de Arzila, e ligados a todo o tipo de ofícios que poderiam ser úteis a uma hoste, quer esta estivesse em movimento, quer estivesse a cercar uma vila ou castelo. Martim Anes, sapateiro morador em Amarante⁷⁸⁴, certamente seria de grande utilidade a reparar o calçado dos guerreiros, enquanto que Afonso Gonçalves, alfaiate em Guimarães⁷⁸⁵, faria os remendos necessários nas vestes dos homens. Álvaro Novo, ferrador de Setúbal⁷⁸⁶, trataria de garantir o bom estado do calçado das montadas, enquanto que Gonçalo Eanes, ferreiro natural de Monção⁷⁸⁷, se ocuparia a reparar peças metálicas, em particular armas. Por seu lado, João Esteves, barbeiro morador em Palmela⁷⁸⁸, poderia aparar cabelos e barbas mas, certamente, se dedicaria a auxiliar os muitos feridos provocados pelas armas inimigas ou por simples acidentes, cabendo, no entanto, os casos mais graves aos cirurgiões como «Mice Batista», morador na ilha da Madeira⁷⁸⁹. Outro tipo de mesteiros certamente auxiliaria na montagem do arraial, no erguer do palanque – como os já referidos carpinteiros – e no escavar da cava.

Com tantos homens juntos num só local era natural que surgissem arrufos, e por isso não só eram proibidos elementos que incitassem comportamentos desordeiros – como jogos de dados e prostitutas⁷⁹⁰ – como o arraial era permanentemente patrulhado pelos meirinhos da hoste, quando não pelo próprio marechal, acompanhados por homens que impediam e, posteriormente e com a ajuda de ouvidores, julgavam crimes⁷⁹¹. Tais disposições tornavam-se ainda mais necessárias quando tomavam parte nas campanhas números consideráveis de criminosos. Como vimos num capítulo anterior, na conquista de Arzila estiveram presentes cerca de 1162 homiziados, alguns dos quais tinham cometido crimes que, a serem perpetrados no arraial, dariam azo a situações perigosas, com homens exaltados, e ainda para

⁷⁸² As condições sanitárias era um dos grandes problemas dos acampamentos militares deste período. A junção dos dejectos e urina de muitos milhares de homens e animais acabava, muitas vezes, por causar epidemias que dizimavam as hostes sitiadoras; Cf. DUARTE, 2003, p. 377.

⁷⁸³ ORDENAÇÕES, liv. I, tít. LI, ponto 12, p. 289.

⁷⁸⁴ Carta régia, Lisboa, 03.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 97v.

⁷⁸⁵ Carta régia, Lisboa, 24.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 76v-77.

⁷⁸⁶ Carta régia, Lisboa, 20.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 100v.

⁷⁸⁷ Carta régia, Lisboa, 19.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fls. 41v-42.

⁷⁸⁸ Carta régia, Lisboa, 02.11.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 107

⁷⁸⁹ Carta régia, Tânger, 05.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 26v.

⁷⁹⁰ ORDENAÇÕES, liv. I, tít. I, ponto 24, p. 293.

⁷⁹¹ Toda e qualquer perturbação da ordem era severamente punida. Veja-se, por exemplo, ORDENAÇÕES, liv. I, tít. LI, ponto 42, p. 299.

mais armados, a enfrentarem-se, resultando esses confrontos em mortes desnecessárias. Exemplo disso mesmo era Fernão de Miranda, escudeiro e criado de D. Joana, rainha consorte de Castela e irmã do rei de Portugal, acusado de, entre outras coisas, ser jogador de dados e cartas e, ainda para mais, de fazer batota⁷⁹².

A 21 de Agosto de 1471, o arraial português começava a ser montado em torno de Arzila e o cerco tinha o seu início. Ainda assim, as condições do mar não permitiram, uma vez mais, um avanço célere dos planos de D. Afonso V, uma vez que da armada ancorada ao largo só se conseguiu desembarcar, no primeiro dia, duas bombardas de pequeno calibre⁷⁹³.

c) Os primeiros confrontos

As hostilidades entre sitiadores e sitiados tiveram início logo no primeiro dia do cerco, já que D. Afonso V era, no dizer de Damião de Góis, apressado em tudo o que fazia, e particularmente no que à guerra dizia respeito⁷⁹⁴. Já na altura da montagem do arraial teriam sido atribuídas tarefas aos diferentes contingentes que integravam a hoste, como a vigia e defesa das várias estâncias de Arzila. As estâncias eram, do ponto de vista dos sitiados, as posições cuja defesa era atribuída pelo comandante da praça a cada um dos seus capitães. Estes pontos fortes, que podiam ser torres, extensões de muralha ou portas, eram guardados por contingentes armados comandados por capitães, por norma senhores ou fidalgos, que identificavam a zona que defendiam com pendões com as suas armas pessoais⁷⁹⁵. Já do ponto de vista dos sitiadores, as estâncias tinham um significado semelhante, uma vez que constituíam as áreas que eram vigiadas, e que deveriam ser assediadas quando para tal fosse dada ordem, pelo contingente de determinado comandante. Também neste caso os pendões marcavam a zona do arraial onde eram montadas as tendas do contingente de cada senhor e fidalgo, e que deveria estar próxima da respectiva estância. No caso do cerco de Arzila, a vigilância da estância do castelo – a alcáçova fortificada que correspondia a um ponto estratégico fulcral – foi entregue ao experiente D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto⁷⁹⁶.

⁷⁹² Carta régia, Lisboa, 21.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 64v.

⁷⁹³ PINA, 1977, cap. CLXIV, pp. 820-821; Em capítulo anterior referimos os problemas que envolvem a tentativa de identificação deste tipo de armas utilizando a cronística régia.

⁷⁹⁴ GÓIS, 1790, cap. XXIV, p. 63.

⁷⁹⁵ Durante o cerco de Arzila de 1508, o capitão da praça, D. Vasco Coutinho, conde de Borba, atribuiu as várias estâncias da vila a diversos fidalgos. Um desses homens, de nome Lopo Rebelo, recusou-se a abandonar a torre cuja defesa lhe fora entregue, mesmo quando a vila foi entrada pela hoste do reino de Fez, sem para tal receber ordem expressa e pessoal do capitão de Arzila. O fidalgo acabou por falecer no exercício das suas funções; RODRIGUES, 1915, vol. I, cap. III, p. 12.

⁷⁹⁶ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 821; GÓIS, 1790, cap. XXIV, p. 63.

Não se conhecem mais detalhes sobre a montagem do cerco em torno de Arzila, nomeadamente das divisões que eram feitas por estâncias do perímetro amuralhado da vila. No entanto, não faltavam grandes senhores e fidalgos do lado português, homens que podiam – e deviam dado o seu estatuto nobre – desempenhar posições de chefia e liderança, sendo que alguns desses indivíduos eram detentores de uma vasta experiência militar. A acompanhar D. Afonso V encontrava-se a maioria dos grandes nobres: D. Fernando de Bragança, duque de Guimarães; D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real; D. João Coutinho, conde de Marialva; D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto; D. Henrique de Meneses, conde de Valença e capitão de Alcácer Ceguer; D. Afonso de Bragança, conde de Faro; D. Fernando Coutinho, marechal do reino; D. Vasco de Ataíde, prior do Crato. Bem como alguns nobres que ainda viriam a ascender mais na hierarquia social, alguns dos quais devido à sua participação na conquista de Arzila: D. João de Bragança, futuro marquês de Montemor e condestável do reino; D. João de Castro, futuro conde de Monsanto; D. Francisco Coutinho, futuro conde de Marialva; Rui de Melo, guarda-mor do rei e futuro conde de Olivença; Lopo de Almeida, futuro conde de Abrantes; Leonel de Lima, futuro visconde de Vila Nova de Cerveira; D. Afonso de Vasconcelos e Meneses, futuro conde de Penela; D. Álvaro de Bragança, chanceler-mor; Fernão Coutinho, senhor da Maia e de Celorico de Basto; Rui de Sousa, futuro senhor de Beringel e Sagres. Também os grandes senhores eclesiásticos acompanharam o rei a Arzila: D. Jorge da Costa, arcebispo de Lisboa; D. Luís Pires, arcebispo de Braga; D. João Galvão, bispo de Coimbra; D. João de Azevedo, bispo do Porto; D. João, bispo da Guarda; D. Rodrigo de Noronha, bispo de Lamego; D. Frei Nuno Álvares de Aguiar, bispo de Tânger; D. João da Costa, prior de Santa Cruz de Coimbra. Todos estes indivíduos participaram pessoalmente na conquista de Arzila e na ocupação de Tânger, embora as crónicas não façam referência à grande maioria deles⁷⁹⁷.

As estâncias não eram, contudo, as únicas nomeações que o rei fazia durante um cerco. De facto, dado que muitos dos homens que se integravam na hoste o faziam a título individual, ou quando muito integrando grupos muito pequenos de combatentes, era costume agrupar estes indivíduos em contingentes mais numerosos. O comando destas unidades de combatentes era entregue a coudéis, e estes deviam ser tutelados por um só capitão⁷⁹⁸, escolhido naturalmente pelo monarca, sempre com o conselho do marechal e dos conselheiros régios. Este sistema não permitia que a hoste se fragmentasse demasiado em

⁷⁹⁷ Sobre as participações de todos estes senhores, leigos e eclesiásticos, na conquista de Arzila, veja-se o capítulo dedicado ao recrutamento da hoste.

⁷⁹⁸ ORDENAÇÕES, liv. I, tít. LI, ponto 15, p. 290.

pequenos contingentes, e impedia que a cadeia de comando tivesse demasiados problemas logísticos na outorga de ordens ou na arregimentação de determinados grupos de combatentes para a prossecução de tarefas específicas. A existência de tamanhas dificuldades poderia revelar-se fatal em batalha.

Com Arzila completamente cercada, com as estâncias entregues aos vários comandantes, e com todos os homens competentemente distribuídos pelos vários comandantes, e inclusive com algumas peças de artilharia já colocadas em posição, era altura de testar as defesas da vila. Jean de Wavrin, ao contrário de Rui de Pina, refere que, ainda antes de ser tomada qualquer acção ofensiva contra Arzila, D. Afonso V tentou negociar a rendição da mesma, prometendo mesmo que todos os moradores poderiam sair em paz. O autor borgonhês não refere as condições pedidas pelo rei de Portugal para essa rendição, mas estas sem dúvida que terão existido. A resposta dos sitiados foi, no entanto, negativa⁷⁹⁹. Nem Rui de Pina nem Damião de Góis referem qualquer negociação levada a cabo antes do início dos ataques, o que no entanto não retira credibilidade ao relato de Jean de Wavrin. De facto, era comum no período ter lugar uma primeira negociação entre sitiadores e sitiados, tendo em vista a rendição destes últimos, ainda que geralmente tivessem um desfecho semelhante ao que ocorreu nesta ocasião⁸⁰⁰.

Só após o fracasso das negociações terá sido dada ordem para se iniciar o bombardeamento dos muros de Arzila, e não logo após o desembarque das duas pequenas bombardas. Estas foram assentes em reparos de madeira, chamados bancos, e protegidas do fogo inimigo com a instalação de manteletes, conforme representado nas *Tapeçarias de Pastrana*⁸⁰¹. As armas de fogo pesadas constituíam um perigo não só para os defensores mas também para os seus artilheiros, uma vez que era relativamente comum estas armas rebentarem e matarem os homens que as manuseavam⁸⁰². Colocadas em dois pontos diferentes do arraial, e apontando a duas secções distintas das defesas muçulmanas, as bombardas começaram os seus disparos.

Esta divisão das peças de artilharia, e o facto de dispararem sobre dois pontos diferentes das defesas, tinha por objectivo dividir os sitiados, que se viam assim obrigados a concentrar os seus esforços de defesa em duas áreas distintas. Embora Rui de Pina refira que dois lanços do muro foram destruídos pelas duas pequenas bombardas desembarcadas – e

⁷⁹⁹ PB, p. 516.

⁸⁰⁰ MONTEIRO, 2003, p. 226.

⁸⁰¹ Vejam-se as figuras 14 e 18, presentes nos anexos.

⁸⁰² Durante o cerco de Arzila de 1509, uma bombarda colocada nas muralhas da vila rebenta, matando e ferindo vários dos defensores, inclusive os artilheiros holandeses; RODRIGUES, 1915, cap. VII, p. 35.

pouco depois reparados pelos defensores⁸⁰³ –, este efeito não terá sido imediato, uma vez que Jean de Wavrin refere que só no sábado dia 24 de Agosto é que ruíram uma torre e um lanço de muro, atingidos pelos pelouros da artilharia⁸⁰⁴. A versão dos acontecimentos que Jean de Wavrin apresenta é, a nosso ver, mais fiel do que a imagem construída por Rui de Pina e Damião de Góis nas suas respectivas crónicas. Não só Jean de Wavrin escreveu em 1471, – Pina e Góis escreveram, respectivamente, em inícios e meados do século XVI, portanto já muito distantes dos acontecimentos que relatavam –, como ainda se encontrava singularmente bem informado sobre os acontecimentos, dado que escrevia a pedido de D. Isabel, duquesa viúva da Borgonha e tia do rei D. Afonso V, e fazendo uso das cartas que esta tinha recebido da corte portuguesa relatando a conquista de Arzila e a ocupação de Tânger⁸⁰⁵. Assim sendo, o bombardeamento de Arzila terá durado três dias completos, de 21 a 24 de Agosto⁸⁰⁶.

Dado o insucesso da tentativa de negociação da rendição pacífica de Arzila, e já com a artilharia a bombardear as defesas da vila com os seus pelouros, D. Afonso V decidiu, como já referimos, ser altura propícia para lançar um primeiro ataque. Por forma a inspirar os seus homens antes do combate, o rei terá proferido um discurso, sendo que Jean de Wavrin o reproduziu na sua notícia: D. Afonso V começou por lembrar aos seus soldados e companheiros as razões que os levavam ali. Não era a busca da glória que os movia, porque essa se desvanecia com o tempo, mas sim a recuperação da terra que outrora pertencera a cristãos, e onde tinha permanecido no cativeiro e perecido de forma triste o seu tio, o infante D. Fernando, bem como muitos outros familiares e amigos dos guerreiros que ali se encontravam. Assim, com o apoio divino, os guerreiros deviam avançar corajosamente para matar os inimigos da sua fé e obter a vitória tão desejada⁸⁰⁷.

Ainda que dificilmente se possa crer na veracidade deste discurso – é um excerto estilizado, quase que saído de um romance de cavalaria – alguns dos seus elementos são importantes. No discurso estão presentes as razões de ordem ideológica que motivaram a presença portuguesa no Norte de África. É por se entender que esta região devia ser recristianizada que a expansão portuguesa se via legitimada enquanto uma continuação do processo peninsular da Reconquista⁸⁰⁸. Esta legitimação acabava por ser tanto interna como

⁸⁰³ PINA, 1977, cap. CLXIV, p. 821.

⁸⁰⁴ Portugal et Bourgogne, p. 517.

⁸⁰⁵ Tudo isto é referido pelo autor mesmo antes de dar início à escrita da sua notícia. A honestidade da sua escrita chega ao ponto de admitir que as cartas não continham elementos descritivos das defesas de Arzila, e que portanto se coibirá de fazer comentários relativos à história da vila; PB, pp. 515-516.

⁸⁰⁶ GÓIS, 1790, cap. XXIV, p. 63.

⁸⁰⁷ PB, p. 516; Existe uma tradução, para inglês, do mesmo discurso em HOUSLEY, 1996, pp. 155-156.

⁸⁰⁸ Cf. MARQUES, 1998, pp. 19-26.

externa, sobretudo tendo em conta o apoio activo que era concedido pelo Papado, nomeadamente com a atribuição de bulas de cruzada, como tinha acontecido em 1471⁸⁰⁹.

Assim, o ataque a Arzila era, oficialmente, motivado pelo espírito de cruzada e não pelo desejo de glória e riquezas. Na realidade a verdade seria diferente, e seriam vários os motivos que levavam a Coroa portuguesa a continuar a investir homens, tempo e dinheiro no Norte de África. O próprio texto é ambíguo quanto ao papel da riqueza material, uma vez que, num primeiro momento, a nega como motivadora da empresa, enquanto que no final refere que as riquezas dos muçulmanos estão prontas a serem tomadas pelos guerreiros. Essa ambiguidade é, no entanto, facilmente explicável. Ao rei, principal motor da expedição, só interessavam as motivações de índole religioso e espiritual. D. Afonso V, com a sua bem conhecida prodigalidade distributiva, mantinha essa imagem de rei desprovido do desejo de riquezas materiais ao conceder aos guerreiros tudo o que foi pilhado em Arzila, negando inclusive receber o quinto que lhe era devido⁸¹⁰. Por outro lado, D. Afonso V desejava sem dúvida, ainda que o discurso o negue, a glória de rei conquistador. Se assim não o fosse, porquê o interesse que demonstrou em notificar todos os reis e príncipes da Europa da sua mais recente conquista?⁸¹¹ Não fosse o desejo de glória do rei e Jean de Wavrin nunca teria tido informações suficientes para escrever a sua notícia. Tanto assim é que este se referiu à conquista de Arzila como um «glorieux fais»⁸¹², um feito glorioso. Já aos muitos milhares de guerreiros anónimos, que por assim serem não partilharam da glória do rei, restavam as riquezas materiais conquistadas com os seus esforços, ou seja os bens que conseguissem pilhar. A eles ofereceu o rei, conforme dissemos, todo o espólio obtido em Arzila. Restava-lhes ainda a hipótese de receberem mercês régias – um ofício, uma tença etc –, por bons serviços prestados e, sobretudo, por servirem senhores suficientemente influentes para intercederem em seu favor junto do rei.

Por outro lado, além da defesa da cruzada contra o Islão, o texto apresentava o infante D. Fernando, feito prisioneiro no desastre de Tânger em 1437 e falecido na cidade de Fez em 1443, como um mártir. Para o rei, o triste destino do tio era razão para vingança. Ainda para mais fora em Arzila que D. Fernando passara longos anos do seu cativeiro⁸¹³. Outro argumento para o desejo de vingança era o facto de terem perecido no Norte de África tantos companheiros e familiares dos homens que, em 1471, cercavam Arzila. Esta é um referência

⁸⁰⁹ Veja-se o sub-capítulo dedicado às bulas papais.

⁸¹⁰ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822.

⁸¹¹ PINA, 1977, cap. CLXVII, p. 825.

⁸¹² PB, p. 515.

⁸¹³ Cf. BRAGA, 1992, pp. 47-61.

clara ao insucesso da campanha de 1463-1464, comandada por D. Afonso V contra Tânger, e que culminou na morte e prisão de várias centenas de nobres portugueses⁸¹⁴.

Por fim, existem ao longo do discurso vários elementos que visam inspirar os guerreiros a combater mais árduamente. São tecidos elogios à sua coragem, aos despojos que podem obter e ao apoio divino de que gozam. Estes elementos, aliados aos desejos de vingança, que certamente animariam boa parte da fidalguia que ali perdera familiares e amigos, fortaleceriam anímicamente os guerreiros e torná-los-iam mais confiantes.

Ainda que o discurso escrito por Jean de Wavrin seja, certamente, uma construção sua, embora utilizando elementos conhecidos através de cartas trocadas entre as cortes de Portugal e da Borgonha, não deixam de constar nele elementos importantes, alguns dos quais poderão mesmo ter sido utilizados por D. Afonso V, momentos antes do início do ataque a Arzila, para motivar a sua hoste. É possível, se não mesmo provável, que elementos como o martírio do infante D. Fernando, a morte e o cativo de tantos fidalgos em Tânger, o apoio de Deus e a mira do saque tenham sido utilizados pelo rei e pelos seus comandantes para incitar os guerreiros, dar-lhes confiança, e prepará-los para o combate, tentando assim afastar o medo, bem real, que muitos deles, se não a esmagadora maioria, sentiriam⁸¹⁵.

Tenha ou não proferido um discurso, o facto é que D. Afonso V deu mesmo ordem para ser lançado um primeiro ataque contra Arzila. Este teve início ainda no dia 21 de Agosto, quarta-feira, tentando os cristãos, por intermédio de escadas de cerco, entrar em Arzila. A ferocidade dos combates tornava aquele ataque algo «bien terrible a regarder»⁸¹⁶. Pelo relevo que lhes é concedido por Rui de Pina, besteiros e espingardeiros certamente terão desempenhado um papel central neste primeiro ataque, ao baterem as ameias com os seus tiros, ferindo, matando e, sobretudo, afastando os defensores das muralhas para que as restantes forças portuguesas pudessem alcançar os muros de Arzila e escalá-los. No entanto, também os defensores se encontravam armados com bestas e espingardas, pelo que foram provocando graves baixas do lado dos sitiadores⁸¹⁷.

A aflição dos defensores terá sido grande, pois o seu capitão ergueu um estandarte branco em sinal de tréguas, e pediu para falar com o rei de Portugal. O conde de Faro, D. Afonso de Bragança, foi o intermediário com quem o capitão muçulmano comunicou primeiro e, após conceder certas garantias, conseguiu que aquele descesse dos muros. O conde, tendo-se dirigido para junto do rei, expôs as condições dos moradores de Arzila para a

⁸¹⁴ Cf. CRUZ, 1995.

⁸¹⁵ MONTEIRO, 2004, pp. 28-30.

⁸¹⁶ De acordo com Jean de Wavrin; PB, p. 517.

⁸¹⁷ PINA, 1977, cap. CLXIV, p. 821.

sua rendição. D. Afonso V parecia tender para aceitar a proposta, mas foi pressionado pelos membros do seu conselho, sobretudo por D. Fernando, duque de Guimarães, e acabou por a recusar. O duque e os outros nobres eram da opinião de que não se devia aceitar aquela proposta por se estar quase a conquistar um grande lance de muro da vila, abrindo assim caminho à conquista da mesma pela força das armas. Recusada a proposta, o ataque recomeçou, sendo Arzila assediada a partir de dois lados diferentes, por forma a dividir as forças dos defensores, recomeçando então a luta, aguerrida e, certamente, sangrenta⁸¹⁸.

Esta foi, provavelmente, a tentativa de rendição que Rui de Pina também referiu, ainda que este cronista indicasse que a mesma ocorreu no mesmo dia em que Arzila foi conquistada, ou seja dia 24 de Agosto. Também na versão de Pina o intermediário era diferente, cabendo esse papel não ao conde de Faro mas sim ao conde de Monsanto, D. Álvaro de Castro⁸¹⁹. Uma vez mais a versão de Jean de Wavrin parece-nos mais credível, por a tentativa de negociação da rendição dos sitiados ocorrer numa ocasião em que se encontravam fortemente pressionados pelos sitiadores. Se as negociações não resolveram nada, pelo menos beneficiaram os defensores, na medida em que permitiram ganhar tempo precioso, essencial para se recompor e reorganizarem a defesa, uma vez que a vantagem que o duque de Guimarães afirmava que as forças portuguesas detinham – a conquista de parte de um dos muros – não resultou em nada, dado que Arzila não foi conquistada a 21, mas sim a 24 de Agosto. A crença nessa vantagem, aliada, certamente, a uma noção de que as condições da rendição não eram favoráveis aos Portugueses – os sitiados sem dúvida que exigiam a preservação não só das suas vidas mas também dos seus bens – terão levado à recusa da proposta muçulmana.

No primeiro ataque lançado contra Arzila as forças portuguesas tinham conseguido obrigar os sitiados a negociarem, por forma a tentarem salvar as suas vidas e bens, o que demonstra a violência com a ofensiva terá decorrido. Ainda assim o ataque fracassou, e a vila não caiu nas mãos dos sitiadores logo no primeiro ataque, como por vezes acontecia⁸²⁰.

⁸¹⁸ PB, p. 517; Vejam-se as figuras 19, 20 e 26.

⁸¹⁹ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 821.

⁸²⁰ Foi o que sucedeu em Ceuta, em 1415, quando o primeiro assalto, comandado pelo infante D. Duarte, penetrou a cidade por uma porta e estabelecendo uma cabeça de ponte, permitindo assim a entrada do resto da hoste e a conquista de todo o perímetro amuralhado; Cf. DUARTE, 2003, pp. 401-402.

d) O dia decisivo – 24 de Agosto de 1471

Não é claro o que aconteceu nos dias 22 e 23 de Agosto de 1471, uma vez que as crónicas, como já referimos, têm a tendência de misturar os acontecimentos todos num só relato, sem fazerem, por norma, referência aos dias em que têm lugar acontecimentos específicos. Certamente terão tido lugar escaramuças entre os sitiadores e os sitiados, com besteiros e espingardeiros de ambos os lados a ferirem e matarem opositores. Dado o insucesso do primeiro ataque, D. Afonso V parece ter aguardado até que a artilharia produzisse resultados para lançar novo ataque concertado. Só a 24 de Agosto, sábado, as duas bombardas trazidas da armada conseguiram derrubar um pano de muralha e uma torre⁸²¹. Tem sido especulado, no seguimento do que diz Rui de Pina, que dois lanços de muro de Arzila teriam ruído de forma rápida, dado serem antigos e terem sido construídos fazendo uso de materiais pouco resistentes⁸²².

No entanto, e segundo Jean de Wavrin, a artilharia não foi tão eficaz quanto refere o cronista português, uma vez que só ao fim de três dias de bombardeamento contínuo – entre dia 21 e a manhã de 24 de Agosto – se produziram resultados⁸²³. Sendo que eram usadas apenas duas bombardas, e ainda para mais de pequeno calibre, é natural que os muros tenham demorado alguns dias a abrir brechas, sobretudo se for tida em conta a dificuldade em atingir com precisão um mesmo ponto dos muros utilizando uma arma do género⁸²⁴. Só assim poderiam os muros de Arzila, feitos de materiais frágeis como barro ou taipa e datando as partes mais antigas do século X⁸²⁵, ter aguentado durante três dias o impacto dos pelouros da artilharia portuguesa.

A abertura de brechas num muro e o derrube de uma torre precipitou o ataque português. D. Afonso V deu a ordem para atacar, certamente por intermédio do soar das trombetas⁸²⁶, e a hoste avançou em direcção a Arzila. O ataque seria, à semelhança do que aconteceu no dia 21 de Agosto, lançado em pontos diferentes da vila, por forma a dividir os defensores pelas várias secções de muro e torres⁸²⁷. Enquanto avançavam, os sitiadores

⁸²¹ PB, p. 517; Vejam-se as figuras 14 e 18;

⁸²² DUARTE, 2003, pp. 429-430.

⁸²³ PB, p. 517; GÓIS, 1790, cap. XXIV, p. 63.

⁸²⁴ A dispersão dos tiros das bocas de fogo era um dos principais problemas com que os bombardeiros, os artilheiros do período, se debatiam; RUBIM, 2000, pp. 235-236.

⁸²⁵ DUARTE, 2003, p. 434.

⁸²⁶ Como era, aliás, costume. Também no cerco de Alcácer Ceguer, em 1458, as trombetas soaram para assinalar o início do ataque português; PINA, 1977, cap. CXXXVIII, p. 777; Vejam-se as figuras 23 e 27.

⁸²⁷ Veja-se a figura 7, presente nos anexos.

certamente faziam uso de mantas de madeira⁸²⁸, por forma a protegerem-se dos disparos das armas dos defensores – que como vimos dispunham de, pelo menos, bestas e espingardas – e das pedras que estes, como em todos os cercos, atiravam⁸²⁹. O estandarte real comandava o ataque, certamente bem próximo do rei e do príncipe. Alguns guerreiros começaram a entrar na vila através das brechas provocadas pelos disparados da artilharia. No entanto, estas revelaram ser demasiado estreitas para permitir a entrada de grandes grupos de combatentes⁸³⁰, circunstância que invalidava a vantagem numérica dos Portugueses dado que apenas pequenos grupos de homens armados podiam entrar na vila em simultâneo, o que acabava por conferir uma vantagem aos defensores. Assim, por forma a ultrapassar essa dificuldade, foram enconstadas escadas de cerco a outros lanços de muralha, e os primeiros a escalar logo correram para abrir as portas da vila, permitindo assim a entrada do grosso da hoste⁸³¹. O que se seguiu foi uma luta sangrenta, rua a rua, dificultada pela estreiteza e tortuosidade dos caminhos, o que conferia uma vantagem aos defensores⁸³². D. Álvaro de Castro terá sido dos primeiros a entrar em Arzila pela força das armas, embrenhando-se numa rua estreita, seguido por uma bandeira com as suas armas e pela gente de sua Casa, e conquistando-a ao fim de uma intensa luta com os defensores⁸³³.

Façamos, por agora, uma pausa no nosso relato. A notícia escrita por Jean de Wavrin, que temos vindo a seguir de perto, é em parte oposta ao que foi relatado por Rui de Pina. O cronista português atribuiu a entrada em Arzila ao acaso, mais do que a um plano concebido pelo rei. Pina afirmou que, enquanto o conde de Monsanto negociava a rendição pacífica de Arzila, correu um rumor pelo arraial português de que Arzila tinha sido penetrada pelas forças sitiadoras. Esse rumor teria então lançado os combatentes portugueses contra a vila, quebrando a trégua estabelecida para as negociações e apanhando o inimigo de surpresa. Só depois de o ataque ter começado é que o rei teria sido avisado do que se sucedera⁸³⁴. De resto, é esta versão dos acontecimentos que tem sido utilizada pelos historiadores para descrever a forma como Arzila foi conquistada a 24 de Agosto de 1471⁸³⁵.

⁸²⁸ Vejam-se os argumentos feitos a favor desta hipótese no sub-capítulo dedicado aos engenhos de guerra.

⁸²⁹ No ataque a Alcácer Ceguer, por exemplo, os defensores muçulmanos fazem uso de pedras; PINA, 1977, cap. CXXXVIII, p. 776; Cf. ARAÚJO, 2012, p. 154.

⁸³⁰ GÓIS, 1790, cap. XXIV, p. 64.

⁸³¹ Vejam-se as figuras 19, 20, 21 e 26.

⁸³² PB, p. 517.

⁸³³ « (...) o conde dom Alvaro (...) foi dos primeiros que entrarão a vila, e com sua bandeira e com a sua gente se apartou por hũa rua e com muito grande peleja a tomou e lançou os mouros fora della (...)»; GÓIS, 2014, p. 265.

⁸³⁴ PINA, 1977, cap. CLXV, P. 821.

⁸³⁵ DUARTE, 2003, p. 430; GOMES, 2009, p. 249; FONSECA, 2011, p. 43; REIS, 2006, pp. 26-30.

Não nos parece, no entanto, que o relato de Rui de Pina – que depois foi seguido e utilizado por Damião de Góis, Garcia de Resende, Duarte Nunes de Leão etc – seja o mais fiel aos acontecimentos. A tentativa de rendição negociada por D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, foi posterior à entrada da hoste no perímetro amuralhado de Arzila. As negociações só foram encetadas numa altura em que, como veremos mais adiante, já só o castelo resistia ao avanço dos sitiadores⁸³⁶, pelo que se trata de uma imprecisão na narrativa de Rui de Pina.

Quanto à hipótese de que um rumor seria o responsável pelo lançamento do ataque, esta parece-nos pouco realista. O arraial português estendia-se ao longo de todo o perímetro amuralhado de Arzila e, ainda que surgisse um qualquer rumor sobre a entrada na vila, muito dificilmente seria possível lançar um ataque, por mais desorganizado que fosse, a partir de vários pontos distintos, e distantes entre si, do acampamento. É possível que um capitão ou comandante, descontente por ver as suas hipóteses de saque diminuírem à medida que decorriam as negociações para a rendição pacífica, lançasse algum rumor por forma a incentivar um ataque. No entanto, as *Ordenações Afonsinas* condenavam com penas pesadas – perdas de bens, mutilação de orelhas e mesmo a morte – quem tentasse organizar um ataque sem este ser ordenado pelo rei ou por alguém que comandasse com autoridade delegada por este. Tal comportamento era muitíssimo prejudicial à ordem na hoste porque gerava um grande nível de confusão interna⁸³⁷. A ter-se iniciado o ataque devido a um rumor, teriam que existir averiguações posteriores para determinar quem fora o responsável pelo seu início, por forma a receber o justo castigo. No entanto, não existe registo, cronístico ou documental, de que tenha sido apurado qualquer nome nem atribuída qualquer culpa. Não parece ter existido sequer uma investigação do género, ainda que D. Afonso V e os seus comandantes dificilmente vissem com bons olhos uma tal atitude, sobretudo se estivesse perto uma rendição pacífica, conforme Rui de Pina sugere.

Por todas estas razões, parece-nos que a tese de um rumor ser o responsável pelo ataque decisivo que conquistou Arzila não é credível, sobretudo tendo em conta o relato bem diferente de Jean de Wavrin. Dado o autêntico banho de sangue em que resultaram os vários assaltos a Arzila, com milhares de mortes para ambos os lados, talvez Rui de Pina tenha sentido necessidade de não colocar nas mãos do rei todas essas vidas cristãs perdidas. Por isso, por forma a fazer do rei um matador de muçulmanos mas não o causador da morte de

⁸³⁶ PB, p. 518.

⁸³⁷ Veja-se ORDENAÇÕES, liv. I, tít. 47, pp. 300-301 e tít. 53, p. 302.

1700 cristãos⁸³⁸, o cronista desenvolveu a tese do rumor, colocando nas mãos de anónimos a culpa de tamanha mortandade. Também por isso Rui de Pina referiu que morreram ao todo 2000 muçulmanos⁸³⁹, enquanto ocultou por completo o número de baixas portuguesas ocorridas durante os combates, referindo apenas os pouco mais de 200 homens que morreram afogados ainda durante o desembarque do primeiro dia. De resto, a parcialidade de Rui de Pina é fortemente criticada por um outro cronista, Duarte Nunes de Leão⁸⁴⁰.

Ao contrário de Rui de Pina, Jean de Wavrin não tinha como objectivo engrandecer a memória da Coroa portuguesa. Além disso era, como já tivémos oportunidade de referir, um autor contemporâneo dos acontecimentos, que escreveu ainda em 1471, e bem informado, dado ser na altura um servidor de D. Isabel, duquesa viúva da Borgonha⁸⁴¹. Assim sendo, estamos em crer que a versão de Jean de Wavrin sobre os acontecimentos é mais credível do que a de Rui de Pina, sem que no entanto esta última deixe de ter méritos próprios.

Retomemos, então, o relato do ataque português a Arzila, ocorrido a 24 de Agosto de 1471. Com a vila a ser invadida pelos guerreiros portugueses, os defensores combatiam desesperadamente para salvarem as suas vidas, dando origem a lutas aguerridas nas ruas estreitas e tortuosas da vila. Os moradores de Arzila rapidamente terão percebido que era impossível impedir os sitiadores de entrarem na vila, uma vez que estes não só entravam pelas brechas nas muralhas, como já dominavam boa parte dos muros e tinham inclusive aberto algumas portas para permitir a entrada do resto da hoste⁸⁴². Assim sendo, os moradores escolheram os pontos mais fortes para se barricarem e tentarem resistir. Alguns fugiram para a mesquita, e outros para a alcáçova, referida como castelo nas fontes portuguesas⁸⁴³.

⁸³⁸ Número apontado por Jean de Wavrin, e não por Rui de Pina; PB, p. 518.

⁸³⁹ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822.

⁸⁴⁰ «Os Mouros, que morrerão nos combates da Villa, e Castello, forão mais de dous mil. O numero dos cristaãos não escrevem os Chronistas, por erro commum de Escriptores vulgares, e sem arte, que cuidão fazer nos seus, quando calão os mortos, ou feridos de sua parte, ou accrescentão o numero dos inimigos, e diminuem seu esforço, ou valor, sendo na verdade abatimento da parte, que querem favorecer; porque pelejar com homens sem esforço, não he honra; e se os inimigos são armados, e animosos, e não lhe daão mortos, nem feridos, já sua historia he suspeita, e para em mais não se lhe crer; porque o fogo das bombardas, ou arcabuzes dos Mouros, ou inimigos não queima menos, que o dos outros; nem as settas por serem de Mouros, penetraão menos, nem o gume de suas espadas he mais boto, que o das nossas. Nem póde ser mór honra para os que por honra, e gloria morrerão pelejando, que ficarem vivos seus nomes, suas lembranças, que lhe estes inconsiderados Escriptores tiraão»; LEÃO, 1975, cap. XXXIX, pp. 904-905.

⁸⁴¹ O objectivo de Wavrin era informar e elucidar o duque Carlos da Borgonha, filho de D. Isabel, acerca dos sucessos militares do seu primo português, e não ocultar perdas de vidas em batalha; PB, p. 515; Ainda para mais, sendo que se tratam de cartas trocadas entre familiares, é natural que fossem honestos quanto ao real número de baixas do lado português.

⁸⁴² Veja-se a figura 21, na qual é visível o pendão com as armas de Portugal hasteado sobre os muros de Arzila.

⁸⁴³ PB, p. 517.

Em tudo se envolvia D. Afonso V, que longe de ser apanhado de surpresa pelo ataque a Arzila, antes o teria ordenado. De armadura completa⁸⁴⁴ – as proteções de cabeça, ou o «capacete» como refere Damião de Góis, o rei envergava apenas durante o ataque, ao contrário do resto do tempo de cerco, em que o tirava, certamente devido ao calor –, e acompanhado pela sua guarda pessoal, o rei seguia de perto as lutas e acompanhava os seus soldados na entrada em Arzila. A seu lado seguia o príncipe D. João, que aos 16 anos de idade participava na sua primeira campanha⁸⁴⁵, numa atitude de grande imprudência que, como antes referimos, poderia mergulhar o reino numa crise dinástica caso rei e príncipe falecessem em combate. Era, no entanto, D. Afonso V a dar azo ao seu espírito cavaleiresco, arriscando a vida como um qualquer cavaleiro a combater pelo seu senhor, e não enquanto rei, comportamento que naquele período já começava a ser alvo de crítica⁸⁴⁶.

D. Afonso V, uma vez dentro de Arzila, tomou conta da situação e ordenou a D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, que vigiasse a porta da traição da alcáçova, para impedir a fuga dos que lá se encontravam. Entretanto, os esforços dos sitiadores concentraram-se na mesquita maior de Arzila onde uma grande porção dos moradores se tinha barricado. A mesquita era mais vulnerável que a alcáçova fortificada, daí ser escolhida como alvo prioritário. Uma vez controlada, os sitiadores teriam sob seu controlo toda a vila, pelo que poderiam concentrar os seus esforços no assédio à alcáçova. Junto à mesquita o rei ordenou que se derrubassem as portas com machados, mas estas resistiram aos golpes, pelo que foi ordenado que se trouxesse um aríete. Com alguns golpes deste «vaiuens de tanto peso, e grandura» as portas cederam por fim, ficando «logo rachadas em pedaços, e derrubadas». O que se seguiu foi um massacre, com os guerreiros portugueses a entrarem e a matarem todos quantos se encontravam no seu caminho, primeiro junto às portas, e depois já no pátio da mesquita. Ainda que Damião de Góis refira que algumas mulheres e crianças foram poupadas e enviadas como prisioneiras para o arraial⁸⁴⁷, é possível, se não mesmo provável, que a maioria tenha perecido no meio da confusão.

No ataque à mesquita destacou-se o conde de Marialva, D. João Coutinho, um jovem, que aí acabou por falecer, uma vez que os moradores de Arzila se defendiam ferozmente, pois só assim poderiam salvar as suas vidas. O sacrifício do conde de Marialva, morto a combater pelo seu rei, mereceu vários elogios. Jean de Wavrin referiu que este matou tantos

⁸⁴⁴ Veja-se a figura 23.

⁸⁴⁵ GÓIS, 1790, cap. XXIV, p. 64.

⁸⁴⁶ Como aconteceu, por exemplo, em 1460, quando o rei planeava partir para Ceuta fazendo-se acompanhar por uma pequena força armada para fazer a guerra aos muçulmanos «como Capitam, mais que como Rey»; PINA, 1977, Cap. CXLIII, p. 790.

⁸⁴⁷ GÓIS, 1790, cap. XXV, p. 65.

muçulmanos antes de ser ele próprio morto que nem Rolando, o mítico herói da *La Chanson de Roland*, poderia ter feito mais⁸⁴⁸. Já Rui de Pina afirmou que o conde morreu como «ardido e vallente cavalleiro», fazendo-se acompanhar na viagem para o outro mundo pelas almas dos muitos inimigos que então matou com as suas armas, «com seu braço». A sua morte foi muito lamentada por D. Afonso V e pelo príncipe D. João, bem como pela restante fidalguia, uma vez que D. João Coutinho era, além de um jovem, «hum syngullar homem pera armas e conselho»⁸⁴⁹. Mais tarde, o seu elogio fúnebre seria feito pelo rei em pessoa.

Com a mesquita conquistada, toda a vila de Arzila estava sob controlo português, e certamente nesta altura terão começado as pilhagens. No entanto, faltava ainda tomar de assalto a alcáçova, naquele que se adivinhava viria a ser novo combate duro e sangrento, dado que era um lugar fortificado «muy forte e defensavel», com muralhas sólidas e pautadas por grandes torres⁸⁵⁰. Os defensores eram não só muçulmanos, mas também alguns cristãos genoveses, mercenários peritos no manejo de bestas. O ataque começou com os Portugueses a tentarem escalar os muros com recurso a lanças e paus, mesmo antes de as escadas de cerco serem postas em acção, o que poderá indicar que os muros da alcáçova não seriam muito altos. Uma vez mais, o ímpeto ofensivo dos sitiadores obrigou os sitiados a pedirem tréguas, erguendo um pendão branco em sinal de que desejavam negociar, e novamente por intermédio do mesmo capitão que no dia 21 de Agosto já tinha tentado a rendição pacífica. D. Afonso V concordou com as tréguas e mandou parar o assalto. Desta vez o enviado mouro encontrou-se com o rei em pessoa, mas as negociações tiveram um fim abrupto quando os defensores começaram a disparar sobre os sitiadores, pelo que o seu capitão foi enviado de volta à alcáçova, sem sofrer represálias, ainda que tal pudesse ter acontecido dado que os seus homens quebraram a trégua⁸⁵¹.

Seguiu-se novo assalto aos muros da alcáçova, com alguns fidalgos portugueses a conseguirem escalar os muros, apenas para serem repelidos pelos defensores⁸⁵². Um dizer utilizado ainda no século XVI demonstra bem o que se terá passado em Arzila:

«Quando el-rei tomou Arzila, dos primeiros que subiram sobre o muro foi um Gomes de Figueiredo, o qual estando pelejando muito ferido, disse-lhe outro chamado Álvaro de Ataíde que, pois estava ferido, que o deixasse passar; e ele respondeu-lhe:

⁸⁴⁸ PB, p. 517.

⁸⁴⁹ PINA, 1977, cap. CLXV, pp. 821-822.

⁸⁵⁰ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822.

⁸⁵¹ PB, p. 517.

⁸⁵² PB, pp. 517-518.

– Enquanto eu estiver em pé, vós, nem outro, passarão adiante; depois de eu cair, passai por cima»⁸⁵³.

Ainda que os seus intervenientes possam não ser reais, este dito resume bem parte do quadro mental da fidalguia quatrocentista, que servia o rei, mesmo se tal implicasse a morte, com o objectivo de receber uma recompensa régia pelos serviços prestados, incrementando em simultâneo a sua honra e riqueza pessoais, além do prestígio da sua linhagem.

Com o insucesso do primeiro assalto à alcáçova, D. Afonso V ter-se-á apercebido das dificuldades que a sua hoste enfrentava ao tentar conquistar aquele ponto fortificado. Assim sendo, decidiu tentar estabelecer de novo negociações para a rendição inimiga, sendo permitido aos defensores abandonarem a alcáçova e manterem as suas vidas. A tarefa de tentar dar início às negociações coube a D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, pelo que este se colocou num topo do muro – dos da vila, não dos da alcáçova – e aí foi imediatamente morto, atingido por uma lança ou dardo que lhe penetrou a garganta⁸⁵⁴.

São várias as versões existentes acerca da morte do conde de Monsanto, e tanto Jean de Wavrin como Damião de Góis – Rui de Pina não referiu a forma como o conde faleceu – afirmaram não saber qual seria a verdadeira. De acordo com Jean de Wavrin, o conde ou foi enviado pelo rei para negociar, ou pediu para ser enviado, por forma a servir o rei e depois poder pedir, e receber, o saque que se esperava encontrar no interior da alcáçova. Quer o conde tenha agido movido pela cobiça de riquezas materiais, quer tenha sido enviado pelo rei, o facto é que foi e, ao subir ao topo de um muro – um dos da vila, que se encontrava controlada – para dar início às negociações, foi atingido por uma lança ou dardo na garganta, caíndo ali mesmo morto. Outra versão refere que os Mouros tinham pedido que o rei enviasse alguém do seu sangue para negociar, e que D. Álvaro tinha pedido firmemente ao rei para ser ele a ir. D. Afonso V não queria aceitar mas, para não ofender o conde, acabou por lhe fazer a vontade. Foi então que D. Álvaro, ao entrar na alcáçova, foi morto por um genovês, dizendo-se logo na altura que o mesmo destino ligava pai e filho, uma vez que o pai de D. Álvaro também tinha sido morto por Genoveses⁸⁵⁵.

Damião de Góis, por seu lado, referiu que ou o conde foi decapitado enquanto subia por uma escada de cerco durante um ataque à alcáçova, ou que foi atingido por uma seta na face quando, estando no topo de uma torre, retirou o capacete devido ao calor que se fazia

⁸⁵³ Ditos, dito 560, p. 200.

⁸⁵⁴ PB, p. 518.

⁸⁵⁵ PB, p. 518.

sentir⁸⁵⁶. Fosse qual fosse a versão, D. Álvaro de Castro morreu, perdendo assim o rei o seu camareiro-mor e tornando-se claro que era impossível voltarem a ter lugar negociações. A alcáçova de Arzila teria que cair pela força das armas.

A resolução do rei endureceu e foi lançado novo assalto contra a alcáçova, que desta feita conseguiu quebrar as defesas. Os guerreiros subiam as escadas com «armas pesadas» e «muy fracas toucas de linho»⁸⁵⁷, preferindo remover as suas protecções de cabeça, ficando vulneráveis aos projecteis inimigos, para poderem respirar mais facilmente, dado que o calor que sentiam, num dia de Agosto no Norte de África, deveria ser abrasador. Aos poucos, os defensores foram recuando, abandonando os muros e procurando refúgio nas torres ou recuando para o pátio de armas da alcáçova. As torres foram tomadas uma a uma, com alguns mouros a ficarem encurralados, literalmente entre a espada e a parede, quando os seus companheiros encerravam as portas que ligavam as torres aos muros, por forma a manterem no exterior os invasores. Os atacantes que combatiam no pátio apressaram-se a abrir as portas que ligavam o castelo à vila, permitindo assim a entrada dos restantes guerreiros, entre os quais se encontravam o rei e o príncipe⁸⁵⁸. No pátio de armas a mortandade foi ainda considerável, uma vez que aí teve lugar «tam mortal pelleja, como parecia craro nos muytos mortos e ferydos, que em todas partes jaziam»⁸⁵⁹, tentando os últimos defensores conter, desesperadamente, o ímpeto ofensivo dos invasores. De acordo com Jean de Wavrin, entre os primeiros a entrar no perímetro amuralhado da alcáçova encontrava-se D. Rodrigo, filho bastardo de D. Álvaro de Castro, acompanhado pelos homens da Casa do pai que, para se vingarem da morte do conde, passaram a fio de espada todos os Mouros e Genoveses que encontraram no seu caminho⁸⁶⁰.

Aos poucos a resistência foi abrandando, à medida que a maioria dos defensores eram mortos ou feitos prisioneiros, e a conquista foi terminada. A 24 de Agosto de 1471, sábado e dia de São Bartolomeu, e ao fim de 4 dias de cerco, Arzila caiu por fim em mãos do rei de Portugal. Rei e príncipe tinham mesmo chegado a combater pessoalmente, arriscando as vidas, e assim merecendo os posteriores elogios laudatórios dos cronistas régios: «E ElRey e o Prynçepe (...) cometeram e acabaram feitos como ardidos e vallentes cavalleiros, sem algum resguardo nem tento do que a suas pessoas e dinidades Reas se deviam, e certamente era grande gloria ver aquelle dia na maaõ do Prynçepe em idade de XVI. anos sua espada de

⁸⁵⁶ GÓIS, 1790, cap. XXVI, p. 66.

⁸⁵⁷ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822; Veja-se a figura 21, presente nos anexos.

⁸⁵⁸ GÓIS, 1790, cap. XXVI, p. 66.

⁸⁵⁹ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822.

⁸⁶⁰ PB, p. 518.

bravos golpes torcida, e de sangue de infyees em todo banhada, em cuja vista a moor parte da allegria era d'ElRey seu Padre, que naquella vitoria e perigo (...) nom podera no mundo escolher melhor companheiro do que geerara por Fylho⁸⁶¹».

No final dos combates, D. Afonso V sentiu necessidade de dar graças pela vitória obtida, pelo que se dirigiu à mesquita, entretanto limpa e rebaptizada enquanto igreja cristã. Esta recebeu primeiramente o nome de igreja de Santa Maria da Assunção, por ter sido no dia dessa festa religiosa, 15 de Agosto, que a armada tinha partido de Lisboa. Mais tarde, viria a receber o nome de igreja de São Bartolomeu, por ter sido nesse dia, 24 de Agosto, que Arzila tinha sido conquistada. Na mesquita feita igreja já se encontrava o corpo do conde de Marialva, com uma cruz sobre o peito, a qual o rei beijou, permanecendo depois algum tempo a orar junto do corpo do fidalgo defunto. Terminada a oração, e com ela os agradecimentos a Deus pela vitória obtida, ali mesmo o rei armou cavaleiro o príncipe seu filho, cerimónia durante a qual terão sido proferidas algumas palavras de encorajamento, por parte de um rei emocionado, e que Rui de Pina sintetizou dizendo «Fylho, Deos vos faça tam bom cavaleiro como este que aquy jaz»⁸⁶². Certamente terão sido armados muito mais cavaleiros nessa ocasião, como recompensa pelos serviços prestados, de entre os quais Fernão Gomes, a quem tinha sido arrendado o trato da costa ocidental africana, armado cavaleiro pelo rei⁸⁶³.

Pelo seu sacrifício D. João Coutinho foi lembrado pelo rei como o exemplo do cavaleiro ideal, morto ao combater pelo seu rei e pela sua fé. A sua morte não seria esquecida pelo rei, uma vez que o título de conde de Marialva, tal como todos os bens que lhe estavam associados, foram concedidos ao seu irmão mais novo, D. Francisco Coutinho, ignorando o rei a Lei Mental. Também nessa ocasião o título de conde de Monsanto foi dado ao herdeiro de D. Álvaro, o seu filho D. João de Castro⁸⁶⁴.

e) O saldo da vitória

Com Arzila conquistada, começaram as pilhagens – se é que não tinham começado entretanto –, com o rei a declarar que cada combatente poderia ficar com tudo o que conseguisse saquear, num processo conhecido como escala franca, e que já então caía em desuso, dada a barbaridade com que o processo era conduzido, resultando, certamente, em

⁸⁶¹ PINA, 1977, cap. CLXVV, p. 822.

⁸⁶² PINA, 1977, cap. CLXVV, pp. 822-823.

⁸⁶³ COSTA, 2013, p. 47,

⁸⁶⁴ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 823.

mais mortes de moradores, bem como na violação de mulheres⁸⁶⁵. D. Afonso V recusou mesmo o quinto de todo o saque, atribuição tradicional da Coroa, permitindo assim aos combatentes angariarem mais riquezas. Segundo o cálculo feito acerca do espólio achado em Arzila – num processo que certamente seria complicado, dada a grande variedade de bens que eram pilhados –, este teria um valor que rondava as 80.000 dobras de ouro⁸⁶⁶, ou 9.600.000 reais. Esta era a forma de o rei compensar, por um lado, os homens que o tinham ajudado a alcançar a vitória, e por outro, uma forma de castigar os derrotados, que tinham provocado sérias baixas à hoste portuguesa, retirando-lhes a todos os seus bens e, a muitos, as vidas.

Outra importante fonte de rendimento obtida em Arzila foram os prisioneiros tomados durante a conquista. No Norte de África, a libertação de prisioneiros a troco de resgate constituía uma parte importante da economia, e também por isso se estipularam desde cedo regras sobre a captura, guarda e resgate de cativos⁸⁶⁷. Em Arzila foram encontrados 50 cativos cristãos, que D. Afonso V prontamente libertou, e feitos prisioneiros 5.000 indivíduos muçulmanos⁸⁶⁸, entre homens, mulheres e crianças. Os indivíduos de maior estatuto social poderiam ser resgatados pelos seus familiares a troco de elevadas quantias de dinheiro. Um outro dito em voga século XVI, mas que diz respeito à conquista de Arzila, refere a captura de um mouro filho de um tal «Xeque Laris»⁸⁶⁹, o que acabou por representar o quão importante era obter resgates pelos familiares da nobreza local, sobretudo para pequenos fidalgos portugueses ou mesmo para homens sem nobreza, que assim podiam fazer as suas fortunas⁸⁷⁰. Em 1488, pelo resgate do alcaide de Alcácer Quibir, D. Vasco Coutinho, conde de Borba e capitão de Arzila, recebeu «quinze mil dobras de banda», além de serem enviados ao rei de Portugal 20 bons cavalos e serem libertados 10 cativos cristãos⁸⁷¹, o que constituiu um resgate elevado, precisamente por se tratar de uma figura de grande importância social e política. Os mais notáveis cativos tomados durante a conquista de Arzila foram duas esposas

⁸⁶⁵ Conforme aponta um poema islâmico que se refere à conquista de Arzila; MOSTAFA, vol. I, 1992, p. 157; Poema que transcrevemos no sub-capítulo dedicado às repercussões da conquista de Arzila.

⁸⁶⁶ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822; DUARTE, 2003, p. 431.

⁸⁶⁷ Veja-se, por exemplo ORDENAÇÕES, liv. I, tit. LI, pontos 49, 55, 56, 57, 59, 60, pp. 301-304.

⁸⁶⁸ Tanto Rui de Pina como Jean de Wavrin referem o mesmo número de cativo muçulmanos, num total de 5.000, além dos 50 cativos cristãos libertados aquando da conquista; PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822; PB, p. 518.

⁸⁶⁹ Ditos, dito 561, p. 200.

⁸⁷⁰ No início do século XVI, um almocádem mourisco de nome Gonçalo Vaz consegue, com o dinheiro obtido através do resgate dos muitos prisioneiros que tinha feito em várias cavalgadas contra aldeias muçulmanas, construir casa em Arzila, onde habita com a família e vários escravos; RODRIGUES, 1915, cap. XII, p. 54.

⁸⁷¹ PINA, 1989, cap. XXXI, p. 63.

e um filho de Muhammad Sayh, senhor de Arzila⁸⁷². Estes acabariam por ser resgatados, no final de 1471, a troco das ossadas do infante D. Fernando, conforme veremos mais adiante.

Quanto à restante população muçulmana capturada em Arzila, o seu destino parece ter sido, sobretudo, a escravatura. Assim o indica a carta de privilégio passada a Mafamede [Mohammed] Noassa, mouro cativo natural de Arzila, e que lhe permitia forrar, ou seja pagar, a sua própria libertação mediante o dinheiro que ganhasse a trabalhar, e desde que, uma vez livre, não abandonasse o reino sem licença régia⁸⁷³. D. Afonso V privilegiou Pedro Eanes, capelão de um tal de D. Álvaro, concedendo carta de alforria a um seu escravo, de nome Almonçor, e a um filho deste, ambos naturais de Arzila⁸⁷⁴. Estes eram, no entanto, os privilegiados de entre os milhares de cativos, uma vez que conseguiram alcançar, de uma forma ou de outra, a liberdade. Os restantes prisioneiros passariam, sem dúvida, o resto das suas vidas enquanto escravos.

Nos dias posteriores à conquista, e à medida que os mortos iam sendo contados e enterrados – os cristãos na igreja e os muçulmanos fora dos muros da vila⁸⁷⁵ –, o total de vidas perdidas em Arzila ter-se-á começado a tornar claro. O facto é que a conquista da vila e da respectiva alcáçova constituiu uma operação militar mais difícil de executar, e mais sangrenta, do que à partida é perceptível, sobretudo se apenas for tido em conta o relato feito por Rui de Pina. Como já foi dito, este cronista limitou-se a contabilizar o número de Portugueses mortos ainda durante o primeiro dia do cerco, afogados durante o desembarque, e mais tarde as mortes, por serem indivíduos socialmente mais notáveis, dos condes de Marialva e Monsanto. Por outro lado, referiu que entre os defensores as baixas foram de cerca de 7.000 indivíduos, de entre os quais 5.000 cativos e 2.000 mortos⁸⁷⁶. A ocultação do número de baixas do lado português servia, como já foi dito, propósitos de propaganda régia. Damião de Góis, que seguiu o relato de Pina, não acrescentou informações novas sobre os números de baixas de ambos os lados, e antes criticou as ocultações deste⁸⁷⁷.

No entanto, tais lacunas podem ser colmatadas recorrendo a outras fontes. Jean de Wavrin que, conforme vimos antes, era um autor consideravelmente menos parcial que Rui de Pina, adiantou que o número de baixas entre os defensores ascenderia a 5.000 prisioneiros e a aproximadamente 1.770 mortos, enquanto que do lado português o número de mortos

⁸⁷² PINA, 1977, cap. CLXV, p. 821; PB, p. 518.

⁸⁷³ Carta régia, Lisboa, 14.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 75.

⁸⁷⁴ Carta régia, Lisboa, 29.10.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fl. 57v.

⁸⁷⁵ GÓIS, 1790, cap. XXVIII, p. 70.

⁸⁷⁶ PINA, 1977, cap. CLXV, p. 822.

⁸⁷⁷ GÓIS, 1790, cap. XXVI, p. 67.

rondaria um total de 1.700 homens⁸⁷⁸. Por seu lado, os anais do convento de Santa Cruz de Coimbra referiam que, entre mortos e cativos, as baixas muçulmanas rondariam os 5.000 ou 6.000 indivíduos, enquanto que do lado português o número de mortos seria de 400⁸⁷⁹.

Como se pode perceber, Rui de Pina tinha, de facto, razões para ocultar o número de baixas portuguesas, dado estas terem sido vultuosas. A terem morrido 1.700 Portugueses – os 400 mortos referidos pelo convento de Santa Cruz de Coimbra serão, apenas, parte dos falecidos e não o total – nos vários combates durante a conquista de Arzila, esse valor equivaleria a pouco mais de 7% do total de guerreiros que compunham a hoste – 23.000 homens. São baixas extremamente pesadas – o número de mortos de ambos os lados é bastante semelhante –, e que revelam de forma clara a violência com que foram levados a cabo os assaltos a Arzila, à sua mesquita principal e à alcáçova, e a forma obstinada como os moradores se defenderam, dando origem a um verdadeiro banho de sangue.

No entanto, apenas algumas destas baixas deixaram vestígios documentais. A morte dos condes de Marialva e Monsanto é referida por várias fontes, nomeadamente nas crónicas, enquanto que os anais do convento de Santa Cruz de Coimbra referem a morte de D. Garcia d'Eça, «parente d'ElRey», e de João de Sousa Homem, filho de Heitor Homem⁸⁸⁰, ambos fidalgos, para assim serem lembrados. É possível que este D. Garcia d'Eça seja o neto do infante D. João, filho de D. Pedro I e D. Inês de Castro, e portanto parente de D. Afonso V⁸⁸¹. Já Jean de Wavrin fez referência à morte de um tal de «Jacqualares», referido como o melhor capitão e cavaleiro de África⁸⁸². Desconhecemos o personagem a quem Wavrin se refere.

Também a documentação de chancelaria régia revela os nomes de alguns dos homens falecidos durante a conquista de Arzila: D. Afonso V privilegiou todos os criados, amos, mordomos e apaniguados de D. Jeneura que vivessem na comarca da Beira, e isto porque era viúva de Martim Vasques de Castelo Branco, fidalgo da Casa Real que morreu no filhamento de Arzila⁸⁸³; Diogo Lopes de Azevedo, cavaleiro da Casa de D. Afonso V e senhor de Bouro e de São João do Rei, faleceu na mesma ocasião. A recompensa pelos serviços do pai foi

⁸⁷⁸ PB, p. 518.

⁸⁷⁹ «ataa quatro centos pouco mais ou menos»; Anais, p. 93; O prior deste convento participou na conquista, pelo que certamente terá influenciado a escrita dos anais. Sobre a sua participação veja-se o capítulo III.

⁸⁸⁰ Anais, p. 93.

⁸⁸¹ Do casamento do infante D. João com D. Maria Teles de Meneses, irmã da rainha D. Leonor Teles de Meneses, esposa do rei D. Fernando I, nasceram vários filhos, um dos quais chamado Fernando d'Eça, por ser senhor da terra de Eça, na Galiza. Estes D. Fernando d'Eça é pai de D. Garcia d'Eça, e ambos foram alcaides-mores de Muja; GÓIS, 2014, pp. 59-65.

⁸⁸² PB, p. 518.

⁸⁸³ Carta régia, Sintra, 10.12.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 69.

outorgada ao filho⁸⁸⁴; Também Estêvão de Espimbela, genovês, faleceu em Arzila, e sem deixar descendentes, pelo que os seus bens foram atribuídos a D. Leão, fidalgo da Casa Real⁸⁸⁵; Mestre Abraão, judeu, físico régio, escrivão da câmara da comuna dos judeus de Lisboa e detentor do ofício do cutelo, faleceu durante a conquista de Arzila, possivelmente durante o exercício das suas funções enquanto físico, auxiliando feridos. O seu filho, Guedelha, criado régio, foi nomeado para os ofícios do pai⁸⁸⁶. Por fim, refira-se o caso do marido de Beatriz Dias, cujo nome não foi registado nos documentos, mas cuja morte acabou por valer à sua viúva a concessão de todos os privilégios dos vassallos de linhagem⁸⁸⁷.

No entanto, a grande maioria dos homens falecidos em combate em Arzila permanecerá anónimo, uma vez que a sua baixa condição social não lhes permitiu receber – ou as suas famílias por si – qualquer tipo de recompensa régia, pelo que não figuram em quaisquer documentos. Assim sendo, dos 1700 homens falecidos em Arzila, conhecemos o nome de apenas 8 indivíduos, entre os quais os condes de Marialva e Monsanto, e sem contar com o marido anónimo da referida Beatriz Dias.

f) O provimento da defesa e da administração

Conquistada Arzila, era então necessário organizar, o mais depressa possível, a defesa e administração desta, uma vez que, por um lado, era expectável que a vila viesse a ser atacada por um exército mouro⁸⁸⁸, e por outro, urgia fazer regressar ao reino a grande maioria da hoste, uma vez que o peso do pagamento dos soldos dos soldados e do frete dos navios certamente constituiria um pesado ónus para as finanças régias.

A 27 de Agosto, o cargo de capitão da vila foi entregue a D. Henrique de Meneses, conde de Valença e capitão de Alcácer Ceguer⁸⁸⁹, malgrado o grande número de fidalgos que se voluntariaram para o receberem⁸⁹⁰. Embora Jean de Wavrin referisse que D. Henrique abdicou da capitania de Alcácer Ceguer, em prol do seu irmão D. Fernando de Meneses, para

⁸⁸⁴ Consistiu na concessão do senhorio de que tinham usufruído o pai e o avô, com todas as rendas, direitos, tributos, bem como a jurisdição cível e crime, além de mero e misto império; Carta régia, Coimbra, 26.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fls. 144v-145.

⁸⁸⁵ Carta régia, Lisboa, 28.08.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 45.

⁸⁸⁶ Carta régia, Lisboa, 02.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 139v; Mais tarde, é concedida autorização régia para que David Negro, tio de Guedelha, exerça os ofícios que a este pertenciam, e isto por ainda ser menor; Carta régia, Carnide, 27.06.1473 IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 33, fl. 134.

⁸⁸⁷ Carta régia, Óbidos, 02.07.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 89v.

⁸⁸⁸ Por isso mesmo foi mantida sempre uma apertada vigia no arraial e na vila; GÓIS, 1790, cap. XXVII, p. 70; Ainda assim, alguns dos cargos só foram atribuídos, como veremos, quando o rei já se encontrava em Tânger.

⁸⁸⁹ Carta régia, Arzila, 27.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 17v.

⁸⁹⁰ PINA, 1977, cap. CLXVI, p. 824.

receber a de Arzila⁸⁹¹, tal não se terá verificado, por na documentação régia D. Henrique ter continuado a ser referido enquanto capitão de ambas as praças⁸⁹². É, no entanto, possível que D. Fernando de Meneses tenha sido nomeado pelo irmão enquanto capitão interino de Alcácer Ceguer, para que D. Henrique se pudesse ocupar plenamente da defesa e administração da recém-conquistada Arzila.

Os restantes cargos administrativos de Arzila foram, na sua maioria, entregues a homens ligados, de uma forma ou de outra, à Casa Real, ou pelo menos à família real. Assim sendo, a 1 de Setembro D. Afonso V nomeou Diogo Delgado, escudeiro e antigo criado da rainha – D. Isabel, falecida em 1456 – para o cargo de tabelião das notas em Arzila⁸⁹³. No dia 2 de Setembro foram nomeados João Fernandes, para o cargo de escrivão do armazém de Arzila⁸⁹⁴, e Fernão Martins, que foi feito escrivão dos direitos do sal e pescado em Arzila⁸⁹⁵. Ambos eram escudeiros da Casa Real e portanto homens que, à partida, dispunham da confiança régia. Ainda nesse mesmo dia foi feita outra nomeação, a de Afonso de Nojo, escudeiro, para o cargo de porteiro dos contos em Arzila⁸⁹⁶, o único indivíduo que não tinha, ao que tudo indica, ligações a nenhuma Casa, e que assim sendo sem dúvida que foi nomeado pelos bons serviços prestados durante a conquista. Dia 7 foram nomeados Pedro de Alcáçova-o-Moço e Vicente Gonçalves, escudeiros da Casa Real, para os cargos de, respectivamente, escrivão do almoxarifado de Arzila⁸⁹⁷ e contador da vila⁸⁹⁸. Por fim, a 9 de Setembro, Álvaro Colaço, escudeiro da Casa Real, foi nomeado escrivão dos contos em Arzila⁸⁹⁹.

Nesta ocasião, embora o cargo de capitão tenha sido disputado, os grandes senhores e fidalgos não parecem ter pressionado o rei no sentido dos restantes ofícios vagos em Arzila serem atribuídos a servidores seus. Ou então, se disputaram estes ofícios menores, não conseguiram influenciar o rei, dado que este recompensou sobretudo homens da sua própria Casa. No entanto, e paralelamente a estas nomeações, D. Afonso V ia recompensado aqueles que o tinham servido até então. Aí sim, encontramos sinais da influência dos grandes nobres, dado que vários outros ofícios, reinícolas e não ultramarinos, além de mercês e benesses avulsas, foram concedidas a membros de algumas Casas nobres. Logo a 30 de Agosto D.

⁸⁹¹ PB, p. 519.

⁸⁹² Veja-se Carta régia, Santarém, 15.05.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 29, fl. 47v.

⁸⁹³ Carta régia, Arzila, 01.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 19.

⁸⁹⁴ Carta régia, Arzila, 02.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 17v.

⁸⁹⁵ Carta régia, Arzila, 02.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 17v.

⁸⁹⁶ Carta régia, Arzila, 02.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 11.

⁸⁹⁷ Carta régia, Tânger, 07.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 11.

⁸⁹⁸ Indivíduo que já era contador de Alcácer Ceguer; Carta régia, Tânger, 07.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 13.

⁸⁹⁹ Carta régia, Tânger, 09.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 14.

Fernando, duque de Guimarães, conseguiu que Luís Eanes da Veiga, cavaleiro da sua Casa, fosse nomeado para o cargo de sobre-juiz da Casa do Cível de Lisboa⁹⁰⁰, e que mestre Abaz, judeu e físico da sua Casa, fosse nomeado – e a pedido expresso de D. Fernando – para o cargo de escrivão da câmara dos judeus da comuna de Lisboa, em substituição precisamente de mestre Abraão, físico do rei⁹⁰¹, que falecera na conquista de Arzila, conforme já referimos. D. Fernando demonstrou ser perfeitamente capaz de influenciar o rei no sentido de este privilegiar homens da sua Casa. Não era, como vimos, a primeira vez que o duque demonstrava tamanha influência, já que ainda antes da partida da armada do Restelo tinha conseguido do rei a atribuição de mais um senhorio para juntar ao seu ducado de Guimarães.

Mas não só os grandes senhores conseguiram recompensas por serviços prestados por si, ou pelos seus servidores, durante a conquista de Arzila. Pela sua participação na conquista de Arzila, Rui de Sampaio, cavaleiro da Casa Real, foi inscrito no livro das moradias da Casa Real⁹⁰². Já Diogo de Barros, igualmente cavaleiro da Casa Real, foi nomeado para o cargo de contador do reino do Algarve⁹⁰³. Ainda que nem todos os contemplados com mercês régias nesta ocasião – como noutras – fossem indivíduos nobres, a maioria integrava, ainda assim, as camadas mais elevadas dos sectores populares. Bernardo Eanes, morador no Porto, era exemplo disso mesmo por, pela sua participação na conquista de Arzila, ter sido privilegiado com uma série de isenções, entre as quais se encontrava a isenção de ser aquantiado em cavalo e armas, o que aparentemente era⁹⁰⁴. Também Afonso Vasques, ourive e vassalo régio morador em Lisboa, representava esses estratos superiores da população concelhia, e acabou por receber, pelo seu serviço em Arzila, uma isenção do pagamento da jugada e oitava do pão, vinho e tudo o mais que tivesse em Almada e seu termo⁹⁰⁵.

Ocasionalmente, porém, também recebiam mercês régias alguns indivíduos financeira e socialmente menos proeminentes, como João Gonçalves, oleiro morador no Terrão, que recebeu várias isenções por em 1471 acompanhar o rei a África⁹⁰⁶. Não cabe aqui estudar todos os indivíduos que receberam mercês pela sua participação na conquista de Arzila, pelo

⁹⁰⁰ Carta régia, Arzila, 30.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 8v.

⁹⁰¹ Carta régia, Arzila, 30.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 20v; É possível que esta nomeação tenha gerado um conflito, uma vez que era o segundo indivíduo que D. Afonso V nomeava para um mesmo cargo.

⁹⁰² Carta régia, Arzila, 27.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 55v.

⁹⁰³ Carta régia, Tânger, 13.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 144.

⁹⁰⁴ Bem como a concessão a todos os seus amos, apaniguados e caseiros encabeçados dos privilégios daqueles que serviam fidalgos; Carta régia, Tânger, 08.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 22.

⁹⁰⁵ Carta régia, Tânger, 09.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 14.

⁹⁰⁶ Isenção do pagamento de determinados impostos, de ser besteiro do conto ou aquantiado, do direito de pousada, bem como de certos encargos concelhios, como o transporte de presos ou dinheiros, ou a tutoria e curadoria de órfãos; Carta régia, Lisboa, 07.10.1471, IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 111.

que nos limitamos a dar alguns exemplos que consideramos exemplificativos, e remetemos para o Quadro nº2, presente nos anexos, onde se encontram mais detalhes sobre estes personagens.

VI – A ocupação de Tânger e o assinar das tréguas

a) Um problema cronológico

Como antes vimos, na narrativa da cronística régia torna-se por vezes difícil distinguir que eventos ocorrem em determinado dia, sobretudo no que a acções militares diz respeito. O relato que Rui de Pina faz dos acontecimentos que vão da decisão do rei passar ao Norte de África, tomada algures entre 1470 e 1471, e o regresso vitorioso ao reino é lacunar e, nalguns casos, contém mesmo imprecisões cronológicas e/ou espaciais. Os capítulos CLXVI e CLXVII, nos quais se relata, respectivamente, a paz negociada entre D. Afonso V e Muhammad Sayh – o Mulei ou Molei Xequé das fontes portuguesas –, e a ocupação de Tânger, apresentam algumas das mais importantes imprecisões deste cronista, pelo que serão analisados em pormenor.

Contudo, as lacunas de Rui de Pina são compreensíveis dado o volume da obra que produziu – escreveu, ou pelo menos trabalhou, nas crónicas de nove reis diferentes – e tudo em inícios do século XVI, com os naturais constrangimentos de acesso a informação do período. A crónica que deixou escrita sobre o reinado de D. Afonso V é a única que existe para o período, pelo que é de grande importância. Assim sendo, e como temos vindo a fazer nos capítulos anteriores, as lacunas e imprecisões serão complementadas e corrigidas recorrendo a outras fontes, como a notícia escrita por Jean de Wavrin, sem nunca descurar a importância da documentação avulsa e de chancelaria, tudo por forma a construir o retrato mais fiel do que se terá passado em Agosto e Setembro de 1471 em torno de Arzila e Tânger.

Logo após o início do cerco a Arzila, o senhor da vila, Muhammad Sayh, foi avisado do que se passava. Este encontrava-se então a comandar um cerco à cidade de Fez, para que, tomando-a, se tornasse sultão, como viria a suceder mais tarde nesse ano de 1471. Preparou-se para socorrer Arzila mas, quando alcançou Alcácer Quibir, recebeu a notícia de que a vila já tinha sido tomada, pelo que parou naquela cidade e enviou uma pequena delegação para tentar negociar condições com o rei português. Estas condições visavam, essencialmente, garantir a segurança necessária para que se pudessem encontrar em pessoa e negociar um

acordo de paz ou, pelo menos, de tréguas. Muhammad Sayh desejava aquele encontro porque alguns familiares seus – duas mulheres e um filho⁹⁰⁷ – se encontravam como prisioneiros do rei de Portugal, por terem estado em Arzila na altura da conquista⁹⁰⁸. Até este momento a narrativa de Rui de Pina corre a par da documentação régia, pois D. Afonso V permaneceu em Arzila entre 24 de Agosto, o dia da conquista, e 4 de Setembro⁹⁰⁹. É no que relata em seguida que o cronista faz algumas trocas de datas e locais.

D. Afonso V concordou com o pedido feito pela embaixada, garantindo pois a segurança de Muhammad Sayh e daqueles que o acompanhassem. Este dirigiu-se a Arzila com 300 homens de cavalo, mas permaneceu a uma distância de tiro de bombarda da vila, sem confiar na palavra dada pelo rei de Portugal mesmo quando este lhe enviou a sua manopla direita – peça de armadura, em forma de luva, que protege a mão – como sinal de que podia avançar em segurança. Mesmo sem encontro pessoal o acordo foi alcançado e firmado por escrito⁹¹⁰. Após o relato das negociações o capítulo é encerrado com a entrega da capitania de Arzila a D. Henrique de Meneses, avançando-se em seguida para o capítulo CLXII. É então que se procede ao relato de como D. Afonso V foi avisado por dois mouros que os habitantes de Tânger, com medo do que lhes poderia vir a acontecer, abandonaram a cidade. D. Afonso V não parece ter confiado naquele primeiro relato, mas logo vieram outros que confirmaram o abandono da cidade⁹¹¹, pelo que o rei enviou D. João de Bragança, futuro marquês de Montemor, ao comando de «muita jente de pé, e com os de cavalo que foy possível» para verificar se as informações recebidas eram verídicas. D. João partiu de Arzila a 28 de Agosto, dia de Santo Agostinho, e logo no dia seguinte entrou em Tânger, encontrando a cidade completamente desabitada, pelo que enviou uma mensagem ao rei avisando-o de que as notícias tinham fundamento. Ao receber a mensagem, D. Afonso V partiu rapidamente para Tânger com o resto da hoste, entrando então na cidade⁹¹². Vejamos então onde se encontram as imprecisões e lacunas nesta parte do relato elaborado por Rui de Pina, e de que forma as podemos corrigir e complementar.

⁹⁰⁷ Também Jean de Wavrin, na notícia que escreve ainda em 1471, refere que em Arzila ficaram como prisioneiras duas mulheres e um filho do senhor da vila; PB, p. 518.

⁹⁰⁸ PINA, 1977, Cap. CLXVI, p. 823.

⁹⁰⁹ Data desse dia a última carta passada pelo rei em Arzila; Carta régia, Arzila, 04.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 19v.

⁹¹⁰ Tratado que abordaremos em detalhe mais adiante; PINA, 1977, Cap. CLXVI, p. 824.

⁹¹¹ Jean de Wavrin refere que, num primeiro momento o rei foi avisado por três mouros de que Tânger tinha sido abandonada, e não confiou no que lhe era dito. Mais tarde, o rei recebeu a mesma informação, desta feita de quatro mouros a cavalo, que para falarem com o rei em pessoa pediram um salvo-conduto; PB, p. 519.

⁹¹² PINA, 1977, Cap. CLXVII, pp. 824-825.

Como vimos, D. Afonso V esteve presente em Arzila até 4 de Setembro, passando os dias a premiar aqueles que o haviam servido e a fazer as nomeações necessárias para a administração da vila. Logo no dia 27 de Agosto o rei tinha nomeado como capitão de Arzila D. Henrique de Meneses⁹¹³, evento que na crónica foi apontado como posterior ao acordo feito entre Muhammad Sayh e D. Afonso V. Esta não foi, contudo, a maior imprecisão cronológica do cronista. Embora Rui de Pina tenha referido que Tânger só foi ocupada depois do concerto das tréguas, o que realmente sucedeu foi o inverso. De facto, desde 4 de Setembro de 1471 que a chancelaria régia emitia diplomas a partir de Tânger⁹¹⁴, tendo sido nesse mesmo dia que a comitiva régia partiu de Arzila⁹¹⁵.

A pressa do rei em entrar em Tânger – referida por Rui de Pina – seria relativa, dado que entre 29 ou 30 de Agosto – dias presumíveis da chegada a Arzila do relatório enviado por D. João a partir de Tânger, e que garantia ao rei que a cidade tinha sido abandonada pelos habitantes – e 4 de Setembro – data em que foi emitido o último diploma régio em Arzila – existiu um período relativamente longo de 6 dias. De resto, pelo menos desde 2 de Setembro que D. Afonso V tinha sem dúvida conhecimento de que Tânger tinha passado para a sua posse, uma vez que nessa data fez a primeira nomeação para um cargo daquela cidade⁹¹⁶. Entre 29-30 de Agosto e 4 de Setembro o rei terá levado a cabo os preparativos para deslocar grande parte da hoste para Tânger, o que seria um processo demorado dado o grande número de homens, cavalos e embarcações. Ainda assim, seria expectável que o mesmo rei que por várias vezes ao longo da vida agiu mais como capitão do que como rei⁹¹⁷ avançasse à frente da hoste, com uma pequena companhia de homens a cavalo, o que aparentemente terá feito, dado ter alcançado Tânger no mesmo dia em que partiu de Arzila.

A mesma viagem tinha sido feita dias antes por D. João de Bragança, mas tinha demorado mais tempo, quase dois dias. A demora dever-se-ia à cautela do comandante, uma vez que ainda não era certo que Tânger estivesse abandonada, e fosse portanto plausível a hipótese de tudo não passar de um pretexto para emboscar o exército português. A hoste comandada por D. João era composta por 5.000 peões, todos eles «arbalestriers, lanciers et culevriniers», ou seja, besteiros, lanceiros ou piqueiros – homens armados com lanças de

⁹¹³ Carta régia, Arzila, 27.08.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 17v.

⁹¹⁴ Carta régia, Tânger, 04.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 19v.

⁹¹⁵ Onde ainda emitiu um último diploma antes de partir; Carta régia, Arzila, 04.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 10.

⁹¹⁶ Carta régia, Arzila, 02.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 13v.

⁹¹⁷ Crítica que lhe é assacada por várias vezes por Rui de Pina. Veja-se, por exemplo, a ocasião em que D. Afonso V, em 1460, planeia passar novamente ao Norte de África, mas fazendo-se acompanhar por apenas dois mil homens de cavalo e alguma gente de pé, para daí fazer a guerra aos mouros «como Capitam, mais que como Rey»; PINA, 1977, Cap. CXLIII, p. 790.

infantaria ou piques – e espingardeiros, e 2.000 «hommes a cheval», portanto homens a cavalo, e não cavaleiros. Em apoio do contingente, seguiam por mar 14 caravelas⁹¹⁸. Às naturais cautelas do comandante acresciam, portanto, as próprias características da hoste que comandava, que ao ser maioritariamente composta por peonagem se movia mais lentamente.

Uma vez em Tânger, D. Afonso V deu ordem para que fossem escritas cartas para enviar para o reino, por forma a dar a conhecer os sucessos até então alcançados. Nenhuma destas cartas chegou aos nossos dias, mas existem vários ecos do seu conteúdo noutros documentos. A infanta D. Joana, filha de D. Afonso V e irmã mais velha do príncipe D. João, enviou, a 7 de Setembro de 1471, uma carta à cidade de Coimbra avisando a câmara municipal de que o rei e o príncipe tinham tomado Arzila pela força de armas e ocupado Tânger depois de esta ter sido abandonada pelos seus habitantes. Mais, a infanta afirmava claramente que o rei ainda aguardava que Muhammad Sayh se fosse encontrar com ele⁹¹⁹, o que situava as negociações das tréguas entre Portugal e o futuro sultão de Fez em data posterior à ocupação de Tânger, e não em data anterior, conforme era sugerido pela crónica de Rui de Pina. Parece-nos plausível que, entre 4 e 7 de Setembro, uma embarcação tenha feito a viagem entre Tânger e Portugal, por forma a informar o reino dos sucessos do seu rei.

O encontro entre D. Afonso V e Muhammad Sayh só poderá ter-se dado junto a Tânger, e não a Arzila, como afirma Rui de Pina, e nos dias posteriores a 4-7 de Setembro. Desde a sua chegada no dia 4 desse mês que o rei português não mais abandonou a cidade, pelo menos para regressar a Arzila mas, como vimos, foi junto desta cidade – à distância de um tiro de bombarda – que o cronista afirma terem parado Muhammad Sayh e o seu séquito. É possível, ainda que duvidoso, que esta medição tenha sido feita tendo em conta as bombardas portuguesas, utilizadas para atacar Arzila, e que após a conquista desta certamente terão sido viradas para o exterior do palanque, por forma a conferir maior protecção à hoste no caso da aproximação de um exército de socorro. No entanto, estamos em crer que esta medição seria feita a partir dos muros de Tânger, que de facto tinham espaço para a colocação de armas de fogo pesadas⁹²⁰, e não nas de Arzila, que ao que tudo indica não

⁹¹⁸ PB, p. 519; A distinção entre homens a cavalo e cavaleiros é importante pois este último termo é utilizado, em Portugal, para se referir a homens que combatem a cavalo, quer sejam nobres quer não, enquanto que nas fontes francesas, e neste caso borgonhesas, existe uma clara distinção entre o combatente montado e o cavaleiro.

⁹¹⁹ A infanta afirma ainda que o o rei e o príncipe se encontram de boa saúde e alegres, e que o seu moço de estribeira, que leva a carta, dará mais informações além das que vão escritas; MH, vol. XV, pp. 21-22, doc. 21.

⁹²⁰ Os mensageiros enviados por D. Afonso V para desafiar o rei de Fez para uma batalha campal são recebidos a tiro de bombarda, em 1458, na cidade de Tânger, o que demonstra que pelo menos do lado do mar existiram armas de fogo pesadas dispostas nas muralhas. É, de resto, possível, se não mesmo provável, que existissem igualmente viradas para terra; PINA, 1977, Cap. CXXXIX, p. 779.

estariam ainda adaptadas para este tipo de armamento, possivelmente devido à menor importância estratégica desta vila.

b) Ocupar e defender

A entrada de D. Afonso V em Tânger teve lugar a 4 de Setembro de 1471 e, como foi dito, aí o rei aguardou a vinda de Muhammad Sayh para terem lugar conversações. Apesar de o rei ter então sentido alguma mágoa, por não poder tomar Tânger pela força e assim assumir-se, ainda mais, perante a Cristandade como um cavaleiro conquistador, certamente não terá ficado desagradado com o que encontrou. Tanto assim foi que passou 17 dias na cidade e, segundo Rui de Pina, «nom se fartando de a ver»⁹²¹. A cidade, ao que tudo indica, não tinha sido danificada significativamente pelo abandono dos seus moradores. Em vez de procederem a uma sabotagem generalizada da cidade, os habitantes de Tânger apenas terão lançado fogo a alguns objectos mais inflamáveis – como mobiliário e palha –, certamente esperando que o fogo alastrasse, o que não aconteceu. De entre os poucos despojos encontrados na cidade contavam-se algumas peças de artilharia – boa parte das quais tinham pertencido aos Portugueses e tinham sido perdidas em 1437 – e pólvora em quantidade, intocadas pelo fogo, caso contrário teriam tido lugar explosões significativas⁹²².

Como se disse, D. Afonso V enviou D. João de Bragança à cidade de Tânger, para verificar se os rumores de abandono desta tinham fundamento. Não se tratou, naturalmente, de uma coincidência o facto de D. João ter partido de Arzila no dia de Santo Agostinho, 28 de Agosto, dado que este era há muito considerado como tendo sido o primeiro bispo de Tânger. A essa mesma carga simbólica alude Rui de Pina⁹²³, demonstrando assim a sua importância. Também por isso mesmo uma das primeiras acções de D. Afonso V, após a sua entrada na cidade, foi a organização da cerimónia de tomada de posse de D. Frei Nuno Álvares de Aguiar enquanto bispo de Tânger. Esta cerimónia teve lugar na mesquita principal da cidade, que entretanto tinha sido transformada em igreja cristã, e empossou de facto um homem que, além de prior de S. Vicente de Fora, em Lisboa, e membro da Ordem de S. Bento, era já há vários anos apelidado de bispo de Tânger⁹²⁴.

Enquanto aguardava a chegada de Muhammad Sayh, e à semelhança do que tinha feito em Arzila, D. Afonso V foi provendo os cargos e ofícios da defesa e administração de

⁹²¹ PINA, 1977, cap. CLXVII, p. 825.

⁹²² PINA, 1977, cap. CLXVII, p. 825; GÓIS, 1790, cap. XXX, p. 74.

⁹²³ PINA, 1977, cap. CLXVII, p. 824.

⁹²⁴ PINA, 1977, cap. CLXVII, pp. 824-825.

Tânger. A mais importante nomeação, já antes referida, foi a atribuição da capitania de Tânger a Rui de Melo, guarda-mor régio, um homem que, pela prestação continuada de bons serviços à Coroa, viria a ser elevado a conde de Olivença anos mais tarde⁹²⁵. Já antes referimos que terá sido dado ao seu importante papel na defesa da pessoa real, quando D. Afonso V, durante a conquista de Arzila, se colocou no meio dos combates, que Rui de Melo foi agraciado com tão disputada capitania⁹²⁶.

Mas mesmo antes de entrar em Tânger, e conforme já referimos, o rei tinha já feito a primeira nomeação de um oficial para aquela cidade: João Rodrigues, fidalgo da Casa Real, então nomeado contador⁹²⁷. O rei chegou a Tânger a 4 de Setembro de 1471, mas só a partir de dia 7 se preocupou realmente com o preenchimento dos cargos recém-criados na cidade, sendo que até então dispendeu boa parte do seu tempo a recompensar ou perdoar indivíduos que o tinham servido naquela campanha. A 7 de Setembro foram feitas várias nomeações: Tristão Fernandes, escudeiro do conde de Vila Real e corregedor de Almeida, foi nomeado para o cargo de alfaqueque da cidade⁹²⁸; Gonçalo de Moura, escudeiro da Casa Real, foi feito porteiro dos contos de Tânger⁹²⁹; e por fim Diogo Brandão, escudeiro de D. Rodrigo de Noronha, bispo de Lamego e conselheiro régio, recebeu enquanto mercê, e sem dúvida que a pedido do senhor que servia, o ofício de escrivão do almoxarifado de Tânger⁹³⁰. Ao longo dos dias que se seguiram tiveram lugar novas nomeações. A 8 de Setembro foram nomeados Álvaro Dias, antigo criado do infante D. Henrique, enquanto tabelião das notas⁹³¹, e Vasco Delgado, moço de estribeira régio e antigo criado do mesmo infante, para o cargo de tabelião perante os juizes de Tânger⁹³². A 10 de Setembro, foi a vez de Pero Soares, escudeiro da Casa Real, ser feito escrivão do armazém da cidade⁹³³, e a 12 Álvaro Carvalho, escudeiro da Casa Real, foi nomeado para o cargo de escrivão dos quintos régios de Tânger⁹³⁴. A 24, Afonso-o-Velho foi nomeado recebedor dos direitos e tributos pagos pelos cristãos e mouros de

⁹²⁵ PINA, 1977, cap. CLXVII, p. 825.

⁹²⁶ Veja-se o sub-capítulo dedicado ao séquito régio.

⁹²⁷ Carta régia, Arzila, 02.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 13v.

⁹²⁸ Carta régia, Tânger, 07.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fls. 11-11v.

⁹²⁹ Carta régia, Tânger, 07.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 17v.

⁹³⁰ Carta régia, Tânger, 07.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 21.

⁹³¹ Carta régia, Tânger, 08.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 9v.

⁹³² Carta régia, Tânger, 08.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 19.

⁹³³ Carta régia, Tânger, 10.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 14.

⁹³⁴ Cargo pelo qual passaria a receber para seu mantimento, 6.240 reais, à razão de 520 reais por mês; Carta régia, Tânger, 12.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 20v.

Tânger⁹³⁵, mas já no dia 14 Fernão de Lagos, escudeiro da Casa Real, tinha sido nomeado escrivão dessa mesma recebedoria⁹³⁶.

O serviço ao rei era recompensado na altura de nomear indivíduos para os cargos das cidades recém-conquistadas, sendo que as mercês recaíam sobretudo, como se percebe pelos exemplos que em cima deixamos escritos, sobre indivíduos que ou serviam a pessoa do rei, caso dos escudeiros da Casa Real, ou pelo menos serviam, ou tinham servido a dada altura das suas vidas, indivíduos próximos do rei. Esses indivíduos podiam ser homens ainda vivos, como o conde de Vila Real, e que portanto podiam exercer alguma forma de pressão sobre o rei por forma a premiarem o serviço dos seus apaniguados, ou já falecidos, como os infantes D. Fernando e D. Henrique, cujos nomes certamente acarretariam uma carga afectiva que compelia D. Afonso V a recompensar os antigos servidores do seu irmão e do seu tio.

Por fim, para defender Tânger, e ao serviço de Rui de Melo, novo capitão da cidade, D. Afonso V deixou uma guarnição razoável, e que provavelmente rondaria os 500 homens que, a 14 de Maio de 1472, o rei considerava como devendo estar encarregues da defesa da praça. Segundo um alardo feito na cidade em finais de Março desse ano, Tânger contava com 552 homens de combate – que recebiam ração, em trigo e peixe, além de mantimento em dinheiro – e 60 cavalos⁹³⁷. Entre estes homens contavam-se dez atalaias e seis escutas, os indivíduos responsáveis pela vigia do campo em torno da vila. Além disso, parece-nos significativa a discrepância entre o número de combatentes e o número de cavalos, que demonstra a dificuldade em sustentar estes animais, sobretudo numa praça isolada. Por isso mesmo o rei referia não querer que o número de 60 cavalos fosse excedido, e recusava-se mesmo a pagar a manutenção de quaisquer animais extra que pudessem ser adquiridos⁹³⁸. Também a grande diferença de valores em termos de besteiros – 130 – e espingardeiros e bombardeiros – um total de dez – revela, como já tivemos oportunidade de referir, que, apesar dos avanços tecnológicos, a besta continuava a ser uma arma de grande utilidade.

c) O tratado de tréguas

Independentemente do local onde ocorreram as negociações entre D. Afonso V e Muhammad Sayh, o certo é que estas avançaram, e um acordo foi mesmo alcançado entre as duas partes, ainda que os dois líderes não se tenham, ao que tudo indica, chegado a encontrar

⁹³⁵ Carta régia, Tânger, 24.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 14.

⁹³⁶ Carta régia, Tânger, 14.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 14.

⁹³⁷ DP, vol. III, doc. 82, pp. 109-110.

⁹³⁸ DP, vol. III, doc. 82, p. 111.

pessoalmente. Poucos são os pormenores que se conhecem sobre este tratado tão importante, e que, na opinião de Bernard Rosenberger tem sido demasiado desvalorizado pela historiografia portuguesa, sobretudo tendo em conta que significou a estabilização da presença portuguesa no Norte de África até muito perto do final do século XV⁹³⁹. Este acordo visava o reconhecimento por parte dos muçulmanos de tudo o que até então os Portugueses tinha conquistado – Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger –, além de garantir tréguas por um período de 20 anos entre o reino de Portugal e o sultanato de Fez – Muhammad Sayh seria, de facto, a breve trecho, sultão –, mas nas quais se incluía a cláusula de a trégua só ser aplicável ao campo aberto, ou seja, não poderiam ter lugar batalhas campais nem, sobretudo, as tão comuns razias e cavalgadas, mas poderiam ser cercadas e atacadas quaisquer vilas ou cidades amuralhadas, sem que por isso se quebrassem as tréguas. Esta cláusula muito particular foi, no dizer de Rui de Pina, uma insistência particular de D. Afonso V⁹⁴⁰, que assim não fechava por completo a hipótese de intervenção futura no cenário norte-africano.

Ao que parece, no pedido inicial formulado por Muhammad Sayh a D. Afonso V, era pedido um acordo de tréguas ou de paz, por «temor e grande necessydade»⁹⁴¹, ou seja, ao antigo senhor de Arzila e de Tânger era necessário estabelecer um acordo que garantisse uma acalmia das investidas portuguesas. De facto, mesmo descontando os embelezamentos cronísticos, o rei português encontrava-se numa posição de força, sendo portanto possível que o seu oponente o temesse, não só por, num curto espaço de tempo, lhe ter conquistado duas importantes urbes, mas também por ter em seu poder um seu filho e duas das suas mulheres. Portanto, a Muhammad Sayh era necessário estabelecer um acordo com o rei de Portugal por forma a reaver a sua família. A moeda de troca era evidente: as ossadas do infante D. Fernando, já então considerado um mártir, em troca das mulheres e filho do líder islâmico. Este acordo parece ter sido alcançado nesta altura, o que levou a que, algum tempo depois, e já estando no reino, D. Afonso V tenha enviado várias embaixadas a Fez, uma das quais liderada por Diogo de Barros, adail-mor, por forma a conseguir que lhe entregassem as ossadas do tio, o que eventualmente acabou por acontecer⁹⁴².

Se a Muhammad Sayh um acordo interessava em termos afectivos, por poder reaver a sua família, também interessava, e muito, em termos políticos. Como vimos, encontrava-se a cercar a cidade de Fez na altura em que Arzila foi atacada, naquele que foi um uso quase perfeito por parte dos Portugueses da conjuntura tempestuosa no sultanato de Fez. Quando

⁹³⁹ ROSENBERGER, 1987, p. 67.

⁹⁴⁰ PINA, 1977, Cap. CLXVI, p. 824.

⁹⁴¹ PINA, 1977, Cap. CLXVI, p. 823.

⁹⁴² PINA, 1977, Cap. CLXXII, p. 828.

Muhammad Sayh alcançou Arzila ou Tânger, deparou-se com factos consumados, pelo que para manter as aspirações ao trono de Fez foi obrigado a estabelecer um tratado de tréguas⁹⁴³. Ainda para mais, a maioria das suas forças encontravam-se empenhadas no cerco de Fez, pelo que nunca seria capaz de enfrentar os Portugueses naquele momento e ser bem sucedido.

No entanto, também ao rei de Portugal interessava, naquela altura, um acordo de tréguas. De facto, o estabelecimento deste tratado tem de ser entendido na política mais ampla de D. Afonso V, uma vez que afasta, efectivamente, o rei do Norte de África para o resto da vida – não obstante a particular cláusula do tratado que já referimos –, ainda para mais um rei que tanto tempo e dinheiro aí dispendeu. A questão já antes foi colocada nos seguintes termos por João Paulo Oliveira e Costa: se o rei dispunha de cerca de 20.000 combatentes em Marrocos em 1471, se tinha prestígio de conquistador e o inimigo se encontrava dividido, então por que não continuar a conquista? Além das impossibilidades materiais de manter uma hoste tão grande em Marrocos, por que não lançar algumas razias, ou tentar tomar mais algumas vilas? O rei tinha então 39 anos, e a trégua estabelecida durante 20 anos significava, sem dúvida, a sua despedida das lides africanas, o que choca com a imagem do rei africano de que D. Afonso V ainda não se livrou totalmente⁹⁴⁴.

A questão é particularmente pertinente, e julgamos estar em condições de lhe responder. De facto, D. Afonso V teve, ao longo do seu reinado, noção de que não era possível conquistar todo o reino de Fez. Havia uma clara percepção das impossibilidades materiais de tal feito – como já tinha existido nos reinados de D. João I e de D. Duarte –, sendo que o rei ele próprio parece ter compreendido que assim era. Quando em 1460 D. Afonso V ponderou passar novamente ao Norte de África, não o fazia com ideias de conquista do sultanato de Fez, nem sequer planeava tentar conquistar uma qualquer vila ou cidade. Queria sim combater, apenas pelo prazer de combater, o inimigo político e religioso, o muçulmano. Por isso mesmo pensava passar a Marrocos ao comando de apenas 2.000 homens de cavalo e alguns milhares de peões⁹⁴⁵. Todos os conselhos que recebeu naquela altura foram no sentido de que não o fizesse⁹⁴⁶. Foi com essa noção de impossibilidade material, aliada, é certo, à juventude e ao espírito cavaleiresco, que D. Afonso V tentou

⁹⁴³ ROSENBERGER, 1987, p. 67.

⁹⁴⁴ COSTA, 2013, p. 32.

⁹⁴⁵ PINA, 1977, Cap. CXLIII, p. 790.

⁹⁴⁶ O conselho do condestável D. Pedro, filho do antigo regente e infante do mesmo nome e primo de D. Afonso V, apontava no sentido de o rei ter legitimidade para continuar as conquistas no Norte de África, mas de o reino não ter capacidade para o fazer eternamente. Além disso, refere que o rei não se deve envolver pessoalmente numa tal empresa, excepto muito excepcionalmente, mas antes se deve preocupar em «bem e justamente reger seu reino e povo»; Cf. FONSECA, 1970, pp. 5-13.

desafiar o rei de Fez para uma batalha campal, em 1458⁹⁴⁷, a qual esperava, evidentemente, vencer, assim se tornando, por desígnio divino, senhor do sultanato de Fez.

Quando D. Afonso V começou a preparar a armada de 1471, enviou cartas aos principais senhores do reino avisando-os dos seus planos de uma vez mais passar a África. Nessas cartas, diz-nos Rui de Pina, o rei pedia que apenas os «Condes e Senhores» levassem cavalos⁹⁴⁸, ou seja a mais alta nobreza, o que impedia a maioria dos detentores destas montadas, desde logo os aquantiados em cavalo e armas, de as transportarem consigo para Marrocos. Se em 1471 D. Afonso V desejasse tentar conquistar o sultanato de Fez, nunca teria feito tal requerimento da nobreza, uma vez que a experiência portuguesa no Norte de África há muito que demonstrara que os cavalos eram essenciais àquele tipo de guerra, mais de escaramuça e emboscada do que de cerco⁹⁴⁹.

No entanto, a questão decisiva para o estabelecimento de tréguas entre Portugal e o sultanato de Fez por 20 anos prende-se com os desenvolvimentos da conjuntura interna castelhana. De facto, desde o casamento de D. Joana, irmã de D. Afonso V, com D. Henrique IV, que Portugal e Castela viviam um período de grande aproximação. Por várias vezes os monarcas chegaram a encontrar-se em pessoa, e sempre com o mesmo objectivo: encetar novo casamento entre as duas famílias reais. A ideia inicial foi a de casar o rei D. Afonso V e o príncipe D. João, respectivamente, com a meia-irmã, D. Isabel, e a filha, D. Joana, de D. Henrique IV. O casamento secreto, em 1469, de D. Isabel com D. Fernando, herdeiro do rei Juan de Aragão, frustrou os planos do rei castelhano. Pouco depois, em 1471, seria a vez do príncipe português casar com D. Leonor, filha do infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V. No entanto, continuava a existir uma possibilidade de casamento: o enlace entre o rei português e a sobrinha D. Joana. É nesse sentido que D. Henrique IV vai continuar, nos seus últimos anos de vida, a lutar pelo enlace entre o rei português, seu cunhado, e a filha⁹⁵⁰.

Ao longo de 1471 D. Afonso V foi mantendo contactos com D. Juan Pacheco, marquês de Vilhena, que então protegia e controlava as pessoas da rainha D. Joana e da infanta do mesmo nome. No preciso momento em que o rei se preparava para rumar ao Norte de África, os embaixadores de D. Henrique IV chegavam a Lisboa. O rei desembarcou para receber a embaixada, e ao que parece acordou, secretamente por ir contra os desejos do seu

⁹⁴⁷ PINA, 1977, Cap. CXXXIX, p. 779.

⁹⁴⁸ PINA, 1977, Cap. CLXII, p. 819; Rui de Pina veicula a mesma ideia, além de referir que era desnecessária a despesa que se viria a fazer com um grande número de montadas; GÓIS, 1790, cap. XXI, p. 58.

⁹⁴⁹ Assim o demonstravam as décadas de experiência, desde logo em Ceuta, em que os cavalos eram essenciais sempre que se saía do perímetro das muralhas; DUARTE, 2003, pp. 412-413.

⁹⁵⁰ Sobre as relações luso-castelhanas deste período, assim como a conjuntura interna em Castela, veja-se SUÁREZ FERNÁNDEZ, 1978, pp. 554-563; ARAÚJO, 2009, pp. 225-265; MENDONÇA, 2007, pp. 7-45.

conselho, o casamento com a sobrinha D. Joana. Tomada a decisão, o rei despediu os embaixadores e embarcou na armada rumo ao Norte de África, onde a breve trecho viria a conquistar Arzila e a ocupar Tânger. Tanto Julieta Araújo como Manuela Mendonça referem este mesmo acontecimento – o encontro do rei com a embaixada castelhana quando já se encontrava a embarcar para Arzila em 1471 – e consideram o depoimento dos cronistas castelhanos insuspeito, ainda que os seus congêneres portugueses não refiram a existência deste episódio⁹⁵¹. No entanto, cremos que não foi dada devida importância a este acontecimento, uma vez que ele demonstra que D. Afonso V, mesmo antes de partir à conquista de Arzila, já tinha planos estabelecidos para quando voltasse ao reino, mormente o casamento com a sobrinha D. Joana e o futuro alçamento como rei consorte de Castela.

Como já antes referimos, João Paulo Oliveira e Costa demonstrou que D. Afonso V era um rei igualmente interessado nos descobrimentos e não apenas nas conquistas marroquinas. Por outro lado, D. Afonso V era também um rei capaz de, em simultâneo, planear a sua política em termos ibéricos e norte-africanos. Assim se entende que o rei, a meio da campanha que lançou contra Tânger em 1463-1464, se tenha ido reunir, em Gibraltar, com D. Henrique IV de Castela, para discutir possíveis acordos matrimoniais⁹⁵². Um rei que apenas se interessasse pelas lides africanas nunca faria tal interrupção, ainda para mais tendo em conta que ela surgiu na ressaca imediata do último dos três escalamentos de Tânger, aquele que se revelou mais mortífero para a nobreza portuguesa e do qual o rei foi avisado pouco antes de embarcar.

Foi com estes planos em mente que D. Afonso V partiu para Marrocos em 1471, e foi precisamente por os desejar levar a bom termo que aceitou as tréguas por 20 anos propostas por Muhammad Sayh. Se a cláusula já referida no tratado – que lhe permitia conquistar vilas amuralhadas sem quebrar as tréguas – não fosse suficiente para agradar ao espírito cavaleiresco do rei, então mais tarde, enquanto rei de Castela, teria a hipótese bem real de terminar a Reconquista em território ibérico ao conquistar o reino de Granada. Regressado ao reino, D. Afonso V voltaria a encontrar-se com o rei castelhano para chegar a um acordo definitivo sobre o seu matrimónio mas ao que parece as condições não foram do seu agrado, pelo que poucos desenvolvimentos existiram até 1474, data da morte de D. Henrique IV. Foi nessa altura que o rei de Portugal se viu obrigado a entrar em Castela para fazer valer os direitos ao trono da sobrinha e para se casar com ela, para assim se tornar rei de Castela⁹⁵³ e

⁹⁵¹ ARAÚJO, 2009, pp. 252-253; MENDONÇA, 2007, p. 35.

⁹⁵² PINA, 1977, Cap. CLIV, pp. 808-809.

⁹⁵³ ARAÚJO, 2009, pp. 253-260.

reinar pacificamente, o que nunca chegou a acontecer por a guerra então iniciada não ter corrido de feição às armas portuguesas.

d) O regresso ao reino

Após uma campanha bem sucedida, que teve por pontos altos a conquista de Arzila, a ocupação de Tânger e a negociação de um tratado de tréguas com o sultanato de Fez, D. Afonso V começou a preparar, em Setembro de 1471, o seu regresso a Portugal. No entanto, antes de partir de Tânger, D. Afonso V comandou algumas cavalgadas em torno da cidade, por forma a subjugar aldeias próximas, e para que estas passassem, daí em diante, a pagar tributos ao reino de Portugal⁹⁵⁴. Assim, foi criada uma região de chamados «mouros de pazes», populações autóctones, islâmicas, que pagavam tributos à Coroa portuguesa em troca de protecção. Caso estas populações se recusassem a pagar os tributos devidos, então certamente que as esperaria um futuro de contínuos ataques de rapina e depredação, partidos das praças portuguesas, e que visavam não só o roubo de bens, mas também o rapto de pessoas para serem resgatadas enquanto cativas ou vendidas enquanto escravas⁹⁵⁵. O rei aproveitou ainda para alterar a sua titlatura, passando a partir de então a intitular-se enquanto D. Afonso, pela graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves de aquém e além mar em África⁹⁵⁶. Os novos títulos – que substituíam a fórmula mais antiga de «rei de Portugal e dos Algarves, senhor de Ceuta e de Alcácer em África» – conferiam uma maior noção de domínio sobre o Norte de África, e reflectiam precisamente a expansão portuguesa na região. Contudo, a carga simbólica da titlatura era superior à dimensão do domínio efectivo da Coroa portuguesa na região, uma vez que D. Afonso V era senhor de apenas quatro praças fortificadas e de alguns territórios adjacentes, e não de todo o sultanato de Fez, conforme a sua titlatura fazia crer. Foi no sentido de tentar tornar realidade o «Algarve de Além-Mar em África» que D. Afonso V concedeu a devastada Anafé⁹⁵⁷ ao duque de Viseu e abandonada Larache ao duque de Guimarães⁹⁵⁸, sem que no entanto estas alguma vez tenham sido

⁹⁵⁴ PINA, 1977, Cap. CLXVII, p. 825.

⁹⁵⁵ É, de resto, a política de «terra-queimada» que se vinha exercendo desde a conquista de Ceuta, com as forças portuguesas a criarem em torno das praças sob o seu controlo uma região onde nenhuma aldeia ou povoado que rejeite a autoridade da Coroa de Portugal vive segura; Cf. RODRIGUES, 2001.

⁹⁵⁶ PINA, 1977, Cap. CLXVII, p. 825; Titlatura que é referida no chamado Livro Vermelho de D. Afonso V; LV, p. 420.

⁹⁵⁷ Carta régia, Óbidos, 03.07.1472 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 122; Anafé tinha sido conquistada e arrasada, em 1469, pelo infante D. Fernando, pai do duque D. João, conforme já referimos.

⁹⁵⁸ Carta régia, Lisboa, 10.09.1473 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 103v. Larache tinha sido abandonada pouco depois da conquista de Arzila; Cf. BRAGA, p. 284.

povoados pelos Portugueses. Também nesse sentido o Papado, sempre empenhado na expansão da Cristandade, instou o bispo de Tânger, logo a 23 de Novembro de 1471, a demarcar a sua diocese⁹⁵⁹.

A partida de Tânger para o reino ocorreu a 18 de Setembro, e logo no dia seguinte a armada aportou em Silves⁹⁶⁰. O rei fazia-se acompanhar pelo príncipe e pela maior parte da hoste que o tinha acompanhado na campanha, excepção feita às guarnições que ficaram para defender Arzila e Tânger. A viagem a partir de Silves para Lisboa parece ter sido feita, uma vez mais, por mar, dado que não só era o meio de transporte mais rápido, como existem vários documentos que o atestam. De facto, a 20 de Setembro a armada estava ainda em Lagos⁹⁶¹, após ter passado, ao que parece, apenas um dia em Silves. Nesses dias, as forças vindas do Algarve ter-se-ão dispersado pela região, enquanto que as embarcações que transportavam rei, príncipe e corte se dirigiam a Lisboa. No dia 22 o rei encontrava-se, aparentemente, ainda na Raposeira⁹⁶², a nordeste de Sagres, sendo que se seguiriam novas paragens pelo caminho: em Santiago do Cacém, a 26 de Setembro⁹⁶³, Setúbal, a 29 do mesmo mês⁹⁶⁴, e por fim Lisboa, a partir de dia 30⁹⁶⁵. O facto de a armada fazer tantas escalas poderá dever-se às más condições atmosféricas, que dificultariam a navegação num mar outonal. Uma vez que a armada estava a regressar, o rei não tinha motivos para ter grande pressa, pelo que talvez D. Afonso V tenha decidido ser mais seguro fazer várias escalas ao longo da rota até Lisboa, em vez de arriscar uma tragédia já na derradeira jornada de uma campanha vitoriosa que, segundo Rui de Pina, demorou 33 dias, desde o momento do Restelo a 15 de Agosto até ao regresso a Silves a 18 de Setembro⁹⁶⁶.

Com a chegada do rei a Lisboa tiveram início as celebrações pela conquista de Arzila e a ocupação de Tânger, uma vez que o reino tinha já perfeito conhecimento do sucedido por ter sido informado pela infanta D. Joana, que foi ela mesma notificada através de cartas enviadas por seu pai a partir de Tânger, como já antes dissemos. D. Joana, assim que soube

⁹⁵⁹ Sem que, no entanto, a Cristandade marroquina tenha aumentado significativamente; ROSENBERGER, 1987, pp. 67-68.

⁹⁶⁰ PINA, 1977, Cap. CLXVII, p. 825.

⁹⁶¹ Carta régia, Lagos, 20.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 21, fls. 29-29v.

⁹⁶² Carta régia, Raposeira, 22.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 24v.

⁹⁶³ Carta régia, Santiago do Cacém, 26.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 9; Carta régia, Santiago do Cacém, 26.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 96.

⁹⁶⁴ Carta régia, Setúbal, 29.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 26v.

⁹⁶⁵ Carta régia, Lisboa, 30.09.1471 in IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 22, fl. 14v.

⁹⁶⁶ PINA, 1977, cap. CLXVII, p. 825,

que rei e príncipe tinham embarcado de regresso ao reino, apressou-se a organizar a recepção, mandando comprar ricos tecidos para o fabrico de vestidos⁹⁶⁷.

A recepção ao rei, ocorrida em Lisboa, foi encabeçada pela infanta, fazendo-se esta acompanhar pelos fidalgos e damas da sua Casa e pela sua tia D. Filipa, filha do infante D. Pedro e freira em Odivelas. Por seu lado, e tal como na partida, o rei fazia-se acompanhar pelo príncipe, por parte da corte e por músicos, sendo que estes últimos contribuíam para a atmosfera festiva. A arenga de boas vindas ao rei foi, ao que tudo indica, proferida pela infanta, e não pelo duque de Bragança, que como vimos tinha sido nomeado regedor do reino durante a ausência do rei em África⁹⁶⁸. O culminar da arenga da infanta terá sido o pedido desta para ingressar numa casa religiosa. Para dar força ao seu pedido, D. Joana referia que tão grande vitória como a obtida por D. Afonso V só podia ser obra de Deus e portanto havia que agradecer tamanha benevolência, conforme faziam os reis pagãos da Antiguidade com os seus deuses. E em sua opinião, o rei não poderia oferecer maior agradecimento a Deus do que consagrar a sua única filha ao serviço religioso. Por entre um coro de protestos dos fidalgos e senhores do reino, que afirmavam que o dever da infanta era garantir a sucessão do reino e não servir Deus, D. Afonso V acabou por satisfazer o pedido da filha, e pouco tempo depois D. Joana entraria no mosteiro de Jesus de Aveiro⁹⁶⁹.

As festas que se seguiram à chegada do rei duraram «muytos dias», e envolveram não só celebrações profanas, mas também procissões religiosas. A conquista de Arzila e a ocupação de Tânger foram celebradas não só em Portugal mas também da Andaluzia, cujas costas ficavam agora ainda mais protegidas dos ataques dos piratas islâmicos por do outro lado do Estreito de Gibraltar a presença portuguesa se ter fortalecido⁹⁷⁰.

e) As repercussões da conquista

A tomada de Arzila em 1471 gerou uma série de repercussões com dimensões e durações muito variadas. As reacções a este acontecimento vão variando conforme os pontos

⁹⁶⁷ A infanta envergava então um hábito de veludo verde e ricos colares, mas não deixava, ao que parece, de usar uma camisa de lã e um cilício por debaixo da roupa. Após a recepção planeava pedir ao rei seu pai para entrar num mosteiro, e por isso envergava roupagens verdes, a cor da esperança; CFM, p. 95.

⁹⁶⁸ Assim sendo, torna-se claro o papel desempenhado pela infanta foi, em grande parte, apenas simbólico. Por um lado, era infanta de sangue real, e portanto uma importante figura, e por outro, era mulher, e portanto considerada menos capaz no que à governação diz respeito. Ainda para mais, a apetência religiosa que cedo demonstrou levava-a a afastar-se voluntariamente das tarefas governativas e da vida mundana. De facto, durante a campanha contra Arzila, D. Joana passou os seus dias a orar pelo sucesso e segurança do pai e do irmão, não se ocupando portanto do governo do reino; CFM, p. 94.

⁹⁶⁹ CFM, pp. 95-97.

⁹⁷⁰ PINA, 1977, cap. CLXVII, p. 825.

de vista. Se em termos políticos e religiosos – ambos os conceitos eram então uma e a mesma coisa – para Portugal, e para a restante Europa Cristã, constituiu uma importante vitória, então para o sultanato de Fez, e para o mundo muçulmano em geral, a queda de Arzila representou uma pesada derrota.

Como vimos, em Portugal os acontecimentos foram celebrados logo após o regresso de D. Afonso V a Portugal. Celebrações tiveram ainda lugar na Andaluzia, e na Borgonha, onde a duquesa viúva, D. Isabel, pediu a Jean de Wavrin a criação do relato que temos vindo a citar. As novidades cedo alcançaram outros reinos europeus com os quais Portugal mantinha relações, bem como o Papado, uma vez que D. Afonso V se apressou a espalhar a notícia das suas conquistas pela Cristandade⁹⁷¹, incrementando assim o seu prestígio internacional. As *Tapeçarias de Pastrana* constituem a celebração mais visível da conquista de Arzila, não só visualmente, por se tratarem de quatro tapeçarias de grandes dimensões que representam os vários momentos da campanha de 1471, como ainda em termos escritos, dado que as legendas que as acompanham descrevem – ainda que de forma algo exagerada – os acontecimentos então ocorridos⁹⁷². Produzidas na cidade de Tournai, na actual Bélgica, num período posterior a 1475, dado os métodos de fabrico, mas certamente ainda encomendadas por D. Afonso V, constituíam uma importantíssima peça de propaganda régia⁹⁷³.

No mundo muçulmano, a recepção da notícia da queda de Arzila foi, como é natural, bem diferente. O tratamento a que a população de Arzila foi sujeita foi alvo de particulares críticas, sobretudo em forma de poema. Vejam-se então os poemas de Ibn Yjbech et-Tâzi:

«Arzila, ao ser entrada e conquistada,
Perdeu o seu Islão e a sua religião muçulmana,
Arzila tornou-se numa cidade estranha e estrangeira numa terra muçulmana,
Nas mesquitas os Alfaquís foram trocados pelos clérigos cristãos,
Os eruditos, os sábios e os Ulemas foram expulsos,
A ignorância reinou na cidade,
Os mercados e as feiras desapareceram,
Crianças de Arzila foram separadas das suas mães,
Virgens e honras foram violadas pelos portugueses,
Muitas almas foram mortas,

⁹⁷¹ Fá-lo enquanto se encontra ainda em Tânger; PINA, 1977, cap. CLXVII, p. 825.

⁹⁷² Vejam-se as figuras 5, 6, 7 e 8, presentes nos anexos.

⁹⁷³ Cf. ARAÚJO, 2012, pp. 16-75.

Muitos inocentes foram cativos e aprisionados (...)»⁹⁷⁴.

Este poema espelha de forma clara o medo que a conquista de Arzila, pela brutalidade com que foi levada a cabo, gerou nas populações muçulmanas norte-africanas. A breve trecho, essas mesmas mortes e violações viriam a levar ao abandono da cidade de Tânger, e a permitir a ocupação portuguesa, outra importante consequência da conquista de Arzila, e a qual já antes estudámos. Por outro lado, este poema também demonstra a forma como as cidades portuguesas no Norte de África ficavam isoladas depois de serem tomadas pela força, e como praticamente estagnavam economicamente, precisamente por estarem desligadas quase por completo do meio que as rodeava.

Vejamos um outro poema, que faz parte de uma miscelânea do século XVI, mas que foi produzido pelo mesmo autor do anterior:

«(...) aqui estou eu a escrever essas folhas que reflectem o que a minha língua quer exprimir. Espero de Allah que estas frases despertassem a consciência dos seres humanos, que estão a viver em inteira ignorância para com os factos e as coisas que os rodeiam. Espero que todo o mundo se levantasse para libertar os irmãos que estão a sofrer nas mãos do inimigo. Se sou incapaz de o enfrentar, um poema, sem dúvida, irá ser a minha única consolação:

– A minha paciência esgotou-se pois como vou ter a tal paciência e a nossa religião é violada.

– O inimigo já não se tornou sócio na nossa propriedade: o nosso país, mas tornou-se dono único.

– Os muçulmanos (marroquinos), além de pagarem, tributos, foram-lhes tiradas ainda todas as suas costas.

– Todos vocês têm conhecimento da história de Arzila e do que dela fez o inimigo.

– Arzila está a chorar a sua religião perdida. Os naturais dela nela pareciam estranhos»⁹⁷⁵.

Este poema é semelhante ao anterior, mas assume-se como uma tentativa de levantar os espíritos dos muçulmanos para que reconquistem o que lhes foi tirado. O exemplo da conquista de Arzila é uma vez mais utilizado, o que é natural, dado ter sido conquistada com

⁹⁷⁴ Poema transcrito e traduzido por Fayad el Mostafa; MOSTAFA, 1992, vol. I, p. 157.

⁹⁷⁵ Poema transcrito e traduzido por Fayad el Mostafa; MOSTAFA, 1992, vol. II, p. 701.

particular brutalidade. A grande diferença entre os dois poemas, é o facto de este referir que as costas norte-africanas pertencem aos Portugueses, o que claramente fez parte da estratégia portuguesa ao longo da sua expansão na região, e que iria assumir uma escala ainda maior no século seguinte. É também interessante que sejam referidos os pagamentos de tributos feitos aos Portugueses, numa clara alusão aos chamados «mouros de pazes».

Outra importante repercussão da conquista de Arzila foi o regresso ao reino das ossadas do infante D. Fernando, preso em Tânger em 1437, e falecido em Fez em 1443. O drama da prisão e morte de um infante de sangue real foi o suficiente para ser largamente considerado como mártir, e para ter escrita sobre si uma crónica que por isso mesmo se assemelhava mais a uma hagiografia, a *Crónica da vida, feitos e morte do infante Santo D. Fernando*⁹⁷⁶. A memória do infante era particularmente importante para a família real. Por isso mesmo D. Afonso V recusou que o resgate dos familiares de Muhammad Sayh, capturados em Arzila, fosse pago em ouro, e antes pediu em troca as ossadas do tio. As negociações demoraram algum tempo, mas por fim os restos mortais foram trazidos ao reino por Diogo de Barros, adail-mor, onde começaram por ser recebidos, no Restelo, e daí partiram para Lisboa no seio de uma procissão. O cortejo entrou na cidade pela porta de Santa Catarina, onde foi recebido pelo prior de São Domingos, Mestre Afonso, que proferiu um sermão devoto que «commoveram as jentes a muytas lagrimas». As ossadas foram então colocadas, temporariamente, no mosteiro de S. Salvador, e posteriormente levadas num cortejo fúnebre para a Batalha, onde foram enterradas condignamente na capela de D. João I. Chegava ao fim, com «allegria sem conto», um episódio que pesara durante décadas na mente de D. Afonso V⁹⁷⁷.

Também a duquesa da Borgonha, D. Isabel, irmã do infante D. Fernando e tia de D. Afonso V, não se poupou a esforços para fazer descansar a memória do irmão. Assim, conseguiu, a 18 de Novembro de 1471 e com o apoio do rei, que os vereadores do senado da câmara de Lisboa concordassem em mandar rezar uma missa diária pela alma do infante na igreja de Santo António, sendo estas pagas com o dinheiro de uma capela que a duquesa viúva já tinha criado em memória do irmão⁹⁷⁸.

Para os combatentes portugueses, em particular os nobres, a conquista de Arzila representou uma oportunidade de ascensão social. Em muitos casos, a mera presença na campanha junto do rei ou de um fidalgo poderoso bastava para se receber uma mercê por

⁹⁷⁶ Sobre esta figura veja-se FONTES, 2000.

⁹⁷⁷ A alegria então sentida por todo o reino é considerada superior à que foi sentida após a conquista de Arzila e a ocupação de Tânger; PINA, 1977, cap. CLXXII, p. 828.

⁹⁷⁸ GAVETAS, tomo II, pp. 3-10.

serviços prestados. Para escudeiros e cavaleiros, as mercês – em forma de tença, de cargos etc – representavam oportunidades para se poderem sustentar enquanto membros da nobreza. Já para os restantes indivíduos, aqueles que não tinham nascido nobres, o serviço militar em companhia do rei ou de um senhor podia garantir, em casos excepcionais, a nobilitação, ou, mais frequentemente, em isenções – de pagamento de tributos, de serviço militar, do exercício de encargos municipais etc – que facilitavam grandemente a vida diária dos indivíduos privilegiados⁹⁷⁹.

Por fim, a conquista de Arzila, e a consequente ocupação de Tânger, resultariam na assinatura de uma trégua com o reino de Fez, o que resultaria não só no reconhecimento oficial, pela primeira vez, da presença portuguesa na região por parte de um potentado islâmico, como garantia a estabilização dessa presença até ao início do século XVI⁹⁸⁰.

VII – Conclusão

A conquista de Arzila em 1471 constituiu mais do que um episódio militar onde uma vila norte-africana trocou de senhor através da força das armas. Tratou-se, sim, de uma campanha militar meticulosamente planeada, para a qual foram recrutados dezenas de milhares de combatentes, fretados centenas de navios e recolhidos mantimentos e armas, dentro e fora do reino, em quantidade suficiente para garantir o sucesso da ofensiva.

Em 1471, a conjuntura era propícia ao lançamento de uma campanha no Norte de África. Portugal encontrava-se pacificado internamente e mantinha boas relações com a Coroa castelhana. Por outro lado, o reino de Castela encontrava-se envolto numa guerra civil latente, que acabava por envolver também Aragão e Navarra, pelo que não representava perigo para Portugal. Do outro lado do Estreito de Gibraltar, o sultanato de Fez encontrava-se dividido, e vulnerável a ataques externos. Quando os Portugueses caíram sobre Arzila, o seu alcaide encontrava-se a cercar a cidade de Fez, e portanto demasiado longe da acção para poder impedir a queda da sua vila.

O alvo da expedição foi criteriosamente escolhido, tendo-se mesmo recorrido à utilização de espões que fizeram, *in loco*, a recolha prévia de informações úteis, como a capacidade defensiva de Arzila ou a facilidade com que nela se poderia desembarcar uma hoste. A escolha daquela vila deveu-se à compreensão de que Tânger constituía uma alvo demasiado bem defendido e portanto mais arriscado de atacar – como fora demonstrado pelas

⁹⁷⁹ Sobre a atribuição de mercês por serviços prestados durante a conquista de Arzila, veja-se o Quadro nº 2.

⁹⁸⁰ Veja-se o sub-capítulo dedicado à assinatura deste tratado.

campanhas de 1437 e 1463-1464 – e não apenas a uma falta de meios materiais, como afirmava Rui de Pina. O rei e os seus conselheiros compreenderam que era melhor isolar Tânger, conquistando praças em seu redor, por forma a facilitar a sua eventual queda. Essa estratégia acabou por dar frutos logo após a conquista de Arzila, uma vez que Tânger foi abandonada pelos seus moradores e prontamente ocupada pelos Portugueses.

Nunca antes tinha sido levantada em Portugal uma hoste tão numerosa. Não terão sido levantados 30.000 homens de combate, como sugere Rui de Pina e como tem sido repetido, ainda que com algumas cautelas, pela historiografia. O número de combatentes seria antes de 23.000, de acordo com o que foi escrito por D. Vasco de Ataíde, prior do Crato, que integrou a expedição e ao que tudo indica a ajudou a organizar. De resto, as memórias deste prior – ao que parece desconhecidas da maior parte dos historiadores – são de grande importância para a compreensão não só do número de homens que combateram em Arzila, mas também para o número de navios que foram fretados, 338 no total, e para o custo da expedição, que ascendeu a 135.000 dobras ou 16.200.000 de reais.

Embora as crónicas de Rui de Pina e Damião de Góis apenas refiram a presença em Arzila do duque de Guimarães e dos condes de Marialva, Monsanto e Valença, a nossa pesquisa exaustiva tendo por base a documentação da chancelaria de D. Afonso V permitiu revelar vários milhares de indivíduos que tomaram parte na conquista de Arzila, muitos dos quais, sobretudo nobres, nunca antes tinham sido associados a esta expedição.

As presenças do rei e do príncipe na expedição foram, sem dúvida, factores de grande importância, pois compeliram a fidalguia a servir a Coroa. Assim sendo, em Arzila apenas não tomaram parte os dois duques do reino, o de Bragança e o de Viseu, ausências que se deveram, respectivamente, à velhice e à juventude dos indivíduos. Ainda assim, foram várias as dezenas de indivíduos pertencentes a estas Casas que estiveram presentes na conquista de Arzila. De resto, participaram na expedição o marechal do reino, os condes de Vila Real e Faro, os futuros condes de Penela, Olivença, Monsanto e Marialva, os senhores de Vila do Rei, das Alcáçovas do Cadaval e do Redondo, de Celorico de Basto e da Maia, o futuro senhor de Sagres e de Beringel etc. Também os grandes eclesiásticos tomaram parte, como os arcebispos de Braga e Lisboa, e os bispos do Porto, Lamego, Coimbra e Tânger. A presença da grande maioria destes indivíduos foi, até ao presente momento, ignorada pela historiografia, apesar de todos terem recebido um qualquer benefício pelos serviços prestados à Coroa naquela ocasião.

As populações concelhias prestaram serviço em Arzila, sobretudo através dos aquantiados e dos besteiros do conto e de cavalo, e por isso centenas de indivíduos foram

privilegiados, como se pode ver nos quadros que elaborámos e que se encontram presentes nos anexos. Também participaram membros das Ordens Militares, desde logo o já referido prior do Crato, bem como vários comendadores das restantes ordens, e por isso foram agraciados com importantes recompensas. Na conquista de Arzila e na ocupação de Tânger tomaram parte, de acordo com a nossa pesquisa, pelo menos 1162 homiziados. Trata-se de o maior número de criminosos que até então se integrou numa hoste portuguesa. Todos seriam perdoados dos respectivos crimes pelos serviços prestados na expedição. Por fim, refira-se a presença de pelo menos um mercenário castelhano na conquista de Arzila, facto que até ao presente não fora revelado.

Em termos de preparativos materiais, o reino encontrava-se, em 1471, bem guarnecido de armas e artilharia. Boa parte desse armamento é, de resto, claramente reproduzido pelas *Tapeçarias de Pastrana*. Ainda assim tiveram lugar algumas encomendas de armamento, bem como de mantimentos variados, por forma a abastecer as tropas recrutadas.

A historiografia portuguesa tem defendido, apoiando-se na crónica de D. Afonso V escrita por Rui de Pina, que a conquista de Arzila foi relativamente fácil e simples. Porém, ao comparar os relatos de Pina e de Jean de Wavrin, é possível perceber as lacunas e omissões do cronista português no que ao decorrer dos acontecimentos diz respeito, bem como nos dados relativos ao número de baixas do lado português. Seguindo a versão, a nosso ver, mais fiável de Wavrin, fomos capazes de construir uma narrativa acerca da conquista de Arzila que, até ao momento, é inédita. Não só colocámos completamente de lado a tese de que um rumor tinha provocado um ataque súbito a Arzila, e que tinha culminado na conquista da vila, como revelámos as dificuldades reais do cerco. Ao longo dos quatro dias de cerco, foram vários os avanços e recuos por parte das forças portuguesas, contrariando a tese defendida por Rui de Pina – e pela historiografia que se apoiou no seu relato – de que Arzila tinha sido conquistada de uma só assentada. O elevado número de baixas portuguesas – 1.700 mortos de acordo com Wavrin, dos quais Rui de Pina refere apenas 200 – é por demais revelador das dificuldades enfrentadas. O número de baixas inimigas seria ainda maior, com 1.770 mortos e cerca de 5.000 prisioneiros, mas não podia ocultar – como tentou fazer Rui de Pina, por ser um funcionário régio preocupado com a imagem da Coroa – o sangrento peso da vitória.

A conquista de Arzila foi levada a cabo fazendo uso de métodos antigos e comprovados, como a utilização de escadas de cerco e aríetes, aliados às novas tecnologias bélicas, como as armas de fogo ligeiras. A artilharia pesada, em particular, desempenhou um papel preponderante durante o cerco, dado que as brechas que abriu nos muros de Arzila

precipitaram a conquista da vila. Em simultâneo, combateram lado a lado, e desempenharam importantes papéis, corpos de tropas armados com armas seculares – como as bestas –, bem como com armas que incorporavam a mais recente tecnologia – caso das espingardas. No cerco de Arzila, os espingardeiros demonstraram – em ambos os lados da barricada – a mesma eficácia que futuramente os levaria a substituírem por completo os besteiros.

Para o rei, a conquista de Arzila sagrou-se como um novo feito digno de celebração não apenas no reino, mas um pouco por toda a Cristandade. D. Afonso V obteve assim renovado prestígio enquanto cavaleiro conquistador e defensor da fé cristã. Os seus feitos foram espalhados pela Europa, e comemorados, por exemplo, com a criação do já referido relato de Jean de Wavrin. Com a queda de Arzila veio a célere e inesperada ocupação de Tânger que, em conjugação com a troca da família do alcaide de Arzila pelas ossadas do infante D. Fernando, significou o fim de um trauma que, no seio da família real, durava desde 1437.

Por fim, a queda de Arzila propiciou a assinatura de um tratado de tréguas com o reino de Fez, o primeiro que reconhecia oficialmente a presença portuguesa na região, e que veio consolidar até finais do século XV a presença portuguesa no Norte de África. Este tratado, que até ao presente momento mereceu pouca atenção, veio permitir a D. Afonso V, conforme defendemos, uma pacificação do cenário norte-africano, permitindo-lhe assim regressar a Portugal e concentrar-se nas ambições castelhanas que mantinha há vários anos. De resto, julgamos ter conseguido demonstrar, fazendo uso de documentação avulsa, como a ocupação de Tânger ocorreu antes da assinatura do tratado, e não depois conforme afirmava Rui de Pina .

Por todas estas razões, a conquista de Arzila constituiu mais do que um acontecimento temporalmente limitado, cingido apenas a Agosto de 1471. Os reflexos da conquista foram significativos para o rei, para o reino e para todos aqueles que participaram na conquista e que desse serviço recolheram as benesses devidas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Chancelaria de D. Afonso V.*

Descobrimentos Portugueses: Documentos para a sua História, organizados por João Martins da Silva Marques, vol. III, fac-símile da edição de 1956, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos, publicados por Pedro de Azevedo, tomo I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: Livros de Reis, direcção de Durval Pires de Lima, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal, 1958.

Documentos Históricos da Cidade de Évora, fac-símile da edição de Évora de 1885, organização de Gabriel Pereira, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reynado de los Reyes Católicos, edição preparada e anotada por António de la Torre e Luís Suárez Fernández, vol. II, Valladolid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1963.

CHAVES, Álvaro Lopes de, *Livro de Apontamentos (1438-1488). Cod. 443 da Colecção Pombalina da B.N.L.*, introdução e transcrição de Anastásia Mestrinho Salgado e Abílio José Salgado, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

Gavetas (As) da Torre do Tombo, introdução de A. da Silva Rego, tomo II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 1962.

GÓIS, Damião de, *Chronica do Serenissimo Príncipe D. João*, Coimbra, Real Officina da Universidade, 1790.

GÓIS, Damião de, *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis*, introdução e transcrição paleográfica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 2014.

LEÃO, Duarte Nunes de, *Crónicas dos Reis de Portugal*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1975.

Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I do Arquivo Municipal do Porto, prefácio e notas de Artur de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal do Porto, s.d..

«Livro Vermelho do Senhor Rey D. Affonso V», in *Colecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II*, publicados por José Corrêa da Serra, tomo III, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793, pp. 391-540.

Monumenta Henricina, direcção, organização e anotação crítica de António Joaquim Dias Dinis, 16 vols., Coimbra, 1960-1969.

Ordenações Afonsinas, 5 vols., fac-símile da edição de 1792, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de situ orbis*, edição crítica e anotações de Augusto Epiphany da Silva Dias, Lisboa, Typographia Universal, 1905.

PINA, Rui de, «Chronica do Senhor D. Affonso V», in Idem, *Crónicas de Rui de Pina: D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, introdução e revisão de M. Lopes Almeida, Porto, Lello&Irmão, 1977, pp. 587-881.

Portugal et Bourgogne au XV^e siècle (1384-1482). Récuil des documents extraits des archives bourguignonnes, edição apresentada e comentada por Jacques Paviot, Paris/Lisboa, Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995.

RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila, Crónica inédita do século XVI: Tomo I (1508-1525)*, direcção de David Lopes, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.

SANTARÉM, Visconde de, *Quadro das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas Potências do Mundo*, vol. XIV, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1865.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINHO, Paulo Jorge Simões, *Vestidos para matar: O armamento de guerra na cronística de Quatrocentos*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

AMADO, Margarida, LÉON ACOSTA, J., e ÁNGEL AGUILAR, Miguel, *A Invenção da Glória: D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*, Lisboa/[Madrid], Museu Nacional de Arte Antiga/Fundación Carlos de Amberes, 2010.

ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana: Uma Iconografia de Guerra*, Dissertação de Mestrado em História de Arte, Património e Teoria do Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

ARAÚJO, Julieta, *Portugal e Castela na Idade Média*, Lisboa, Colibri, 2009.

ARIÉ, Rachel, *El Reino Nasrí de Granada*, Madrid, Mapfre, 1992.

BARROS, Amândio, «A preparação das armadas no Portugal de finais da Idade Média», in *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª série, vol. 7, Porto, 1990, pp. 101-131.

BARROCA, Mário Jorge, «Armamento Medieval», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, coordenação de José Mattoso, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003, pp. 122-161.

BRAGA, Paulo Drumond, «Portugal e o Cativo do Infante D. Fernando (1437-1443)», separata de *Al-Quantara: Revista de Estudios Árabes*, vol. XIII, Madrid, 1992, pp. 47-61.

BRAGA, Paulo Drumond, «A Expansão No Norte de África», in *Nova História da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II, *A Expansão Quatrocentista*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, pp. 237-337.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, & BRAGA, Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudos Ceutís – Ciudad Autónoma de Ceuta, 1998.

CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a Construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Évora, Edições Colibri/CIDEHUS, 2004.

CORREIA, Jorge, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África: Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008.

CORTESÃO, Jaime, *A tomada e ocupação de Ceuta*, Lisboa, Imprensa, 1925.

COSTA, João Paulo Oliveira e, «The Beginnings of the Portuguese Overseas Expansion», in *The Historiography of Medieval Portugal: c. 1950-2010*, direcção de José Mattoso, [Lisboa], IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 591-605.

COSTA, João Paulo Oliveira e, *Mare Nostrum: Em busca de honra e riqueza nos séculos XV e XVI*, Lisboa, Temas e Debates, 2013.

CRUZ, Abel dos Santos, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995.

DÁVILA, Maria Barreto, *D. Fernando I, 2º Duque de Bragança: Vida e Acção Política*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2009.

DOMINGUES, Francisco Contente, «A Guerra em Marrocos», in *Nova História Militar de Portugal*, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. II, coordenação de António Manuel Hespanha, Mem Martins, 2004, pp. 224-230.

DOMINGUES, Francisco Contente, e MATOS, Jorge Semedo de, *A Guerra Naval no Norte de África: (Séculos XV-XIX)*, s.l., Edições Culturais da Marinha, 2003.

DUARTE, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*, 3 vols., Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1993.

DUARTE, Luís Miguel, «Contrabandistas de gado e “passadores de cousas defesas” para Castela e “Terra de Mouros”», in *Revista da Faculdade de Letras: História*, 15, 1998, pp. 451-474.

DUARTE, Luís Miguel, «Armas de Guerra em Tempo de Paz» in *Pera Guerrejar: Armamento Medieval no Espaço Português*, coordenação de Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, Palmela, Câmara Municipal de Palmela – Museu Nacional de Arqueologia, 2000, pp. 173-202.

DUARTE, Luís Miguel, «A Marinha de Guerra. A Pólvora. O Norte de África», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, coordenação de José Mattoso, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003, pp. 289-441.

DUARTE, Luís Miguel & PIZARRO, José Augusto P. De Sotto Mayor, «Os forçados das galés (os barcos de João da Silva e Gonçalo Falcão na conquista de Arzila em 1471)», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época. Actas*, vol. II, *Navegações na Segunda Metade do Século XV*, Porto, Universidade do Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, pp. 313-328.

DUBY, Georges, *As Três Ordens ou o imaginário do Feudalismo*, Lisboa, Estampa, 1982.

DURÃO, Maria Manuela da Silva, *1471 – Um Ano «Africano» no Desembargo de D. Afonso V*, 2 vols., dissertação em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 2002.

FARINHA, António Dias, «O interesse pelo Norte de África» e «Características da presença portuguesa em Marrocos», in *Portugal no Mundo*, direcção de Luís de Albuquerque, vol. I, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 101-124.

FARINHA, António Dias, *Portugal e Marrocos no Século XV*, 3 vols., Lisboa, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990.

FARINHA, António Dias, «Norte de África», in *História da Expansão Portuguesa*, direcção de Francisco Bethencourt e CHAUDHURI, Kirti, vol. I, *A Formação do Império (1415-1570)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 118-136.

FARINHA, António Dias, *Os Portugueses em Marrocos*, Instituto Camões, 1999.

FARO, Jorge, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios Documentais)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1965.

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa, *A Ordem de Santiago no século XIV*, Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2002.

FONSECA, Luís Adão da, *Uma carta do Condestável D. Pedro sobre a política marroquina de D. Afonso V*, Porto, Faculdade de Letras, 1970.

FONSECA, Luís Adão da, *O Condestável D. Pedro*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1982.

FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, [Lisboa], Temas e Debates, 2011.

FONTES, João Luís Inglês, *Percursos e Memórias: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais, Patrimonia, 2000.

FREIRE, Anselmo Braancamp, «Maria Brandoa, a do Crisfal», in *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, Lisboa, 1908, pp. 293-442.

GARRIDO, André, *D. Luís Pires: Retalhos da vida de um prelado quatrocentista*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

GOMES, Pedro A. de Azevedo, «Os Escravos», in *Archivo Historico Portuguez*, vol. I, Fac-símile da edição de Lisboa de 1903, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001, pp. 289-307.

GOMES, Saúl António, *D. Afonso V: O Africano*, s.l., Temas e Debates, 2009.

GONÇALVES, Iria, *Pedidos e Empréstimos Públicos em Portugal durante a Idade Média*, Lisboa, Ministério das Finanças, 1964.

GOZALBES BUSTO, Guillermo, *Entre Portugal y España: Ceuta*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutís, 2001.

LOPES, David, *História de Arzila durante o domínio português: 1471-1550 e 1577-1589*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.

LOPES, David, «Capítulo IV – Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Afonso V e de D. João II», in *História de Portugal*, direcção de Damião Peres, vol. III, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, pp. 433-452.

LOPES, David, *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Teorema/O Jornal, 1989.

MARTINS, Miguel Gomes, «Os Besteiros do Conto em Lisboa: De 1325 aos inícios do século XV» in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 1º série, nº1, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, pp. 91-116.

MARTINS, Miguel Gomes «Los Ballesteros de Conto en Portugal en la Edad Media», in *Medievalismo: Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, nº 18, 2008, pp. 375-395.

MARTINS, Miguel Gomes, *Guerreiros Medievais Portugueses: De Geraldo, o Sem-Pavor, ao Conde de Avranches: Treze biografias de grandes senhoras da Guerra (Séculos XII-XV)*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.

MARTINS, Miguel Gomes & MONTEIRO, João Gouveia, «The Medieval Military History», in *The Historiography of Medieval Portugal: c. 1950-2010*, direcção de José Mattoso, [Lisboa], IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 459-481.

MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1995.

MENDONÇA, Manuela, *O Sonho da União Ibérica: Gerra Luso-Castelhana, 1475-1479*, Lisboa, QuidNovi, 2007.

MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

MONTEIRO, João Gouveia, «Armeiros e armazéns nos Finais da Idade Média», in *Pera Guerrejar: Armamento Medieval no Espaço Português*, coordenação de Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Museu Nacional de Arqueologia, 2000a, pp. 111-172.

MONTEIRO, João Gouveia, «“Artifícios” e “Engenhos” na Poliorcética Medieval Portuguesa (Sécs. XIV-XV)», in *Pera Guerrejar: Armamento Medieval no Espaço Português*, coordenação de Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Museu Nacional de Arqueologia, 2000b, 203-222.

MONTEIRO, João Gouveia, «De D. Afonso IV (1325) à Batalha de Alfarrobeira (1449) – Os desafios de maturidade», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, coordenação de José Mattoso, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004, pp. 163-287.

MOREIRA, Hugo Daniel Rocha Gomes da Silva, *A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)*, dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2009.

MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e significado Histórico*, 2. vols., Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979 e 1980.

MOSTAFA, Fayad el, *A região de Arzila na época da Expansão portuguesa*, Lisboa, tese de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Novas de Lisboa, 2 vols., 1992.

Nova História de Portugal, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

OLIVEIRA, Luís Filipe, «Entre a História e a memória: Os Coutinhos e a Expansão Quatrocentista», in *Anais de História de Além-Mar*, vol. II, 2001, pp. 115-126.

PELÚCIA, Alexandra, *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: Trajectórias de uma elite nos reinados de D. João III e D. Sebastião*, Lisboa, CHAM FCSH-UNL, 2009.

RIBEIRO, Madalena, «O Conde D. Henrique de Meneses, Capitão de Alcácer-Ceguer e Arzila», in João Paulo Oliveira e Costa, *A Nobreza e a Expansão: Estudos biográficos*, Cascais, Patrimonia, 2000, pp. 143-159.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, «Organização Militar e práticas de Guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: Sua importância como modelo referencial para a Expansão Portuguesa no Oriente», *Anais de História de Além-Mar*, direcção de Artur Teodoro de Matos, vol. 2, Lisboa, CHAM FCSH-UNL, 2001, pp. 157-168.

RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, «Techniques et pratiques militaires portugaises au Maroc: Adaptations et innovations», in *Portugal e o Magrebe: Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*, Lisboa/Braga, CHAM FCSH-UNL/UA/CITCEM/ICS UM, 2011, pp. 75-82.

ROSENBERGER, Bernard, «Le Portugal et l'Islam Maghrebin (XV^e-XVI^e siècles)», in *Histoire du Portugal – Histoire Européenne: Actes du colloque*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 59-83.

RUBIM, Nuno Varela, «A artilharia em Portugal na segunda metade do século XV» in *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, coordenação de Fernando Távora e Francisco Faria Paulino, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, pp. 17-27.

RUBIM, Nuno José Varela «O Armamento Pirobalístico (até finais do séc. XV/inícios do séc. XVI)», in *Pera Guerrejar: Armamento Medieval no Espaço Português*, coordenação de Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Museu Nacional de Arqueologia, 2000, pp. 223-244.

SANTOS, Domingos Maurícios Gomes dos, *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger: 1433-1438*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

SANTOS, José Loureiro dos, *Ceuta 1415: A Conquista*, Lisboa, Prefácio, 2002.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A conquista de Ceuta no diário veneziano de António Morosini*, separata de: *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. III, Lisboa, 1961.

SOLER DEL CAMPO, Álvaro, «El Armamento Medieval Islamico en la Peninsula Iberica», in *Pera Guerrejar: Armamento Medieval no Espaço Português*, coordenação de Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Museu Nacional de Arqueologia, 2000, pp. 15-36.

SOUSA, Armindo de, *As Cortes Medievais Portuguesas*, 2 vols., Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

SOUSA, Armindo de, «1325-1480», in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. II, *A Monarquia Feudal*, coordenação de José Mattoso, s.l., Editorial Estampa, 1997, pp. 263-466.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, «Idade Média (séculos XI-XV)», in *História de Portugal*, coordenação de Rui Ramos, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, pp. 17-196.

STRASEN, E. A., e GÂNDARA, Alfredo, *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, Berlim, Instituto Ibero-Americano, 1944.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís, *História de España: Edad Media*, Madrid, Gredos, 1978.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanadas da Universidade Nova de Lisboa, 1982.

THOMAZ, Luís Filipe F. R., *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.

VALDÉON, Julio «Léon y Castilla», in *Historia de España*, dirigida por Manuel Tuñón de Lara, vol. IV, *Feudalismo y Consolidación de los Pueblos Hispánicos (Siglos XI-XV)*, Barcelona, Labor, 1981, pp. 11-197.

VICENTE, Paulo, *A Violência na Cronística sobre Marrocos nos Séculos XV e XVI: Representações e Vivências*, Lagos, Câmara Municipal, 2009.

VILLADA PAREDES, Fernando, *Historia de Ceuta : de los orígenes al año 2000*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2009.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, «A Avo Materna de Affonso de Albuquerque», in *Archivo Historico Portuguez*, vol. I, Fac-símile da edição de Lisboa de 1903, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001, pp. 409-421.

VITERBO, Francisco Marques de Sousa, «A Cultura Intellectual de D. Affonso V», in *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, Fac-símile da edição de Lisboa de 1904, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2001, pp. 254-268.

ANEXOS

Quadro nº1 – Homiziados que serviram na armada de conquista de Arzila em 1471

Nome	Ofício e/ou filiação	Fonte
Álvaro Martins	Escudeiro do conde de Penela, D. Afonso	CaV, Sousel, [?].[?].14[??], L. 26, fl. 182
Diogo Gonçalo de Travaços	Escudeiro do conde de Penela, D. Afonso	CaV, Coimbra, 21.08.14[??], L. 29, fl. 123v
João Álvares	Escudeiro de João da Silva	CaV, S.L., [?].[?].1471, L. 22, fl. 57
Gonçalo Fernandes de Asbacado	Besteiro da câmara do príncipe	CaV, Lisboa, 19.[?].1471, L. 22, fl. 53
João de Vilhana	N/A	CaV, Lisboa, 09.11.1471, L. 21, fl. 25
Heitor Fernandes de Negreiros	Irmão de Alexandre de Negreiros	CAv, Arzila, 31.08.1471, L. 22, fl. 7
Alexandre de Negreiros	Irmão de Heitor Fernandes de Negreiros	CAv, Arzila, 31.08.1471, L. 22, fl. 7
Samuel Cofim	Judeu	CaV, Arzila, 31.08.1471, L. 22, fl. 16-16v
Gonçalo Álvares	N/A	CaV, Lisboa [?], 03.09.1471, L. 22, fl. 27v
Marote Afonso	Antigo escudeiro de Galiote Pereira	CaV, Tânger, 05.09.1471, L. 16, fl. 141
Aires Barreto	N/A	CAv, Tânger, 05.09.1471, L. 16, fl. 141v
Rui Vasques	N/A	CaV, Tânger, 05.09.1471, L. 22, fl. 8v
João Godinho	Cavaleiro	CaV, Tânger, 05.09.1471, L. 22, fl. 8v
Nuno Barreto	Escudeiro de Afonso Pereira, reposteiro-mor régio	CaV, Tânger, 05.09.1471, L. 22, fl. 13v

Diogo da Fonseca	Moço da câmara do príncipe	CaV, Tânger, 05.09. 1471, L. 22, fl. 14v
Jaço Franco	Judeu	CaV, Tânger, 05.09.1471, L. 22, fl. 16v
Lopo Ruiz	Cavaleiro da Casa Real	CaV, Tânger, 05.09.1471, L. 22, fl. 20
Mice Batista	Cirurgião	CaV, Tânger, 05.09.1471, L. 22, fl. 26v
João Lourenço de Armas	N/A	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 7v
Álvaro Mendes	Antigo escudeiro da Casa do infante D. Fernando	CaV Tânger, 06.09.1471, L. 22, 7v
Lopo do Carvalhal	N/A	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 8
Rui Galvão	Escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 9
Pero Ribeiro	Cavaleiro	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 9v
Nuno Vasques	N/A	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 10
Gonçalo Vasques	N/A	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 10
Gonçalo Preles	N/A	CaV, Tânger, 06.09. 1471, L. 22, fl. 13
Álvaro Pires da Horta	N/A	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 15
João Afonso Chamoá	Escudeiro	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 15
Nuno Álvares	Criado de Fernão Lobo	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 16
Fernão Gonçalves	N/A	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 17v
Afonso Pires	N/A	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 20
Afonso Rodrigues	N/A	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 20
Fernando Eanes	Escudeiro do arcebispo de Braga	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 30
Rui Gonçalves	Escudeiro de Fernão Cabral	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 7
Fernão Gomes	Irmão de João Ruiz	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 8

João Ruiz	Irmão de Fernão Gomes	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 8
João Franto	N/A	CaV, Tânger, 07.09.1471, l. 22, fl. 10
Cristóvão da Ponte	N/A	CaV, Tânger, 07.09.1471, l. 22, fl. 10
João da Maia	Barbeiro e criado do prior de Moreira	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 10v
João Martins Ingres	Inglês (?)	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 11
Fernão Rodrigues	N/A	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 11v
Gomes Esteves	N/A	CAv, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 12v
Afonso Eanes	N/A	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 13
João Gonçalves	Homem de pé do abade de Santo Tirso	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 17
João Afonso	N/A	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 17
Pedro Eanes	N/A	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 17
João Eanes	N/A	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 17
Rodrigo Eanes	N/A	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 17
Martinho	Filho de Fernão Garcia	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 18v
João Murzelo	N/A	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 19
Estêvão Rodrigues	N/A	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 19v
Fernão Vicente	Carcereiro na prisão de Santarém	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 23-23v
João Gonçalves	Alcaide de Castelo de Vide por Vasco Martins de Melo	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 118v
Estêvão Rodrigues	N/A	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 16, fl. 141v
Álvaro Martins	Filho de Martim Lourenço	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 17, fl. 26
Fernão Pires	Orador em Vela	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 17, fl. 85-85v

Gonçalo Pais	Escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 17, fl. 85v
Gonçalo de Codesal	N/A	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 11v
Pêro Camelo	Antigo criado do infante D. Fernando	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 12v-13
Pedro Eanes	N/A	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 13v
Gonçalo Afonso	N/A	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 18
Afonso Martins Coudal	N/A	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 18-18v
Pero Fernandes	N/A	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 18-18v
Pedro Eanes	Filho de João Ferreiro	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 20
Gonçalo Ferreira	N/A	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 27
João Teixeira	N/A	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 33v
Gonçalo Afonso	N/A	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 33v
Pedro Eanes	N/A	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 29, fl. 147
João Mandayale	N/A	CaV, Lisboa [?], 09.09.1471, L. 21, fl. 5v
Diogo Afonso	Filho de Afonso de Guimarães	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 22, fl. 12
Gomes Martins Pintado	N/A	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 22, fl. 12
João Rodrigues	Antigo escrivão da sisa do pescado e da madeira de Lisboa	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 22, fl. 21
Gonçalo Vasques	Lavrador	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 22, fl. 21-21v
Gonçalo Pires	Lavrador, filho de Pero Pereira	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 22, fl. 21v
Gomes Fernandes	N/A	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 22, fl. 23
Pero Gonçalves	N/A	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 22, fl. 30v
Domingos	Filho de Lopo Gonçalves	CaV, Tânger, 10.09.1471, L. 17, fl. 5v-6

Sebastião do Couto	N/A	CaV, Tânger, 10.09.1471, L. 22, fl. 23
Álvaro de Oliveira	Antigo escudeiro do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 25.09.1471, L. 22, fl. 22v
João de Santiago	Lavrador	CaV, Lisboa, 26.09.1471, L. 22, fl. 24-24v
João Vasques o Moço	N/A	CaV Lisboa, 26.09.1471, L. 22, fl. 25-25v
João Eanes	Irmão de Gonçalo Eanes	CaV, Lisboa, 30.09.1471, L. 22, fl. 14v
Lopo Eanes Pimentel	Escudeiro de Álvaro Pires de Távora	CaV, Lisboa, 30.09.1471, L. 22, fl. 23v
Álvaro Dias	Marinheiro e criado de João Pacheco	CaV, Lisboa, 30.09.1471, L. 22, fl. 27v-28
Gonçalo Gomes	Alcaide-pequeno	CaV, Lisboa, 01.10.1471, L. 16, fl. 142
João Maia	N/A	CaV, Lisboa, 02.10.1471, L. 22, fl. 25v
Afonso Gomes	Escudeiro e criado do bispo da Guarda	CaV, Lisboa, 02.10.1471, L. 22, fl. 116
Pedro Afonso Roubam	N/A	CaV, Lisboa, 02.10.1471, L. 22, fl. 131v
Afonso Lourenço	N/A	CaV, Lisboa, 03.10.1471, L. 21, fl. 1
João da Pele	N/A	CaV, Lisboa, 03.10.1471, L. 22, fl. 31v
Diogo Gonçalves do Souto	N/A	CaV, Lisboa, 04.10.1471, L. 22, fl. 63
Vicente Gomes	Antigo escudeiro de Luís Álvares, mestre-sala	CaV, Lisboa, 06.10.1471, L. 16, fl. 143
Luís Afonso	Oleiro	CaV, Lisboa, 06.10.1471, L. 22, fl. 27
Gonçalo Álvares	Ourives	CaV, Lisboa, 07.10.1471, L. 16, fl. 143
Afonso Dias	N/A	CaV, Lisboa, 07.10.1471, L. 22, fl. 28
Diogo Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 07.10.1471, L. 22, fl. 28-28v
Gonçalo Eanes de Ganfei	Escudeiro do duque de Guimarães	CaV, Lisboa, 07.10.1471, L. 22, fl. 31
André Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 08.10.1471, L. 16, fl. 143

Lopo Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 08.10.1471, L. 22, fl. 28v-29
Luís Gonçalves Fritoso	N/A	CaV, Lisboa, 08.10.1471, L. 22, fl. 29
Gonçalo Gonçalves	Irmão de André Gonçalves	CaV, Lisboa, 08.10.1471, L. 22, fl. 29v
Afonso de Matos	Escudeiro do duque de Viseu, cunhado de Nuno da Costa	CaV, Lisboa, 08.10.1471, L. 22, fl. 31v-32
Rui de Matos	Escudeiro régio, cunhado de Nuno da Costa	CaV, Lisboa, 08.10.1471, L. 22, fl. 32
Martim Dias da Costa	(Familiar de Nuno da Costa?)	CaV, Lisboa, 08.10.1471, L. 22, fl. 32-32v
Diogo de Oliveira	Cavaleiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 08.10.1471, L. 22, fl. 32v
Mendo Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 08.10.1471, L. 22, fl. 39
Vasco Fernandes	Escudeiro do clareiro da Ordem de Cristo	CAv, Lisboa, 08.10.1471, L. 22, fl. 39v-40
João de Guissande	Lavrador	CaV, Lisboa, 09.10.1471, L. 21, fl. 64v
Luís Martins	N/A	CaV, Lisboa, 09.10.1471, L. 22, fl. 28
Fernão Vasques	Marinheiro	CaV, Lisboa, 09.10.1471, L. 22, fl. 29-29v
Diogo Gonçalves Gavião	N/A	CaV, Lisboa, 09.10.1471, L. 22, fl. 29v
Nuno Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 09.10.1471, L. 22, fl. 34
Luís Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 09.10.1471, L. 22, fl. 35v
Diogo Afonso	Carniceiro	CaV, Lisboa, 10.10.1471, L. 22, fl. 31-31v
Fernando Eanes Centeio	N/A	CaV, Lisboa, 10.10.1471, L. 22, fl. 33
João Serrão	N/A	CaV, Lisboa, 10.10.1471, L. 22, fl. 39v
Geravas Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 10.10.1471, L. 22, fl. 39v
Antão Lourenço	N/A	CaV, Lisboa, 10.10.1471, L. 22, fl. 74
João Afonso	Filho de Afonso Eanes da Maçuça	CaV, Lisboa, 11.10.1471, L. 22, fl. 34v-35

Vasco Gil	Criado de Fernão Gonçalves de Miranda	CaV, Lisboa, 11.10.1471, L. 22, fl. 35
Gonçalo Vasques	Lavrador	CaV, Lisboa, 11.10.1471, L. 22, fl. 35v
Fernão Gonçalves do Sinal	N/A	CaV, Lisboa, 11.10.1471, L. 22, fl. 35v-36
João Cordeiro	Criado do conde de Monsanto	CaV, Lisboa, 11.10.1471, L. 22, fl. 38v
Pero Gabriel	Moço de estribeira do rei	CaV, Lisboa, 11.10.1471, L. 22, fl. 40
Jerónimo Martins	N/A	CaV, Lisboa, 11.10.1471, L. 22, fl. 41
[Sem Nome]	N/A	CaV, Lisboa, 11.10.1471, L. 22, fl. 61
Estêvão Pires	N/A	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 22, fl. 41v
Antão de Figueiredo	N/A	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 22, fl. 47v
Álvaro Dias	N/A	CaV, Lisboa, 13.10.1471, L. 22, fl. 34
João Eanes	Criado de João Eanes, mercador	CaV, Lisboa, 13.10.1471, L. 22, fl. 40v
João Ribeiro	N/A	CaV, Lisboa, 13.10.1471, L. 22, fl. 48
Vasco Lopes	Lavrador	CaV, Lisboa, 13.10.1471, L. 22, fl. 124v
Nuno da Costa	Escudeiro, antigo criado do cardeal D. Jaime	CaV, Lisboa, 14.10.1471, L. 17, fl. 89
Nuno Fernandes	Lavrador	CaV, Lisboa, 14.10.1471, L. 22, fl. 38
João Álvares	Colaço e escudeiro de Nuno Barreto	CaV, Lisboa, 14.10.1471, L. 22, fl. 47
Nuno Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 15.10.1471, L. 22, fl. 36v-37
Álvaro Dias	N/A	CaV, Lisboa, 15.10.1471, L. 22, fl. 37
Gonçalo Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 15.10.1471, L. 22, fl. 37-37v
Pero de Barros	Alcaide por Fernão Pereira no castelo de Guimarães	CaV, Lisboa, 15.10.1471, L. 22, fl. 40
Gonçalo Eanes Rei	N/A	CaV, Lisboa, 15.10.1471, L. 22, fl. 41-41v

João Fernandes	Marinheiro	CaV, Lisboa, 15.10.1471, L. 22, fl. 47-47v
Gonçalo Pires	Marinheiro	CaV, Lisboa, 16.10.1471, L. 21, fl. 64
Pero Simão	N/A	CaV, Lisboa, 16.10.1471, L. 22, fl. 40v
Estêvão Gago	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 16.10.1471, L. 22, fl. 51-51v
João Gonçalves	Cavaleiro do conde de Vila Real	CaV, Lisboa, 16.10.1471, L. 22, fl. 53
Lourenço Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 16.10.1471, L. 22, fl. 60v
Álvaro Eanes Caiado	N/A	CaV, Lisboa, 16.10.1471, L. 22, fl. 61v
Rodrigo Afonso	Alcaide e carcereiro de Almada	CaV, Lisboa, 16.10.1471, L. 22, fl. 74v
Álvaro Eanes	Tecelão	CaV, Lisboa, 17.10.1471, L. 22, fl. 48v
Martim Gil Barbalão	Familiar de Gonçalo Eanes Barbalão	CaV, Lisboa, 17.10.1471, L. 22, fl. 49
João Luís	Criado de D. Álvaro de Ataíde	CaV, Lisboa, 17.10.1471, L. 22, fl. 49-49v
Vasco Dias	N/A	CaV, Lisboa, 17.10.1471, L. 22, fl. 63v
Estêvão Eanes da Ponte	N/A	CaV, Lisboa, 17.10.1471, L. 22, fl. 84-84v
Pedro Afonso de Barros	Antigo criado do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 18.10.1471, L. 22, fl. 48-48v
João Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 18.10.1471, L. 22, fl. 50
Álvaro Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 18.10.1471, L. 22, fl. 50
Gonçalo Gil	Barqueiro	CaV, Lisboa, 18.10.1471, L. 22, fl. 52
João Fortes	N/A	CaV, Lisboa, 18.10.1471, L. 22, fl. 54-54v
Rui Mendes Solho	N/A	CaV, Lisboa, 19.10.1471, L. 22, fl. 132
Vasco Lopes	Criado de D. Gomes	CaV, Lisboa, 20.10.1471, L. 22, fl. 85
Fernão de Miranda	Escudeiro, criado da rainha de Castela	CaV, Lisboa, 21.10.1471, L. 21, fl. 64v

Fernão Álvares	Criado de Vasco Martins da Cunha	CaV, Lisboa, 21.10.1471, L. 21, fl. 70
Fernão Dias	N/A	CaV, Lisboa, 21.10.1471, L. 22, fl. 55-55v
João Gil	N/A	CaV, Lisboa, 21.10.1471, L. 22, fl. 56
Mem Gonçalves	Escudeiro, criado do chanceler-mor	CaV, Lisboa, 21.10.1471, L. 22, fl. 58
Diogo Afonso	Almocreve	CaV, Lisboa, 21.10.1471, L. 22, fl. 74-74v
Gonçalo Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 21.10.1471, l. 22, fl. 100
João Aires	Filho de Bartolomeu Aires	CaV, Lisboa, 21.10.1471, L. 22, fl. 101
João Rodrigues Sousyno	N/A	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 21, fl. 67
João Pires	Escudeiro de Fernão de Sousa	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 21, fl. 67-67v
João Mendes de Oliveira	Cavaleiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 21, fl. 67v
João Pires Garção	N/A	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 21, fl. 67v-68
Álvaro Lopes	N/A	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 21, fl. 68
Antão Gonçalves	Escudeiro, antigo criado do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 21, fl. 68v
Rui Dias	Escudeiro do chanceler-mor	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 51
Fernão Caldeira	Escudeiro do prior do Hospital	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 54
Álvaro Fernandes Malfrado	N/A	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 56
Álvaro Eanes	Criado de D. Rodrigo de Castro	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 56v-57
Gonçalo do Rego	Moço de estribeira do rei	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 57v
Afonso Fernandes do Outeiro	N/A	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 60v-61
Álvaro Eanes Curza	N/A	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 61
Gonçalo Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 72v

Álvaro Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 72v
Fernando Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 72v
Rodrigo Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 73v
João de Santa Maria	Alfaiate, criado de Inês Eanes	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 74
Álvaro Vieira	Escudeiro de Gonçalo Vaz Coutinho	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 79
Pedro Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 87v
Luís	Filho de João Luís	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 110v
Álvaro de Parada	Criado de Luís de Azevedo	CaV, Lisboa, 23.10.1471, L. 22, fl. 79-79v
Estêvão de Medina	N/A	CaV, Lisboa, 23.10.1471, L. 22, fl. 84
Martinho Esteves	Barbeiro	CaV, Lisboa, 23.10.1471, L. 22, fl. 96v
Fernando Afonso	Filho de Afonso Eanes das Chãs	CaV, Lisboa, 23.10.1471, L. 22, fl. 128
João Afonso	Lavrador	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 21, fl. 21v
Álvaro Carvalho	Escudeiro do bispo de Coimbra	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 59-59v
João Cidram	N/A	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 61v-62
Francisco Eanes Chamorro	N/A	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 63v
Estêvão Martins	Filho de Martim Lourenço	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 64
Estêvão Eanes da Ponte	Criado de Fernão Martela	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 65
Luís Gago	Criado de D. Leonor da Silva	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 65v
Antão Vicente	Lavrador	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 67
João Dias	Barbeiro	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 72
Rui Gomes	Escudeiro do conde de Vila Real	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 75

Fernando Afonso	Ataqueiro	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 75v
João Ascenso	Escudeiro de Artur de Brito	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 76-76v
Afonso Gonçalves	Alfaiate	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 76v-77
Lourenço Esteves Inchado	N/A	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 77v
Fernando Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 82
João de Sousa	Criado do abade de Bouro	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 94-94v
João Fidalgo	Alcaide-pequeno de Faro	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 95v
Rodrigo Eanes	Genro de Fernando Eanes Rato	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 96v
João de Faria	N/A	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 97
Martim Lopes	Ferrador	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 102
João de Abreu	Escudeiro da Casa Real e aposentador na corte	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 116v
João Fernandes	Lavrador	CaV, Lisboa, 24.10.1471, L. 22, fl. 127v
Fernão Pais	Escudeiro de João de Susa	CaV, Lisboa, 25.10.1471, L. 21, fl. 96
João Serrão	N/A	CaV, Lisboa, 25.10.1471, L. 22, fl. 59
João Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 25.10.1471, L. 22, fl. 59v-60
Fernando Afonso Pimpolo	N/A	CaV, Lisboa, 25.10.1471, L. 22, fl. 62v
Martinho Álvares	Escudeiro do rei de Aragão	CaV, Lisboa, 25.10.1471, L. 22, fl. 77
Martim Gonçalves Calvo	N/A	CaV, Lisboa, 25.10.1471, L. 22, fl. 83v-84
João Eanes	Filho de João Eanes, carnicheiro	CaV, Lisboa, 25.10.1471, L. 22, fl. 99
Vicente Álvares Bravo	Antigo escudeiro do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 25.10.1471, L. 22, fl. 101
João Afonso do Ribeiro	Meirinho do julgado de Aregos	CaV, Lisboa, 25.10.1471, L. 22, fl. 131

Fernando Eanes	Escudeiro	CaV, Lisboa, 25.10.1471, L. 22, fl. 132v
Martim Gonçalves Groves	Escudeiro	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 64v-65
Fernão de Paiva	N/A	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 67v
João Lopes	Criado do conde de Marialva	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 67v
Álvaro Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 69v
Afonso Vasques	Criado de João Palermo, carcereiro na vila de Faro	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 81-81v
Fernando Afonso	Tabelião	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 82v
Fernão de Banha	Cavaleiro	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 84v
Lisuarte de Andrade	Filho de Fernão da Banha, cavaleiro	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 84v
Fernão da Banha-o-Moço	Filho de Fernão da Banha, cavaleiro	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 84v
Nuno de Andrade	Filho de Fernão da Banha, cavaleiro	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 84v
Fernão Cerveira	N/A	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 91-91v
Gomes Eanes	Cavaleiro, alcaide-mor da vila de Loulé	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 93
Álvaro Gonçalves	Criado de João Queirós	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 93v
Vasco Fernandes Cide	Carniceiro	CaV, Lisboa, 26.10.1471, L. 22, fl. 126
João Calado	N/A	CaV, Lisboa, 27.10.1471, L. 22, fl. 58v
Francisco Eanes da Ponte	N/A	CaV, Lisboa, 27.10.1471, L. 22, fl. 64v
Lopo Rodrigues Mealheiro	Escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 27.10.1471, L. 22, fl. 68
Gaspar Rodrigues Mealheiro	Escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 27.10.1471, L. 22, fl. 80v-81
André Mealheiro	Escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 27.10.1471, L. 22, fl. 80v-81
Pero Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 62

Fernão Lopes Barregua	Escudeiro do prior do Hospital	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 66-66v
Pero Lopes	Escudeiro e criado de Fernão Coutinho	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 66v-67
Martim Vaz	Escudeiro	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 68
Pedro Eanes Madira	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 68v-69
João Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 69
Martim Rodrigues	Escudeiro de D. João	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 69-69v
Pedro Eanes	Pescador	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 69v-70
Pero Fernandes	Escudeiro de D. João	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 70
Fernão Pires do Sardoal	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 70-70v
Diogo Gil	Barregueiro público, feiticeiro, sorteiro e adivinhador	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 70v
João Afonso Zurapa	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 80-80v
Afonso Álvares	Criado do comendador das Olaias	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 81v
Gil Álvares/Gil Eanes	Escudeiro, criado do conde de Monsanto	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 81v
João Lopes	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 82v
João Afonso Leitão	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 82v
Álvaro Lourenço	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 83
Estêvão Vasques	Antigo escudeiro do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 83v
Soeiro de Barbudo	Fidalgo e escudeiro	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 87v
Pedro Eanes Pincalvos	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 90v
Álvaro Rodrigues Carvalhal	Escudeiro de D. Afonso, conde de Penela	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 92
Lopo Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 93-93v

Nuno Martins	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 98
Fernão de Tomar	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 100
Rui Martins	N/A	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 102
Bernal Esteves	Vaqueiro	CaV, Lisboa, 28.10.1471, L. 22, fl. 116
André Gomes	Filho de Gomes Eanes Franco	CaV, Lisboa, 29.10.1471, L. 21, fl. 52-52v
Diogo Álvares	Antigo criado da infanta D. Catarina	CaV, Lisboa, 29.10.1471, L. 21, fl. 66
Afonso Eanes Serrano	N/A	CaV, Lisboa, 29.10.1471, L. 22, fl. 68v
Gomes Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 29.10.1471, L. 22, fl. 70v
Francisco Lourenço	N/A	CaV, Lisboa, 29.10.1471, L. 22, fl. 80
Gil Muacho	Escudeiro do prior do Hospital [D. Álvaro de Ataíde]	CaV, Lisboa, 29.10.1471, L. 22, fl. 86
Gil da Cunha	Antigo fidalgo da Casa do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 29.10.1471, L. 22, fl. 87
Diogo Lopes	Criado de João de Melo, filho do almirante	CaV, Lisboa, 29.10.1471, L. 22, fl. 87-87v
Fernão de Évora	Filho de Álvaro Gonçalo [ou Gonçalves]	CaV, Lisboa, 29.10.1471, L. 22, fl. 90v-91
Diogo Gonçalves	Filho de Álvaro Gonçalves [ou Gonçalo]	CaV, Lisboa, 29.10.1471, L. 22, fl. 91
Rui Fernandes	Escudeiro do duque de Beja	CaV, Lisboa, 29.10.1471, L. 22, fl. 128v
Pedro Afonso	Moleiro nas azanhas de Alcântara	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 21, fl. 47
Diogo do Vale	Escudeiro do duque de Bragança	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 21, fl. 57
Martim Domingues	Amo de Artur de Brito	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 83-83v
Jorge Muacho	N/A	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 86
Gil Muacho	N/A	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 86
Afonso Fernandes	Carcereiro na prisão de Portalegre	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 88v

Martim Gonçalves	Escudeiro	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 88v-89
Luís Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 89-89v
Vicente Eanes	Filho de João de Lamego	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 91v
Diogo Lopes	Escudeiro	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 92-92v
Afonso Eanes Cordeiro	Carcereiro	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 92v
Ambrósio Gonçalves	Filho de Gonçalo Gonçalves Cordeiro	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 94v
Afonso Pires	N/A	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 95
Diogo Fernandes	Filho de Vicente Fernandes	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 96
Bartolomeu Pires	N/A	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 97v
Pero Lopes	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 17, fl. 35-35v
Rodrigo Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 21, fl. 47
Álvaro Fernandes	Alcaide-pequeno de Almada	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 21, fl. 52v-53
Gonçalo Mateus	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 21, fl. 53v
João Muzelo	Escudeiro de Duarte Furtado, alcaide-pequeno do Torrão	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 21, fl. 54v
Tomás Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 21, fl. 57v
Afonso Eanes Ribeiro	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 21, fl. 58v
Martinho Eanes Galego	Pedreiro	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 21, fl. 65
Lopo Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 21, fl. 65-65v
Gomes Muacho	Antigo criado do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl. 80v
Pero Vasques	Meirinho e carcereiro em Cabeço de Vide	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl. 88-88v
João Álvares	Barbeiro, filho de Álvaro Eanes, barbeiro	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl. 89

João Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl. 89v
João Preto	Barregueiro público [que é crime]	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl. 90-90v
Pedro Eanes	Criado de João de Sousa	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 92
Fernão Gonçalves	Criado de Henrique Nunes	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 95v-96
Vasco Gonçalves	Antigo criado do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 96-96v
Álvaro Nunes	Criado de Gonçalo Vasques de Armelo	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 97-97v
João Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 98
Estêvão Terreiro	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 98v
Álvaro Dias	Escudeiro de Álvaro de Ataíde	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 98v
Pedro Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 99v
João de Londres	Pescador	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl. 100-100v
Pedro Eanes Revolado	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 100v
Lopo Fernandes Paparato	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 102v
Gonçalo Muacho	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 102v
Fernão Delgado	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 103-103v
Luís Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 112
Pero Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 113
Diogo Fernandes	Lavrador	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 114v-115
João Afonso	Escudeiro de Vasco Martins de Melo	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 117-117v
Álvaro	Criado de Martim Gil-o-Moço, escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 128v
Fernando Eanes	Antigo escudeiro do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl 130v

Martim Pires	Marinheiro e piloto	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 29, fl. 33
Afonso Eanes Nicolau	N/A	CaV, Lisboa, 17.11.1471, L. 17, fl. 2v-4
Fernão Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 69v-70
João Vicioso	Escudeiro	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 69v
ILEGÍVEL	ILEGÍVEL	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 17, fl. 75v-76
João	Criado de Aires Coelho	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 2
Gonçalo Pereira	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 2v
Gabriel Pereira	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 2v
João Corvelo	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 3
Estêvão Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 5v
João Martins	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 5v-6
Mem Varela	Escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 6
Nuno Álvares Correia	Escudeiro	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 17v
Luís Gonçalves	Criado de Rui Pereira	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 57
João Nogueira	Barbeiro	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 57v-58
Ascençõ Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 60v
Álvaro Domingues	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 60v
Vasco Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 65v
Gil Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 65v
Bartolomeu	Criado de Lopo Rodrigues	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 65v
Fernão Machado	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 21, fl. 66-66v

Afonso Pires	Vidreiro	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 85v
Gil Fernandes	Escudeiro, criado do bispo D. João da Costa	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 88
Gil Lourenço	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 89v-90
João Vasques	Escudeiro do bispo de Coimbra [D. João Galvão]	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 90
João Fernandes Cachaça	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 97
Lopo Rodrigues da Cortiçada	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 97v
Afonso Eanes de Amores	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 99-99v
Jácome Afonso	Criado de Fernão Pereira	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 102v
Lopo Vasques	Monteiro	CaV Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 106
Gonçalo Monieiro	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 106
André Pires	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 106v
João Martins de Paradela	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 108
João Afonso Gago	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 112v
João Pires	Carpinteiro	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 113-113v
João Luís	Tecelão	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 114
Luís Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 114v
Pero Vieira	Escudeiro do duque de Guimarães	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 115-115v
Martinho	Filho de Martinho Anes	CaV, Lisboa, 01.11.1471, L. 22, fl. 131
Estêvão Procado	N/A	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 21, fl. 1v
Diogo Gonçalves	Escudeiro	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 21, fl. 2
João Carvalho	Escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 21, fl. 10

Gonçalo Gonçalves	Barbeiro	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 21, fl. 15v-16
Diogo Belo	Escudeiro de Lopo de Almeida	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 21, fl. 16-16v
Bernardo Domingues	Criado de Francisco Eanes	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 21, fl. 47v
Fernão Pires	Escudeiro de Afonso Pereira, reposteiro-mor régio	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 21, fl. 65
João Esteves	Barbeiro	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 22 fl. 107
Diogo Gonçalves	Carregueiro	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 22 fl. 110
Martim Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 22 fl. 110v
Pero Fernandes	Criado do Doutor Diogo da Fonseca	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 22 fl. 111v
Gonçalo Lopes	Escudeiro do bispo de Santa Cruz, conselheiro régio	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 22 fl. 113v
Afonso Esteves	N/A	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 22 fl. 115v-116
Lopo Esteves	Cavaleiro	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 2-2v
João Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 3-3v
Diogo Lourenço	N/A	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 3v
Diogo Lopes	Alcaide-pequeno na vila do Redondo	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 3v
Fernando Eanes	Amo de Gonçalo Falcão, fidalgo da Casa Real	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 4v-5
Lopo Rodrigues Borreco	N/A	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 9
João Ordeiro	N/A	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 10
João Martins	Criado régio	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 10v
Pero Fernandes	Criado de Diogo Vasques Coutinho	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 11-11v
Martinho Afonso Margallo	N/A	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 13v
Pero Vasques	Filho de Vasco Pires	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 53

Álvaro Vasques	Filho de Vasco Pires	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 53
Álvaro Eanes do Porto	Marinheiro	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 21, fl. 77
Pero Vaz	Cavaleiro, colação do rei D. Pedro	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 22, fl. 103v-104
Abraão Matecias	N/A	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 22, fl. 106
Pedro Folgado	N/A	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 22, fl. 112
Pero Martins	N/A	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 22, fl. 117v
Antão Gonçalves Bargo	N/A	CaV, Lisboa, 04.11.1471, L. 22, fl. 118
Fernando	Filho de Rodrigo Anes	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 17, fl. 81-81v
Mateus	Filho de Rodrigo Anes	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 17, fl. 81v
Pedro Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 17, fl. 95
Afonso Lopes	Filho de Lopo Gonçalves	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 4v
Fernão Lopes Barregua	Filho de Lopo Álvares	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 5
Rodrigo Eanes	Forcado	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 7
Álvaro Rodrigues de Montalvão	N/A	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 7
Lopo Esteves	N/A	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 7
Álvaro Gil	N/A	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 7-7v
Álvaro Gomes Godinho	N/A	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 9
Gonçalo Ganiçosso	N/A	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 13
Diogo Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 13v
Fernão Gil	N/A	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 14
João Gonçalves	Marinheiro, contra-mestre de uma nau régia	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 26v-27

João Carrasco	N/A	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 50v-51
Martim Carrasco	Irmão de Lourenço Carrasco	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 51
Lourenço Carrasco	Irmão de Martim Carrasco	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 51
Martim Branco	Criado de proto-notário	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 51v
Lopo Mendes	N/A	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 53v-54
João Lopes	Criado de Henrique de Sousa, fidalgo da Casa Real	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 55
Afonso Luís	Criado de D. Álvaro de Ataíde	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 69
João Luís	Criado de D. Álvaro de Ataíde	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 21, fl. 69
Rodrigo Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 22, fl. 103
Afonso Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 22, fl. 104
Fernão Gonçalves	Filho de João Fernandes	CaV, Lisboa, 05.11.1471, L. 22, fl. 104-104v
Fernando Afonso	Barbeiro	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 17, fl. 14v
Pero Gil	N/A	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 4
João Fernandes	Antigo escudeiro do infante D. Henrique	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 7v
João Fialho	N/A	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 11v-12
João Ramires	N/A	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 12-12v
Álvaro Estaço	Antigo moço de estribeira do infante D. João	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 13v-14
Álvaro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 15
João da Vinha	N/A	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 16v
Rodrigo Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 18
Álvaro de Paiva	Criado de D. Henrique de Castro	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 23

Silvestre Gil	Escudeiro do comendador de Roudal	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 24
Lançarote Lampreia	Escudeiro de Álvaro de Ataíde	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 24v
Fernão de Figueiredo	Escudeiro	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 25v
Luís Eanes de Lobão	N/A	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 21, fl. 50-50v
Lourenço Gonçalves	Ferrador	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 22, fl. 105
João Castro	N/A	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 22, fl. 106v-107
Francisco Eanes	Criado de Gonçalo Lourenço	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 22, fl. 107
Fernão Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 22, fl. 108
Jacob Almale	Judeu	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 22, fl. 109v
Vasco Martins	Criado e escudeiro de D. Jorge, arcebispo de Lisboa	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 22, fl. 110
Sallamam de Nate	Judeu	CaV, Lisboa, 06.11.1471, L. 22, fl. 118
Álvaro Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 07.11.1471, L. 21, fl. 6v-7
Rodrigo Afonso do Freixial	N/A	CaV, Lisboa, 07.11.1471, L. 21, fl. 8v
Rodrigo Álvares	Escudeiro de João Rodrigues de Sá	CaV, Lisboa, 07.11.1471, L. 21, fl. 11
João Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 07.11.1471, L. 21, fl. 25-25v
Pedro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 07.11.1471, L. 22, fl. 108v-109
Álvaro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 07.11.1471, L. 22, fl. 109
Martim Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 21, fl. 8-8v
Pero Lourenço	N/A	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 21, fl. 11v
Pedro	Filho de Pedro Eanes	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 21, fl. 15v
João Eanes	Filho de Pedro Eanes	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 21, fl. 15v

Pedro Eanes	[Pai de Pedro e João Eanes]	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 21, fl. 15v
Gonçalo Martins	Carcereiro na prisão da vila de Torre de Moncorvo	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 21, fl. 20
Pero Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 21, fl. 20-20v
Afonso Domingues	N/A	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 21, fl. 34
Fernão Mendes	Escudeiro de Rui Pereira	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 21, fl. 49v-50
Fernão Gaçoso	Filho de Gonçalo Lourenço Gaçoso	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 21, fl. 51
Gil Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 21, fl. 52
Gaspar Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 21, fl. 78
Martim Afonso	Trombeteiro, filho de Afonso Eanes, brigão	CaV, Lisboa, 08.11.1471, L. 29, fl. 74
João Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 09.11.1471, L. 21, fl. 13
Lopo Fernando	N/A	CaV, Lisboa, 09.11.1471, L. 21, fl. 25
Vasco Lourenço	N/A	CaV, Lisboa, 09.11.1471, L. 21, fl. 29
João	Filho de Martinho Afonso	CaV, Lisboa, 09.11.1471, L. 21, fl. 56
João Coelho	Moço de estribeira do bispo de Coimbra	CaV, Lisboa, 09.11.1471, L. 22, fl. 104v
Gonçalo Pires Frechote	N/A	CaV, Lisboa, 09.11.1471, L. 22, fl. 107v
Luís Pires Frechote	N/A	CaV, Lisboa, 09.11.1471, L. 22, fl. 107v
Vicente Afonso	Filho de Antão Afonso, picheleiro	CaV, Lisboa, 10.11.1471, L. 17, fl. 9v
Lourenço Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 10.11.1471, L. 17, fl. 90v
Pedro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 10.11.1471, L. 21, fl. 15
Gil Vasques	Criado de D. Pedro de Meneses	CaV, Lisboa, 10.11.1471, L. 21, fl. 26
Álvaro Rodrigues Mexilhão	N/A	CaV, Lisboa, 10.11.1471, L. 21, fl. 31v-32

Álvaro Pires	Cordoeiro	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 17, fl. 5
João Rodrigues	Escudeiro de Lopo Vasques de Castelo Branco	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 17, fl. 50
João Palheiro	N/A	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 17, fl. 89
Pero Gonçalves	Filho de João Gonçalves Coutada	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 19v
António Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 22v-23
Pay [Paio?] Rodrigues de Araújo	Escudeiro	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 23v-24
Lopo Rodrigues de Araújo	N/A	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 24
João Dias	Criado de Rui de Melo	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 26
Fernando Estremoz	Criado de Dinis Eanes	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 26v
Henrique de Sousa	Fidalgo da Casa Real	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 27
Lopo	N/A	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 27-27v
Diogo Afonso	Criado de Martim Ferreria	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 28v
João Galego	Oleiro	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 30v
Rodrigo Eanes	Lavrador	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 30v
Gonçalo Dias	N/A	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 30v-31
Nuno Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 32-32v
Rui da Fonseca	Cavaleiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 34v-35
Gonçalo Vasques Tristão	Criado de Fernão da Banha	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 36
Mem de Figueiredo	Criado do Doutor Álvaro Gonçalves	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 49
André Martins	Escudeiro da Casa Real, acontiado de Gonçalo Monteiro	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 49-49v

Vasco Pires	Escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 51
Álvaro Domingues	Antigo escudeiro do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 51-51v
Lopo Abade	N/A	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 54-54v
Fernão de Sousa	Fidalgo da Casa Real	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 56
Fernão de Álvares	Criado de Eitor de Sousa	CaV, Lisboa, 11.11.1471, L. 21, fl. 92
Fernão Gil Cavalo	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 17, fl. 7
Gonçalo Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 17, fl. 99v
João Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 17
João Lopes	Almotacé na Benedita	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 26
Rodrigo Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 31
Rodrigo Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 31-31v
João Fernandes	Carcereiro na prisão da vila de Loulé	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 31v
Fraando Negro	Criado de Urraca Moniz	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 31v
Fernão Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 32
Pedro Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 34v
João Vicente	Criado de Rui Fonseca, cavaleiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 34v
João Gomes de Alconches	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 35
Duarte Barreto	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 35-35v
António Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 39v
Martim Vasques Jurdano	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 54
João da Mata	Criado de Álvaro de Brito	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 55v

Brás Dias	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 71
Gonçalo Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 85v-86
Lopo Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 13.11.1471, L. 21, fl. 18
Lourenço Anes Aldão	N/A	CaV, Lisboa, 13.11.1471, L. 21, fl. 19-19v
Álvaro Dias	N/A	CaV, Lisboa, 13.11.1471, L. 21, fl. 27v
João da Silva	Taqueiro	CaV, Lisboa, 13.11.1471, L. 21, fl. 30
João Vilela	Criado de Rui Pereira	CaV, Lisboa, 13.11.1471, L. 21, fl. 30-30v
Luís Gonçalves	Criado de Rui Pereira	CaV, Lisboa, 13.11.1471, L. 21, fl. 33
Pedro Álvares	Marinheiro da "Alainha Rydallada"	CaV, Lisboa, 13.11.1471, L. 21, fl. 35v-36
João Cardoso	N/A	CaV, Lisboa, 13.11.1471, L. 21, fl. 55-55v
Afonso Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 13.11.1471, L. 21, fl. 78v
Fernando Aires	N/A	CaV, Lisboa, 13.11.1471, L. 21, fl. 86
Diogo Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 14.11.1471, L. 21, fl. 22v
Diogo Pires	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 14.11.1471, L. 21, fl. 29v
Luís Fernandes	Tabelião	CaV, Lisboa, 14.11.1471, L. 21, fl. 34-34v
João de Lisboa-o-Moço	Filho de João de Lisboa	CaV, Lisboa, 14.11.1471, L. 21, fl. 35v
Vasco Gomes	Escudeiro de Luís de Cáceres	CaV, Lisboa, 14.11.1471, L. 21, fl. 37v
Diogo Lopes	Antigo escrivão das sisas na vila de Portel	CaV, Lisboa, 14.11.1471, L. 21, fl. 39
João Rodrigues Pessanha	Rendeiro do verde da vila de Tavira	CaV, Lisboa, 14.11.1471, L. 21, fl. 95
Fernão da Mesquita	Cavaleiro da Casa de D. Afonso	CaV, Lisboa, 14.11.1471, L. 29, fl. 52
João de Pena	N/A	CaV, Lisboa, 15.11.1471, L. 17, fl. 1v

Diogo Pires	Filho de Pero Martins	CaV, Lisboa, 15.11.1471, L. 17, fl. 83v
Vicente Dias	Escudeiro, criado do conde de Vila Real	CaV, Lisboa, 15.11.1471, L. 21, fl. 32v
Bartolomeu Pires	Escudeiro e criado de Gonçalo Vasques Coutinho	CaV, Lisboa, 15.11.1471, L. 21, fl. 70-70v
Lopo Domingues Belo	N/A	CaV, Lisboa, 16.11.1471, L. 21, fl. 17v
Fernão Lopes	N/A	CaV, Lisboa, 16.11.1471, L. 21, fl. 18v
João de Arouca	Escudeiro do conde de Monsanto	CaV, Lisboa, 16.11.1471, L. 21, fl. 20v
Diogo Lopes	N/A	CaV, Lisboa, 16.11.1471, L. 21, fl. 28v-29
Álvaro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 16.11.1471, L. 21, fl. 34
João da Costa-o-Velho	N/A	CaV, Lisboa, 16.11.1471, L. 21, fl. 37v-38
Antão	Filho de Pedro Afonso	CaV, Lisboa, 17.11.1471, L. 21, fl. 19
Fernando Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 17.11.1471, L. 21, fl. 41
André Feio	Escudeiro	CaV, Lisboa, 17.11.1471, L. 21, fl. 44v
Álvaro de Araújo	N/A	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 17, fl. 1
Martim Anes de Barbosa	N/A	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 17, fl. 81
João do [...]	Escudeiro da Casa Real e almoxarife régio em Beja	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 17, fl. 93v-94
Rui Dias Bocarro-o-Moço	N/A	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 17, fl. 94
Álvaro Pires Gernjaro	N/A	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 21, fl. 17
João Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 21, fl. 19
Álvaro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 21, fl. 19
Álvaro Dias	Escudeiro de D. João de Castro	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 21, fl. 19v-20
Diogo de Soure	N/A	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 21, fl. 20v-21

João Valadaom	N/A	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 21, fl. 33-33v
Yoçe Benasser	Judeu	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 21, fl. 36v-37
Fernão Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 21, fl. 37-37v
Nuno Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 21, fl. 70
Estêvão Gonçalves Valdarrego	N/A	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 21, fl. 83-83v
Vasco Gonçalves	Filho de Gonçalo Rodrigues	CaV, Lisboa, 18.11.1471, L. 22, fl. 126
João Balero	Escudeiro	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 17, fl. 53v
Vasco Fernandes	Escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 17, fl. 83v-84
Diogo	Filho de Vasco Vicente	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 17, fl. 84-84v
António Vasques	Escudeiro do prior do Crato [D. Álvaro de Ataíde]	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 22
Pero Gonçalves	Escudeiro do rei D. Pedro de Aragão	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 22-22v
Gonçalo Nunes	Alcaide de Arruda	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 23
Pero Vasques	Antigo criado do infante D. Henrique	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 36-36v
Fernão Lopes	N/A	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 38
Diogo Lopes Calvo	N/A	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 38v
João Lopes	Oleiro	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 40-40v
Fernão Vargo	N/A	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 44
João Vasques	Lavrador	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 45-45v
Álvaro Pires	Filho de Pero Eanes	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 82
Martim Hichoa	N/A	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 100
Pero Hichoa	N/A	CaV, Lisboa, 19.11.1471, L. 21, fl. 100

Vicente Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 17, fl. 15
Lourenço Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 17, fl. 35
Fernão Cardoso	Antigo escudeiro e criado do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 17, fl. 47
Diogo Rodrigues de Arauto	Cavaleiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 22
Pedro Eanes	Criado de Diogo Rodrigues, Cavaleiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 38
Diogo Álvares Pinto	Escudeiro	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 38v-39
Gonçalo Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 41v-42
Afonso Martins	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 42
Rui Martins do Lombo	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 42
Pero Gomes	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 42v
Nuno Martins	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 43v-44
Baltazar Rodrigues	Cavaleiro	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 44v-45
João Rodrigues	Filho de Rodrigo Álvares	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 61
Garcia Henriques	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 69-69v
Fernando Eanes	Carcereiro	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 71
Graviel Gonçalves	Criado de Rui Pereira	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 71v-72
João Romeu	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 72
João Martins	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 75-75v
Diogo Gonçalves Pouco Sangue	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 79v
Diogo Lopes	Escudeiro, criado de Fernão Soares	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 80v-81
Fernão Vasques Chocalho	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 87v

João Afonso	Tabelião	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 92v
João Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 94
Estêvão Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 20.11.1471, L. 21, fl. 94
Rodrigo Afonso Segundo	N/A	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 17, fl. 39v
Vasco Gil	N/A	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 17, fl. 76v-77
Lourenço Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 17, fl. 79
Gil Lopes	N/A	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 4
João Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 40v
Martim Gomes Teixeira	Escudeiro, criado de Álvaro da Cunha	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 41
Álvaro Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 41v
Fernão Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 43-43v
João do Oliveira	Escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 46
João Esteves	Moedeiro	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 47v
Rui Gomes	Escudeiro	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 69
Álvaro Gonçalves	Escudeiro	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 74v
Álvaro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 74v-75
Gilv Vaz	N/A	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 75
João Martins	Escudeiro de Pedro de Albuquerque	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 77
João Luís	Filho de João Pires	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 79
João Rodrigues	Criado de D. Fernando de Meneses	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 79
Rui Lopes	Escudeiro de Pedro de Ataíde	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 81

Fernão Rodrigues	Escudeiro, juiz em Silves	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 122v-123
Afonso de Borraíno	Lavrador	CaV, Lisboa, 21.11.1471, L. 21, fl. 150
Pero Figueira	Criado de Gil Vasques de Alteior, comendador de Almada	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 17, fl. 23
Gonçalo de Germil	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 17, fl. 32
Pero Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 17, fl. 32-32v
João Fernandes Corvão	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 17, fl. 51-51v
Afonso Lopes	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 17, fl. 53
João Mendes Lobato	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 17, fl. 57v
[Ilegível]	[Ilegível]	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 17, fl. 75v
Gonçalo Vasques	Escudeiro de Álvaro Pires de Távora	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 17, fl. 79v
Álvaro Eanes Pascoal	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 17, fl. 80-80v
Lopo Esteves	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 17, fl. 81
Álvaro Martins	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 17, fl. 92
Afonso Eanes	Barbeiro	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 17, fl. 92v
Bartolomeu Gomes	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 43
Diogo Eanes	Vassalo régio e escudeiro do príncipe	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 43
João Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 43v
Álvaro Pires	Escudeiro, criado de Álvaro da Cunha	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 45v-46
João Afonso	Escudeiro	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 46v
Nuno Rodrigues	Escudeiro, alcaide-pequeno e carcereiro na vila de Moura	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 59
Gonçalo Martins	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 71v

Rui Grande	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 72v
Gonçalo Pousado	Escudeiro do conde de Vila Real	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 73v-74
João Dias	Escudeiro	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 74
Gonçalo Barbudo	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 74-74v
Diogo Delgado	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 77v
Gonçalo Delgado	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 77v
Vasco Fernandes	Criado de Rui Gomes da Silva	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 77v-78
Nuno Gonçalves	Sobrinho do arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 78-78v
Bartolomeu Rodrigues Durão	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 21, fl. 82v
João de Sarrea	N/A	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 22, fl. 120v
Gil Martins	Escudeiro de Fernão de Sousa	CaV, Lisboa, 22.11.1471, L. 22, fl. 121v
João Fernandes	Filho de Fernão Pais	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 17, fl. 3
Fernão Pires	[Pai de João Fernandes]	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 17, fl. 3
Pedro Afonso	Escudeiro e criado de Afonso Pereira	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 17, fl. 8-8v
Rui Fernandes	Filho de Fernão Vasques, tosador; Criado de Rui Dias Lobo	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 17, fl. 76v
João Nunes	Criado de Rui de Sousa	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 17, fl. 79
João Vaz Lordelo	Vassalo régio e escudeiro do duque de Bragança	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 17, fl. 81v-82
Martim Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 17, fl. 82-82v
João Dias	Criado do duque de Guimarães	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 17, fl. 87v
João Gonçalves	Criado de D. Jorge da Costa, arcebispo de Lisboa	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 17, fl. 91-91v
João Esteves	N/A	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 17, fl. 92-92v

Fernão Vieira	N/A	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 41-41v
Nuno Pinto	Criado de D. João [futuro marquês de Montemor]	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 45
Fernão Pinheiro	Criado de D. Afonso, conde de Faro	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 46-46v
Mem Soares	Escudeiro do duque de Guimarães	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 46v
Álvaro da Areosa	Lavrador	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 48
João da Biscaia	N/A	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 48
Pero de Vila Franca	N/A	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 73
Diogo de Beja	Criado de Rui de Sousa	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 75
Vasco Gil de Abreu	Criado de Pero Vaz de Sobrera	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 76-76v
Lopo da Silva	N/A	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 80
João	Filho de Afonso Macisoço	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 80-80v
Álvaro Eanes	Antigo espingardeiro do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 82
Álvaro Pires	Criado de Airas Pinto	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 83v-84
Fernão de Acorda	N/A	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 84
João Durte	N/A	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 94
Gonçalo Álvares	Escudeiro do duque de Guimarães	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 21, fl. 121-121v
Rui Fernandes	Antigo escudeiro do infante [D. Henrique? D. Fernando?]	CaV, Lisboa, 23.11.1471, L. 33, fl. 113v
Fernão Criado	N/A	CaV, Lisboa, 24.11.1471, L. 17, fl. 52
André Gonçalves	Criado de Luís Pinto, escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger [?], 24.11.1471, L. 17, fl. 85v
Luís Gonçalves	Alfaiate	CaV, Lisboa 24.11.1471, L. 17, fl. 86v
João do Casal	N/A	CaV, Lisboa, 24.11.1471, L. 21, fl. 21-21v

Álvaro Vasques	Sapateiro	CaV, Lisboa, 24.11.1471, L. 21, fl. 48-48v
João Dias	N/A	CaV, Lisboa, 24.11.1471, L. 21, fl. 48v
Pero Eanes Salulho	Pescador	CaV, Lisboa, 24.11.1471, L. 21, fl. 70v
Vicente Martins	N/A	CaV, Lisboa, 24.11.1471, L. 21, fl. 72v-73
Pedro Gomes	N/A	CaV, Lisboa, 24.11.1471, L. 21, fl. 81
João Loureço	Filho de Lourenço Martins	CaV, Lisboa, 24.11.1471, L. 21, fl. 84v
Afonso Martins	N/A	CaV, Lisboa, 24.11.1471, L. 22, fl. 100
Pero Fernandes	Filho de João do Campo	CaV, Lisboa, 24.11.1471, L. 22, fl. 123
Álvaro Lopes	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 1v-2
Álvaro Afonso	Criado de Fernão d'Almeida, fidalgo da Casa Real	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 36v-37
João Lopes Tornay	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 45v-46
João Bernaldes	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 48v
Abraão Negro	Judeu, mercador	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 48v-49
Diogo Pires	Escudeiro	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 49v
Pedro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 59-59v
Moussem Cavaleiro	Judeu	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 80
Salomão Adejes	Judeu	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 81v
João Dormngues	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 83v
Lourenço Esteves Baião	Criado de Rui Dias de Serpa	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 84v
João Domingues	Carpinteiro	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 86
Lopo Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 91v

Fernando Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 91v
Fernão Lopes	Filho de Lopo Gil	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 91v-92
Álvaro Domingues	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 17, fl. 92
Álvaro Fernandes	Homem solteiro	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 21, fl. 46v-47
Pero Gil	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 21, fl. 76
João Aires	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 21, fl. 88v-89
Pero Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 21, fl. 96
João Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 21, fl. 99v
Vicente Anes Silvestre	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 21, fl. 100
Gonçalo Fernandes Gereiro	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 22, fl. 119
João	Filho de Gonçalo Fernandes Gereiro	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 22, fl. 119
Estêvão Vasques Boiero	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 22, fl. 119-119v
Josepe Carafatim	Judeu	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 22, fl. 120-121
Pedro Anes	Escudeiro	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 22, fl. 122v
Fernão Martins	N/A	CaV, Lisboa, 25.11.1471, L. 33, fl. 55
Afonso Eanes Pascoal	N/A	CaV, Lisboa, 26.11.1471, L. 17, fl. 80v
Afonso Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 26.11.1471, L. 17, fl. 107
João Álvares	Carcereiro e alcaide-pequeno de Loulé	CaV, Lisboa, 28.11.1471, L. 17, fl. 48
João Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 28.11.1471, L. 17, fl. 52v-53
João Martins	Homem solteiro	CaV, Lisboa, 28.11.1471, L. 17, fl. 85
Fernão Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 28.11.1471, L. 21, fl. 89-89v

Álvaro Garcia	Criado de Garcia Rodrigues, escudeiro	CaV, Lisboa, 28.11.1471, L. 22, fl. 125v-126
João Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 29.11.1471, L. 17, fl. 10-10v
António Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 29.11.1471, L. 17, fl. 27v
Nuno de Figueiredo	Escudeiro de Lourenço Pires de Távora	CaV, Lisboa, 29.11.1471, L. 17, fl. 51v-52
Gonçalo Garcia	N/A	CaV, Lisboa, 29.11.1471, L. 17, fl. 61v
Luís d'Azevedo	Fidalgo, antigo criado do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 29.11.1471, L. 17, fl. 92v-93
João de Vila do Conde	Criado de Luís d'Azevedo	CaV, Lisboa, 29.11.1471, L. 17, fl. 93-93v
Fernão Lourenço	N/A	CaV, Lisboa, 29.11.1471, L. 21, fl. 71
Luís Gonçalves Palmeiro	Alcaide e carcereiro de Alcácer do Sal	CaV, Lisboa, 29.11.1471, L. 21, fl. 95v
João Prior	Escudeiro de Rui de Melo	CaV, Lisboa, 29.11.1471, L. 22, fl. 119v-120
Martim Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 29.11.1471, L. 22, fl. 124
Lopo Dias	N/A	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 17, fl. 14-14v
João Gonçalves	Criado de D. Afonso, conde de Penela	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 17, fl. 38v
João Gil	Criado de Vasco Fernandes de Gouveia	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 17, fl. 47v
Gonçalo Vasques Ramalho	N/A	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 17, fl. 50v-51
[Ilegível]	[Ilegível]	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 17, fl. 74
João Álvares Miorgas	N/A	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 17, fl. 74-74v
Diogo Fernandes Frangalho	N/A	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 17, fl. 94v
Gomes da Costa	N/A	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 21, fl. 42-42v
Pero Salvadores ou Pero da Velha	N/A	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 21, fl. 61V

Diogo Magalhães	N/A	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 21, fl. 93v
João Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 21, fl. 96v-97
Lopo Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 21, fl. 99
Abraão Avam	Judeu	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 22, fl. 121v-122
Álvaro Pais	Criado de Vasco Fernandes de Gouveia	CaV, Lisboa, 30.11.1471, L. 22, fl. 122-122v
André de Bairos	Escudeiro do conde de Monsanto	CaV, Lisboa, 31.11.1471, L. 21, fl. 14v
Vasco Lopes	N/A	CaV, Lisboa, [20].12.1471, L. 17, fl. 33v-34
João Velho	N/A	CaV, Lisboa, 01.12.1471, L. 17, fl. 33-33v
Álvaro Gonçalves	Alfaiate	CaV, Lisboa, 01.12.1471, L. 17, fl. 70-70v
Álvaro Eanes de Camayoes	Criado de Gonçalo Godez	CaV, Lisboa, 01.12.1471, L. 22, fl. 123v
Pedro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 02.12.1471, L. 17, fl. 6
Gonçalo Gil	N/A	CaV, Lisboa, 02.12.1471, L. 17, fl. 33v
Vasco Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 02.12.1471, L. 17, fl. 66
Álvaro Mendes-o-Velho	N/A	CaV, Lisboa, 02.12.1471, L. 21, fl. 92
João Gonçalves Leal	N/A	CaV, Lisboa, 02.12.1471, L. 21, fl. 93v
Vasco Álvares Cordeiro	N/A	CaV, Lisboa, 02.12.1471, L. 21, fl. 93v
Fernão Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 02.12.1471, L. 21, fl. 93v
Diogo Martins	Tabelião	CaV, Lisboa, 02.12.1471, L. 21, fl. 93v
Rui Nunes	Escudeiro	CaV, Lisboa, 02.12.1471, L. 21, fl. 94v
Simão	Filho de João Eanes	CaV, Lisboa, 02.12.1471, L. 21, fl. 98v-99
Fernão Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 02.12.1471, L. 22, fl. 105v

Álvaro Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 17, fl. 6
Lopo Afonso	Escudeiro de Luís Mendes d'Arraiolos	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 17, fl. 7v
Estêvão de Lousã	Escudeiro de Álvaro Rodrigues de Lima	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 17, fl. 9-9v
Álvaro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 17, fl. 31
Álvaro Mendes Batalha	Escudeiro	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 17, fl. 32v-33
João Rodrigues	Colaço de Gonçalo Coelho	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 17, fl. 50-50v
Martim da Ponte	N/A	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 17, fl. 54-54v
Fernando Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 17, fl. 55v
Diogo Gil	N/A	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 21, fl. 60
João Esteves	N/A	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 21, fl. 88
Afonso Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 21, fl. 90
João Gonçalves	Carcereiro	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 21, fl. 93
Estêvão Lourenço	Escudeiro	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 21, fl. 94v
Martim Anes	Sapateiro	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 21, fl. 97v
Lopo Esteves	N/A	CaV, Lisboa, 03.12.1471, L. 33, fl. 46
Vasco Gonçalves	Antigo escudeiro do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 04.12.1471, L. 17, fl. 49-49v
Gonçalo Pires	Barbeiro	CaV, Lisboa, 04.12.1471, L. 17, fl. 52-52v
[Ilegível]	N/A	CaV, Lisboa, 04.12.1471, L. 17, fl. 64v-65
João de Figueiredo	Alcaide do castelo da Covilhã	CaV, Lisboa, 04.12.1471, L. 17, fl. 73
Abraão Roudi	Judeu	CaV, Lisboa, 04.12.1471, L. 17, fl. 88
Pero Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 04.12.1471, L. 21, fl. 87

Estêvão Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 04.12.1471, L. 21, fl. 97-97v
Pedro Eanes	Criado do arcebispo de Braga	CaV, Lisboa, 04.12.1471, L. 22, fl. 124v-125
Afonso Eanes	Criado do bispo de Coimbra [D. João Galvão]	CaV, Lisboa, 04.12.1471, L. 22, fl. 125
Pero Vasques	Escudeiro do bispo de Coimbra [D. João Galvão]	CaV, Lisboa, 04.12.1471, L. 22, fl. 126
João Cirne	Criado do bispo do Porto	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 17, fl. 6v
Diogo Rodrigues	N/A	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 17, fl. 8v-9
João Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 17, fl. 12v-13
João Rodrigues	Filho de Rui Gomes	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 17, fl. 66v-67
Estêvão Gonçalves	Filho de João Esteves e criado de D. Francisco Coutinho	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 17, fl. 67v
João Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 17, fl. 71
Marco Esteves Pidipão	N/A	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 21, fl. 88
Nuno Esteves Pidipão	N/A	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 21, fl. 88v
Lourenço Esteves Pidipão	N/A	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 21, fl. 88v
Fernão Vasques	Carcereiro em Canas de Senhorim	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 21, fl. 89v
Fernão Carvalho	Escudeiro de Fernão Coutinho	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 21, fl. 91
D. Pedro de Meneses	Conselheiro régio	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 21, fl. 95v
Pero Lourenço	Filho de Lourenço Vaz	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 22, fl. 105-105v
Vasco Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 05.12.1471, L. 22, fl. 123v-124
Rodrigo Álvares	Barbeiro	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 1-1v
Diogo Lopes	Escudeiro e criado de Diogo Gil Martins	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 7v-8
Martim Afonso Coronheiro	Criado de Rui de Sousa; [Coronheiro?]	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 9v-10

Pero Centrom	Criado de Fernão de Castro	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 10v-11
Vasco Eanes	Criado da duquesa D. Constança	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 13-13v
Lourenço da Devesa	N/A	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 31-31V
Gonçalo Lourenço de Prado	Filho de Lourenço da Devesa	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 31v
João do Prado	Filho de Lourenço da Devesa	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 31v
Rui Lopes da Horta	Cavaleiro, antigo criado do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 33
Afonso Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 34v
Rodrigo	Irmão de Afonso Fernandes [em cima]	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 34v
Pedro Anes da Rabada	N/A	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 53v-54
Duarte Ferreira	Escudeiro de Fernão de Melo, conselheiro régio	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 17, fl. 65v
Estêvão Apariço	N/A	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 21, fl. 86v
Diogo Dinis	Escudeiro do prior do Crato [D. Vasco de Ataíde]	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 21, fl. 96v
Pero Fernandes	Criado de Artur da Caicha	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 21, fl. 99v
Gonçalo Fernandes de Codeçoso	N/A	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 21, fl. 100v
Pedro Anes Valdonim	N/A	CaV, Lisboa, 06.12.1471, L. 22, fl. 123-123v
Rui Colaço	Ouvidor do Seixo e do Casal pelo príncipe D. João	CaV, Lisboa, 07.12.1471, L. 17, fl. 13v-14
Diogo Lopes	N/A	CaV, Lisboa, 07.12.1471, L. 17, fl. 30
Pedro Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 07.12.1471, L. 17, fl. 34
Leonel Gil	Cavaleiro	CaV, Lisboa, 07.12.1471, L. 17, fl. 70v
João Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 07.12.1471, L. 17, fl. 73v-74

João Anes	N/A	CaV, Lisboa, 07.12.1471, L. 21, fl. 97v-98
Gonçalo Anes	N/A	CaV, Lisboa, 07.12.1471, L. 21, fl. 98-98v
João Lourenço	Filho de Lourenço Eanes de Varela	CaV, Lisboa, 09.12.1471, L. 17, fl. 2-2v
Gomes Fernandes	Carcereiro da cadeia de Nuno Afonso	CaV, Lisboa, 09.12.1471, L. 17, fl. 18-18v
Pero de Cerdeira	Homem de Rui Gomes d'Abreu	CaV, Lisboa, 09.12.1471, L. 17, fl. 23-23v
Álvaro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 09.12.1471, L. 17, fl. 36
Lourenço de Vale Terra	Homem de Rui Gomes d'Abreu	CaV, Lisboa, 09.12.1471, L. 17, fl. 60
Martim Fernandes	Seleiro, criado de Gonçalo Gonçalves, seleiro	CaV, Lisboa, 09.12.1471, L. 17, fl. 60v-61
Luís Ledo	Filho de Vasco Ledo	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 4v
Vasco Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 11-11v
Afonso Pires do Souto	N/A	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 11v
João Moreno	Homem de Rui Gomes d'Abreu	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 21v-22
Fernando Anes	N/A	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 28v
Afonso Eanes Nobre	N/A	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 30v
João Rodrigues	Escudeiro de Fernão Coutinho e tabelião em Celorico de Basto	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 34-34v
Diogo Coreiro	Escudeiro de Garcia de Melo	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 37-37v
Estêvão Martins	Homem de Rui Gomes d'Abreu	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 41
João	Homem solteiro, criado de ferreiro	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 58-58v
Diogo Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 64
João Dias	N/A	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 65

Afonso Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 65-65v
Vasco Lourenço Casco	N/A	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 67v
Gonçalo Nunes	Escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 10.12.1471, L. 17, fl. 73v
Martim Martins	N/A	CaV, Lisboa, 11.12.1471, L. 17, fl. 2
Samuel Cofem	Judeu	CaV, Lisboa, 11.12.1471, L. 17, fl. 5-5v
Brás de Moraes	Escudeiro de Pero d'Ataíde, fidalgo da Casa Real	CaV, Lisboa, 11.12.1471, L. 17, fl. 12-12v
João Gonçalves Mozcacho	N/A	CaV, Lisboa, 11.12.1471, L. 17, fl. 29-29v
João de Valeterra	Homem de Rui Gomes d'Abreu	CaV, Lisboa, 11.12.1471, L. 17, fl. 40v-41
[Ilegível]	N/A	CaV, Lisboa, 11.12.1471, L. 17, fl. 66
Urgel Rodrigues	Criado de Afonso da Costa, cavaleiro e alcaide-mor de Leiria	CaV, Lisboa, 11.12.1471, L. 17, fl. 66v
Rodrigo Eanes de Magalho	N/A	CaV, Lisboa, 11.12.1471, L. 17, fl. 71v-72
Fernão Vasques	Tabelião no Couto de Bouro	CaV, Lisboa, 11.12.1471, L. 17, fl. 74v
Afonso Tomé	N/A	CaV, Lisboa, 11.12.1471, L. 21, fl. 90v-91
Fernão Salgado	Escudeiro de Afonso de Miranda, fidalgo da Casa Real	CaV, Lisboa, 12.12.1471, L. 17, fl. 12
André Martins	Enteado de Gonçalo Monteiro, escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 12.12.1471, L. 17, fl. 21-21v
Guilherme	N/A	CaV, Lisboa, 12.12.1471, L. 17, fl. 40-40v
Pedro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 12.12.1471, L. 17, fl. 41v
Henrique Jusarte	N/A	CaV, Lisboa, 12.12.1471, L. 17, fl. 63-63v
Fernando Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 12.12.1471, L. 17, fl. 71-71v
Martim Lopes	N/A	CaV, Lisboa, 12.12.1471, L. 17, fl. 77v
Pero Pinto	Escudeiro de D. João da Costa	CaV, Lisboa, 12.12.1471, L. 21, fl. 61-61v

Afonso Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 12.12.1471, L. 21, fl. 91v
João Carvalho	Escudeiro de Nuno Barreto	CaV, Lisboa, 12.12.1471, L. 21, fl. 91v
Rodrigo Aires	Escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 12.12.1471, L. 22, fl. 129
João Eanes	Oleiro	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 17v
Álvaro Pires de Matosinhos	Lavrador	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 18
Afonso de Outeiro	Lavrador	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 25
Gonçalo Álvares Galante	N/A	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 26v
João Pires	N/A	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 36v
Gil Pires	N/A	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 58v
Pero Correia	Criado do bispo de Lamego	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 66-66v
Pero Nunes	Escudeiro e criado de Leonel de Lima	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 68
João Gonçalves	Filho de João Gonçalves, tabelião	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 68-68v
[Ilegível]	N/A	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 72
Pedro Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 74v-75
[Ilegível]	N/A	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 77-77v
Fernão d'Outeiro	N/A	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 101
João Domingues	Antigo carcereiro em Loulé	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 102-102v
Gonçalo Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 17, fl. 105v-106
Brás Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 21, fl. 62v
Afonso Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 13.12.1471, L. 22, fl. 129
Afonso Gil	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 16-16v

Lourenço d'Antas	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 16v-17
Fernão Pereira	Almoxarife em Ponte de Lima	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 17
Gomes Gonçalves de Frandes	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 22-22v
Gil Vasques	Escudeiro do conde de Monsanto	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 26-26v
Fernão Eanes da Ponte	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 27
Duarte Lourenço	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 27-27v
Gonçalo Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 37v
Pero de Galos	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 38
Rui de Frandes	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 38-38v
João Eanes de Molaes	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 39
Vasco Eanes Cabeçalho	Meirinho na correição de Entre-Douro-e-Minho	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 43-43v
João Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 44-44v
Gonçalo Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 57
Pero Fernandes	Escudeiro de Álvaro Pires de Távora	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 59
Fernão Portela	Escudeiro	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 61
Garcia Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 63v
Pedro Eanes	Filho de João Ferreira	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 68v-69
Vasco Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 72v
[Ilegível]	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 75-75v
Lopo Esteves	Escudeiro de João Rodrigues de Sá	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 78v
Fernão Castanho	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 97v

Gonçalo Anes	Tabelião	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 97v-98
João Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 14.12.1471, L. 17, fl. 98v
André Martins	Marinheiro	CaV, Lisboa, 15.12.1471, L. 17, fl. 17-17v
Antão Gonçalves	N/A	CaV, Lisboa, 15.12.1471, L. 17, fl. 20-20v
Gonçalo de Morão	N/A	CaV, Lisboa, 15.12.1471, L. 17, fl. 24
João de Deus	N/A	CaV, Lisboa, 15.12.1471, L. 17, fl. 24
Lopo Felgueira-o-Moço	N/A	CaV, Lisboa, 15.12.1471, L. 17, fl. 42v-43
Diogo Martins ou Diogo do Porto	N/A	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 16
Lopo Álvares	Alcaide-pequeno de Pedrógão o Grande	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 24
Luís Gonçalves	Escudeiro	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 40
Estêvão da Vila	N/A	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 42-42v
Diogo Lopes de Calheiros	N/A	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 42v
Diogo Gil	Criado do conde de Monsanto	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 50
Fernão Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 56v-57
João Pires Sabujo	Criado de João d'Almeida	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 62
[Ilegível]	N/A	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 78
Martim Vasques	Amo de D. Álvaro de Castro	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 78-78v
Afonso Fernandes	N/A	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 89v
Pero Vasques	Criado de Fernão de Abreu, cavaleiro	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 95
Vicente Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 98

Bartolomeu Eanes	Lavrador	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 106v
Álvaro Fernandes	Filho de Fernando Eanes de Moreira	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 17, fl. 107-107v
Estêvão Mendes	Escudeiro, vassalo régio	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 21, fl. 62
João Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 22, fl. 129-129v
Álvaro Lourenço Barroquinho	Escudeiro, vassalo régio	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 22, fl. 129v-130
Álvaro Fernandes	Antigo escudeiro do infante D. Henrique	CaV, Lisboa, 16.12.1471, L. 22, fl. 130-130v
João de Basto	N/A	CaV, Lisboa, 17.12.1471, L. 17, fl. 44
Afonso Gonçalves de Paçô	N/A	CaV, Lisboa, 17.12.1471, L. 17, fl. 58
João Mendes	N/A	CaV, Lisboa, 17.12.1471, L. 17, fl. 62v
Gonçalo de Meira	Escudeiro do claveiro da Ordem de Cristo	CaV, Lisboa, 17.12.1471, L. 17, fl. 70
Fernando Eanes de Paramos	N/A	CaV, Lisboa, 17.12.1471, L. 21, fl. 62v
Henrique Cerveira	Escudeiro de D. Álvaro de Ataíde	CaV, Lisboa, 17.12.1471, L. 29, fl. 39v-40
Afonso Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 18.12.1471, L. 17, fl. 20v-21
João Gonçalves Avago	N/A	CaV, Lisboa, 18.12.1471, L. 17, fl. 24v-25
João Martins	N/A	CaV, Lisboa, 18.12.1471, L. 17, fl. 25v-26
Fernão Fomoso	N/A	CaV, Lisboa, 18.12.1471, L. 17, fl. 28v-29
Álvaro Acenso	Escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 18.12.1471, L. 17, fl. 56
Gonçalo Fernandes	Criado de Diogo Gomes, abade de Vila Cova	CaV, Lisboa, 18.12.1471, L. 17, fl. 95v
Vasco Dias	Filho de Diogo Gonçalves	CaV, Lisboa, 18.12.1471, L. 17, fl. 99-99v
Pedro Anes	Escudeiro de Leonel de Lima	CaV, Lisboa, 18.12.1471, L. 17, fl. 101-101v
Gonçalo Eanes	Ferreiro	CaV, Lisboa, 19.12.1471, L. 17, fl. 41v-42

João de Freira	N/A	CaV, Lisboa, 19.12.1471, L. 17, fl. 61v
João Lopes	N/A	CaV, Lisboa, 20.12.1471, L. 17, fl. 22v
João Afonso do Loureiro	N/A	CaV, Lisboa, 20.12.1471, L. 17, fl. 62-62v
Álvaro Novo	Ferrador	CaV, Lisboa, 20.12.1471, L. 17, fl. 100v
João Vasques	Antigo carcereiro em Silves	CaV, Lisboa, 20.12.1471, L. 17, fl. 103v
Lopo Rodrigues do Pinheiro	N/A	CaV, Lisboa, 20.12.1471, L. 17, fl. 106-106v
João do Porto	N/A	CaV, Lisboa, 21.12.1471, L. 17, fl. 23
Pero Barbosa	Filho de Martim Barbosa, escudeiro de Fernão de Castro	CaV, Lisboa, 21.12.1471, L. 17, fl. 45-45v
Álvaro de Calvos	N/A	CaV, Lisboa, 21.12.1471, L. 17, fl. 46-46v
João Coresma	Escudeiro do conde de Monsanto	CaV, Lisboa, 21.12.1471, L. 29, fl. 73v
Gonçalo Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 22.12.1471, L. 17, fl. 102
João Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 23.12.1471, L. 17, fl. 24v
Diogo de Louba	N/A	CaV, Lisboa, 23.12.1471, L. 17, fl. 64-64v
João Anes	N/A	CaV, Lisboa, 23.12.1471, L. 17, fl. 96
Pero Vasques	Arcediago da sé de Silves	CaV, Lisboa, 24.12.1471, L. 17, fl. 30-30v
Gonçalo de Alvelos	N/A	CaV, Lisboa, 24.12.1471, L. 17, fl. 104v-105
Fernão Lopes	Filho de Lopo Afonso	CaV, Lisboa, 27.12.1471, L. 17, fl. 95v-96
Vasco Afonso	Criado de Lopo Martins de Mesquita	CaV, Lisboa, 27.12.1471, L. 17, fl. 96v-97
Pero da Barca	Moço do monte	CaV, Lisboa, 28.12.1471, L. 21, fl. 100
Afonso Pires Castanhas	N/A	CaV, Santarém, 02.?.1472, L. 29, fl. 11v
Lopo Gomes	N/A	CaV, Évora, 18.12.1472, L. 33, fl. 1-1v

Afonso André	N/A	CaV, Lisboa, 02.01.1472, L. 17, fl. 100
Gonçalo Vasques	Amo de João de Melo, comendador do Cásevel	CaV, Lisboa, 15.01.1472, L. 29, fl. 103
Mem Rodrigues	Escudeiro de Rui Pereira, conselheiro régio	CaV, Lisboa, 22.01.1472, L. 33, fl. 193
João Gramaxo	N/A	CaV, Lisboa, 31.01.1472, L. 29, fl. 51v
Pero Mendes	Filho de Mem Lourenço	CaV, Lisboa, 11.02.1472, L. 29, fl. 40v
João Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 11.02.1472, L. 29, fl. 49v-50
Pero Vasques	Homem solteiro, filho de Vicente Eanes	CaV, Lisboa, 12.02.1472, L. 29, fl. 52-52v
Álvaro Esteves	N/A	CaV, Lisboa, 12.02.1472, L. 29, fl. 247v
João Vasques da Costa	Cavaleiro	CaV, Lisboa, 13.02.1472, L. 29, fl. 49-49v
João Gonçalves da Maia	Procurador do número de Ponte de Lima	CaV, Lisboa, 14.02.1472, L. 29, fl. 100v
Lopo Rodrigues	Escudeiro, criado do conde de Monsanto	CaV, Lisboa, 18.02.1472, L. 29, fl. 49v
João Andrés	N/A	CaV, Lisboa, 03.03.1472, L. 29, fl. 219
João Fernandes	Criado de João Belleágua	CaV, Elvas, 07.03.1472, L. 29, fl. 43v-44
Lopo Gonçalves	N/A	CaV, Elvas, 11.03.1472, L. 29, fl. 80-80v
Aires Gomes	N/A	CaV, Elvas, 11.03.1472, L. 29, fl. 80v
João Delgado	N/A	CaV, Elvas, 15.03.1472, L. 29, fl. 33v
João do Porto	Barbeiro	CaV, Coimbra, 18.03.1472, L. 29, fl. 131v
Fernão Colaço	Escudeiro da Casa Real	CaV, Elvas, 27.03.1472, L. 29, fl. 34-34v
João Gonçalves	Barbeiro	CaV, Elvas, 30.03.1472, L. 29, fl. 41
Pero do Carvalho	Pajem do conde de Vila Real	CaV, Elvas, 30.03.1472, L. 29, fl. 41
Diogo Aires	N/A	CaV, Elvas, 30.03.1472, L. 29, fl. 41v

Lopo Gil	Cardador	CaV, Elvas, 30.03.1472, L. 29, fl. 48
Lopo Álvares	N/A	CaV, Elvas, 02.04.1472, L. 29, fl. 236-236v
Fernão Galvão	Criado de Lopo Vasques, fidalgo da Casa Real	CaV, Lisboa, 13.04.1472, L. 29, fl. 190v-191
Nuno Álvares	Escudeiro de Vasco Fernandes de Sampaio	CaV, Santarém, 16.04.1472, L. 29, fl. 1
João Rodrigues	Escudeiro de Vasco Fernandes de Sampaio	CaV, Santarém, 16.04.1472, L. 29, fl. 1
João de Ceuta	Carpinteiro	CaV, Santarém, 21.04.1472, L. 29, fl. 2-2v
João Novo	Lavrador	CaV, Santarém, 21.04.1472, L. 29, fl. 4v-5
Gonçalo Tomé	Alcaide-pequeno das Alcáçovas	CaV, Santarém, 23.04.1472, L. 29, fl. 27
Diogo Lopes	Escudeiro	CaV, Santarém, 24.04.1472, L. 29, fl. 3
Diogo Valente	N/A	CaV, Santarém, 24.04.1472, L. 29, fl. 8-8v
João Vilar	N/A	CaV, Santarém, 24.04.1472, L. 29, fl. 17-17v
João Lopes	Escudeiro de D. Álvaro Coutinho	CaV, Santarém, 24.04.1472, L. 29, fl. 19-19v
João Leitão	Criado de João de Melo, fidalgo da Casa Real	CaV, Santarém, 24.04.1472, L. 29, fl. 21v
Mendo Esteves	Escudeiro	CaV, Santarém, 27.04.1472, L. 29, fl. 5
Pedro Eanes	Filho de Maria Gil	CaV, Santarém, 27.04.1472, L. 29, fl. 9
D. Henrique de Sá	Filho de D. Fernão de Sá, fidalgo da Casa Real	CaV, Santarém, 28.04.1472, L. 29, fl. 22
Rui Leitão	Escudeiro	CaV, Santarém, 28.04.1472, L. 33, fl. 38
Diogo Lopes	Escudeiro do conde de Vila Real	CaV, Santarém, 29.04.1472, L. 29, fl. 7v-8
Álvaro Gonçalves Figueiredo	Alcaide-pequeno e carcereiro da Figueira	CaV, Santarém, 01.05.1472, L. 29, fl. 12
João Gonçalves	Filho de Gonçalo Eanes	CaV, Santarém, 04.05.1472, L. 29, fl. 62
Afonso Lopes	Escudeiro	CaV, Santarém, 04.05.1472, L. 29, fl. 265

Lopo Esteves	Escudeiro	CaV, Santarém, 04.05.1472, L. 29, fl. 265v
João Afonso	N/A	CaV, Santarém, 05.05.1472, L. 29, fl. 14
Afonso Eanes Pouco Sangue	Juiz	CaV, Lisboa, 05.05.1472, L. 29, fl. 127-127v
Pero Varela	N/A	CaV, Santarém, 08.05.1472, L. 29, fl. 15v
Diogo Gonçalves Barão	Carcereiro	CaV, Santarém, 14.05.1472, L. 29, fl. 40
Álvaro Rodrigues	Escudeiro do conde de Penela, [D. Afonso]	CaV, Santarém, 17.05.1472, L. 29, fl. 93-93v
Rodrigo Afonso	Pedreiro	CaV, Santarém, 18.05.1472, L. 29, fl. 54v
Afonso Lopes	Escudeiro de Gonçalo Vasques Pinto, conselheiro régio	CaV, Santarém, 18.05.1472, L. 29, fl. 65v
Luís Gonçalves	N/A	CaV, Santarém, 19.05.1472, L. 29, fl. 166
Rui Viegas	N/A	CaV, Santarém, 19.05.1472, L. 29, fl. 166
Fernão Martins	Criado de Gil da Feira	CaV, Santarém, 21.05.1472, L. 29, fl. 65v-66
Álvaro Afonso	N/A	CaV, Lisboa, 27.05.1472, L. 29, fl. 66-66v
João Vasques	N/A	CaV, Santarém, 27.05.1472, L. 29, fl. 92-92v
Gil Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 29.05.1472, L. 29, fl. 92v-93
Mendo Afonso	Escudeiro de D. Fernando, marechal e conselheiro régios	CaV, Tentúgal, 29.05.1472, L. 29, fl. 101v
Vasco Gonçalves	Lavrador	CaV, Lisboa, 01.06.1472, L. 29, fl. 94
João Gonçalves	Alcaide da vila de Alvão	CaV, Tentúgal, 05.06.1472, L. 29, fl. 100
Afonso Alegrande	Criado do capitão João da Silva	CaV, Lisboa, 06.06.1472, L. 29, fl. 57v
João Lopes	Rendeiro dos direitos reais de Castelo de Vide	CaV, Óbidos, 13.06.1472, L. 29, fl. 75-75v
Vasco Eanes Cayero	Besteiro da câmara régia	CaV, Tentúgal, 17.06.1472, L. 29, fl. 102
Fernando Coelho	Antigo criado de D. Vasco Fernandes Coutinho	CaV, Tentúgal, 17.06.1472, L. 29, fl. 257v

Rui Dias de Góis	Escudeiro da Casa Real	CaV, Óbidos, 18.06.1472, L. 29, fl. 102-102v
João Afonso	Vassalo régio e sapateiro	CaV, Óbidos, 18.06.1472, L. 29, fl. 145
Antão Vasques Jardo	N/A	CaV, Óbidos, 26.06.1472, L. 29, fl. 76-76v
João da Maia	Escudeiro de Fernão Coutinho	CaV, Óbidos, 21.06.1472, L. 29, fl. 69v
Fernão Gomes	Escudeiro	CaV, Óbidos, 23.06.1472, L. 29, fl. 102v
Diogo Gonçalves Pargo	N/A	CaV, Óbidos, 30.06.1472, L. 29, fl. 99v
João Coelho	N/A	CaV, Tentúgal, 06.07.1472, L. 29, fl. 69
Diogo Lopes	Ataqueiro	CaV, Óbidos, 07.07.1472, L. 29, fl. 117
Gil Vasques	Carcereiro em Cabeço de Vide	CaV, Óbidos, 07.07.1472, L. 29, fl. 117v
João Vasques	N/A	CaV, Tentúgal, 15.07.1472, L. 29, fl. 70
Lopo Afonso	N/A	CaV, Tentúgal, 24.07.1472, L. 29, fl. 104v-105
João Afonso	N/A	CaV, Tentúgal, 31.07.1472, L. 29, fl. 105-105v
Vasco Afonso	N/A	CaV, Tentúgal, 31.07.1472, L. 29, fl. 105v
Álvaro Afonso	Filho de Afonso Vicente de Vermilhas	CaV, Tentúgal, 31.07.1472, L. 29, fl. 106
João Gonçalves Correio	Homem de João Rodrigues de Sá	CaV, Coimbra, [28].08.1472, L. 29, fl. 179v
João Rodrigues	Criado de Fernão de Sousa	CaV, Tentúgal, 04.08.1472, L. 29, fl. 263-263v
João Rodrigues	Criado de Fernão Martins de Mascarenhas	CaV, Coimbra, 06.08.1472, L. 29, fl. 87-87v
Fernão Vasques Rodovalho	Escudeiro	CaV, Tentúgal, 07.08.1472, L. 29, fl. 70-70v

Rodrigo Afonso	N/A	CaV, Coimbra, [1]2.08.1472, L. 29, fl. 113v
Pero das Neves	Escudeiro de Martim Ychoa, cavaleiro da Ordem de Cristo	CaV, Tentúgal, 11.08.1472, L. 29, fl. 72v
Diogo Gonçalves	Escudeiro	CaV, Coimbra, 13.08.1472, L. 29, fl. 81
João da Cunha	Fidalgo da Casa Real	CaV, Tentúgal, 13.08.1472, L. 29, fl. 152v
Gonçalo Gonçalves	N/A	CaV, Coimbra, 14.08.1472, L. 29, fl. 89v-90
Gomes [...]	N/A	CaV, Coimbra, 14.08.1472, L. 29, fl. 90-90v
Lopo Rodrigues	Homem solteiro	CaV, Coimbra, 14.08.1472, L. 29, fl. 90v-91
Rodrigo Aires	N/A	CaV, Coimbra, 19.08.1472, L. 29, fl. 114v
Simão Rodrigues	Antigo escudeiro do infante D. João	CaV, Coimbra, 19.08.1472, L. 29, fl. 122-122v
Lopo Afonso	Criado de Fernão Soares de Albergaria	CaV, Coimbra, 29.08.1472, L. 29, fl. 158
Lopo Álvares	Escrivão das sisas da Orta Rica	CaV, Coimbra, 21.08.1472, L. 29, fl. 83
Fernão Vasques	Escudeiro, criado do rei D. Pedro [de Aragão]	CaV, Tentúgal, 22.08.1472, L. 29, fl. 126v-127
Martim Ychoa	Cavaleiro da Ordem de Santiago, comendador de Cacela	CaV, Tentúgal, 22.08.1472, L. 29, fl. 134v-135
Diogo Lopes	Escudeiro	CaV, Coimbra, 22.08.1472, L. 29, fl. 171-171v
Pero Lourenço Portela	Carcereiro no castelo da vila de Loulé	CaV, Tentúgal, 24.08.1472, L. 29, fl. 128v-129
António Martins Loio	N/A	CaV, Tentúgal, 24.08.1472, L. 29, fl. 129

Pero Jorge	Escrivão da câmara de Lagos	CaV, Tentúgal, 26.08.1472, L. 29, fl. 126v
João Coelho	N/A	CaV, Tentúgal, 26.08.1472, L. 29, fl. 127v
Duarte Lopes	Escudeiro de Fernão Coutinho, conselheiro régio	CaV, Coimbra, 27.08.1472, L. 29, fl. 173v-174
João Vasques	Escudeiro	CaV, Coimbra, 28.08.1472, L. 29, fl. 173
Pero de Cubas	Barbeiro, criado de João Rodrigues de Sá	CaV, Coimbra, 28.08.1472, L. 29, fl. 178-178v
João de Sedellos	Homem de João Rodrigues de Sá	CaV, Coimbra, 28.08.1472, L. 29, fl. 178v
Gonçalo Eanes	Escudeiro de João Rodrigues de Sá	CaV, Coimbra, 28.08.1472, L. 29, fl. 179
João de Sá	Criado de João Rodrigues de Sá	CaV, Coimbra, 28.08.1472, L. 29, fl. 179v
Afonso Torres Correiro	Homem de João Rodrigues de Sá	CaV, Coimbra, 28.08.1472, L. 29, fl. 179v
Álvaro Lopes Pacheco	N/A	CaV, Tentúgal, 29.08.1472, L. 29, fl. 129-129v
Nuno Martins	Escudeiro de D. Álvaro [SIC] de Vasconcelos, conde de Penela	CaV, Tentúgal, 29.08.1472, L. 29, fl. 129v
Lopo Dias	Escudeiro do conde de Penela	CaV, Coimbra, 29.08.1472, L. 29, fl. 168v-169
Sebastião Couto	Escudeiro	CaV, Coimbra, 29.08.1472, L. 29, fl. 179
João Besteiro	Criado de D. Jorge da Costa, arcebispo de Lisboa	CaV, Coimbra, 01.09.1472, L. 29, fl. 180v
Sebastião Fernandes	Escudeiro de João Rodrigues [de Sá]	CaV, Coimbra, 04.09.1472, L. 29, fl. 189
Pero Vasques	Filho da Farinheira e criado de Gonçalo Borges	CaV, Coimbra, 05.09.1472, L. 29, fl. 162v-

		163
Pero de Brancas	Criado de João Rodrigues [de Sá]	CaV, Coimbra, 12.09.1472, L. 29, fl. 188v-189
Afonso Eanes	Marinheiro	CaV, Coimbra, 12.09.1472, L. 29, fl. 232v
Lopo Gomes	Criado de Francisco Teles, cavaleiro da Casa Real	CaV, Coimbra, 13.09.1472, L. 29, fl. 196v
João Álvares	Barbeiro, criado de João Rodrigues de Sá, conselheiro régio	CaV, Coimbra, 24.09.1472, L. 29, fl. 206-206v
Gonçalo Rodrigues	Escudeiro de João Rodrigues de Sá, conselheiro régio	CaV, Coimbra, 25.09.1472, L. 29, fl. 198v-199
Lourenço Martins Casaco	N/A	CaV, Lisboa, 31.10.1472, L. 29, fl. 22v-23
Pedro Caldeira	Cavaleiro da Casa Real	CaV, Évora, 04.11.1472, L. 29, fl. 226-227
Gil Lourenço	N/A	CaV, Lisboa, 06.11.1472, L. 29, fl. 174v
João de Santarém	Escudeiro da Casa Real	CaV, Évora, 09.11.1472, L. 29, fl. 219
Gonçalo Grã	N/A	CaV, Évora, 10.11.1472, L. 29, fl. 219v-220
João de Beja	Tabelião geral régio	CaV, Évora, 11.11.1472, L. 29, fl. 213
Rui Cotrim	N/A	CaV, Évora, 18.11.1472, L. 29, fl. 234-234v
Fernando de Almeida	Antigo escudeiro do infante D. Fernando	CaV, Lisboa, 25.11.1472, L. 29, fl. 121v
Estêvão de Nápole	Criado régio	CaV, Évora, 27.11.1472, L. 29, fl. 249
Rui Teixeira	Fidalgo da Casa Real	CaV, Évora, 03.12.1472, L. 29, fl. 222v-223
João Mendes Mengarro	N/A	CaV, Lisboa, 13.12.1472, L. 29, fl. 130
Luís Eanes de Aguiar	Antigo cavaleiro do infante D. Fernando	CaV, Évora, 10.12.1472, L. 29, fl. 264-264v

Guterre de Boim	N/A	CaV, Évora, 12.12.1472, L. 29, fl. 259-259v
Jusarte Fernandes	Criado de Guterre de Boim	CaV, Évora, 12.12.1472, L. 29, fl. 259v
Fernão Louro	Criado de Afonso de Boim	CaV, Évora, 12.12.1472, L. 29, fl. 259v
Álvaro Lourenço	Filho de João Lourenço	CaV, Lisboa, 18.12.1472, L. 29, fl. 245
Garcia Gonçalves	Escudeiro de Fernão Teles	CaV, Évora, 21.12.1472, L. 29, fl. 260v-261
João Esteves	Criado de Afonso de Boim	CaV, Évora, 21.12.1472, L. 29, fl. 267-267v
Diogo Gomes	N/A	CaV, Évora, 21.12.1472, L. 33, fl. 1v-2-v
João Gonçalves	Pescador, filho de João Portel	CaV, Lisboa, 26.12.1472, L. 17, fl. 25v
Dary Aderes	Judeu	CaV, Lisboa, 30.12.1472, L. 17, fl. 96v
Rodrigo Álvares	N/A	CaV, Lisboa, 30.12.1472, L. 17, fl. 97-97v
Lopo Chainho	Cavaleiro da Casa do duque de Viseu	CaV, Évora, 04.01.1473, L. 33, fl. 13v-14
Josep Adegas	N/A	CaV, Évora, 05.01.1473, L. 33, fl. 19v
Pero Fernandes	Escudeiro da Casa Real	CaV, Évora, 07.01.1473, L. 33, fl. 3
Luís Vasques	Antigo criado de Diogo Lopes Lobo	CaV, Évora, 17.01.1473, L. 33, fl. 99-99v
Estêvão Rodrigues	N/A	CaV, Évora, 18.01.1473, L. 33, fl. 5-5v
Rui Pereira	Antigo fidalgo da Casa do infante D. Fernando	CaV, Évora, 18.01.1473, L. 33, fl. 11v-12
Fernão Cotrim	Filho de Afonso Pires Cotrim	CaV, Évora, 22.01.1473, L. 33, fl. 25v
Pero Varela	Escudeiro	CaV, Évora, 25.01.1473, L. 33, fl. 9v-10v
Diogo Gonçalves	Criado de Álvaro de Sousa	CaV, Évora, 27.01.1473, L. 33, fl. 27-27v
João Fernandes	Oleiro	CaV, Évora, 28.01.1473, L. 33, fl. 21-21v
Pero Gonçalves	N/A	CaV, Évora, 30.01.1473, L. 33, fl. 28v

Estêvão Cepelho	Antigo carcereiro em Santarém	CaV, Évora, 01.02.1473, L. 33, fl. 62
Martinho Afonso Calvino	N/A	CaV, Évora, 04.02.1473, L. 33, fl. 32-32v
João Álvares Gato	Cavaleiro da Casa Real	CaV, Évora, 12.02.1473, L. 33, fl. 17
Rui Gomes da Silva	Fidalgo da Casa Real	CaV, Évora, 12.02.1473, L. 33, fl. 31v-32
Afonso de Boim-o-Moço	Fidalgo da Casa Real	CaV, Évora, 15.02.1473, L. 33, fl. 57-57v
João Afonso	N/A	CaV, Évora, 20.02.1473, L. 33, fl. 53
João Machado	Escudeiro do conde de Monsanto	CaV, Évora, 09.03.1473, L. 33, fl. 83-83v
João de Montemor-o-Novo	N/A	CaV, Évora, 22.03.1473, L. 33, fl. 41v
Pedro Eanes	Sapateiro	CaV, Évora, 31.03.1473, L. 33, fl. 74-74v
Álvares Fernandes	Pescador	CaV, Évora, 06.04.1473, L. 33, fl. 75-75v
Estêvão Rodrigues	Bacharel em artes	CaV, Évora, 19.04.1473, L. 33, fl. 103
João de França	Criado de Álvaro Pinheiro	CaV, Évora, 20.04.1473, L. 33, fl. 108v-109
Rui Lourenço	Pedreiro	CaV, Évora, 21.04.1473, L. 33, fl. 111-111v
Afonso Fernandes Barbibranco	N/A	CaV, Évora, 22.04.1473, L. 33, fl. 66
Rui Fernandes	Antigo alcaide-pequeno de Portel	CaV, Évora, 22.04.1473, L. 33, fl. 67v-68
Diogo Afonso	N/A	CaV, Évora, 23.04.1473, L. 33, fl. 68v
Pero Feio	Tabelião, escrivão da portagem da Mouraria e Judiaria de Silves	CaV, Évora, 07.05.1473, L. 33, fl. 98v
Gonçalo Dias	Criado do arcediogo da cidade do Porto	CaV, Lisboa, 18.08.1473, L. 33, fl. 160v
Lourenço Gomes Francês	Lavrador	CaV, Évora, 21.12.1473, L. 33, fl. 3v
João Conqueirão	Escudeiro	CaV, Évora, 30.12.1473, L. 29, fl. 263v

João Fernandes Raposo	Criado de João Peixoto	CaV, Évora, 12.03.1475, L. 30, fl. 161
Fernão Graçoso	N/A	CaV, [?], 03.04.1475, L. 30, fl. 138
Pero de Penela	Cantor régio	CaV, Arronches, 06.05.1475, L. 30, fl. 162
João Gonçalves	Correio	CaV, Porto, 07.08.1476, L. 7, fl. 13
Diogo Fernandes Mata Grouvos	Barbeiro, carcereiro e guarda dos preso	CaV, Évora, 01.05.1477, L. 18, fl. 97-97v
João Rodrigues	Lavrador	CaV, Coimbra, 27.10.1480, L. 32, fl. 180
Tomé Álvares	Criado de Pero Vasques, claveiro da Ordem de Cristo	CaV, Lisboa, 23.10.1471, L. 22, fls. 58v-59
Vasco da Gama	Cavaleiro	CaV, Elvas, 12.03.1472, L. 29, fl. 48
N/A	Homens de Vasco da Gama (número indeterminado)	CaV, Elvas, 12.03.1472, L. 29, fl. 48
N/A	Homens de Vasco da Gama (número indeterminado)	CaV, Elvas, 12.03.1472, L. 29, fl. 48
Álvaro da Gama	Cavaleiro	CaV, Elvas, 12.03.1472, L. 29, fl. 48
N/A	Homens de Álvaro da Gama (número indeterminado)	CaV, Elvas, 12.03.1472, L. 29, fl. 48
N/A	Homens de Álvaro da Gama (número indeterminado)	CaV, Elvas, 12.03.1472, L. 29, fl. 48
Gonçalo Cordeiro	Cavaleiro do conde de Vila Real	CaV, Elvas, 12.03.1472, L. 29, fl. 48
N/A	Homens de Gonçalo Cordeiro (número indeterminado)	CaV, Elvas, 12.03.1472, L. 29, fl. 48
N/A	Homens de Gonçalo Cordeiro (número indeterminado)	CaV, Elvas, 12.03.1472, L. 29, fl. 48

Quadro nº 2 – Indivíduos privilegiados pela sua participação na armada de conquista de Arzila, em 1471

Nome	Ofício/Filiação	Fonte
Gil Esteves	Besteiro de cavalo	CaV, Lisboa, 20.06.1439 [sic], L. Fl. 5v
Álvaro Martins	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 8.10.1470 [sic], L. 16, fl. 143v
Afonso Eanes	Besteiro do conto	CaV, Lisboa, 18.01 [sic].1471, L. 21, fl. 57v
Pero Vasques	Escudeiro régio e criado da rainha de Castela	CaV, Arzila, 27.08.1472, L. 22, fl. 24
Gonçalo Pinto	Escudeiro	CaV, Arzila, 01.09.1471, L. 22, fl. 17
Antão Afonso	Escudeiro	CaV, Arzila, 04.09.1471, L. 22, fl. 10
Bernardo Eanes	N/A	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 22
Afonso Martins	Mercador e mestre da nau da Póvoa [do Varzim?]	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 22
Afonso Vasques	Ourives e vassalo régio	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 22, fl. 14
Estêvão Preto	Vassalo régio	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 22, fl. 14;
Milles Gualgue	Mercador	CaV, Tânger, 10.09.1471, L. 22, fl. 20v
Lopo Dias	Vassalo régio	CaV, Tânger, 10.09.1471, L. 33, fl. 204
Afonso Eanes Tomo-o-Moço	Marinheiro	CaV, Tânger, 12.09.1471, L. 22, fl. 25v
Rodrigo Afonso	Vassalo régio	CaV, Tânger, 13.09.1471, L. 22, fl. 62v
Gonçalo Gonçalves	Marinheiro	CaV, Lisboa, 14.09.1471, L. 22, fl. 62v
Pero Gomes	Vassalo régio	CaV, Tânger, 15.09.1471, L. 22, fl. 75v
Álvaro Dias	Marinheiro	CaV, Lisboa, 25.09.1471, L. 22, fl. 30
João Afonso	Marinheiro	CaV, Lisboa, 25.09.1471, L. 22, fl. 49v
Vasco Gil	Marinheiro	CaV, Lisboa, 25.09.1471, L. 22, fl. 49v
João Afonso Coelho	Marinheiro	CaV, Lisboa, 26.09.1471, L. 22, fl. 57v
Pero Lourenço	N/A	CaV, Lisboa, 3.10.1471, L. 16, fl. 142

Gomes Eanes	Tanoeiro	CaV, Lisboa, 3.10.1471, L. 16, fl. 142
Pedro Álvares	Marinheiro	CaV, Lisboa, 4.10.1471, L. 21, fl. 63
Gonçalo Vasques	Mestre escola	CaV, Lisboa, 4.10.1471, L. 22, fl. 63v
Lopo Gil	Moedeiro	CaV, Lisboa, 5.10.1471, L. 22, fl. 36
João Vasques	Mestre e piloto da nau de Leonel de Lima	CaV, Lisboa, 6.10.1471, L. 22, fl. 53v
Álvaro Vicente	Porteiro da câmara régia da cidade de Lisboa	CaV, Lisboa, 7.10.1471, L. 21, fl. 63v
João Gonçalves	Oleiro	CaV, Lisboa, 7.10.1471, L. 22, fl. 111
Álvaro Sem-Medo	Escudeiro e vassalo régio	CaV, Lisboa, 7.10.1471, l. 29, fl. 223v
Gil Vasques	Marinheiro	CaV, Lisboa, 8.10.1471, L. 22, fl. 30
Pero Vaz	Requeredor das sisas das herdades e vassalo régio	CaV, Lisboa, 8.10.1471, L. 22, fl. 82
Pero Nunes	Mestre de saboeiro	CaV, Lisboa, 10.10.1471, L. 17, fl. 49
João Gonçalves Remulodo	Besteiro da câmara régia	CaV, Lisboa, 10.10.1471, L. 22, fl. 30v
Bartolomeu Serrão	Escudeiro de D. Pedro de Noronha	CaV, Lisboa, 10.10.1471, L. 22, fl. 38v
Fernão Rodrigues	Criado de Gomes Borges-o-Moço, escudeiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 12.10.1471, l. 21, fl. 64v
Diogo Gomes	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 22, fl. 34v
Pedro Eanes	Escudeiro de Leonel de Lima, conselheiro régio	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 22, fl. 46v
Pedro Rodrigues	Escudeiro de Leonel de Lima, conselheiro régio	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 22, fl. 46v
Afonso Álvares	Marinheiro	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 22, fl. 49v
João Álvares Carvalho	Marinheiro	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 22, fl. 49v
Gabriel Gonçalves	Piloto e marinheiro	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 22, fl. 49v
Vicente Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 29, fl. 65
Gonçalo Eanes	Escudeiro de Leonel de Lima, conselheiro régio	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 29, fl. 66v
Pero Martins	N/A	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 29, fl. 84
Fernão Martins	N/A	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 29, fl. 84
João Vasques	Curtidor	CaV, Lisboa, 12.10.1471, L. 29, fl. 84
Álvaro Martins	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 13.10.1471, L. 22, fl. 34v
João Esteves	Marinheiro	CaV, Lisboa, 13.10.1471, L. 22, fl. 36

João Fernandes	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 13.10.1471, L. 22, fl. 46v;
Vasco Rodrigues	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 13.10.1471, L. 22, fl. 103v
João Dias	Pescador	CaV, Lisboa, 13.10.1471, L. 29, fl. 84
Davi Vaas	N/A	CaV, Lisboa, 15.10.1471, L. 22, fl. 108v
João Aah[...]lem	N/A	CaV, Lisboa, 15.10.1471, L. 22, fl. 108v
Fernão Rodrigues	Sapateiro e criado de Tomás Luís de Chaves, cavaleiro régio	CaV, Lisboa, 17.10.1471, L. 22, fl. 132
João Lopes	Vassalo régio e piloto	CaV, Lisboa, 18.10.1471, L. 22, fl. 56v
João Rodrigues	Tanoeiro	CaV, Lisboa, 18.10.1471, L. 22, fl. 65v
Álvaro Rodrigues	Escrivão do corregedor de Lisboa	CaV, Lisboa, 20.10.1471, L. 17, fl. 93v
Mem Pedro	Boticário e vassalo régio	CaV, Lisboa, 20.10.1471, L. 22, fl. 46v
João Eanes	Piloto	CaV, Lisboa, 20.10.1471, L. 22, fl. 63v
João Rodrigues	Ourives	CaV, Lisboa, 21.10.1471, L. 22, fl. 61-61v
Álvaro Rodrigues	Mercador	CaV, Lisboa, 21.10.1471, L. 22, fl. 61v
João Becham	Mestre de nau	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 108-108v
João Afonso das Moças	Marinheiro	CaV, Lisboa, 22.10.1471, L. 22, fl. 127v
Álvaro Vasques	Marinheiro	CaV, Lisboa, 23.10.1471, L. 22, fl. 127v
Pedro Eanes	Marinheiro	CaV, Lisboa, 25.10.1471, L. 29, fl. 271v
João Afonso	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 29.10.1471, L. 29, fl. 32v
Pero Dias	Marinheiro	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 62v
João Vicente	Marinheiro	CaV, Lisboa, 30.10.1471, L. 22, fl. 62v
Martinho Afonso	Marinheiro e criado de Lopo Rebelo	CaV, Lisboa, 31.10.1471, L. 22, fl. 102
Rodrigo Eanes	Besteiro da câmara régia	CaV, Sintra, ??.11.1471, L. 19, fl. 35v
Fernão Vasques	N/A	CaV, Lisboa, 03.11.1471, L. 17, fl. 35v
Cecis Afonso	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 22 fl. 103
Lopo Gil	Escudeiro e vassalo régio	CaV, Lisboa, 02.11.1471, L. 22 fl. 115v
Nuno da Cunha	Cavaleiro da Casa do duque de Viseu	CaV, Lisboa, 03.11.1471, L. 22 fl. 110
Álvaro Pires	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 03.11.1471, L. 33, fl. 16v

João de Gouveia	Antigo escudeiro e criado do conde de Monsanto	CaV, Sintra, 07.11.1471, L. 17, fl. 51v
António Lemos	Cavaleiro da Casa Real	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 21, fl. 90
João Lopes	Vassalo régio e criado de Álvaro de Teives	CaV, Lisboa, 12.11.1471, L. 33, fl. 134v
Álvaro Eanes	N/A	CaV, Lisboa, 16.11.1471, L. 29, fl. 65
Martim da Maia	Vassalo régio	CaV, Sintra, 20.11.1471, L. 21, fl. 18v
Fernando Afonso	Marinheiro	CaV, Sintra, 22.11.1471, L. 21, fl. 45v
Vasco Pires de Gaia	Marinheiro	CaV, Sintra, 22.11.1471, L. 21, fl. 45v
Luís Afonso	Marinheiro	CaV, Sintra, 22.11.1471, L. 21, fl. 45v
Fernão Teles	Conselheiro régio	CaV, Lisboa, 09.12.1471, L. 33, fl. 35
D. Jeneura	N/A	CaV, Sintra, 10.12.1471, L. 17, fl. 69
Martim Fernandes	Besteiro do monte e criado de D. Rolim, fidalgo da Casa Real	CaV, Sintra, 10.12.1471, L. 33, fl. 96
João Pires	Besteiro do conto	CaV, Sintra, 11.12.1471, L. 21, fl. 90v
Fernão Lourenço	Vassalo régio	CaV, Elvas, 18.02.1472, L. 29, fl. 41v
Nuno Gonçalves	N/A	CaV, Avis, 06.04.1472, L. 29, fl. 9v
João Fernandes	Pescador régio	CaV, Óbidos, 29.06.1472, L. 29, fl. 77v
Beatriz Dias	N/A	CaV, Óbidos, 02.07.1472, L. 29, fl. 89v
Diogo de Azevedo	Fidalgo da Casa Real	CaV, Coimbra, 26.08.1472, L. 29, fl. 144v-145
João Vasques	Escudeiro e juiz das sisas régias	CaV, Arzila (?), 26.08.1472, L. 29, fl. 244
João Calvo	N/A	CaV, Coimbra, 31.08.1472, L. 29, fl. 131v
Álvaro Dias	Vassalo régio	CaV, Coimbra, 07.09.1472, L. 30, fl. 143v
Gil Cordeiro	Escudeiro da Casa Real e antigo criado do Infante D. Henrique	CaV, Coimbra, 19.09.1472, L. 29, fl. 229
Gonçalo Ribeiro	N/A	CaV, Lagos, 20.09.1472, L. 29, fl. 51v
D. João Galvão	Bispo de Coimbra e conselheiro régio	CaV, Coimbra, 25.09.1472, L. 29, fl. 187
João Soares	Escudeiro de Leonel de Lima, conselheiro régio	CaV, Lisboa, 12.10.1472, L. 29, fl. 92v
João Vasques de Souto	N/A	CaV, Sintra, 06.11.1472, L. 29, fl. 205v

Fernando Álvares	Barqueiro	CaV, Évora, 11.11.1472, L. 29, fl. 222
Gonçalo Gomes	N/A	CaV, Évora, 09.12.1472, L. 29, fl. 261
Fernão Coelho	Vassalo régio	CaV, Sintra, 28.12.1472, L. 29, fl. 213
João Dias	Carniceiro e besteiro do conto	CaV, Évora, 14.01.1473, L. 33, fl. 8
Pero Rodrigues	N/A	CaV, Évora, 13.03.1473, L. 33, fl. 86
Pedro Afonso Mira	Aquantado em cavalo e armas	CaV, Évora, 16.03.1473, L. 33, fl. 81v
João das Alcáçovas	Criado do Doutor João Fernandes da Silveira	CaV, Évora, 22.03.1473, L. 33, fl. 42
Diogo Dias	Escudeiro e tabelião na cidade de Évora	CaV, Évora, 15.04.1473, L. 33, fl. 97
André Vasques (ou Vaz)	Sapateiro e homem de João Garcês, cavaleiro da Casa Real	CaV, Carnide, 09.06.1473, L. 33, fl. 131v
Guedelha	N/A	CaV, Carnide, 27.06.1473, L. 33, fl. 134
D. Leão (Ver Privilégios)	Fidalgo da Casa Real	CaV, Lisboa, 28.08.1473, L. 33, fl. 45
Pedro Eanes	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 03.09.1473, L. 33, fl. 190
João Martins dos Freixiais	N/A	CaV, Torres Vedras, 07.11.1473, L. 33, fl. 44
João Eanes Pita	N/A	CaV, Torres Vedras, 23.12.1473, L. 33, fl. 49
João de Évota	Tecelão	CaV, Estremoz, 02.01.1475, L. 30, fl. 143
Gonçalo Pires	Besteiro do conto	CaV, Estremoz, 20.01.1475, L. 36, fl. 141
Afonso Botelho	Criado do conde de Vila Real e senhor de Almeida	CaV, Estremoz, 14.02.1475, L. 30, fl. 147v
Lopo Vasques de Azevedo (!)	Fidalgo da Casa Real e comendador de Coruche	CaV, Arronches, 10.05.1475, l. 30, fl. 67v
Rui Gonçalves	Vassalo régio	CaV, Santarém, 29.04.1481, L. 26, fl. 169v
Mousem Cofem	Judeu, antigo criado de mestre Abraão, judeu e físico régio	CaV, Coimbra, 13.09.1472, L. 29, fl. 221v
Afonso Vasques	Vassalo régio, amo de Gonçalo Teixeira, moço da câmara régia	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 21, fl. 63
João de Loureiro	Escudeiro fidalgo	CaV, Lisboa, 07.10.1471, L. 21, fl. 25
Afonso Castelão	Servidor de João Velho, fidalgo da Casa Real	CaV, Arzila, 26.08.1471, L. 21, fl. 57
João Velho	Vassalo régio	CaV, Arzila, 26.08.1471, L. 29, fl. 98v.

Martim Esteves	Aquantiado em besta de polé	CaV, Lisboa [?], 27.08.1471, L. 17, fl. 15v
D. Henrique de Meneses	Conde de Valença, senhor de Caminha, alferes-mor régio	CaV, Arzila, 27.08.1471, L. 22, fl. 17v
Rui de Sampaio	Fidalgo da Casa Real	CaV, Arzila, 27.08.1471, L. 22, fl. 55v
João Sanchez	Cavaleiro da Casa do Marquês de Cádiz	CaV, Arzila, 27.08.1471, L. 29, fl. 47v
João Dias	Escudeiro da rainha D. Joana	CaV, Lisboa [?], 28.08.1471, L. 16, fl. 93
Luís Vasques	Aquantiado em cavalo e armas	CaV, Lisboa [?], 29.08.1471, L. 16, fl. 141
Davy Frana	Cirurgião	CaV, Arzila, 29.08.1471, L. 16, fl. 141
Nuno Vasques	Escudeiro	CaV, Lisboa [?], 30.08.1471, L. 16, fl. 139v
Álvaro Pires	Vassalo régio	CaV, Arzila, 30.08.1471, L. 17, fl. 99v
Luís Eanes da Veiga	Cavaleiro da Casa do duque de Guimarães	CaV, Arzila, 30.08.1471, L. 22, fl. 8v
Mestre Abaz	Físico do duque de Guimarães	CaV, Arzila, 30.08.1471, L. 22, fl. 20v
Vicente Afonso	Besteiro	CaV, Arzila, 31.08.1471, L. 22, fl. 22
Gonçalo Pinto	Escudeiro	CaV, Arzila, 01.09.1471, L. 22, fl. 17
Diogo Delgado	Escudeiro e criado da rainha [D. Isabel]	CaV, Arzila, 01.09.1471, L. 22, fl. 19
João Rodrigues	Fidalgo da Casa Real	CaV, Arzila, 02.09.1471, L. 22, fl. 13v
João Fernandes	Escudeiro da Casa Real	CaV, Arzila, 02.09.1471, L. 22, fl. 17v
Fernão Martins	Escudeiro da Casa Real	CaV, Arzila, 02.09.1471, L. 22, fl. 17v
João Afonso Teixeira	Procurador dos feitos régios em Santarém e Abrantes	CaV, Lisboa (?), 02.09.1471, L. 22, fl. 26
João Murzelo	Escudeiro de Duarte Furtado de Mendonça	CaV, Tânger, 04.09.1471, L. 22, fl. 19v
Gomes Eanes	N/A	CaV, Lisboa (?), 06.09.1471, L. 16, fl. 140v
Lopo de Almeida	Conselheiro régio e vedor da Fazenda régia	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 13v
Fernando Álvares	Escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 17v
Vasco Fernandes de Caminha	Cavaleiro da Casa do duque de Guimarães	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 22, fl. 26
Lopo Eanes	Escudeiro de Frei Paio Correia, corregedor da Amieira	CaV, Tânger, 06.09.1471, L. 16, fl. 141v
Pedro de Alcáçova-o-Moço	Escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 11
Tristão Fernandes	Escudeiro da Casa do conde de Vila Real	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fls. 11-11v
Vicente Gonçalves	Escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 13

Gonçalo de Moura	Escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 17v
Fernando Eanes	Escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 18
Diogo Brandão	Escudeiro de D. Rodrigo de Noronha, bispo de Lamego	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 21
Pero Carvalhais	Escudeiro da recebedoria-mor das coisas de Ceuta no Porto	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 26
Luís Fernandes	Irmão de João Fernandes, escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 27v
João Eanes	Vassalo Régio	CaV, Tânger, 07.09.1471, L. 22, fl. 53v
Álvaro Dias	Antigo criado do infante D. Henrique	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 9v
Vasco Delgado	Moço de estibeira do rei e antigo criado do infante D. Henrique	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 19
Diogo Robalo	Cavaleiro da Casa Real	CaV, Tânger, 08.09.1471, L. 22, fl. 86v
João Gabriel	Vassalo régio e amo de Fernão Lemos	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 21, fl. 12
Álvaro Colaço	Escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 22, fl. 14
Afonso Rodrigues	Clérigo de missa e prior da igreja de Santiago de Belmonte	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 22, fl. 22v
Gonçalo Afonso	Mestre de navio	CaV, Tânger, 09.09.1471, L. 29, fl. 204
Gonçalo Mendes	Escudeiro do príncipe D. João	CaV, Tânger, 10.09.1471, L. 16, fl. 142
Pero Soares	Escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger, 10.09.1471, L. 22, fl. 14
Fernão Pereira	Fidalgo da Casa do duque de Guimarães	CaV, Tânger, 10.09.1471, L. 22, fl. 24
João Rodrigues	Escudeiro de Vasco Martins da Cunha	CaV, Tânger, 10.09.1471, L. 29, fl. 64v
Afonso Fernandes	Vassalo régio	CaV, Tânger, 11.09.1471, L. 22, fl. 36v
João Lopes	Amo de Pero Lopes, escudeiro da guarda régia	CaV, Tânger, 11.09.1471, L. 29, fl. 192v
Álvaro Carvalho	Escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger, 12.09.1471, L. 22, fl. 20
Rodrigo Afonso	Escudeiro de Rui de Melo, guarda-mor régio	CaV, Tânger, 12.09.1471, L. 22, fl. 64
João de Palmela	Tanoeiro	CaV, Tânger, 13.09.1471, L. 16, fl. 142v
Diogo de Barros	Cavaleiro da Casa Real	CaV, Tânger, 13.09.1471, L. 16, fl. 144
Vasco Lourenço	Escudeiro de [...] Lopes Baião, guarda do príncipe	CaV, Tânger, 13.09.1471, L. 17, fl. 88v
Rui da Fonseca	Fidalgo da Casa Real	CaV, Tânger, 13.09.1471, L. 26, fl. 139
Estêvão Pires	Marinheiro	CaV, Tânger, 14.09.1471, L. 21, fl. 83v
Pedro Álvares	Mestre da [nau?] Pereira	CaV, Tânger, 14.09.1471, L. 21, fl. 83v

Fernão de Lagos	Escudeiro da Casa Real	CaV, Tânger, 14.09.1471, L. 22, fl. 14
Pero Dias	Criado do Doutor João Teixeira, cavaleiro	CaV, Tânger, 14.09.1471, L. 22, fl. 14v
Lopo de Albuquerque	Camareiro régio	CaV, Raposeira, 22.09.1471, L. 22, fl. 24v

Quadro nº 3 – Indivíduos perdoados de crimes por servirem na armada de Arzila, em 1471, mas sem serem homiziados

Nome	Ofício	Fonte
João Dias	N/A	CaV, S.L., S.D., L. 21, fl. 59v
Afonso Fernandes	Vassalo régio	CaV, Lisboa, 20.06.1469 (?), L. 32, fl. 54v
Pedro Afonso	Criado do comendador de Santo Antão	CaV, Óbidos, 13.7.1472, L. 29, fl. 110-110v
Bartolomeu Gonçalves	Criado de Henrique Moniz, conselheiro régio	CaV, Coimbra, 20.08.1472, L. 29, fl. 170v
Gonçalo Lourenço	N/A	CaV, Évora, 28.11.1472, L. 29, fl. 243v
Catarina Afonso	N/A	CaV, Évora, 30.11.1472, L. 29, fl. 231
João Afonso	Escudeiro e vassalo régio	CaV, Évora, 20.02.1472, L. 33, fl. 33-33v
Rui Gonçalves	N/A	CaV, Évora, 21.04.1473, L. 33, fl. 106
Pero Escolar	Marinheiro	CaV, Lisboa, 13.07.1473, L. 33, fl. 155v
Fernão Velho	N/A	CaV, Lisboa, 17.08.1473, L. 33, fl. 166v-167
Afonso Gonçalves	Pedreiro	CaV, Lisboa, 23.08.1473, L. 33, fl. 169

João Velho	N/A	CaV, Arruda, 19.11.1473, L. 33, fl. 226v-227
Martim Tavares	Escudeiro régio	CaV, Tentúgal, 6.01.1480, L. 26, fl. 155

Anexos Iconográficos



Fig. 1 – Arzila, gravura colorida presente na obra *Civitates Orbis Terrarum*, 1572, da autoria de George Braun e Franz Hogenberg.

Na gravura pode-se observar de forma clara o recife que barra boa parte do porto de Arzila, tornando a entrada no ancoradouro uma tarefa difícil e perigosa. Outros elementos da gravura não existiam em 1471, como a torre de menagem, que liga o castelo à vila, e apenas foi construída pelos Portugueses no início do século XVI⁹⁸¹.

⁹⁸¹ Cf. CORREIA, 2008.

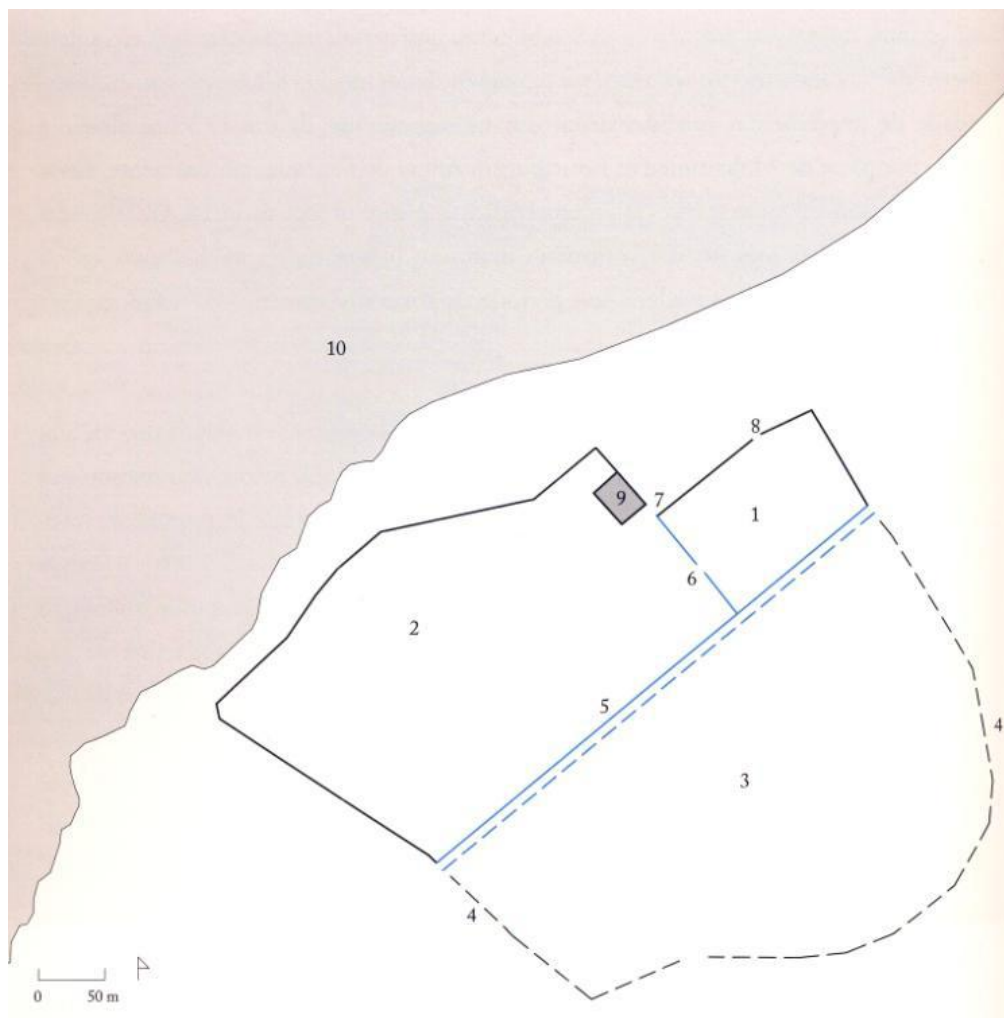


Fig. 2 – Arzila em 1471, esquema da autoria de Jorge Correia⁹⁸².

- 1- Castelo português
- 2- Vila nova
- 3- Vila velha
- 4- Antigo perímetro islâmico
- 5- Muro do atalho
- 6- Porta do Castelo
- 7- Porta da Ribeira ou do Mar
- 8- Porta do Albacar
- 9- Igreja matriz
- 10- Oceano Atlântico

⁹⁸² CORREIA, 2008, p. 182.



Fig. 3 – *Tingis* (Tânger), gravura colorida presente na obra *Civitates Orbis Terrarum*, 1572, da autoria de George Braun e Franz Hogenberg.

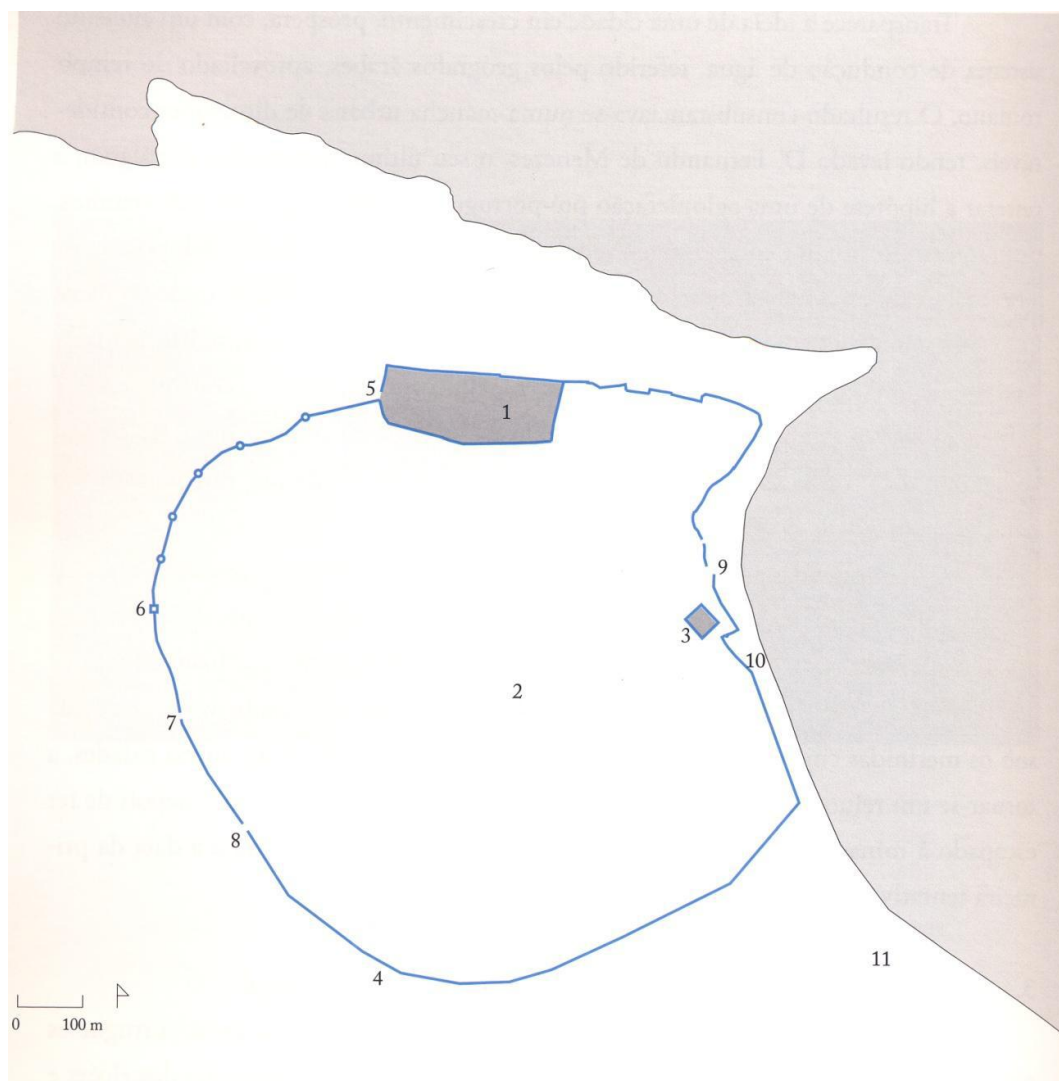


Fig. 4 – Tânger no século XV.

- 1-Kasbah (alcáçova)
- 2-Medina (e arrabaldes?)
- 3-Mesquita maior
- 4-Perímetro islâmico da muralha
- 5- Porta da Kasbah ou do Castelo
- 6- Porta de Gilhayre/Postigo de Gurrer
- 7-Baluarde de Porta de Fez
- 8-Porta do Campo
- 9-Porta do Mar
- 10-Albacar
- 11-Praia



Fig. 5 – *O desembarque em Arzila*, tapeçaria atribuída à oficina de Pasquier Grenier, Tounai, Bélgica, último quartel do século XV, lã e seda, 308 (esq.) / 357 (dir.) x 1108 (sup.) / 1107 (inf.) cm, pertencente à Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana, Guadalajara, Espanha⁹⁸³.

A armada portuguesa desembarca a hoste em torno de Arzila. Das embarcações, do lado esquerdo, pendem estandartes com as armas de Portugal e com a divisa pessoal de D. Afonso V, o rodízido a aspergir gotas sobre um fundo vermelho. Ao centro, os batéis vão transportando guerreiros para terra, inclusive o rei. Do lado direito, os defensores de Arzila aglomeram-se nos muros e nas torres para defenderem a vila.

⁹⁸³ Informações adaptadas a partir de ARAÚJO, 2012, p. 242.



Fig. 6 – O cerco a Arzila, tapeçaria atribuída à oficina de Pasquier Grenier, Tounai, Bélgica, último quartel do século XV, lã e seda, 408 (esq.) / 422 (dir.) x 1108 (sup.) / 1178 (inf.) cm, pertencente à Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana, Guadalajara, Espanha⁹⁸⁴.

O arraial português cerca por completo Arzila, de costa a costa, conforme se pode ver pela presença de navios no fundo da tapeçaria, abarcando todo o espaço superior desta. O arraial é defendido pelo palanque de madeira, que tem uma abertura em cada ponta, e por uma cava seca escavada em seu redor. As peças de artilharia são postas em posição e apontadas à vila.

⁹⁸⁴ Informações adaptadas a partir de ARAÚJO, 2012, p. 243.



Fig. 7 – *O assalto a Arzila*, tapeçaria atribuída à oficina de Pasquier Grenier, Tounai, Bélgica, último quartel do século XV, lã e seda, 369 (esq.) / 355 (dir.) x 1108 (sup.) / 1099 (inf.) cm, pertencente à Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana, Guadalajara, Espanha.

Tem o seu início o assédio a Arzila, com o rei, montando a cavalo e envergando um arnês completo e protecções de cabeça, a observar de perto as operações. Vários guerreiros sobem escadas de cerco, enconstadas aos panos de muralha, enquanto os defensores tentam repelir o ataque.



Fig. 8 – *A tomada de Tânger*, tapeçaria atribuída à oficina de Pasquier Grenier, Tounai, Bélgica, último quartel do século XV, lã e seda, 404 (esq.) / 387 (dir.) x 1108 (sup.) / 1082 (inf.) cm, pertencente à Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana, Guadalajara, Espanha.

A entrada das forças portuguesas em Tânger, logo após o abandono da cidade pelas forças muçulmanas, nos finais de Agosto de 1471. A bandeira com as armas de Portugal já se encontra hasteada sobre o portão de Tânger, à medida que a hoste entra na cidade.



Fig. 9 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O desembarque em Arzila*, ao topo e no centro esquerda.

É possível observar o desembarque dos guerreiros portugueses em batéis. Neste batel em particular, são transportados um trombeteiro, que enverga uma *brigandine*, sem mangas, onde são visíveis os rebites por entre o tecido amarelo. Junto às pernas tem um saiote de malha que confere maior protecção. Na cabeça tem uma celada, uma protecção de cabeça sem visor. Vários dos outros guerreiros envergam *brigandines*, algumas das quais de mangas cortadas, e empunham lanças. No centro do batel é possível observar dois guerreiros com arneses de braços, que conferem maior protecção àqueles membros, e um guerreiro com arnês de corpo, protegendo o peito, e uma celada na cabeça. Na parte traseira da embarcação encontram-se um besteiro, envergando uma *brigandine* revestida por tecido negro, e aí que parece um espingardeiro, por ser visível o cano alongado de uma arma de fogo.



Fig. 10 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O desembarque em Arzila*, no centro esquerda.

Nesta figura são visíveis vários trombeteiros, todos eles envergando protecções de corpo e de cabeça. Tanto no canto superior direito como no canto inferior esquerdo é possível observar armas de fogo. À esquerda é observável um indivíduo envergando um arnês completo, a melhor protecção do período: o pescoço é protegido por um gorjal ou babeira, o peitoral cobre-lhe o tórax, a panceira ou escarcela protege a cintura, e logo abaixo o saiote de malha protege a ligação das pernas ao tronco. Os membros inferiores serão também abrangidos pelas protecções do arnês: coxotes, joelheiras, grevas e sapatos de ferro. Já os membros superiores são protegidos por avambracos, braçais e manoplas. Entre as articulações das peças dos braços é possível ver discos metálicos que garantiam maior protecção às zonas mais desprotegidas. A cabeça do guerreiro é protegida por uma celada sem viseira, e este empunha uma lança. Na frente desse mesmo batel, é possível observar que o indivíduo que segura o estandarte mais à direita, tem o pescoço e a garganta protegida por um tipo de gorjal mais abrangente⁹⁸⁵.

⁹⁸⁵ Sobre as peças que constituem um arnês veja-se MONTEIRO, 2003, p. 189.



Fig. 11 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O desembarque em Arzila*, ao centro, mais à direita.

O desembarque de D. Afonso V em Arzila. O rei enverga um arnês completo, bastante decorado, e tem a coroa no topo da celada que lhe protege a cabeça. A sua imagem está, naturalmente, muito estilizada. O porta-estandarte segue de perto o rei erguendo o pendão com as armas de Portugal. Uma das lanças no fundo da tapeçaria tem como pendão uma bandeira de S. Jorge, cruz vermelha sobre um fundo branco, o padroeiro das armas de Portugal. É curioso como as principais figuras na imagem têm protecções de pernas complexas, inclusive rodela nas articulações dos joelhos, mas usam sapatos normais, e não sapatos de ferro, deixando assim os pés desprotegidos.



Fig. 12 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O desembarque em Arzila*, à direita.

Arzila e os seus defensores, numa representação clara de uma cidade norte-europeia com, por exemplo, telhados de telha vermelha.. Facto natural, dado as tapeçarias terem sido produzidos na região da actual Bélgica. Nas torres e nos panos de muralha estão hasteados os pendões dos responsáveis pela defesa das várias estâncias de Arzila. Os guerreiros encontram-se armados com lanças, címitarras e adargas.



Fig. 13 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O desembarque em Arzila*, ao centro e à direita.

Soldados portugueses caídos ao mar durante o desembarque da hoste. Esta é a representação iconográfica daquilo que as crónicas mais tarde escreveriam: a morte por afogamento de pelo menos 208 guerreiros portugueses quando os navios onde seguiam se afundaram por embaterem contra o recife que guarda o porto de Arzila. As pesadas armaduras dos guerreiros, bem visíveis na tapeçaria, acabavam por os arrastar para o fundo do mar. Pode-se observar , no canto inferior direito, um guerreiro agarrado a um pedaço de madeira, destroços de um navio, enquanto flutua na água. Outros homens, tendo chegado a terra, são resgatados e protegidos por companheiros de armas.



Fig. 14 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O cerco a Arzila*, à esquerda e em cima.

Duas peças de artilharia apontadas às muralhas de Arzila a partir do arraial português. A mais pequena será mesmo um trom «encarrado», por se encontrar montado em cima de um carro com rodas. É uma peça de menor calibre. Por seu lado, a outra boca de fogo está montada em cima de reparos de madeira, os chamados bancos, e assim fica fixa num só sítio. Esta segunda peça será mesmo uma bombarda de retrocarga⁹⁸⁶. A peça é protegida do fogo inimigo por uma estrutura de madeira móvel, o mantelete. O artilheiro, envergando protecções de corpo e cabeça amarelas, prepara-se para puxar uma corda, por forma a levantar o mantelete e disparar a arma. Após o disparo, o mantelete voltaria a ser posto em posição, para proteger os bombardeiros e a boca de fogo. Em baixo, um guerreiro envergando um arnês de braços, mas sem manoplas, e uma brigandina sem mangas prepara-se para disparar uma colubreta, uma primitiva arma de fogo. A ausência de manoplas garantia um manuseamento mais fácil da peça, além de impedir a criação de faíscas, que poderiam fazer disparar prematuramente a arma. No canto superior direito, um guerreiro protege-se com um pavês vermelho. Por fim, no limite mais inferior da tapeçaria, os trombeteiros fazem soar o toque de ataque contra Arzila.

⁹⁸⁶ Cf. ARAÚJO, 2013, p. 403.



Fig. 15 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O cerco a Arzila*, em baixo e ao centro esquerda.

Um guerreiro, envergando uma *brigandine* coberta por tecido azul prepara-se para disparar uma colubreta, e tal como na figura anterior, não usa manoplas, sendo que neste caso nem sequer utilizada braçais, certamente para evitar faíscas indesejadas. Ao centro, um guerreiro numa *brigandine* coberta por tecido amarelo, com um arnês de braços e com um chapéu-de-armas, empunha uma lança vermelha, enquanto que ao cinto tem presa uma adaga. Do lado direito, um outro guerreiro enverga um arnês completo, incluindo um gorjal proeminente e uma celada na cabeça.



Fig. 16 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O cerco a Arzila*, em baixo e ao centro esquerda.

Os defensores de Arzila defendem-se contra o avanço da hoste portuguesa. A partir das torres, um defensor de vestido de amarelo e com um capacete cinzento, do lado esquerdo, dispara aquilo que parece ser uma colubreta dourada, sendo mesmo possível observar fumo a sair do ouvido da arma. Do lado direito, um outro defensor dispara uma outra arma de fogo, que aparente ser uma espingarda de cano negro. Entre ambos estes indivíduos, encontram-se vários guerreiros mouros trespassados por virotes de besta.



Fig. 17 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d'*O cerco a Arzila*, no centro e à direita.

À esquerda, um defensor de Arzila empunha uma longa espingarda, enquanto que do lado direito, um outro combatente mouro empunha uma lança e uma adarga. Não eram só os atacantes portugueses que dispunham das avançadas armas de fogo.



Fig. 18 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d'*O cerco a Arzila*, no centro e em baixo.

Artilheiros preparam-se para disparar uma boca de fogo, ao que tudo indica uma bombarda grossa⁹⁸⁷ de ferro forjado, a partir do arraial dos sitiadores. Todos envergam protecções de corpo e cabeça, mas o bombardeiro que se prepara para disparar a arma, à esquerda, não enverga protecções de braços na mão que segura o ferro em braza com que deve fazer disparar a arma. Uma vez mais, a ausência deste tipo de protecções serve para evitar a criação de faíscas indesejadas que poderiam levar ao disparo prematuro, e por vezes catastrófico, de uma peça de artilharia. A arma e os homens que a operam são protegidos por um mantelete, e a peça encontra-se suportada por reparos de madeira.

⁹⁸⁷ Cf. ARAÚJO, 2013, p. 403.



Fig.19 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O assalto a Arzila*, no centro e à direita.

Combate entre um guerreiro português e um defensor de Arzila. Ambos os homens sangram de feridas, enquanto desferem golpes com as respectivas armas. O atacante empunha uma espada europeia, de lâmina recta, guarda voltada e pomo discoidal, enquanto se protege com um escudo. Enverga uma *brigandine* ou solha forrada com tecido azul. São visíveis através do tecido os rebites que unem as várias placas de metal que constituem esta peça de armamento defensivo. A sua cabeça é protegida por uma celada, enquanto que o único braço visível, o direito, aparenta estar protegido por um braçal de metal. Na zona inferior do tórax é possível observar um saiote de cota de malha, que protege a zona entre a *brigandine* e o arnês de pernas. O defensor ergue uma címitarra, arma tipicamente oriental, para desferir um golpe vindo de cima. Um defensor, colocado mais à direita protege-se com uma adarga bi-oval preta com rebordo dourados, enquanto desfere uma estocada com uma lança de haste vermelha. Tem na cabeça um capacete cónico, e na sua adarga encontra-se cravado, ao que tudo indica, um virote de besta. Já o defensor colocado mais à direita, e que se esconde por detrás de uma adarga castanha de rebordos dourados, tem um virote de besta cravado no escudo e outro no topo do capacete cónico. Entre a adarga e a lança é ainda possível ver um defensor com uma pedra de grandes dimensões, os chamados cantos, nas mãos



Fig. 20 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O assalto a Arzila*, ao centro e à esquerda.

Guerreiro português defende-se com um escudo enquanto sobe, por intermédio de uma escada de cerco, os muros de Arzila. Empunha uma espada de lâmina recta, de guardas voltadas e pomo discoidal, tem uma adaga presa à cintura e ergue o escudo sobre a cabeça para se proteger do fogo inimigo. Enverga uma *brigandine* coberta por tecido esverdeado, um saio de malha, um arnês de pernas descoberto na parte de trás e, na cabeça, um chapéu-de-armas. É atacado por um combatente mouro empunhando uma lança que o atinge no cotovelo direito, precisamente no braço com que empunha a espada.



Fig. 21 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O assalto a Arzila*, ao centro e à esquerda.

Os atacantes portugueses começam a conquistar os muros de Arzila. Ao centro um dos combatentes, envergando uma *brigandine*, arnês de braços e chapéu-de-armas, coloca no topo dos muros um estandarte com as armas de Portugal, incitando um ainda maior avanço das forças atacantes. À direita, um defensor ergue uma címitarra pronto a desferir um golpe no atacante que, à sua frente, ergue a sua espada em igual gesto.



Fig. 22 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O assalto a Arzila*, canto inferior direito.

Guerreiros portugueses empunhando lanças ou piques de grande dimensão, consideravelmente mais altas que os homens que as empunham. Soldado envergando uma *brigandine* ou solha forrada com veludo azul, arnês de braços, gorjal e chapéu-de-ferro. A mão esquerda repousa na espada, colocada na bainha à cintura. Vários outros guerreiros têm as cabeças protegidas por chapéus-de-ferro, alguns dos quais forrados a tecido, como o combatente em baixo e à esquerda, cujo chapéu-de-ferro é forrado a tecido vermelho.



Fig. 23 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O assalto a Arzila*, canto inferior direito.

À direita, D. Afonso V comanda o assalto a Arzila de espada na mão. Trata-se de uma lâmina recta europeia, com guardas reviradas e pomo discoidal. O rei enverga um arnês completo e uma celada sem viseira, sobre a qual repousa a coroa. Também o cavalo se encontra provido de armadura. Em ambos os casos as protecções são altamente decoradas e estilizadas, assinalando que se trata, de facto, da figura do rei. À sua frente segue um porta-estandarte segurando um pendão com a divisa pessoal de D. Afonso V, o rodízio espergindo gotas sobre um fundo vermelho. Este indivíduo encontra-se equipado com um arnês completo e com um capacete completamente fechado. Este é um dos indivíduos mais bem equipados representados, o que se entende, dado ser porta-estandarte da divisa pessoal do rei. Mais à frente, os trombeteiros, cujos instrumentos se encontram completos com pendões com as armas de Portugal, dão o toque para atacar Arzila. Vários guerreiros dão início ao ataque. Por baixo do estandarte, destaca-se um besteiro com a arma em punho, envergando uma *brigandine* forrada de tecido azul e um chapéu-de-ferro.



Fig. 24 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O assalto a Arzila*, canto inferior esquerdo.

Besteiros portugueses. Um dos indivíduos aponta a arma às defesas de Arzila, enquanto que outro parece estar a recarregar a sua besta. Todos envergam *brigandines*, de diferentes cores, e celadas.



Fig. 25 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O assalto a Arzila*, canto inferior esquerdo.

Guerreiros sitiadores empunhando armas de fogo durante o assalto a Arzila. A coronha de madeira, semelhante à das bestas, diferencia-as das colubretas, pelo que estas armas serão antes espingardas. Ambos os espingardeiros estão protegidos por *brigandines*, uma coberta por tecido azul e outra por vermelho, e celadas. Usam braçais para proteger os membros superiores, mas não manoplas, o que facilitaria o manuseamento das armas, e impediria que disparassem prematuramente devido à produção de faíscas pela fricção de metal com metal.



Fig. 26 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O assalto a Arzila*, ao centro.

Um combatente português, de espada de lâmina recta, guardas voltadas e pomo discoidal, prepara-se para matar um defensor desarmado. O atacante enverga uma *brigandine* ou solha forrada a veludo vermelho. São claramente visíveis através do tecido os rebites que unem as várias placas de metal que constituem esta peça de armamento defensivo. Está equipado com arnês de braços e arnês de pernas, além de uma celada que lhe protege a cabeça. A bainha da espada está presa à cintura. Um guerreiro muçulmano, equipado com um capacete cónico e uma adarga castanha, prepara-se para atacar o sitiador com uma címitarra.



Fig. 27 – Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d’*O assalto a Arzila*, à esquerda.

O rei comanda o assalto do lado direito da tapeçaria, enquanto que uma outra figura montada comanda o ataque do lado esquerdo. O facto de não existirem estandartes ou pendões com as armas de um outro senhor, como por exemplo D. Fernando de Bragança, duque de Guimarães, indica que esta figura não poderia ser um nobre titular. Seria, além do mais, duvidoso que figurassem nas tapeçarias figuras que não fizessem parte da família real, uma vez que estas são um elemento de propaganda régia. Assim sendo, e dado que a figura é claramente um comandante – tem um bastão de comando na mão e está montada a cavalo– e que não é o rei – não ostenta coroa –, será, certamente, uma representação do príncipe D. João, futuro D. João II. A figura enverga um arnês completo, decorado, embora não tão ostensivamente como o do rei. O mesmo sucede com a montada, que se encontra igualmente defendida e decorada. O ataque é, também neste lado da tapeçaria, soado pelos trombeteiros.



Fig. 28 - Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d'A *toma de Tânger*, à esquerda.

A iconografia corrobora, uma vez mais, a cronística, uma vez que mostra Tânger a ser ocupada por uma força mista de infantaria e cavalaria portuguesa. Neste excerto podem-se observar três cavaleiros armados com longas lanças, e envergando *brigandines*, arneses de braços e de pernas, bem como celadas. A infantaria encontra-se equipada de igual forma, excepto nos membros inferiores, onde alguns dos homens não têm defesas como arneses de pernas. Os cavalos não estão equipados com protecções próprias.



Fig. 29 - Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d'A *toma de Tânger*, à esquerda.

Possível representação de D. João de Bragança, filho de D. Fernando, duque de Bragança, uma vez que tanto cavaleiro como cavalo se encontram melhor armados e equipados que os restantes. O equipamento da montada contrasta com a ausência de protecções dos cavalos dos restantes combatentes.

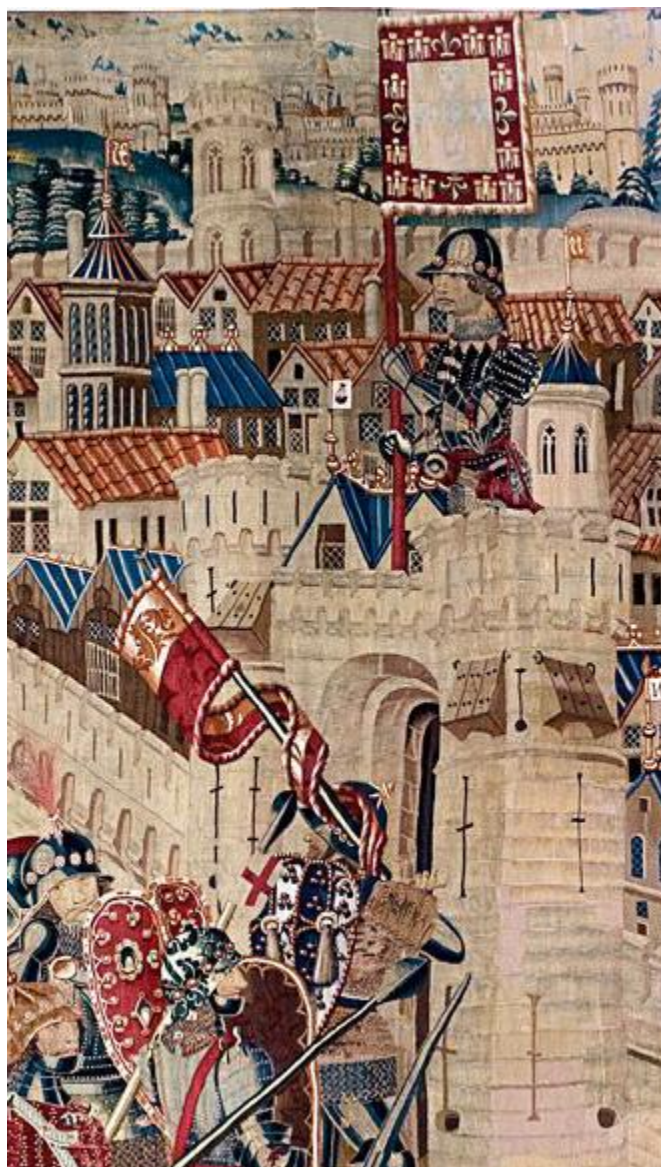


Fig. 30 - Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d'A *toma de Tânger*, ao centro esquerda.

O hastear de um estandarte com as armas de Portugal por cima de uma das portas da cidade de Tânger, sinal da tomada de posse da cidade. Trata-se, tal como em Arzila, da representação de uma cidade norte-europeia, por serem esses os modelos de representação das oficinas onde foram produzidas as tapeçarias. Contudo, assinala-se a presença de troneiras nos muros da cidade de Tânger, facto que também é corroborado pelas crónicas.



Fig. 31 - Cena das *Tapeçarias de Pastrana*, painel d'*A toma de Tânger*, à direita.

A fuga da população de Tânger após a conquista de Arzila, com homens, inclusive guerreiros, mulheres e crianças a abandonarem a cidade. Os moradores de Tânger levam alguns dos seus bens, em sacos e cestos, e alguns guerreiros estão armados com lanças e adargas.